

informe econômico

ISSN 1517-6258

Publicação do Curso de Ciências Econômicas/UFPI

Ano 16, n. 31

jun. 2014

SUMÁRIO

3 Globalização e crise: o jogo de ganha-ganha do capital financeiro

Samuel Costa Filho

8 Água doce: escassez e controle

Maria Elizabeth Duarte Silvestre

15 O papel das instituições e a evolução econômica

José Lourenço Candido

19 Sustentabilidade: os indicadores e a problemática urbana

Juliana Portela do Rego Monteiro, Maria do Socorro Lira Monteiro e Antonio Cardoso Façanha

24 Gestão Ambiental como fator de inovação em arranjos produtivos locais

Romina Paradiso, Maria do Socorro Lira Monteiro e Reginaldo de Lima Pinto

31 Atores sociais: o caso da saúde pública brasileira

Williams Silva de Paiva e Antônia Jesuíta de Lima

38 As diversas faces da família contemporânea: conceitos e novas configurações

Fabrina da Silva Meireles e Solange Maria Teixeira

45 Reflexões econômicas: dinheiro, economia e sociedade

Francisco Prancacio Araújo de Carvalho, João Batista Lopes e Janaína Martins Vasconcelos

50 O nascimento da ciência moderna

Gerson Albuquerque de Araújo Neto

53 O integracionismo sul-americano: considerações críticas à luz da teoria da dependência

Antônia Valtéria Melo Alvarenga e João Batista Vale Júnior

62 Pesquisa e inovação: expansão da soja no Piauí

Maykon Daniel Gonçalves Silva, Maria Jessyca Barros Soares, Maria Madalena de Sousa do N. Neta e Edivane Lima

69 Pequenos municípios e agronegócio: dinâmicas e impactos em Sebastião Leal (PI)

Valéria Silva

79 Imprensa e sindicalismo: as representações dos empregados do comércio de Teresina através dos jornais (1943-1983)

Eliane Aparecida Silva e Solimar Oliveira Lima

87 O Piauí na rota do comércio internacional: a presença dos comerciantes ingleses no Piauí oitocentista

Junia Motta Antonaccio Napoleão do Rego

93 As singulares "Recordações da Campanha do Paraguay" de José Luiz Rodrigues da Silva

Mário Maestri

103 Gramsci, Clausewitz, guerra e política

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

EDITORIAL

Este número do Informe Econômico é especial. Trata-se de nosso primeiro ensaio para o formato Revista que será aprimorado, sem pressa. Estamos conseguindo um feito que para nós é muito importante: não estamos mais adulando pessoas para escrever para nossa publicação. As colaborações chegam espontaneamente, com regularidade e qualidade. Ultrapassamos os 15 anos certos de que, neste tempo, temos estimulado a vida acadêmica na Universidade Federal do Piauí (UFPI) e contribuído efetivamente para a maturidade intelectual na Instituição. Este processo conta, desde o início, com valiosas colaborações de pesquisadores de diferentes campos do conhecimento de outras instituições nacionais e estrangeiras. A interdisciplinaridade é certamente nossa principal marca. O Informe nasceu Econômico, mas cresceu dialogando com as outras ciências porque o mundo é um só.

O Informe n. 31 soma-se a um dos mais fecundos esforços realizados na cultura piauiense: o Salão do Livro do Piauí (Salipi). Em sua 12ª edição, este ano o Salipi acontece nas dependências da UFPI e resolvemos homenagear a iniciativa na nossa capa. Também por este motivo, este número é especial. Ao reconhecer a importância da realização do Salipi na UFPI, reafirmamos o nosso compromisso com a sociedade; a nosso ver, do modo que melhor sabemos fazer: colocando a realidade no salão à vista de quem quiser enxergar. Os artigos deste número ajudam a fortalecer as leituras dos problemas contemporâneos. Apostamos no conhecimento, crítico e ético, para enfrentar o conservadorismo. E essa luta não se faz nem se ganha sozinho. O Salipi revelou-se uma estratégica oportunidade para ampliarmos a divulgação do Informe e a formação de ideias.

Enquanto formos editores do Informe Econômico, ele permanecerá sem segredos. O que queremos e como fazemos vem sendo dito desde o Ano 1. Que haja copas e olimpíadas, mas também cultura, hospitais, escolas, segurança, empregos... em condições dignas. Que o país seja cuidado para além dos espaços dos estádios; que o racismo seja banido dentro e fora das competições esportivas; que o povo brasileiro seja cuidado e valorizado para além das exibições internacionais. Trabalhamos com ciência para compromissos com a nação que desejamos a partir da que vivemos. Ainda que essa ciência não seja a predominante na academia, ela existe, porque nosso trabalho se mantém firme, aqui e onde existam nossos colaboradores. O duro trabalho e as mãos calejadas retratadas em nossa capa são para reafirmar o dito. Informe isso a quem interessar.

Prof. Dr. Solimar Oliveira Lima

Editor-Chefe

Econ. Enoisa Veras

Editora-Assistente

Expediente

INFORME ECONÔMICO

Ano 16 - n. 31 - jun. 2014

Reitor UFPI: Prof. Dr. José Arimatéia Dantas Lopes

Vice-Reitora: Prof. Dra. Nadir do Nascimento Nogueira

Diretor CCHL: Prof. Dr. Nelson Juliano Cardoso Matos

Chefe DECON: Prof. Esp. Luiz Carlos Rodrigues Cruz Puscas

Coord. Curso Economia: Prof. Dra. Edivane de Sousa Lima

Revisão: Zilneide O. Ferreira e João Paulo Santos Mourão

Projeto gráfico: Profa. Ms. Neulza Bangoim(CEUT)

Jornalista responsável: Prof. Dr. Laerte Magalhães(UFPI)

Endereço para correspondência: Campus Ininga

Teresina-PI - CEP: 64.049-550

Fone: (86)3215-5788/5789/5790-Fax: (86)3215-5697

Tiragem: 2.000 exemplares

Impressão: Gráfica-UFPI

Parceria: Conselho Regional de Economia 22ª Região-PI

Site DECON: <http://www.ufpi.br/economia>.

Editor-chefe: Prof. Dr. Solimar Oliveira Lima

Editor-assistente: Economista Esp. Enoisa Veras

Conselho Editorial: Prof. Dr. Aécio Alves de Oliveira(UFC)

Prof. Dr. Alvaro Sánchez Bravo (Facultad de Derecho.

Universidad de Sevilla. España)

Prof. Dr. Alvaro Bianchi(Unicamp)

Profa. Dra. Anna Maria D'Ottavi(Università degli Studi Roma TER-Itália)

Prof. Dr. André Turmel(Université Laval-Canadá)

Prof. Dr. Antônio Carlos de Andrade (UFPI)

Prof. Dr. José Machado Pais (Universidade de Lisboa-Portugal)

Prof. Dr. Leandro de Oliveira Galastri(Unicamp)

Prof. Esp. Luis Carlos Rodrigues Cruz Puscas(UFPI)

Prof. Dr. Manoel Domingos Neto(UFC)

Profª Drª Maria do Socorro Lira Monteiro(UFPI)

Profa. Dra. Maria Elizabeth Duarte Silvestre (UFPI)

Prof. Dr. Marcos Del Roio(Unesp)

Prof. Dr. Marcos Cordeiro Pires(Unesp)

Prof. Dr. Mário José Maestri Filho(UPF)

Prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos(Unesp)

Prof. doutorando Samuel Costa Filho(UFPI)

Prof. Dr. Sérgio Soares Braga (UFPR)

Prof. Dr. Solimar Oliveira Lima(UFPI)

Prof. Dr. Vitor de Athayde Couto(UFBA)

Prof. Dr. Wilson Cano(Unicamp)

Econ. Ms. Zilneide O. Ferreira



GLOBALIZAÇÃO E CRISE: o jogo de ganha-ganha do capital financeiro

Samuel Costa Filho*

Resumo: este artigo trata da questão do domínio do capital financeiro e de seus elevados ganhos, mesmo após a crise do capital iniciada em 2007-2008. Inicialmente, apresenta o processo de constituição do modelo de dominância rentista em que o capital financeiro obteve elevada rentabilidade; em seguida, mostra que mesmo na crise esse capital foi beneficiado e lucrou bastante e ninguém foi penalizado; a seguir, apresenta os beneficiários do sistema bancário ganhando com a crise e impondo elevados custos sociais; finaliza mostrando que nada mudou no jogo de ganha-ganha do capital financeiro. Urge um novo modelo.

Palavras-chave: Crise global. Capital financeiro. Ataque ultraliberal.

Abstract: This article deals with the question of dominance of finance capital and its high gains, even after the crisis of capital that began in 2007-2008. Initially, presents the process of constitution of the rentier model of dominance in the financial capital that achieved high profitability; in the sequence, shows that even in the crisis, this capital has benefited and profited greatly and no one was penalized; in the following, presents beneficiaries of the banking system and gaining with the crisis by imposing high social costs; and ends showing that nothing has changed in the game of wins-wins of the financial capital. Urge a new model.

Keywords: Global crisis. Financial capital. Ultraliberal attack.

1 Introdução

Nas últimas três décadas do século XX, o sistema financeiro internacional criou um consenso que domina o mundo até hoje. A dinâmica do capital financeiro possibilitou, e possibilita na atualidade, uma rentabilidade extraordinária para o capital financeiro, que foi conseguida tanto no período de construção e desenvolvimento do modelo de dominação financeiro-rentista como também durante a recente megacrise, quando esse sistema obteve todo o apoio do Estado com a política de resgate dos bancos “grandes demais para quebrar”, a partir de 2007-2008; e se mantém até hoje, pois o capital financeiro conquistou poder para continuar impondo e comandando as regras do jogo econômico e político, mesmo diante da grave e prolongada crise do capitalismo global que já dura mais de seis anos. O jogo do ganha-ganha do capital financeiro mantém o predomínio do setor financeiro em nível global; e a inércia político-intelectual e a adesão da esquerda europeia ao ultraliberalismo colaboraram para a manutenção da hegemonia do sistema financeiro na lógica de curto prazo, e continuam impedindo modificações e não se articulando com a construção de um novo modelo.

Nessa linha, o artigo pretende mostrar que o sistema financeiro está prolongando o jogo do ganha-ganha iniciado com a formação e

desenvolvimento dessa fase do capital financeiro. Para tanto, a seção seguinte apresenta a formação da dinâmica rentista; a seguir, revela que, mesmo diante da crise, esse sistema continuou ganhando, nenhum “figurão” foi penalizado, nem o sistema sofreu alterações e regulação ou punição. Em continuação, apresenta como os bancos, ao transferir as dívidas para os Estados, jogaram nessas entidades a culpa pela catástrofe de recriar o capitalismo ultraliberal. Finalizando, o trabalho conclui que se vive tempos de dominância conservadora e de regressão social, com o sistema financeiro prolongando a sua política de ganhos exorbitantes.

2 O primeiro tempo do jogo: a gestação e o desenvolvimento do processo de financeirização da economia

Os economistas ortodoxos apresentam o sistema financeiro como um mercado por demais importante, devido a ser intermediário e gestor do dinheiro. Neste mercado, as diversas instituições e, hoje, o predomínio dos grandes conglomerados financeiros mundiais se encarregam da intermediação do e gerenciamento do dinheiro da economia no curto prazo (mercado monetário) e nos mercados de crédito (financiamento do consumo e capital de giro), de câmbio (conversão de valores em moeda estrangeira e moeda nacional) e de capitais

(financiamento dos investimentos, através de ações, debêntures ou *comercial papers*) (CAVALCANTE; MISMI; RUDGE, 2005).

O sistema financeiro passou a sofrer um determinado tipo de regulação pelo Estado depois da crise do capitalismo em 1929 e que se iniciou no coração do sistema, ou seja, nos Estados Unidos da América (EUA), espalhando-se para as diversas partes do mundo capitalista. O conjunto de instituições e os instrumentos financeiros que possibilitam a transferência de recursos dos ofertantes finais para as pessoas e empresas que necessitam de recurso e crédito nos diversos mercados foram segmentados e regulados. O Estado criou as condições para que o sistema financeiro voltasse a oferecer títulos e valores mobiliários e, inclusive, liquidez via mercados secundários. Esse processo de segmentação dividiu as instituições em áreas especializadas segundo a captação e a aplicação desses recursos.

Esse sistema funcionou bem até os anos 1970, possibilitando e estimulando o capitalismo a funcionar dentro das regras do keynesianismo e da intervenção do Estado em defesa do capital. Todavia, na crise dos anos 1970, teve início um processo de transformação do sistema financeiro internacional que priorizou as regras de liberalização e desregulamentação do sistema financeiro. A política de mercado livre respaldou o novo consenso social que se gestou sob o predomínio do setor bancário em favor da especulação em torno da variação dos ativos financeiros. Iniciou-se o processo de conglomeração bancária no âmbito doméstico da economia, que foi seguido pela transformação dos conglomerados em bancos múltiplos e universais que forçaram e viabilizaram o esgotamento do padrão de especialização implementado após a crise dos anos 1930 (BELLUZZO, 2004).

No processo de eliminação do padrão anterior, os bancos contaram com a ajuda dos profissionais de mercado e dos economistas ortodoxos, que trataram da superficialidade econômica, criaram e passaram a difundir a ideia de crise como decorrente das elevadas dívidas públicas, da falência do Estado do bem-estar europeu e das demais políticas e atitudes populistas dos Estados desenvolvimentistas, dos Estados intervencionistas, além de uma histórica ineficiência dos Estados e de oposição entre Estado e mercados, considerando-os entidades

concorrentes e opostas. As arrogâncias desses economistas matemáticos lhes possibilitaram e asseguraram a apresentação de uma teoria que expõe, como critério de verdade e com coerência lógica, uma visão de funcionamento da economia que não se encontra em conformidade com a realidade de funcionamento do capital e da atual dinâmica rentista do capitalismo. Entretanto, o prestígio e o poder desses economistas aumentaram enormemente, dado que o saber que monopolizavam era o que interessava ser disseminado nas universidades, por intermédio dos principais meios de comunicação e para formação do consenso dominado pelo mercado financeiro para convencer a sociedade.

Os economistas ortodoxos construíram uma teoria demonstrando que os mercados financeiros eram autorregulados e que não havia necessidade de gerir o capitalismo em nível nacional e a economia mundial, respaldando os desejos de desregulamentação dos financistas e dos mercados financeiros, possibilitando a gestão de um novo quadro monetário-financeiro de financeirização da economia capitalista. Ao dar uma aparência científica assentada na roupagem matemática, atualizavam as justificativas do discurso do *laissez faire*, e esses economistas apareceriam como os novos profetas do capital (BRESSER-PEREIRA, 2012).

Entre os anos de 1970 e 1980, o sistema financeiro bancário primeiro implantou organismos de análise econômica que passaram a difundir notícias sobre o mercado, tendo o respaldo dos analistas econômicos da mídia conservadora, que elaboravam comentários e ideias de defesa dos interesses do sistema financeiro. Ao mesmo tempo, este sistema financeiro passou a financiar os profissionais da ortodoxia do pensamento econômico nas universidades e em *think tanks* conservadores e liberais para desenvolverem argumentos e teorias, travestidas de ciência, em defesa da desregulamentação, da liberalização, da concentração dos grandes conglomerados financeiros, da expansão de diversos tipos de ativos que foram vendidos na praça (os chamados derivativos), como se se tratassem de artigos altamente rentáveis e seguros. Respalhando toda essa estratégia, o sistema remunerava agências de *rating*, como *Standard & Poor's*, *Moody's* e *Fitch Ratings*, que foram endeusadas como organismos neutros e tecnicamente capazes de realizar as análises e os estudos de viabilidade de riscos dos

mais diversos ativos, das diferentes empresas e de países que estivessem dispostos a seguir o **dever de casa** do Consenso de Washington, e assim indicar os que, segundo a lógica deste cassino global, eram os mais adequados para aplicação, por possibilitarem, ao mesmo tempo, rentabilidade e segurança, como exigiam os aplicadores (BELLUZZO, 2004).

O sistema financeiro, respaldado pelas pesquisas desse grupo, conseguiu disseminar um discurso que louva a dominância e o triunfo do capital financeiro, com ajuda da mídia conservadora, usando conceitos de economia capitalista apregoados pelos economistas matemáticos, engenheiros e outros profissionais que são intelectuais orgânicos e apologistas do capital através de diferentes escolas ortodoxas e liberais de Economia - todos respaldando a defesa da eficiência e da competitividade decorrente da elevada ineficiência dos mercados financeiro. No auge do neoliberalismo, os anos 1980 e 1990 e até meados de 2000, as agências de risco passaram a figurar como uma espécie de mensageiros divinos, estando sempre acima da constituição dos países, das leis, da ordem e das questões da democracia. O neoliberalismo, como ideologia, uniu os rentistas e o pessoal da tecnoburocracia, constituída por jovens gananciosos que foram estimulados a aderir aos encantos da área financeira - uma tropa de choque formada por *Phd's* e *Mba's* formados nos EUA, que passou a criar diversos mecanismos de inovações financeiras, permitindo ao setor rentista dominar a dinâmica do capitalismo, obtendo rendimentos elevados.

O capital rentista e a economia capitalista, sob a lógica de um modelo parasitário rentista e fictício, possibilitaram ao sistema financeiro ganhos elevados por mais de três décadas, quando eliminaram todo o sistema de regulação sobre o setor financeiro, predominando o consenso do "There is no alternative", a ideologia do capital rentista e do ultraliberalismo, com arrogância e com discursos de fim da história, vantagens de um novo mundo globalizado e vitória do capitalismo. Ocorreu que a história se encarregou de desmascarar toda a farsa. Esse capital fictício levou o capitalismo a uma crise avassaladora justamente nos países desenvolvidos, os quais difundiam as ideias para os ingênuos e incautos que vivem na periferia. Os EUA, principais ideólogos do capital rentista e do ultraliberalismo, vinham impondo, por meio do Banco Mundial,

Organização Mundial de Comércio e Fundo Monetário Internacional (FMI), uma agenda para os países que se prontificassem a receber empréstimos e ajuda do capital financeiro internacional. Uma receita que Chang (2004) classificou de "chutando a escada", por impedir o desenvolvimento econômico dos países que adotassem essas medidas.

O sistema financeiro internacional ganhou muito dinheiro ao vender ativos tóxicos, lixo, capital fictício; papel que nada valia. Adveio a crise, que não apresenta perspectiva de acabar, em meio à qual os antigos liberais e os financistas recorreram à procura da intervenção salvadora do Estado e imploraram e receberam o socorro do Estado burguês.

3 O intervalo do jogo: a crise e a política de socialização dos prejuízos

A solução implementada na crise do mundo do capital - como sempre, realizada pelo capital - foi a aplicação de medidas de políticas econômicas de austeridade que objetivam socializar os prejuízos em favor dos saques dos piratas do mercado financeiro, transferindo para a população o ônus da falência, e sanar o sistema financeiro internacional, que não desmontou a jogatina financeira e fictícia. O Estado não objetivou outra solução; transferiu a conta para a sociedade. Os financistas não somente solicitaram e conseguiram o apoio do Estado, mas, o que é mais incrível, capitanearam todo o processo objetivando salvar o capital financeiro e garantir sua sobrevivência.

Em meio à grave crise, os Estados já implementaram programas de resgate do sistema financeiro com gastos trilhonários, promovendo sempre, por outro lado, uma política recessiva e de redução dos gastos públicos, dos direitos sociais, das políticas públicas, dos direitos dos funcionários públicos e até dos aposentados, que servia aos bem de vida, aos saqueadores do mercado financeiro. Na Grécia e na Itália, chegou-se ao cúmulo de atacar a democracia, com a substituição de dois primeiros-ministros eleitos por serviços da banca (Goldman Sachs), que passaram a administrar a crise em favor da banca (Mario Draghi - Goldman Sachs, na Itália - e Lucas Papademos - vice-presidente do Banco Central Europeu, na Grécia). As justificativas dos ideólogos do mercado financeiro e dos economistas ortodoxos passaram a isentar a economia de mercado, o capital financeiro e as estripulias dos

piratas do mercado financeiro global pela desordem de crise global, e disseminaram uma compreensão insuficiente e errônea culpando a dívida pública do Estado burguês.

Os bancos foram salvos, mas não as economias nacionais. A política econômica das elites europeias e do Partido Republicano dos EUA tem usado a crise para manter a continuidade do processo que redistribuiu a riqueza em favor dos mais ricos, agora à custa do corte nos gastos sociais. A política conservadora em curso visa simplesmente cortar gastos públicos, e o processo de degradação social no mundo desenvolvido já está avançado (ASSIS, 2013). A teoria econômica que respaldava a realidade mundo, do mercado, criou uma fraude que teima em não querer mudança. Para manter tal situação, o Estado salvou e absorveu grande parte da dívida do sistema financeiro, que não foi penalizado e muito menos deixou que surgisse um novo sistema de regulação bancária, ganhando novamente muito dinheiro. Desse modo, agora é esse sistema financeiro que é salvo pelo Estado; Estado que se endividou para cumprir as ordens do capital e do sistema bancário e é que está sendo colocado na berlinda ao ser acusado de único culpado pela crise do capitalismo. O setor público vê-se, novamente, diante da imposição de políticas de austeridade, cobrando e recebendo elevado volume de recursos dos contribuintes, repassados facilmente para o sistema financeiro. Para atender ao capital, os Estados dos países desenvolvidos, na linha da política de privatização dos lucros e socialização dos prejuízos, típica do capital, estão procurando destruir os avanços sociais e significativos da cidadania e os direitos dos trabalhadores, o Estado do bem-estar social, Estado providência ou Estado social (SANTOS, 2013).

4 O segundo tempo do jogo: a manutenção do domínio e da defesa do capital financeiro aprofundando as desigualdades próprias do capitalismo

Todas as justificativas dos ideólogos do mercado financeiro imputaram a crise do capitalismo, novamente, à crise do Estado e não à dinâmica do capital fictício. Nesse contexto, passado o período inicial da crise e o mercado sentindo-se mais seguro, o capital financeiro internacional continuou tentando puxar a mesma corda e mantendo o modelo que causou a queda

do *Lehman Brothers* (JUSTUS, 2013). Nada mudou no modelo de ganha-ganha do capital financeiro; apenas a conta foi transferida mais direta e descaradamente para a sociedade. Resumindo, a história do capital novamente confirma e demonstra que há uma cooperação do Estado democrático ou ditatorial em favor do capital e do livre-mercado. O Estado é um forte aliado dos mercados; sua atuação prima e segue a regra de viabilizar as atividades do sistema capitalista e do mercado. Conflitos entre eles, quando existem, são exceção. O Estado do bem-estar social foi um excelente investimento para o capital em uma época específica da história; momento em que o Estado serviu para elevar a rentabilidade do capital ao cuidar de reduzir o custo da força de trabalho para o bem do capital e manter um pacto social que preservava os interesses do capital.

Hoje, com o domínio e predominância do capital financeiro, o sistema objetiva estimular o consumo via crédito, estimulando os consumidores a viverem endividados, os quais permanecem viciados no crédito, arcando com o custo de financiamentos elevados, pagando juros. O Estado e o fundo público são excelentes para que esse capital encontre rentabilidade, segurança e liquidez (BAUMAN, 2010). Esse processo segundo George Monbiot, articulista do *The Guardian*, mantém a lógica do modelo do ganha-ganha do capital financeiro e a crise demonstra que o pensamento neoliberal é uma fraude de alto a baixo. As demandas dos ultrarricos foram vestidas com adornos de uma teoria econômica sofisticada. (MONBIOT apud BELLUZZO 2013, p. 23).

As consequências do jogo estão a aparecer: fim da classe média, aumento da distância entre ricos e pobres; o desemprego na Espanha já atinge 26% da população ativa; e seu efeito sobre a população mais jovem (de 16 a 24 anos) apresenta uma taxa de desemprego que em 2012 era 55%. Desse modo, ocorre um aumento da desigualdade de renda que se torna brutal tanto na Europa como nos EUA. Nestes, em 1978, um norte-americano típico ganhava por volta de 48 mil dólares ao ano, enquanto um profissional de elite recebia cerca de 393 mil dólares anuais. Em 2010, a remuneração do trabalhador médio recuou para 33 mil dólares e este cidadão não percebeu a queda do padrão do nível de vida devido ao fácil e farto acesso ao sistema de crédito que encobria essa enorme deterioração de nível de vida. Por outro lado, os profissionais da elite elevaram seu poder e

remuneração (para quase o triplo), recebendo mais ou menos 1,1 milhão de dólares. E, o que é pior, a desigualdade chegou a tal nível que apenas os 400 megamilionários dos EUA possuem mais riqueza que 150 milhões de norte-americanos que compõem a base da pirâmide (BARKER; CASTILHO, 2013). O 1% mais rico dos americanos, na última geração, é beneficiado pelas leis fiscais, utilizando parte dos lucros para financiar políticos aliados e comprar os meios de comunicação para controlar a percepção dos americanos.

A Europa enfrenta um processo de regressão social, insegurança, desemprego, recessão, deterioração dos serviços sociais e das condições de vida e miséria, avançando na destruição do Estado providência ou do bem-estar social em nome da preservação do euro. Os governos dos EUA e da Europa pouco ou nada aprenderam com a crise financeira, pois, no início da crise, os cinco grandes bancos detinham 43% dos ativos da economia norte-americana, e o governo nada fez para impedir que, em 2012, chegasse a 55%, o que torna o perigo de nova crise bastante provável (RICUPERO, 2013). Não é surpresa a continuação do jogo de ganha-ganha do capital financeiro. A falta de alternativas, a adesão da esquerda europeia ao discurso neoliberal, aceitando a regressão social, insegurança e desemprego, impostos pela *Troika* - FMI, Banco Central Europeu e Comissão Europeia -, construíram apenas um arranjo paliativo, evitando um debate a respeito das penas e impedindo o surgimento de uma proposta alternativa que leve e contemple uma mudança de regras desse jogo de absoluto controle das elites financeiras.

5 Conclusão

Nada foi feito para penalizar os bancos nem para eliminar os incentivos que levaram aos comportamentos de assumir riscos excessivos e escândalos. Nenhum banqueiro importante foi preso e julgado. Os Estados e a política foram dominados pelo sistema financeiro internacional. A primazia continua com a dominância do capitalismo rentista: desigualdade crescente, desemprego maciço, desperdício assombroso, a deterioração social é crescente e a desigualdade de riqueza e renda alarmante. O jogo não terminou; os financistas continuam preocupados apenas com ganhar mais dinheiro para eles e para os rentistas. Continua o jogo de ganha-ganha do capital

financeiro e não importam as consequências.

Urge o desenvolvimento de um novo paradigma que, primeiro, esteja respaldado no ser humano, que resgate a questão da sustentabilidade ambiental, que evite o desperdício dos recursos naturais e de comida, que impeça a política e o processo de obsolescência planejada dos bens duráveis consumidos, e que ocorra uma mais justa e melhor distribuição da riqueza e dos frutos do progresso em benefício da humanidade e não de uma pequena minoria ●

Referências

- ASSIS, J. C. *A miragem da recuperação da Europa pela ótica de Davos*. 28 jan. 2013. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5951>. Acesso em: 08 fev. 2013.
- BARKER, A.; CASTILHO, I. *EUA: o aumento brutal da desigualdade*. 23 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.outraspalavras.net/2013/01/23/eua-o-aumento-brutal-da-desigualdade/>>. Acesso em: 25 jan. 2013.
- BAUMAN, Z. *Capitalismo parasitário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.
- BELLUZZO, L. G. *Ensaio sobre o capitalismo no século XX*. São Paulo: Unesp; Campinas: Unicamp, 2004.
- BELLUZZO, L. G. Em Davos, o pessimismo dos ricos. *Carta Capital*, São Paulo, a. XVIII, n. 733, 30 jan. 2013. p. 23.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. *O poder dos economistas*. 02 jan. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizcarlosbresserpereira/1028720-o-poder-dos-economistas.shtml>>. Acesso em: 02 jan. 2012.
- CAVALCANTE, F.; MISMI, J. Y.; RUDGE, L. F. *Mercado de capitais: o que é, como funciona*. Rio de Janeiro: Elsevier: 2005.
- CHANG, H. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Unesp, 2004.
- JUSTOS, M. *Modelo que causou queda do Lehman Brothers não mudou*. 30 jan. 2013. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=21560>. Acesso em: 06 fev. 2013.
- RICUPERO, R. Iguais aos Bourbons. *Folha de S. Paulo*, 04 fev. 2013. [online]. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/92229-iguais-aos-bourbons.shtml>>. Acesso em: 04 fev. 2013.
- SANTOS, B. S. *Estado social, estado providência e do bem-estar*. 30 dez. 2012. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=21456>. Acesso em: 02. jan. 2013.

* Professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Piauí e doutorando em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão.

ÁGUA DOCE: escassez e controle

Maria Elisabeth Duarte Silvestre*

Resumo: Este artigo trata da chamada crise hídrica. Aborda especificamente o discurso hegemônico da escassez, cuja assimilação é o primeiro passo para a instituição de novas formas de controle desse elemento da natureza insubstituível e essencial à vida e à produção. Procura-se mostrar que o acesso à água, tal como aos demais elementos da natureza, é parte das relações sociais de poder. Portanto, diferentemente do que faz crer o discurso hegemônico, trata-se de uma crise social e, como tal, não atinge a todos igualmente.

Palavras-chave: água doce, escassez, controle, agências multilaterais.

Abstract: This paper addresses the so-called fresh water crisis. It specifically addresses the hegemonic discourse of scarcity. That is because its assimilation is the first step to the assembly of new ways of controlling this irreplaceable, essential to life and production element of nature. I intend to show that the access to fresh water, like the access to the others elements of nature, is a part of the social relations of power. Therefore, unlike the hegemonic discourse makes believe, it is a matter of a social crisis, and as such it does not affect everyone equally.

Keywords: fresh water, scarcity, control; multilateral agencies.

1 Introdução

Dentre as múltiplas facetas da crise ambiental, questão ambiental ou problemática ambiental, expressões aqui utilizadas como sinônimos, malgrado as especificidades que veiculam, a escassez da água doce¹ apresenta-se como uma das mais dramáticas. Na academia, nas várias instâncias de poder do Estado, na mídia, em círculos empresariais e em variadas organizações da sociedade civil, o tema ganhou especial relevância a partir da década de 1990. Afinal, a água é parte constitutiva dos seres vivos, meio de vida e de reprodução de espécies animais e vegetais, essencial ao consumo e à produção, insubstituível e quantitativamente limitada. Segundo o discurso hegemônico, essa crise tende a se agravar. Para aplacar a sede e garantir a energia e o alimento de uma população em permanente crescimento, soluções clássicas, como barragens, aquedutos e interligação de bacias hidrográficas, embora necessárias, já não bastariam. Para os formuladores da geoestratégia mundial da água, é preciso agir sobre a demanda, instituindo novas formas de apropriação, uso e gerenciamento desse recurso.

Na difusão desse discurso estão entidades da família da Organização das Nações Unidas (ONU), destacadamente o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), mais conhecido como Banco Mundial², poderosas Organizações Não Governamentais (ONGs), associações profissionais estreitamente vinculadas

aos recursos hídricos e multinacionais da água. Seguindo os rumos do ambientalismo institucionalizado após a Rio-92, as respostas à crise tendem a ampliar e aprofundar as relações mercantis, reforçando, em última instância, mecanismos que se encontram nas raízes da própria crise.

Dada a centralidade da água na vida, a viabilização destas propostas demanda um intenso trabalho político e ideológico. Desse trabalho faz parte, antes de tudo, demonstrar a existência da crise e os perigos que ela representa. Daí o propósito deste artigo: procurar entender o discurso da escassez e mostrar que a chamada crise hídrica não atinge a todos da mesma maneira ou com a mesma intensidade.

2 Escassez: o discurso da tragédia

Na ausência da água não há vida. Portanto, a tendência à escassez pode, efetivamente, ser o anúncio de uma tragédia justificando o destaque que a partir os anos 1990 passou a receber. Curioso é o tardio reconhecimento dessa realidade. Afinal, há longo tempo se conhece seu papel na vida e na saúde e no alvorecer do século XXI, cerca de um bilhão de pessoas não tinham acesso à água potável, 2,6 bilhões viviam em áreas sem esgotamento sanitário e doenças vinculadas a estas condições matavam anualmente 1,8 milhões de crianças com idade inferior a cinco anos (PNUD, 2006, p. v).

Números parecem conferir confiabilidade às

análises, e os estudos que têm a questão da água doce por objeto costumam apresentar uma profusão de estatísticas. Mais ou menos pessimistas, sistematicamente os dados colhidos e as simulações realizadas apontam para o agravamento dos fatores que caracterizam a crise: crescente poluição, contaminação e assoreamento dos corpos hídricos; perda de biodiversidade; ampliação das diferenças entre oferta e procura de água nos vários continentes e das distâncias entre as fontes de abastecimento e o consumo, elevação dos custos de tratamento e distribuição da água etc.

O terceiro relatório da série Global Environment Outlook (GEO-3) inicia o capítulo sobre água doce registrando sua pequena proporção – 2,5% – no total da água da Terra. Em seguida, anuncia que as principais fontes para uso humano correspondem a somente 200.000 km³, ou seja, menos de 1% do total da água doce existente no Planeta. Antes de prosseguir fornecendo dados que sinalizam para o agravamento da crise nas próximas décadas, o documento assinala que grande parte da água disponível está longe das populações humanas (PNUMA, 2002, p. 150).

Importa lembrar que estas informações se referem aos recursos em estoque e que a água, independentemente de seu estado físico ou químico, circula e integra o funcionamento do Planeta. Por meio movimento, simplificada e denominada ciclo hidrológico, que segundo Shiklomanov (1999) pode levar algumas horas (nos seres vivos) ou milhares de anos (nas geleiras e em reservatórios subterrâneos profundos), a água é reciclada qualitativa e quantitativamente. Daí seu caráter de recurso renovável.

O citado hidrólogo, coordenador do inventário mundial da água realizado para a ONU, estima que do total da água doce em circulação anualmente, 44.800 Km³ correspondem à diferença entre precipitação e evaporação nos continentes. Essa água é absorvida pelo solo, alimenta plantas e animais, penetra no subsolo, forma reservatórios superficiais e subterrâneos. Em sua opinião essa é a água passível de uso anual sem comprometer as reservas – ou seja, renovável. Embora haja água na umidade do solo, nas plantas e no corpo dos animais, os cálculos de disponibilidade hídrica potencial, em regra, levam em conta apenas o deflúvio/descarga dos rios e nas águas subterrâneas que participam do ciclo hidrológico anual. Essa prática confere maior dramaticidade

ao cenário atual e futuro, uma vez que exclui grandes reservas subterrâneas situadas em regiões de clima seco, algumas delas densamente povoadas e berço de grandes civilizações. Além disso, desconhece que o comércio, seja ele de aço, grãos, frutas ou computadores é também comércio de água.

Os levantamentos, conceitos e percepções de Shiklomanov são reproduzidos, reelaborados e amplamente difundidos como verdades absolutas pelos formuladores da geoestratégia mundial da água, quais sejam: Organismos diversos vinculados à ONU; agências de financiamento e assistência técnica; organizações profissionais como a International Water Resources Association (IWRA), que tem entre seus filiados no Brasil a poderosa Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH); o Conselho Mundial da Água (CMA); ONGs de alcance mundial e multinacionais do setor hídrico.

Com trabalhos extremamente bem feitos disponíveis na rede mundial de computadores – que em regra omitem as oportunas ressalvas feitas por Shiklomanov acerca da precariedade das informações na área de recursos hídricos, inclusive aquelas nas quais se baseou –, a influência de tais agentes não se restringe a políticos e técnicos de governos. A grande imprensa, o senso comum e a academia bebem nas mesmas fontes e tendem a reproduzir os discursos do poder. Mais que isso, na qualidade de “[...] formas discursivas e ideológicas que correspondem a uma relação entre a ordem do saber, da verdade e do poder” tais discursos com frequência nascem nas grandes universidades dos países desenvolvidos (DÁVALOS, 2008, s. p.).

É comum ouvir-se que a água é mal distribuída. De fato, as chuvas não caem uniformemente todos os dias do ano e tampouco a cada ano. As águas subterrâneas estão um pouco por toda parte, mas em quantidades, profundidades e qualidades distintas. Ocorre que a água precede a existência humana, e como elemento da natureza sua apropriação e uso, conforme Porto-Gonçalves (2006), concretiza-se por meio da cultura e da política, ou seja, variam no tempo e no espaço. Exemplos de tais diferenças, a resistência das populações originárias e dos ribeirinhos à construção de Belo Monte, dos indígenas bolivianos contra a estrada que deverá cortar o Território Indígena do Parque Nacional Isiboro Sécuré (TIPINIS)³ e a luta de indianos afetados pelo represamento dos sagrados Ganges e Narmada

não se resumem a simples conflitos entre usuários, como faz crer o reducionista discurso hegemônico.

Alusões a uma suposta distribuição inadequada da água, como registra Caubet (2006), naturalizam soluções como a interligação de bacias, o comércio de água etc. Ocorre que, sendo a natureza a base material da produção, o acesso a seus recursos revelam, reproduzem e reforçam relações sociais e de poder. Nessa medida, naturalizar tais deslocamentos é naturalizar as relações que subjazem às formas hegemônicas de controle da natureza e, conseqüentemente, de repartição da riqueza. No capitalismo, significa a apropriação privada da natureza e sua transformação em mercadoria. Na linguagem da economia hegemônica, trata-se, simplesmente, da mobilidade dos fatores de produção, prática que permitiria elevar a racionalidade no uso dos recursos escassos, repercutindo positivamente sobre o bem estar individual e coletivo.

Seguindo esses princípios, autoridades da área hídrica do Amazonas defendiam, no ano 2000, a adaptação das normas locais para viabilizar a exportação da água, que já então denominavam *commodity* (BECKER, s.d.). A racionalidade mercantil e uma suposta inadequada distribuição da água fizeram do Lesoto exportador de água para seu vizinho mais rico, a África do Sul. A iniciativa contou com o patrocínio do Banco Mundial que a apresenta como exemplo bem sucedido de suas inovações na área hídrica (Banco Mundial, 1998). Entretanto, a julgar pelos dados presentes no Atlas Mundial da Água (DIOP; REKACEWICZ, 2003), o Lesoto já então vivia em situação de vulnerabilidade hídrica e em 2025, seu *stress* hídrico será mais grave do que o existente na África do Sul nos anos 1990.

Um indicador dos mais usuais para demonstrar escassez ou abundância é a relação entre o montante de água reciclável e o total de habitantes. China e Canadá possuem volumes aproximados de água, mas, a disponibilidade *per capita* canadense é uma das maiores do mundo e na populosa China a média de apenas 2.295m³/ano é agravada por sua concentração no sul do país (VILLIERS, 2002). O GEO-4, utilizando o Índice de Falkenmark ou Índice de *Stress* Hídrico⁴, que estabelece 1.700 m³/água/hab./ano como o mínimo necessário ao consumo doméstico e à produção, assim abre seu capítulo sobre água doce:

[...] A disponibilidade de água doce per capita mundial está diminuindo [...]. Se as tendências atuais continuarem, 1 milhão e 800 mil pessoas

viverão em países ou regiões com escassez absoluta de água doce em 2025 e dois terços da humanidade poderão ser afetadas pelo *stress* hídrico. A diminuição da quantidade e da qualidade das águas superficiais e subterrâneas está afetando os sistemas aquáticos e os serviços que proporcionam (PNUMA, 2007, p. 4, tradução nossa).

Efetivamente, inúmeros sinais apontam para a diminuição da água em certas regiões da Terra, para o aumento das áreas submetidas a processos de empobrecimento do solo e desertificação, para a ocorrência de eventos hidrológicos críticos mais frequentes e extremos, para a crescente poluição e contaminação dos recursos hídricos etc. Considerando a água um dado e o aumento natural da população, é previsível que cenários baseados na expansão do modelo de desenvolvimento industrialista-fossilista, movido pela busca da acumulação do valor – como em regra ocorre – apontem para um futuro assustador, em especial nas regiões ditas atrasadas, de clima seco e densamente povoadas.

Sem dúvida o volume, a qualidade e a distribuição espacial e temporal da água, assim como o número daqueles que dela se servem, são parâmetros importantes. Afinal, a simples existência humana pressupõe um mínimo de água. Entretanto, o fato de os norte-americanos consumirem nove vezes mais do que os africanos e da Califórnia, possuidora de apenas 1,6% da bacia do rio Colorado, responder por ¼ da extração de suas águas, evidencia o caráter social do consumo e, em decorrência, da escassez. No mesmo sentido, aponta a constatação de que nos últimos cem anos a população quadruplicou e o consumo de água cresceu sete vezes.

Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2006 (PNUD, 2006), “[...] à medida que o mundo vai se enriquecendo, também vai se tornando mais sedento [...]”. De fato, aquilo que hoje é conhecido por enriquecimento ou desenvolvimento, ou seja, o processo de acumulação da riqueza abstrata característico das sociedades fundadas no industrialismo, no individualismo e na concorrência tem como contrapartida transformações cada vez mais intensas e rápidas da natureza. A valorização do valor, objetivo maior das sociedades nas quais surge a crise hídrica, não se faz sem áreas desmatadas, prédios, campos cultivados, indústrias, estradas, barragens, rios poluídos etc. Produzir é transformar a natureza pelo trabalho; é demandar água. Aumentos de produtividade – exigência da competição – se traduzem em

exigências crescentes de água em tempos mais curtos apesar das inovações nos processos produtivos. Assim, a crise surge como resultado da racionalidade própria a de um modo de produzir, viver e pensar no qual, desenvolver-se, é também tornar-se “sedento”. No mesmo diapasão seguem as teorizações acerca da crise e os caminhos propostos para superá-la.

Nessa perspectiva, indicadores que equalizam diferenças e nada dizem sobre as relações sociais e de poder que permeiam a apropriação, o uso e a transformação da natureza, bem como projeções referenciadas na universalização do desenvolvimento hoje hegemônico, embora úteis, devem ser utilizados com cautela. Em geral, tendem a responsabilizar a natalidade e/ou as condições geofísicas do Planeta pela escassez e reforçar os elementos que estão na raiz da própria crise.

3. Escassez e abundância: as duas faces da crise

A oferta potencial *per capita* de água na América do Norte é de 17.458,02 m³/ano e seu consumo totaliza 1.798 m³/hab./ano. Na América do Sul, para uma oferta potencial de 30.374,34 m³/hab./ano, calcula-se um consumo de 335 m³/hab./ano. Maiores consumidores de água do mundo, os norte-americanos gastam em média o triplo do que gastam os europeus e sete vezes mais do que se utiliza no Brasil, cujo deflúvio anual *per capita* de 34.784,33 m³ é aproximadamente o dobro do norte-americano. Frente às médias continentais, o consumo brasileiro de 246 m³/hab./ano supera apenas o africano, calculado em 202 m³/hab./ano (FREITAS; SANTOS, 1999).

Mais importante do que conhecer o consumo de um país ou região, é relacionar seu consumo à sua oferta, ou seja, é verificar aqueles que utilizam mais intensamente seus recursos. Esse dado poderá indicar em que direção se move os interesses subjacentes à formulação da geoestratégia mundial da água. Em ordem decrescente, a Ásia é o continente que mais explora suas reservas, extraindo 1 m³/hab./ano para cada 6,79 m³ disponíveis. A América Central e pela América do Norte vêm em seguida, com respectivamente 1 m³/hab./ano para cada 8,82 m³ de água existente e 1 m³/hab./ano para cada 9,71 m³. A África é o continente com o menor consumo mundial de água por pessoa e sua taxa de utilização é de 1 m³/hab./ano para cada 25,41 m³ disponível.

O consumo domiciliar, tal como qualquer outro, reflete diferenças sociais e culturais. Há indicações de que o gasto médio diário de um norte-americano é de 425 litros; o de um francês, 150 litros, e de um malgaxe da zona rural, somente 10 litros. Em um banho de banheira utilizam-se até 200 litros de água, vinte vezes mais do que todo o consumo de um morador da zona rural de Madagascar! (FREITAS; SANTOS, 1999). Segundo Diop e Rekecewicz, (2003) a agricultura responde por 50-85% da derivação mundial de água. Entretanto, a água que chega às plantas não vai às casas daqueles que vivem no campo uma vez que apenas 30% da população rural, majoritariamente nos países desenvolvidos, têm acesso à água em seus lares (DIOP; REKACEWICZ, 2003; UNICEF, 2006a).

Barlow e Clarke (2002) relatam que, na década de 1990, após vários meses de estiagem, os campos de golfe de Jakarta continuavam verdes, embora a água tenha faltado nos lares pobres. Em 1998, Chipre passou por uma grave seca e a água destinada aos agricultores foi reduzida à metade. Porém, os milhares de turistas que visitam a ilha nada perceberam. Os resorts e as ricas residências que proliferam no litoral do Nordeste brasileiro, com seus gramados, piscinas e campos de golfe, não condizem com o imaginário nacional acerca da penúria hídrica da região. De fato, ainda que saúde e acesso à água e sanitização caminhem juntos, a apropriação da água, tal como ocorre com os demais elementos da natureza, é mais um fator de distinção social.

Embora em países e regiões ditos desenvolvidos o acesso à água potável seja um direito mais comumente respeitado, um PIB elevado não se traduz necessariamente em água para a população. A China, cuja economia, por mais de uma década, cresce a taxas superiores à média mundial, possuía em 2004 a mesma cobertura de água potável da Índia (70%) e taxa inferior à Indonésia e Bangladesh (72%), México (82%), Brasil e Paquistão (83%), Turquia (96%), Iran (92%) e Egito (94%). No mesmo ano, o acesso à água potável no Brasil era proporcionalmente inferior ao existente em países como o México, a Espanha e o Egito, cuja oferta potencial é sabidamente inferior à brasileira. Na África do Sul, aos 600 mil fazendeiros brancos cabem 60% de toda a água utilizada. Ali, a minoria branca responde por 50% do consumo residencial, enquanto 15 milhões de negros não possuem

acesso direto à água (BARLOW; CLARKE, 2003). Estes dados informam a quem serve a água importada do Lesoto e o significado oculto da racionalidade promovida pelos formuladores da geoestratégia mundial da água.

Após a Guerra dos Seis Dias (1967), os palestinos passaram a depender de permissão das autoridades militares israelenses para perfurarem poços na Cisjordânia, e um decreto tornou possível negar, revogar ou emendar uma licença sem qualquer explicação ao licenciado. Em 1982 esse controle passou para a empresa israelense de abastecimento, e a água fornecida aos palestinos integrou-se à rede geral de Israel. Nesse caso, sequer se tenta escamotear as relações de poder que subjazem à apropriação da água e ao uso da violência como instrumento de controle do território e de suas riquezas. É o que evidencia, também, permitir-se aos israelenses poços de até oitocentos metros de profundidade, enquanto os poços palestinos não podem ultrapassar os cento e quarenta metros (SHIVA, 2006).

Ou ainda a constatação de que, aproximadamente trinta anos após a guerra, apenas 10,0% da água captada nos territórios ocupados cabem aos vencidos; que a maior parte das instalações hidráulicas de Israel ali se encontra; e que mais de 60,0% da água utilizada pelos israelenses são captadas além das fronteiras estabelecidas antes de 1967 (DIOP; REKACEWICZ, 2003).

A poluição dos mananciais de superfície, o afastamento entre as fontes de suprimento e os locais de consumo e a elevação dos custos de tratamento e distribuição da água, associados à disseminação da água subterrânea por todas as regiões da Terra, sua maior potabilidade e o avanço da tecnologia de perfuração de poços, têm levado à ampliação do uso das águas subterrâneas. Em regiões da Índia, China, Ásia Ocidental, da antiga União Soviética, no Oeste dos Estados Unidos e na Península Arábica, a exploração das águas subterrâneas a um ritmo superior à recarga vem provocando o rebaixamento do lençol freático. Em áreas próximas ao litoral, essa sobre-exploração já resulta em intrusão de água marinha nas reservas subterrâneas, que uma vez iniciado é de difícil reversão e com frequência torna o solo salino e imprestável para o cultivo (UNESCO/WWAP, 2006).

Segundo Diop e Rekacewicz (2003), entre 50-85% da água retirada dos mananciais destinam-se a fins agrícolas embora apenas 15% das terras

cultivadas sejam irrigadas. É razoável supor que essa demanda provém da agricultura moderna, integrada à indústria e ao comércio em larga escala, que requer grandes investimentos e faz uso da irrigação. A irrigação permite diminuir as incertezas próprias do setor, elevar a regularidade na oferta de insumos, aumentar a produção e a produtividade cumprindo requisitos essenciais à transformação industrial e à competição capitalista. O clima, as técnicas de produção e de regadio e as especificidades dos cultivos são determinantes na maior ou menor demanda exercida pelo setor. Em clima tropical seco, como no Nordeste brasileiro o consumo é mais elevado. Entretanto, embora a região abrigue 28% da população, possua menos de 3% das reservas hídricas do país, o menor potencial de terras irrigáveis e a maior utilização percentual destas terras, nos últimos anos, é exatamente no Nordeste que mais tem crescido a área irrigada no país. Impossível não notar o distanciamento entre essa estratégia de desenvolvimento e os discursos do desenvolvimento sustentável, do combate à escassez e da garantia do direito à água (SILVESTRE, 2002).

A atividade industrial deriva entre 20-25% da água mundial. Contudo, alguns de seus ramos mais modernos, como a indústria de computadores, além de grandes derivações, necessitam de água limpa. Ademais, o uso não consuntivo exercido pelo setor como veículo de diluição, deposição e transporte de resíduos ou como fonte de energia é intenso. Daí possuir o Vale do Silício mais depósitos de resíduos tóxicos do que qualquer outra área dos Estados Unidos e a indicação de que 30% da água de Phoenix estariam contaminadas – 50% dos danos decorreriam de indústrias de alta tecnologia (BARLOW; CLARKE, 2003).

Os vínculos entre indústria e crise hídrica vão além de seu próprio uso ou das relações diretas que possui com a moderna agricultura. Sua influência está presente na urbanização, na elevação do consumo de toda espécie, na exigência de esgotamento sanitário, na contaminação e poluição dos corpos hídricos por produtos químicos etc. Ou seja, de um lado a sociedade industrial demanda quantidades crescentes de água e de outro contamina e polui as reservas. Utilizando fontes diversas, Tundisi (2003) conclui que 120 mil km³ de água sofrem algum tipo de contaminação por matéria orgânica ou por compostos químicos e que 80,0% dos rios

chineses não já não constituem meio de vida para peixes. Barlow e Clarke (2003) informam que na Polônia, $\frac{3}{4}$ das águas dos rios não podem ser utilizadas industrialmente por estarem contaminadas com produtos químicos, esgotos e despejo agrícola e que 75% dos lagos e rios da Rússia possuem água imprópria para consumo. Quase $\frac{1}{4}$ da população nos Estados Unidos bebem água contaminada com chumbo, matéria fecal e outros elementos patogênicos. Nesse país, doenças oriundas da contaminação das águas subterrâneas teriam aumentado cerca de 30% entre 1995 e 1998. Na província canadense de Ontário, maciços cortes no orçamento do Ministério do Ambiente levaram à destruição da estrutura de proteção às águas e à privatização dos serviços de testes de qualidade da água utilizada. Após estas ocorrências, no ano 2000, um estudo federal constatou que $\frac{1}{3}$ dos poços rurais estavam contaminados com a bactéria E. Coli (BARLOW, CLARKE, 2003).

Para atender à demanda crescente, regularizar a oferta e produzir energia as barragens e os canais de transferência entre bacias hidrográficas multiplicaram-se e ganharam proporções gigantescas. Calcula-se que no decorrer do século XX as represas inundaram uma área de aproximadamente um milhão de quilômetros quadrados e que dois trilhões de dólares foram gastos em mais de quarenta e cinco mil grandes barragens, especialmente entre os anos de 1970 e 1975. O ritmo destas construções – tal como a expansão das áreas irrigadas – vem diminuindo nos Estados Unidos e na Europa, mas, aumentando em outras partes do mundo. Índia e China, países apontados como modelos bem sucedidos de industrialização e crescimento nos últimos anos têm lugar de destaque no *boom* destas obras. É a expansão do capital, muitas vezes destruindo formas distintas de apropriação da natureza, e conseqüentemente, da água, que está em curso.

Além de modificarem substantivamente a qualidade da água e os recursos das bacias em que se situam, as grandes obras hidráulicas deslocam milhões de pessoas em todo o mundo. Melhor dizendo, privam milhões de pessoas e seus territórios e recursos. Não por outra razão o Movimento dos Atingidos por Barragens está organizado mundialmente. Apenas na Índia, berço desse movimento, de dezesseis a trinta e oito milhões de pessoas já foram ou estão sendo deslocadas por estas obras; na China a barragem

de Três Gargantas deverá desalojar dez milhões de pessoas (SHIVA, 2006).

Embora seja inegável que em algumas regiões a água é fisicamente mais limitada do que em outras, os dados mostram que escassez e abundância são duas faces de uma mesma moeda e resultam de um mesmo processo: a acumulação de capital.

Conclusão

A apropriação e a transformação da natureza, embora inerentes à existência humana, ocorrem em sociedades determinadas, e como tal assumem formas particulares, configurando-se no quadro das relações sociais. Assim sendo, obedecem a racionalidades específicas, que se encontram inseridas no quadro das necessidades de reprodução do sistema. Nessa perspectiva, a crise hídrica é uma crise social e expressa contradições próprias a uma sociedade particular, com saberes, técnicas e objetivos específicos; com modos próprios de regular o acesso à natureza, de produzir e repartir riquezas; de gerar afluência e miséria; de distribuir ônus e bônus da permanente transformação da natureza. Revela também que, embora toda a água do Planeta esteja integrada e a crise se apresente como uma ameaça global, suas conseqüências não são as mesmas para os diferentes países, regiões, grupos sociais e comunidades.

A escassez ou abundância, ou seja, o acesso a esse elemento da natureza, tal como ocorre com os demais recursos que a natureza oferece, é parte das relações sociais e de poder.

Conseqüentemente, a escassez existente ou potencial não atinge a todos igualmente. Por outro lado, o modelo de desenvolvimento hegemônico ao mesmo tempo em que exige quantidades crescentes de água e as polui, viabiliza seu transporte por longas distâncias e tornam acessíveis novas fontes e mananciais hídricos abrindo perspectivas de grandes negócios. Porém, em se tratando da água, cuja apropriação em parte considerável do Planeta é gratuita, é necessário antes de tudo um trabalho de convencimento da escassez. A essa tarefa, nos últimos vinte anos, muitos esforços tem sido dedicados ●

Notas:

¹Tecnicamente, água doce é aquela cujo teor de sólidos totais é inferior a 1000 mg/l. Por tratar exclusivamente desse tipo de água, neste artigo os vocábulos água e água doce serão utilizados indistintamente.

²Embora corriqueiramente chamado de Banco Mundial, o BIRD é apenas a mais antiga e influente das organizações que compõem o Grupo Banco Mundial. As demais são: Associação Internacional de Desenvolvimento, Instituto do Banco Mundial, Corporação Financeira Internacional, Centro Internacional para Conciliação de Divergências em Investimentos e Agência Multilateral de Garantias de Investimentos (PEREIRA, 2009).

³A biodiversidade da região, que é também área de recarga de inúmeros rios amazônicos, é uma das maiores do mundo. A obra encurtará o caminho para a Ásia, de modo a diminuir os custos do trânsito de mercadorias entre os dois continentes. A brasileira OAS é a construtora responsável e Brasil financia 80% da obra via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

⁴Para Malin Falkenmark, entre 1.700 e 1.000 m³/água/hab./ano haveria *stress* hídrico; entre 1000 e 500 m³/água/hab./ano, escassez crônica; abaixo de 500 m³/hab./ano, penúria absoluta. Acima dos 1.700 m³/água/hab./ano existiria um leque de possibilidades entre o alerta e a abundância (WALDMAN, 2005, p. 218).

Referências bibliográficas

- ABICALIL, Marcos Tadeu. Atual situação dos serviços de água e esgotos no Brasil. In: FREITAS, Marcos Aurelio Vasconcelos de (Org.) *O estado das águas no Brasil – 2001-2002*. Brasília: ANA, 2003. p. 135-158.
- ALTVATER, Elmar. *O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial*. Tradução de Wolfgang Leo Maar. São Paulo: UNESP, 1995. 333 p.
- BANCO MUNDIAL. Gerenciamento de recursos hídricos. Coordenação de Fernando Antônio Rodrigues. Tradução de Henrique Chaves. Brasília: MMA-SRH, 1998. 289 p.
- BRASIL. *Água: o desafio do terceiro milênio*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2000. 116 p. (Série Ação Parlamentar, 113).
- CAUBET, Christian Guy. *A água, a lei, a política... e o meio ambiente?* Curitiba: Juruá, 2004. 306 p.
- DÁVALOS, Pablo. *Los discursos del poder*. Disponível em: <http://www.cifmsl.org/index.php?option=com_content&task=view&id=292&Itemid=32>. Acesso em: 15. 08. 2011.
- DIOP, Salif; REKACEWICZ, Philippe. *Atlas mondial de l'eau: une pénurie annoncée*. Paris: Autrement/PNUE/Memorial de Caen, 2003. 63 p.
- FIGUEIRÓ, Adriano Severo. A luta pela água: trajetória de conflitos e as perspectivas nas políticas públicas de abastecimento urbano. In: *Universidade e Sociedade*. Sindicato Nacional dos Docentes de Nível Superior, n. 28, a. XII, p. 127-132, nov. 2002.
- FREITAS, Marcos Aurélio Vasconcelos de; SANTOS, Afonso Henriques Moreira. Importância da água e da informação hidrológica. In: FREITAS, Marcos Aurélio Vasconcelos de (Org.). *O estado das águas no Brasil*. Brasília: ANEEL, SIH; MMA, SRH; MME, 1999.
- GODELIER, Maurice. *Racionalité & irrationalité en économie*. Paris: Maspero, 1971. 2 v. (Petite Collection Maspero, 81).
- PEREIRA, João Márcio Mendes. O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008). 2009. 366 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 461 p.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano 2006. A água para lá da escassez: poder, pobreza e a crise mundial da água. Mapas e gráficos: Philippe Rekacewicz. Tradução e composição: euroschrift Luxembourg S. à r. l. Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento. New York: PNUD, 2006. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/01_HDR06%20frontmatter_PT_revCA.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2011.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE - PNUMA. *Perspectivas do meio ambiente mundial (GEO-3)*. Passado, presente e futuro. Publicado pela primeira vez no Reino Unido e nos Estados Unidos em 2002. Tradução de Sofia Shellard Neila Barbosa Corrêa. S/I: PNUMA/IBAMA/UMA. 2004. Disponível em: <http://www.wiiuma.org.br/geo_mundial_arquivos/index.htm>. Acesso em: 08 mai. 2010.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE - PNUMA. *L'avenir de l'environnement mondial (GEO4)*. L'environnement au service au développement. Résumé pour les décideurs. Tradução para o francês de Phoenix Design Aid. Dinamarca: PNUMA/Phoenix Designer Aid. 2007b. Disponível em: <http://www.unep.org/geo/GEO4/media/GEO4_SDM_French.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2010.
- SHIKLOMANOV, Igor A. *Summary of the monograph "world water resources at the beginning of the 21st century" prepared in the framework of IHP/ UNESCO*. 1999. Disponível em: <<http://webworld.unesco.org/water/ihp/db/shiklomanov/summary/html/summary.html>>. Acesso em: 27 ago. 2009.
- SHIVA, Vandana. *Guerras por água*. Privatização, poluição e lucro. São Paulo: Radical Livros, 2006. 178 p.
- SILVESTRE, Maria Elisabeth Duarte. *Água doce no Brasil: razões de uma nova política*. 2003. 134 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003. Disponível em: <<http://www.prodema.ufc.br/dissertações/077.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2008.
- SILVESTRE, Maria Elisabeth Duarte. Regulação e institucionalização dos recursos hídricos no Brasil (1934-1997). Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- TUNDISI, José Galizia. *Água no século XXI: enfrentando a escassez*. São Carlos: RiMa, IIE, 2003. 247 p.
- UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND - UNICEF. Meeting the MDG drinking water and sanitation target: the urban and rural challenge of the decade. 2006a. Disponível em: <http://www.who.int/water_sanitation_health/publications/9789241599351/en/index.html>. Acesso em: 30 out. 10.
- UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO)/WORLD WATER ASSESSMENT PROGRAMME (WWAP). *Water, a shared responsibility*. The United Nations World Water Development Report 2 (WWDR-2). Executive Summary. Barcelona: UNESCO/WWAP/Berghahn Books, 2006. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001444/144409E.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2010.
- VILLIERS, Marc de. *Água*. Como o uso deste precioso recurso natural poderá acarretar a mais séria crise do século XXI. Tradução de José Kocerginsky. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002. 457 p.
- WALDMAN, Maurício. *Água e metrópole: limites e expectativas do tempo*. 2005. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2005. 2 v.

* Professora do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Piauí. Doutora em Geografia pela Universidade Federal Fluminense.

O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES E A EVOLUÇÃO ECONÔMICA

José Lourenço Candido*

Resumo: a ciência econômica tem-se mostrado incapaz de explicar e prever grande parte dos fenômenos econômicos, principalmente, a longo prazo. A abordagem institucionalista da economia se desenvolveu como uma alternativa à análise econômica e contra o reducionismo e o liberalismo da análise neoclássica do *mainstream*, destacando a importância das instituições na vida das pessoas e, conseqüentemente, na evolução da economia. Neste ensaio, o objetivo é apresentar as ideias básicas da abordagem institucionalista e sua importância para o entendimento da evolução econômica.

Palavras-chave: Liberalismo. Institucionalismo. Evolução econômica.

Abstract: The Economic Science has been unable to explain and predict a large part of economic phenomena, especially in the long term. The institutionalist approach to economics developed as an alternative economic analysis and against reductionism and liberalism mainstream neoclassical analysis, highlighting the importance of institutions in people's lives and consequently on the economy. Our aim in this essay is to present the basic ideas of Institutional approach and its importance to the economic evolution.

Keywords: Liberalism. Institutionalism. Economic Evolution.

1 Introdução

Uma das grandes críticas que os institucionalistas fazem ao *mainstream economics* é a incapacidade que a teoria neoclássica tem de explicar mudanças no ambiente econômico e suas implicações para o desenvolvimento econômico (HODGSON, 2006). Esta rigidez teórica decorre, principalmente, do reducionismo que foi imposto à teoria, a qual simplifica a economia a um nível tal que não permite a inclusão de entidades como as instituições como elemento importante na compreensão do processo da vida.

Assim, neste breve ensaio, pretendemos apresentar as ideias básicas da abordagem institucionalista em contraposição ao reducionismo neoclássico e suas implicações para a evolução econômica.

Inicialmente, tratamos da discussão sobre o papel das preferências na construção das Instituições e vice-versa; em seguida, na seção 3, mostramos o entendimento dos institucionalistas acerca da impossibilidade de a ciência econômica tradicional evoluir e explicar o mundo real de acordo com suas transformações; e, por fim, chegamos às conclusões na seção 4.

2 A Endogeneidade de Preferências e as Instituições

A ciência econômica do ramo tradicional baseada na escola neoclássica considera que as preferências dos indivíduos são endógenas -

intrínsecas ao sujeito -, de modo que todo o comportamento do indivíduo é desenvolvido segundo sua própria percepção e desejos sem influências determinantes das relações e interações sociais.

Essa é a visão do *mainstream* da Ciência Econômica, que conforma as transações econômicas como algo inerente ao homem, ou seja, que vem de sua própria natureza a inclinação a trocas, a maximizar seu bem-estar e a minimizar sua dor. Esta noção de comportamento natural é a base filosófica de sustentação dos mercados e, conseqüentemente, do liberalismo econômico.

A famosa "mão invisível" de Adam Smith (1983) utiliza esse recurso para justificar o livre-mercado como forma natural das relações econômicas, de modo que, uma vez que fosse oferecido à humanidade a possibilidade de exercitar plenamente seu espírito egoísta, cada um estaria dando o máximo de si, repercutindo sobre a sociedade a maximização do seu bem-estar.

Para que cada um pudesse se empenhar ao máximo, a condição *sine qua non* é a garantia da livre iniciativa, ou seja, de um mercado onde as trocas de bens e serviços poderiam ser realizadas, como no contexto neoclássico, quando ainda havia um grande número de pequenos negociantes e um grande número de consumidores. Smith (1983) entendeu que havia um mercado altamente competitivo onde a mão invisível poderia atuar e, dessa forma, todas as trocas vantajosas seriam

realizadas e, portanto, o alcance da maximização do bem-estar social.

A escola neoclássica pressupõe e reduz a vida das pessoas a decisões exclusivamente econômicas e o homem se torna um ser dotado de extrema racionalidade capaz de responder prontamente e exclusivamente à governança do mercado.

No entanto, as preferências individuais, que têm fontes endógenas e exógenas, parecem ter maior componente exógena na determinação do comportamento individual nas diversas atividades da vida; ou seja, o ser humano define suas preferências a partir de um conjunto de hábitos sociais, suas preferências são fortemente influenciadas ou determinadas por comportamentos incrustados na sociedade formados historicamente por interações cumulativas.

Portanto, os indivíduos estão sujeitos às instituições. As instituições são regras definidas nas mais diversas esferas da vida humana, formais ou informais, mas que representam os valores do conjunto social que o indivíduo defende e assume.

Apesar de parecer simples, a definição de instituição ainda é objeto de controvérsias dentro da própria abordagem institucionalista. Segundo Hodgson (2006, p. 2-3),

The original institutional economists, in the tradition of Thorstein Veblen and John R. Commons, understood institutions as a special type of social structure with the potential to change agents, including changes to their purposes or preferences. However, some institutionalists such as John Fagg Foster (1981,908) have misleadingly defined institutions as “prescribed patterns of correlated behavior.” Defining institutions as behavior would mislead us into presuming that institutions no longer existed if their associated behaviors were interrupted.

Não é nosso objetivo discutir a definição e a origem das instituições (endógena ou exógena), mas compreender que, de fato, as instituições têm impactos sobre as preferências individuais, moldando-as e, de alguma forma, limitando-as; de modo que, inclusive, a racionalidade é impulsionada pelas instituições e que o desejo pelo ganho individual, em grande parte, é uma imposição social.

Um empresário que desejasse apenas ter seus ganhos suficientes para sua reprodução seria engolido pelo mercado, de modo que se faz necessário seguir essa lógica mercadológica de acumulação ampliada. O caso do empresário citado por Commons (1931) também representa uma situação em que a força da instituição supera a preferência individual.

The business man who refuses or is unable to make use of the modern customs of the credit system, by refusing to accept or issue checks on solvent banks, although they are merely private arrangements and not legal tender, simply cannot continue in business by carrying on transactions. These instruments are customary tender, instead of legal tender, backed by the powerful sanctions of profit, loss and competition, which compel conformity (COMMONS, 1931, p. 650).

As instituições estão acima das organizações, as quais podem ser entendidas como instituições formais, pois, por exemplo, embora um empresário possa não aderir ao sistema de pagamentos ou crédito, ao fazê-lo, coloca-se à margem das transações comerciais, as quais têm por norma a realização com intermediação do sistema bancário, que fatalmente o excluirá da realização de ganhos; de modo que se trata de uma imposição social independentemente das preferências do empresário, não importando o juízo de valor das vantagens ou desvantagens relevantes da opção pelo sistema de pagamentos ou de créditos (COMMONS, 1931).

Certamente, um comerciante em um lugarejo afastado dos grandes centros urbanos poderia não fazer uso de um sistema bancário e adotar o seu próprio sistema de controle de vendas, como ainda acontece em algumas localidades no Brasil, pois, nesses casos, a instituição da “caderneta” ou “caderninho” ainda é predominante sobre o sistema bancário. Nesse sistema, o comerciante anota o valor da compra e o consumidor se compromete moralmente, ao final de cada mês, ressarcir-lo.

The individual motivations and preferences cannot be understood without reference to the institutional context which partly shapes and defines them. Economic behaviour is thus acquired. If men are generous in one place and egoistic in another it is not the supposed human nature that differs but the social organization (RODRIGUES, 2004, p. 192)

O liberalismo é a base intelectual para o funcionamento do mercado autorregulado, mas, contraditoriamente, os mercados precisam da construção de instituições para o seu funcionamento, como o dinheiro, o trabalho como mercadoria e a terra, considerados como mercadorias fictícias, ou seja, essencialmente não são mercadorias, mas se faz necessário o ativismo estatal para assim caracterizá-las e dar sustentação às transações econômicas.

O surgimento do mercado de trabalho caracteriza esse ativismo estatal, pois não era uma norma, ou regra social, as pessoas venderem sua capacidade laborativa como única forma de sobrevivência, idilicamente chamados de trabalhadores livres.

Além disso, foi, e é necessária a participação

do estado na criação de forças repressivas que garantissem o pleno funcionamento do mercado de trabalho, como a criação e o desenvolvimento de um arcabouço jurídico que garante um conjunto de direitos aos empregadores, inclusive o de propriedade (RODRIGUES, 2004).

À medida que essa relação capitalista se institucionaliza, uma série de contra movimentos também se desenvolvem como tentativa de defesa dos direitos dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, o estado também faz crescer seu aparato de repressão contra tais forças como forma de manter tais instituições no formato adequado aos interesses dos empregadores, os quais são os mais diversificados, levando em consideração o tempo e o espaço.

Portanto, o ideário do liberalismo econômico é fortemente rejeitado pela abordagem institucionalista, uma vez que o próprio mercado necessita da intervenção estatal para manter a coerção aos indivíduos em favor do pleno funcionamento do mercado; ou seja, a economia não é inseparável do direito, da moral e da política, os quais estão incrustados na vida econômica.

3 A abordagem institucional e a ciência econômica não evolucionária

Pela abordagem institucional, a economia não funciona em uma esfera autônoma, livre da influência dos conflitos e hábitos sociais; e sim recebe forte influência dessas regras sociais.

As instituições contam, portanto. Esta expressão, cara a todos os institucionalistas, pretende significar que o modo como um país ou uma região se estrutura e posiciona num contexto mais amplo – o seu desempenho competitivo – não é apenas o resultado dos recursos ou da tecnologia de que dispõe ou da sua dimensão (REIS, 2009, p. 8).

O reducionismo neoclássico tem outras implicações sobre a própria ciência econômica, pois a não absorção de outros elementos institucionais nos modelos de descrição da economia que se proclama de economia pura relega-a a uma capacidade descritiva de fenômenos passados, tornando os modelos limitados e pouco explicativos das realidades nos seus diversos aspectos de tempo e espaço (REIS, 2009).

A teoria econômica reduz o significado do crescimento econômico à uma função de produção que combina apenas dois fatores de produção - capital e trabalho - relegando a simples resíduos uma série de elementos como tecnologia, organização e capacidades, as quais tornam as combinações de trabalho e capital mais qualitativas

e que dão mais substância à explicação da evolução econômica. Essa exclusão dá à ciência econômica um caráter determinista e, portanto, pouco útil para explicar a evolução econômica (REIS, 2009).

A abordagem institucionalista fornece uma visão mais complexa acerca do entendimento da economia, pois considera as instituições como fundamentos para a evolução econômica guiando as ações humanas.

Na linha mais recente do novo institucionalismo, R. Coase (1937) vê a empresa como uma instituição que evolui de acordo com idiossincrasias empresariais, mas surge justamente devido aos custos de transação significativos. Na visão tradicionalista, os custos de transação envolvidos nos mercados de qualquer natureza eram zero ou insignificantes e a empresa era confundida com o próprio empresário maximizador de lucros; no entanto, a realidade mostrou a importância dos custos de transação relacionados a diversos comportamentos humanos não previstos pelos modelos econômicos e o comportamento empresarial idiossincrático.

Segundo T. Veblen (1898), a economia não é uma ciência evolucionária. Isto porque não consegue abordar os processos cumulativos da sociedade que formam as instituições; portanto, não descreve as leis de causalidade que geram esses processos, o que a tornaria uma ciência evolucionária.

A ciência não evolucionária não se capacita a perceber nem a explicar mudanças como o fordismo e, posteriormente, o toyotismo e todo um paradigma econômico vinculado a cada um deles. O fordismo é reconhecidamente um ponto de tensão que rompe com as ideias anteriores, pois considerava a produção em massa e bons salários pagos aos seus trabalhadores como formas de alavancar a economia.

Na verdade, é uma mudança organizacional que rompe com a forma de ver a produção capitalista em processo anterior desenvolvendo uma nova instituição, uma nova forma de ver a empresa que se espalhou pela economia.

As faces e facetas do capitalismo são tão diversos quanto os contextos temporal e espacial em que o mesmo pode surgir. Segundo Bresser-Pereira (2012), a formação e evolução da economia ocorrem historicamente de forma cumulativa, ou seja, a partir das experiências coletivas dos indivíduos que se somam às novas experiências

que geram mudanças e um novo paradigma institucional.

A evolução da economia também é localizada. Certamente, a posição geográfica gera a identidade de um povo, de uma cultura e de uma nação que pode, ao se somarem, levar os agentes a trabalhar de forma cooperativa, determinando uma estratégia específica para aquele contexto socioeconômico.

Conforme Bresser-Pereira (2006), a estratégia nacional de desenvolvimento é uma instituição porque envolve os indivíduos em torno de um objetivo comum determinado pelo próprio coletivo, que, segundo North (2005), limita-os, mas, simultaneamente, promove o coletivo a um novo patamar de organização. Assim, as instituições têm um papel claro: o papel de moldar a evolução social, pois promovem as interações dos indivíduos através do conhecimento.

As instituições ajudam os indivíduos a tomarem decisões na presença de custos de transação significativos, externalidades e informação assimétrica, na medida em que apontam para uma governação baseada em “acordos” sociais, regras ou normas tácitas, não necessariamente econômicas, mas também éticas, políticas ou culturais.

4 Conclusão

Conforme vimos em Rodrigues (2004), com base em Polanyi, a ideia ortodoxa de que as transações econômicas são preferências inerentes ao homem não se sustentam devido à necessidade de instituições para colocar em funcionamento a máquina do mercado. Como a formação e o desenvolvimento das instituições se devem ao contexto espacial, temporal e cultural, o desenvolvimento do capitalismo assumiu diversas aparências e em nenhuma delas se observou a face do sistema de produção apresentado no rigor da teoria neoclássica; portanto, a governação de mercado não é única, não é pura.

A crítica que se faz à teoria tradicional ataca essa noção de ciência natural. A ciência natural prescinde de que sua menor partícula tenha comportamento previsível para qualquer modificação no ambiente, pois, como nas células (da biologia) ou no átomo (da física), é possível entender e prever a dinâmica de ajustamento a partir de diversos incentivos externos.

Diferente dessas ciências, a economia trabalha com o ser humano, um elemento complexo afeito a diversos comportamentos, muitos, inclusive,

irracionais, e, por isso, praticamente imprevisível.

Portanto, a base analítica da economia não encontra os mesmos pré-requisitos das ciências ditas naturais ou exatas e que, enfim, não pode prescindir de uma compreensão sociológica, histórica e filosófica como fundamentação à abordagem econômica. Ou seja, a governação deve ser definida a partir do estudo das instituições sociais que permeiam um determinado grupo social; é fundamental para atuar de forma a não elevar os conflitos sociais incrustados naquele grupo. Destarte, o entendimento da evolução da economia deve passar também pelo entendimento da evolução das instituições, dos elementos de que formam e condicionam as relações interativas sociais para o cotidiano ●

Referências

- BRESSER-PEREIRA, L. C. Why economics should be a modest and reasonable science. *Journal of Economic Issues*, Salisbury, v. XLVI, n. 2, p. 291-301, jan. 2012.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Estratégia nacional e desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 203-230, abr.-jun. 2006.
- COASE, R. H. The nature of firm. *Economica*, London, v. 4, n. 16, p. 386-405, Nov. 1937.
- COMMONS, J. R. Institutional economics. *American Economics Review*, Pittsburgh, v. 21, p. 648-657, 1931.
- HODGSON, G. What are institutions? *Journal of Economic Issues*, v. XL, n. 1, p. 1-25, 2006.
- NORTH, D. C. *Understanding the process of economic change*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2005.
- REIS, J. *Ensaio de economia impura*. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2009.
- RODRIGUES, J. Endogenous preferences and embeddedness: a reappraisal de Karl Polanyi. *Journal of Economic Issues*, v. XXXVIII, n. 1, p. 180-192, Mar. 2004.
- SMITH, Adam. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- VEBLEN, Thorstein. Why is economics not an evolutionary science? *The Quarterly Journal of Economics*, v. 12, n. 4, p. 373-397, 1898.

* Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Campina Grande, doutorando em Governação, Conhecimento e Inovação na Universidade de Coimbra-Portugal.

SUSTENTABILIDADE: os indicadores e a problemática urbana

Juliana Portela do Rego Monteiro*, Maria do Socorro Lira Monteiro** e Antonio Cardoso Façanha ***

Resumo: a modificação do espaço urbano acentuada pelo processo de urbanização intensificou o crescimento das cidades e, com isso, modificações sociais econômicas e ambientais nas paisagens urbanas. Este artigo pretende refletir sobre esta dinâmica e como os indicadores podem auxiliar na identificação de impacto, na análise das diversas situações para a posterior ação dos agentes (sociedade civil e Estado) com vistas ao alcance de uma situação mais próxima possível da sustentabilidade.

Palavras chave: espaço urbano, urbanização, sustentabilidade, indicadores

Abstract: the modification of urban space marked by the urbanization process has accelerated the growth of cities, and with it, economic social and environmental changes in urban landscapes. This article aims to reflect on these dynamics and how the indicators can help identify impact analysis of different situations for the subsequent action of the agents (State and civil society) in order to reach a possible situation closer to sustainability.

Keywords: urban space, urbanization, sustainability indicators

1 Introdução

Em 2011, uma entre duas pessoas no mundo residia em cidades e estima-se que em 35 anos duas a cada três o farão (UNITED NATIONS POPULATION FUND, 2011). O adensamento urbano impacta sobremaneira a paisagem urbana, com claras consequências socioeconômicas e ambientais. Logo, o conceito de sustentabilidade tem sido operacionalizado na minimização dos infortúnios urbanos. Destarte, sem a expectativa de esgotamento do vasto referencial que trata do tema, o presente artigo objetiva revisar o conceito de sustentabilidade aplicado aos estudos urbanos.

Para tanto, inicia-se com um panorama do conceito de sustentabilidade e dos indicadores como principal ferramenta da sua operacionalização. Posteriormente, o debate se aprofunda com estudos sobre a busca da sustentabilidade urbana, com um breve relato sobre a urbanização brasileira, e a busca de uma mudança de paradigma para as cidades.

2 Sustentabilidade: uma tentativa de conceituação

O termo sustentabilidade muitas vezes é propagado como um lugar comum, especialmente pelas dificuldades na sua conceituação, delimitação e possibilidades de uso. Assim, Acsegrad (2001, p. 28) questiona as dificuldades conceituais e a prática inerentes à sustentabilidade:

[...] como definir algo que não existe? E que, ao existir, será, sem dúvida, uma construção social? E que, enquanto tal, poderá também compreender diferentes conteúdos e práticas a reivindicar seu nome? Isto nos esclarece porque distintas representações vem sendo associados à noção de sustentabilidade: são discursos em disputa pela expressão que se pretende a mais legítima. Pois a sustentabilidade é uma noção a que se pode recorrer para tornar objetivos diferentes representações e ideias [...].

Trata-se, pois, de uma terminologia abstrata, multidimensionada, na qual se encerram questões da natureza e da sociedade, influenciada por debates ideológicos, políticos e econômicos.

Carvalho e Barcellos (2009) destacam que a sustentabilidade pressupõe manutenção ao longo do tempo. Logo, uma atividade sustentável é aquela que consegue, mesmo com os desequilíbrios que venha a sofrer, voltar à sua situação original ou a algo próximo. Os ecossistemas têm alta capacidade de regeneração (resiliência), o que faz com que, mesmo com possíveis alterações, possam em um determinado período de tempo se recompor e preservar-se.

Entretanto, a capacidade de resiliência da natureza vem sendo minimizada, especialmente após a primeira Revolução Industrial, quando a retirada de recursos passou a ser feita, de modo geral, de forma mais rápida que a sua capacidade interna de retorno à situação de equilíbrio. Nas últimas décadas do século XX e durante os anos já decorridos do século XXI, o incremento

populacional mundial, especialmente urbano, e a criação de um modelo de consumo voltado para o uso acelerado dos recursos naturais aprofundaram os desequilíbrios ambientais, comprometendo a capacidade de resiliência da natureza.

Sobre esta questão, Furtado (1974, p. 79) relata que

[...] com efeito, a crescente hegemonia das grandes empresas na orientação do processo de acumulação traduz-se, no centro, por uma tendência à homogeneização dos padrões de consumo e, nas economias periféricas, por um distanciamento das formas de vida de uma minoria privilegiada com respeito à massa da população.

O autor supracitado chama ainda a atenção que a elevação no consumo e a conseqüente pressão sobre os recursos naturais advêm do tipo de desenvolvimento praticado desde a Revolução Industrial pelos países do centro (desenvolvidos, de industrialização antiga) que é, por si só, concentrador de renda, excludente e potencialmente devastador dos recursos naturais.

Destarte, como afirma Foladori (1999, p. 29), Tanto las medidas económicas, como las ecológicas no contemplan las desigualdades sociales. Las medidas socio-políticas se acercan más. Pero todas las medidas de sustentabilidad tienen una omisión en común: no relacionan los daños ambientales con las relaciones sociales y no valoran adecuadamente las desigualdades sociales en el marco teórico de la sustentabilidad. Esta es una consecuencia implícita de trasladar acriticamente el marco teórico de la ecología, que considera la unidad no contradictoria del género humano al igual que cualquier otra especie, a la economía.

Os estudos da sustentabilidade devem, pois, conciliar as questões da natureza com as questões de desigualdade socioeconômicas, intrínsecas aos processos de urbanização dos países periféricos, que levaram, em grande medida, aos impactos ambientais urbanos mais relevantes.

3 Indicadores: uma tentativa de operacionalização conceitual

Não obstante o reconhecimento dos avanços no debate teórico sobre o termo sustentabilidade, persiste grande dificuldade quanto à sua aplicação, o que demanda o estabelecimento de mecanismos para a sua operacionalização, como a construção de indicadores que possibilitem o acompanhamento da sustentabilidade dos diversos sistemas (locais, nacionais, regionais e/ou globais), nas mais diversas dimensões (ambiental, econômica, social, institucional, dentre outras).

Bossel (1996) adverte que os indicadores estão presentes na maior parte das ações do dia a dia e que representam uma ligação entre a humanidade

e o mundo na tomada de decisões diárias; sua importância está também no fato de oferecerem um quadro do meio ambiente, embasando decisões inteligentes quanto ao cuidado e à proteção deste.

Para Guimarães e Feichas (2009) os indicadores nascem da necessidade de romper o padrão de desenvolvimento no qual a meta era somente o retorno econômico para incorporar outras dimensões à avaliação da realidade, levando-se em conta que o desenvolvimento é um processo que acontece nas escalas temporais e espaciais e que está sujeito à ação dos diversos agentes sociais que compõe os territórios. Logo,

[...] indicadores [...] são um conjunto de sinais que facilitam a avaliação do progresso de uma determinada região na busca pelo desenvolvimento sustentável, sendo ferramentas cruciais no processo de identificação de problemas, reconhecimento dos mesmos, formulação de políticas, sua implementação e avaliação (GUIMARÃES et al., 2009, p. 309-310).

Um indicador, a partir da sua origem latina *indicare*, significa descobrir, apontar, estimar. Assim, a construção de um indicador pode ser de grande importância para a aplicação de políticas tanto na esfera pública como na privada (JANNUZZI, 2001).

Indicadores são, pois, “ferramentas constituídas por uma ou mais variáveis que, associadas através de diversas formas, revelam significados mais amplos sobre o fenômeno a que se referem.” (IBGE, 2010, [p. 10-11]).

Neste sentido, são utilizados de forma ampla e em áreas diversas, com o intuito de dimensionar as mais diversas situações, para posterior análise e identificação de alternativas de melhoria.

Entretanto, para que sejam eficazes, como afirma Jannuzzi (2001), faz-se necessário que contenham:

- a) relevância social, ou seja, importância para a sociedade para qual vai servir de instrumento em um determinado período histórico;
- b) validade de constructo - capacidade que deve ter de tornar um conceito abstrato em um instrumento que possa ser operacionalizado;
- c) confiabilidade - ser estruturado sobre informações (base de dados) confiáveis e que poderá servir de parâmetro ao longo dos anos.

O autor supracitado destaca ainda a necessidade de os indicadores serem reprodutíveis, comunicáveis, passíveis de atualização periódica, serem elaborados com custos factíveis, bem como terem a capacidade de se desagregar geograficamente (facilitando, com isso, a comparação entre os diversos locais).

Carvalho e Barcelos (2009, p. 164) definem indicador de sustentabilidade como “uma medida em geral quantitativa dotada de significado substantivo, usada para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito teórico (para pesquisa acadêmica) ou programática (para formulação de políticas).”

Devem servir, pois, como guia para o alcance do difícil objetivo de mensurar o desenvolvimento sustentável e, portanto, torná-lo um conceito mais factível. Destarte, deve-se proceder ao levantamento de variáveis diversas para posterior definição de indicadores do desenvolvimento sustentável. Estes servem como um arcabouço, um marco para estudo e definição dos rumos do desenvolvimento (IBGE, 2010).

Os indicadores são, portanto, uma tentativa de concretude do conceito de sustentabilidade; entretanto, como afirma Acselrad (1999, p. 87), faz-se sempre importante observar que,

Colocar o debate sobre sustentabilidade fora dos marcos do determinismo ecológico implica, portanto, afastar representações indiferenciadoras do espaço e do meio ambiente, requer que se questione a idéia de que o espaço e os recursos ambientais possam ter um único modo sustentável de uso, inscrito na própria natureza do território. A perspectiva não determinística, portanto, pressupõe que se diferencie socialmente a temporalidade dos elementos da base material do desenvolvimento. Ou seja, que se reconheça que há várias maneiras de as coisas durarem, sejam elas ecossistemas, recursos naturais ou cidades.

Observa-se que há ainda um grande desafio diante da realidade das sociedades urbanas e das suas interações com a natureza, a paisagem e o espaço. Portanto, devem-se conhecer os processos históricos que determinaram a conformação urbana atual para, posteriormente, definir a possibilidade de utilização dos indicadores de sustentabilidade como ferramenta de diagnóstico e ação.

3 A sustentabilidade urbana

3.1 A urbanização brasileira e suas consequências

Mudanças vinculadas à economia capitalista, como industrialização, reorganização e redistribuição dos meios de produção e da força de trabalho, o surgimento de novas tecnologias, foram decisivas, especialmente a partir de fins do século XIX e início do século XX, para que o urbano se sobervalorizasse em relação ao rural, provocando alterações no modo de vida das populações e nas condições socioeconômicas e ambientais das mais diversas regiões.

Com isso, Castells (1983, p. 47, grifo do autor) considera que a urbanização é o

[...] processo pelo qual uma proporção significativamente importante da população de uma sociedade concentra-se sobre um certo espaço, onde se constituem aglomerados funcional e socialmente interdependentes do ponto de vista interno, e numa relação de articulação hierarquizada (rede urbana).

Logo, estabelece-se que o fenômeno urbanização encontra-se fundamentalmente atrelado ao modo de produção capitalista, à busca pelo crescimento/desenvolvimento econômico, estabelecendo, nesse fundamento, uma matriz técnico-ideológica.

Nesse contexto, a divisão do trabalho teve papel fundamental na disseminação da urbanização na medida em que determinou, através da redistribuição e reestruturação dos processos produtivos, as cidades atrativas que abrangiam oportunidades de trabalho (especialmente nas indústrias e nos serviços), aprofundando ainda mais a oposição entre as realidades rural e urbana.

Sendo assim, o crescimento das cidades médias e o fenômeno da metropolização ocorreram no período pós-industrialização, quando muitas cidades começaram a se tornar polos de desenvolvimento e atração para as cidades próximas e, com o passar do tempo, também de cidades interioranas mais distantes.

No Brasil, assim como nos demais países latino-americanos, como expõe Cano (1989, p. 65), as contradições inerentes ao setor agrícola, onde conviviam o atraso e a modernização, foram determinantes para o êxodo rural e consequente rápida urbanização, haja vista que a débil indústria local não absorveu a contento os trabalhadores provenientes do campo, como aconteceu nos países desenvolvidos, nos quais “a urbanização [...] foi um processo que percorreu um longo caminho histórico, e muito menos abrupto, do que o verificado no mundo subdesenvolvido.”

O processo de urbanização brasileiro foi gestado na segunda metade do século XIX, quando a economia cafeeira ganhou impulso e recolocou o Brasil no mercado internacional de *commodities*, voltando a participar de forma mais ativa na divisão internacional do trabalho. Promoveu-se, com isso, dinamização comercial e um relativo incremento nas relações entre os diversos setores da economia em torno da nova e importante atividade. Como assevera Furtado (2005, p. 118), “a economia cafeeira formou-se em condições distintas. Desde o começo, sua vanguarda esteve formada por

homens com experiência comercial. Em toda etapa da gestação os interesses da produção e do comércio estiveram entrelaçados.”

Observa-se, portanto, que, desde os primórdios, a urbanização brasileira segue a lógica da divisão de trabalho, fazendo-se de forma excludente, já que a economia cafeeira se dinamizou com auxílio de incentivos do Estado, especialmente em São Paulo, deixando à margem as demais regiões.

Para Santos (2009, p. 77), a partir da Segunda Grande Guerra, nos anos 1940, ocorreu o acirramento da urbanização no Brasil. O aumento da taxa de natalidade e a queda na taxa de mortalidade contribuíram para o incremento populacional. Tal cenário desencadeou o crescimento das cidades médias e o surgimento da metropolização, quando muitas cidades começaram a se tornar polos de desenvolvimento e atração para as cidades próximas e, com o passar do tempo, também de cidades interioranas mais distantes, como já mencionado.

Cano (1989) afirma que, após a crise econômica de 1929 a 1933, o Brasil enfrentou duas décadas de estagnação demográfica, retomando o seu dinamismo com o impulso dado pelo setor industrial na década de 1950 e se acirrando com a industrialização pesada em 1960. Neste momento histórico, ocorreu também uma intensificação da modernização agrícola em alguns estados brasileiros, notadamente, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, que, com incentivos estatais mais pujantes, tornaram-se receptores dos trabalhadores que não se inseriam mais com facilidade na dinâmica econômica rural.

Nesta perspectiva, Santos (2009, p. 77) afirma que, no Brasil, a partir da revolução demográfica dos anos 1950, ocorreram três tipos de urbanização:

Primeiro uma urbanização aglomerada, com o aumento do número - e da população respectiva - dos núcleos com mais de 20 mil habitantes e, em seguida, uma urbanização concentrada, com a multiplicação de cidades de tamanho intermédio, para alcançarmos, depois, o estágio da metropolização, com o aumento considerável do número de cidades milionárias e de grandes cidades médias (em torno de meio milhão de habitantes).

Entretanto, esse processo não se deu de forma ordenada. A conformação urbana se fez seguindo uma lógica concentradora, de tal forma que a maior parte da população que se agregou às cidades médias, bem como aos centros metropolitanos, foram marginalizados. Sobre esse contexto Cano (1989, p. 73) explana que

A ausência de um planejamento eficaz, a crise econômica que se manifesta entre 1962 e 1967 e a postura autoritária do Estado, relegando a segundo plano as questões atinentes aos problemas sociais permitiram que essa urbanização se desse de forma desorganizada, gerando aquilo que se convencionou chamar de “problema urbano”, ou seja, uma carência, a deficiência de infra-estrutura e de atendimento às demandas sociais urbanas. O fenômeno não se restringiu a São Paulo, atingindo os principais centros urbanos do país. À medida que avançássemos na década de 1970, mudaria a adjetivação: do “problema urbano” passaríamos, rapidamente, para o “caos urbano”.

A ONU-Habitat (2012) destaca que, do ponto de vista demográfico, já não mais se reconhece uma explosão urbana, haja vista que o êxodo rural, fator determinante para o crescimento rápido das cidades, praticamente cessou, já que desde o ano 2000 o aumento da população urbana encontrava-se abaixo dos 2%, significando um crescimento demográfico natural. Todavia, apesar dessa conjuntura demográfica, enfatiza-se que a América Latina é a região mais urbanizada no mundo por contar com aproximadamente 80% da população residindo nas cidades.

Esse contexto remete a uma instável situação socioeconômica e ambiental materializada nos impactos urbanos. Portanto, estudos sobre a sustentabilidade urbana são significativos no sentido de identificar os problemas e propor soluções de longo prazo.

3.2 O urbano e a sustentabilidade

Para Martine (2007, p. 181), ainda há por parte da literatura um negligenciamento quanto à relação entre espaço, meio ambiente e população. Nessa perspectiva, uma análise da interação entre estes três elementos fundamentais se faz premente, especialmente quando se trata do mundo urbano, já que “o *locus*, tanto do crescimento demográfico quanto do econômico, está nas localidades urbanas.”

AcseLRad (1999) afirma que a sustentabilidade urbana se guia pelas seguintes visões:

a) “‘racionalidade eco-energética’ [como em Pillet e Odum] ou ‘metabolismo urbano’.” Nesta perspectiva, a cidade é vista como um espaço que consome e gera rejeitos. Logo, a insustentabilidade urbana é uma “expressão social da irreversibilidade” (ACSELRAD, 1999, p. 82)b) a cidade vista como um sistema termodinâmico aberto - expressão social da irreversibilidade termodinâmica: “[...] caberia ao planejamento urbano minimizar a degradação energética e desacelerar a trajetória da irreversibilidade.” (ACSELRAD, 1999, p. 82).

Martine (2007) afirma que os problemas ambientais urbanos não têm origem na concentração urbana pura e simples, mas, especificamente, nos padrões de produção e consumo do nosso sistema econômico atual.

Para tanto, a capacidade de carga é uma das formas mais difundidas para a mensuração da (in)sustentabilidade urbana. Parte da noção de que os recursos que alimentam o sistema ambiental são finitos; logo, um uso inadequado provocaria no futuro uma redução acentuada dos próprios recursos. Considera-se a dificuldade em mesurar esta capacidade de carga já que na natureza as relações complexas não são medidas por estatísticas. Ademais, também é difícil calcular o bônus de descobertas tecnológicas pela rapidez com que acontecem (AROW et al., 1995).

Martine (2007, p. 183) critica a metodologia da capacidade de carga afirmando que

[...] tentar descobrir a capacidade de carga da Terra não é particularmente útil. Da mesma forma, calcular quanto dos nossos recursos estamos usando a mais do que deveríamos é importante para esforços de conscientização, mas não mostra como usar o espaço de forma mais sustentável.

Para Guerra e Cunha (2012, p. 23),

O ambiente ou o meio ambiente é social e historicamente construído. Sua construção se faz no processo de interação contínua entre uma sociedade em movimento e um espaço físico particular que se modifica permanentemente. O ambiente é passivo e ativo. É ao mesmo tempo suporte geofísico, condicionado e condicionante de movimento, transformador da vida social. Ao ser modificado, torna-se condição para novas mudanças, modificando, assim a sociedade.

Portanto, há uma complexidade na relação ambiente/espaço que não pode ser explicada por um único indicador. As cidades estão em constante mutação e, por este motivo, a resolução dos impactos gerados no seu interior demandam uma visão interdisciplinar.

Martine (2007) destaca ainda a importância das políticas públicas na orientação da expansão urbana, investindo em infraestruturas que permitam a conservação dos recursos, a preservação dos espaços abertos e que promovam equidade no uso dos espaços urbanos.

Sendo assim, o importante e frágil metabolismo das cidades brasileiras deve contar com a participação política e de toda a sociedade na construção de uma sociedade urbana sustentável.

4 Conclusão

As aglomerações urbanas são hoje uma realidade sem retrocesso. Apesar da diminuição do

êxodo rural, as cidades são o reflexo de anos de crescimento desordenado que geraram impactos na natureza e na conformação da paisagem urbana.

A sustentabilidade dos centros urbanos depende, portanto, de uma boa adequação do conceito de sustentabilidade - com a utilização dos indicadores para que se chegue o mais próximo possível de uma mensuração - e dos agentes que a compõem: Estado, empresas e sociedade civil.

Dessa forma, não se pode pensar nos centros urbanos como mero *locus* de produção, acumulação e consumo, mas como um ambiente que possui o seu metabolismo próprio. Cabe aos agentes urbanos a manutenção desse metabolismo visando à sustentabilidade urbana ●

Referências

AROW, K. et al. Economic growth, carrying capacity and the environment. *Science*, v. 268, n. 5210, p. 520-521, 28 Apr. 1995. [online]. Disponível em: <http://www.precaution.org/lib/06/econ_growth_and_carrying_capacity.pdf> Acesso em: 15 set. 2012.

ACSELRAD, H. Discursos da sustentabilidade urbana. *R. B. Estudos Regionais e Urbanos*. v. 1, p. 79-90, maio 1999. [online]. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/viewFile/27/15>>. Acesso em: 12 set. 2012.

ACSELRAD, H. Sentidos da sustentabilidade urbana. In: ACSELRAD, H. (Org.). *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 27-55.

BOSSSEL, H. Deriving indicators of sustainable development. *Environmental Modeling and Assessment*, v. 1, n. 4, p. 193-218, 1996.

CARVALHO, P. G. M.; BARCELOS, F. C. Políticas públicas e sustentabilidade ambiental: construindo indicadores de sustentabilidade. *Indicadores Econômicos FEE*, v. 37, n. 1, 2009, 14 p. [online]. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/2280/2656>>. Acesso em: 03 maio 2013.

CANO, W. Urbanização: sua crise e revisão do seu planejamento. *Revista de Economia Política*, v. 9, n. 1, p. 62-82, jan./mar. 1989. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/33-5.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

CASTELLS, M. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FOLADORI, G. Sustentabilidad ambiental y contradicciones sociales. *Ambiente & Sociedad*, a. 2, n. 5, p. 19-34, 1999. [online]. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a03.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2012.

FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (Org.). *Impactos ambientais urbanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

GUIMARÃES, R. P.; FEICHAS, S. A. Q. Desafios na construção de indicadores de sustentabilidade. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, SP, v. XII, n. 2, p. 307-323, jul.-dez. 2009. [online]. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v12n2/a07v12n2.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Indicadores de desenvolvimento sustentável - Brasil 2010. *Estudos e Pesquisas: Informação Geográfica*, n. 7, 2010. [online]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/ids2010.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2012.

JANNUZZI, P. M. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fonte de dados e aplicações*. Campinas, SP: Alínea, 2001.

MARTINE, G. O lugar do espaço na equação população/meio ambiente. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 181-190, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v24n2/01.pdf>> Acesso em: 18 set. 2012.

ONU-HABITAT – PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS ASENTAMIENTOS HUMANOS. *Estado de las ciudades de América Latina y el Caribe 2012: rumbo a una nueva transición urbana*. ago. 2012. [online]. Disponível em: <http://www.onuhabitat.org/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=816&Itemid=538>. Acesso em: 31 mar. 2014.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. 5. ed. São Paulo: USP, 2009.

UNITED NATIONS POPULATION FUND - UNFPA. *Relatório sobre a situação da população mundial 2011*. 2011. [online]. Disponível em: <<http://www.un.org/files/PT-SWOP11-WEB.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2014.

* **Profa. do Departº de Economia-DECON, Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Rede PRODEMA.**

** **Profa. do DECON, Coordenadora do Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFPI).**

*** **Prof. do Departº de Geografia e História/UFPI e do Mestrado em Geografia/UFPI.**

GESTÃO AMBIENTAL como fator de inovação em arranjos produtivos locais

Romina Paradiso*, Maria do Socorro Lira Monteiro** e Reginaldo de Lima Pinto ***

Resumo: este artigo é um trabalho conceitual e pretende relacionar a gestão ambiental à abordagem de arranjos produtivos locais (APLs), dado que, segundo esta metodologia de análise setorial, a inovação se constitui fator fundamental para a competitividade das empresas. Nesse cenário, a gestão ambiental se torna um instrumento inovativo que, ao passo que controla os danos ambientais, leva as empresas a outro patamar de competição, no qual o “verde é competitivo”.

Palavras chave: APL. Gestão ambiental. Inovação.

Abstract: this article is a conceptual work and aims to relate the environmental management approach to Local Productive Arrangements (APLs), since according to this methodology sectoral analysis, innovation is as key factor for competitiveness. In this scenario, the environmental management becomes an innovative instrument that while controlling environmental damage takes companies to the next level of competition, in which the “Green is competitive”.

Keywords: APL. Environmental management. Innovation.

1 Introdução

A preocupação com o meio ambiente parte da percepção do esgotamento da capacidade de carga do planeta. Entre os séculos XIV e XVII, o enfrentamento da finitude dos recursos era preocupante, mas porque havia o medo de se esgotarem as fontes de riqueza para exploração. A materialização do comportamento no sentido da conservação ambiental se inicia de fato em 1972 com a Conferência de Estocolmo, que propõe o fornecimento de diretrizes para proteção e conservação do meio ambiente por meio da cooperação internacional.

A gestão ambiental aparece como uma resposta empresarial para essa nova realidade de esgotamento dos recursos naturais. Essa resposta é forçada a partir de exigências legais e do

mercado, mas, de fato, torna-se preocupação presente na pauta empresarial.

Buscou-se, desta forma, neste artigo, demonstrar que o conceito de gestão ambiental não pode ser avaliado como um custo organizacional, mas como uma oportunidade para uma inserção mais competitiva em um mercado cada vez mais exigente.

Nesse sentido, a abordagem de Arranjos Produtivos Locais é percebida como fundamental para a adoção pelas empresas da gestão ambiental como instrumento inovativo na busca do crescimento econômico aliado à sustentabilidade, econômica, social e ambiental.

2 Gestão ambiental

De acordo com Salim (1986), o processo de

ocupação dos cerrados se deu com a implementação de políticas públicas federais e programas desenvolvidos tanto pelo Estado como pela iniciativa privada, a partir de 1970, alicerçados na Revolução Verde. Destaca-se que a atuação do Estado ocorreu de forma extremamente organizada: planejando, organizando, financiando, subsidiando, apoiando, enfim, oferecendo todo um conjunto de vantagens para o capital que se direcionasse para a região.

“No entanto, em decorrência das especificidades institucionais, econômicas, políticas e naturais, o processo de ocupação do cerrado desenvolveu-se, de forma diferenciada, nas distintas regiões, estados e municípios do País.” (OLIVEIRA; PINTO; MONTEIRO, 2013, p. 2). Salienta-se que a ocupação do cerrado piauiense, através da produção em larga escala de grãos, sobretudo a soja, iniciou nos anos de 1990, não obstante se identificar a histórica e relevante agricultura familiar no município.

Nesse sentido, Porter e Linde (1995a) defendem que os custos de adequação às legislações ambientais podem ser minimizados, senão eliminados, através de inovações que tragam outros benefícios competitivos.

Dessa forma, evidencia-se que a gestão ambiental consiste em uma alternativa capaz de provocar externalidades positivas para o meio ambiente e para a empresa por meio da utilização do conceito de oportunidade, por proporcionar reconhecimento do mercado, vantagens competitivas e inovação dos processos produtivos, tornando-os menos poluentes e menos custosos.

Para Pereira (1999), a adoção da gestão ambiental eficaz pelas organizações requer a incorporação de distintos instrumentos pelo poder público, como (a) o regulatório, expresso pelas normas sobre emissões, proibição ou restrição de atividades e controle de uso de recursos naturais; (b) o econômico, manifestado pelas taxas sobre efluentes, taxas sobre produtos e subsídios; (c) a educação e informação da sociedade; e (d) a negociação direta e acordos voluntários.

Já consoante Seiffert (2007), a gestão ambiental deve ser entendida como um processo adaptativo e contínuo, no qual as organizações definem seus objetivos constantemente, sempre baseados em metas relacionadas à proteção do meio ambiente, à saúde dos empregados, dos clientes e da comunidade, selecionando meios para o alcance dessas metas através da constante avaliação da

interação entre a organização e o meio ambiente.

Nesse sentido, Jabbour e Santos (2006) evidenciam que a gestão ambiental abrange as atividades de planejamento e organização da variável ambiental pela empresa com o intuito de alcançar metas ecológicas específicas. Porém, para tanto, faz-se necessário o envolvimento de todas as áreas de gestão organizacional.

Dessa forma, pode-se depreender que a gestão ambiental alcançou tamanha importância para as organizações que pensar em qualquer forma de gestão que não contemple o aspecto ambiental tornou-se impraticável.

Para Sanches (2000), esse cenário, aliado ao crescimento da competitividade industrial, obriga aos empreendedores a adotarem comportamentos quanto às questões ambientais, as quais podem resultar em acréscimos de custo financeiro, devido a regulações ambientais ou a imagem pública negativa.

3 Arranjo produtivo local

Lastres e Cassiolato (2003) conceituam APL como aglomerações de agentes econômicos, políticos e sociais que podem apresentar vínculos de interdependência e que podem integrar diversas instituições voltadas para a formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades, pesquisa, desenvolvimento e engenharia, política e promoção de financiamentos, e, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas, transforma aglomerados em APLs.

Conforme Paradizo (2005), para identificar com precisão um APL, é necessário que se tenha certo grau de coesão e organização dentre os seguintes agentes:

- a) devem incluir fornecedores de insumos específicos, componentes, máquinas e serviços com o fim de criar infraestrutura produtiva especializada;
- b) sinergias: como canais de distribuição e consumidores, envolvendo fabricantes de produtos complementares e empresas de setores industriais afins, os quais podem possuir características semelhantes, tecnologias ou insumos comuns;
- c) instituições que forneçam treinamentos especializados aos recursos humanos, informações em tempo hábil para o setor como um todo, fontes de pesquisa e suporte técnico;
- d) entidades ligadas ao setor empresarial: agentes que estejam envolvidos com a coordenação das

ações e com políticas de apoio à inovação,¹ melhoria da competitividade e desenvolvimento tecnológico.

Ademais, vincula-se que os APLs apresentam como especificidade importante a existência de um capital social, definido como o grau de cooperação e confiança entre as empresas e instituições integrantes do APL, com vistas a fomentar a especialização e a subcontratação, que possibilitam ganho de vantagens ansiando melhorias para a qualidade da produção.

De acordo com o glossário da Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (RedeSist)² (LASTRES; CASSIOLATO, 2003, p. 9),

Capital social refere-se a um conjunto de instituições formais e informais, incluindo hábitos e normas sociais, que afetam os níveis de confiança, interação e aprendizado em um sistema social. A emergência do tema do capital social vincula-se ao reconhecimento da importância de se considerarem a estrutura e as relações sociais como fundamentais para se compreender e intervir sobre a dinâmica econômica.

Expõe ainda que “Um elevado nível de capital social propicia relações de cooperação que favorecem o aprendizado interativo, bem como a construção e transmissão do conhecimento tácito. Facilita, portanto, ações coletivas geradoras de sistemas produtivos articulados.” (LASTRES; CASSIOLATO, 2003, p. 9).

Entende-se também que os benefícios do associativismo ultrapassam os ganhos com a especialização, principalmente quando se trata das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs). Na medida em que a cooperação propõe-se a viabilizar a realização de certos investimentos em capital fixo; contribui para a difusão de inovações; aumenta o poder de barganha com fornecedores; reduz custos relacionados à estocagem, comercialização e distribuição de mercadorias; permite o atendimento de grandes encomendas; e aumenta a influência política das empresas.

Nessa perspectiva, na concepção de Paradizo (2005, p. 88), “a cooperação é importante no sentido em que aumenta o nível de capital social, favorecendo o aprendizado inovativo. Ou seja, o maior compartilhamento do conhecimento dentro do arranjo possibilita um melhor desempenho inovativo.”

Igualmente, registra-se que estudos empíricos em diferentes regiões do País, realizados por Vargas e Cassiolato (2002), evidenciaram que a aglomeração de empresas fortalece “suas chances

de sobrevivência e crescimento, constituindo-se em relevantes fontes de vantagens competitivas duradouras” (ALBAGLI; BRITTO, 2002, p. 3). Sendo assim, compreende-se que

A participação dinâmica em arranjos produtivos tem auxiliado empresas, especialmente as de micro, pequeno e médio portes (MPME), a ultrapassarem as conhecidas barreiras ao crescimento, a produzirem eficientemente e a comercializarem seus produtos em mercados nacionais e até internacionais (ALBAGLI; BRITTO, 2002, p. 3).

Em consonância com Becattini (1999), o APL pode ser descrito como um amplo complexo produtivo, geograficamente definido, caracterizado por um grande número de firmas envolvidas nos diversos estágios produtivos e, de várias maneiras, na fabricação de um produto, onde a coordenação das diferentes fases e o controle da regularidade de seu funcionamento são submetidos ao jogo do mercado e a um sistema de sanções sociais aplicado pela comunidade.

Já Cassiolato e Lastres (2003, p. 27) encerram uma definição mais rigorosa do APL, ao explicitá-lo como

Aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente, envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtores de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem, também, diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento.

Destarte, o crescimento centra-se em um conjunto de relações criadas por atores econômicos locais, apoiados por sistemas institucionais voltados aos interesses e às necessidades das atividades desenvolvidas na região, por meio da articulação entre as empresas e entre estas e o ambiente, através de estruturas de apoio e de variáveis de natureza política, histórica e sociológica que interagem com a questão territorial. Assentando nesse cenário, realça-se que o aglomerado de empresas passa a assumir importância para o entendimento do sucesso competitivo.

Logo, os APLs se apresentam como caminhos para o desenvolvimento baseado em atividades que levam à expansão da renda, do emprego e da inovação; ou seja, em espaços econômicos renovados, onde as pequenas empresas podem se desenvolver usufruindo as vantagens da

localização, a partir da utilização dos princípios de organização industrial como alavanca para o desenvolvimento local, pela ajuda local às MPMEs, trabalhando paralelamente estratégias de aprendizagem coletiva direcionada à inovação e ao crescimento descentralizado, enraizado em capacidades locais.

Nesse sentido, Paradizo (2005, p. 38) explicita que, em determinadas situações, a abordagem de APL deve ser escolhida para o estudo em virtude, principalmente, de

Representar uma unidade de análise que vai além do tradicional visão baseada na organização individual (empresa), setor ou cadeia produtiva, permitindo estabelecer uma ponte entre o território e as atividades econômicas e por focalizar grupos de agentes e atividades conexas que caracterizam qualquer sistema produtivo e inovativo.

Segundo o Termo de Referência para Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento de APLs (MDIC, 2004, p. 7), cooperação é a “interação entre os atores do arranjo, para a realização de ações que buscam um objetivo comum, relacionado ao desenvolvimento sustentável do arranjo.”

Destaca-se que a cooperação pode acontecer entre as unidades produtivas, entre estas e outras instituições presentes no arranjo, como associações de classe, associações comerciais, redes de empresas, instituições de ensino e pesquisa, organizações não governamentais (ONGs), entre outras, e cooperação entre instituições que atuam localmente.

Lastres e Cassiolato (2003, p. 7), explicitam que,

O significado genérico de cooperação é o de trabalhar em comum, envolvendo relações de confiança mútua e coordenação, em níveis diferenciados entre os agentes. Assim, em arranjos produtivos locais, identificam-se diferentes tipos de cooperação, incluindo a cooperação produtiva visando à obtenção de economias de escala e de escopo, bem como a melhoria dos índices de qualidade e produtividade; e a cooperação inovativa, que resulta na diminuição de riscos, custos, tempo e, principalmente no aprendizado interativo, dinamizando o potencial inovativo do arranjo produtivo local.

Consoante Lastres e Cassiolato (2003), classificam-se as interações de acordo com a regularidade de sua ocorrência. As interações que possuem frequência indefinida ou esporádica são chamadas de irregulares (ou seja, quando a interação não possui um padrão definido de repetição), enquanto as interações onde se define um padrão de recorrência, periodicidade cronológica ou de interface do processo de produtivo caracterizam-se como regulares.

Para Paradizo (2005), as irregulares distinguem-

se em dois tipos: (a) contato bilateral - referente às interações entre dois agentes que acontecem sem um padrão definido de repetição, podendo ser o primeiro passo da constituição de uma futura cooperação. Esse contexto revela que importante é que os dois agentes devem possuir o reconhecimento mútuo sem, no entanto, terem certeza sobre o benefício decorrente de interações, por exemplo, as firmas A e B estabelecem um canal de diálogo entre si, porém, sem discutir se, como e quanto este será utilizado; e o (b) contato multilateral - que acontece em feiras, cursos, eventos do setor, no qual, diferentemente do primeiro, a interação ocorre entre um conjunto de agentes que possuem algum interesse profissional em comum, por exemplo, firmas que atuem no mesmo setor na mesma região, as quais podem ser a raiz de futuras cooperações.

Já dentre as interações regulares, encontram-se também dois tipos:

a) cooperação formal, que advém quando a interação entre os agentes é regular e, ainda, quando há um propósito definido e um resultado esperado. Assim, os agentes cientes da busca do benefício mútuo, caracterizam um método e um objetivo a ser alcançado - por exemplo, duas firmas acordam o desenvolvimento conjunto de um novo produto, bem como a participação de cada parte nesta atividade, o que expressa a perspectiva de alcançar um desenvolvimento do novo produto. Esta forma de cooperação pode suceder no intercâmbio de diferentes estágios do processo de produção, desde que estejam determinados os propósitos da interação.

b) cooperação Informal - quando o objetivo e o propósito da interação não estão claramente estabelecidos, manifestando que os agentes interagem com frequência e têm clareza do benefício recíproco da cooperação, mas esta se verifica por diversos fins sem, no entanto, constituir-se em um projeto específico. É o caso de duas empresas que estabelecem intercâmbios recorrentes para múltiplos fins inerentes ao processo produtivo, como consultas e trocas de informações, mas a cooperação não segue um método nem possui um resultado específico esperado.

Salienta-se que em qualquer um dos tipos de interação que exista o aprendizado interativo é fundamental no processo de aumento da competitividade das micro e pequenas empresas (MPEs), apesar de estas, costumeiramente,

trabalharem em ambiente de baixo conteúdo tecnológico, onde o processo inovativo se dá junto ao setor de produção. Isto é, para estas empresas, a estratégia de inovação se dá a partir da observação das tendências do mercado nacional ou de concorrentes, pois, normalmente, as MPEs não possuem um departamento formal de pesquisa e desenvolvimento, dado seu porte em termos de emprego e faturamento, por ser uma atividade informal, ocasional e com poucos recursos à sua disposição.

Nessa perspectiva, Maital (1996, p. 212) evidencia que as empresas que conseguem construir uma rede de cooperação com os agentes que compartilham dos mesmos interesses aumentam sua competitividade, ou seja, “os executivos que mais cooperam, concorrem melhor.”

Assim, Maital (1996) explicita três motivos que tornam a competitividade através da parceria importante:

- a) cooperação em nível mundial: para serem competitivas no mercado global, as empresas necessitam de aliados, fazendo surgir as *joint ventures*, que se caracterizam por firmas que se aliam para ampliar suas atividades;
- b) conhecimento e informação como insumos imprescindíveis no processo produtivo: em ambiente cooperativo, o conhecimento é compartilhado, utilizado em sua plenitude, ao contrário de ambiente puramente competitivo, onde conhecimento se encontra em partes isoladas, que perdem eficiência por não serem compartilhados;
- c) produtos oriundos de tecnologias: o mercado consumidor torna-se cada vez mais exigente, dificultando que uma empresa isoladamente domine todas as tecnologias necessárias para deixar seu produto mais atraente no mercado. Assim, a maior parte das empresas precisa de ajuda externa para se tornar mais competitiva.

Alicerçado nesse panorama, entende-se que a cooperação converge-se em instrumento crítico na busca da maior eficiência, aumentando as escalas de produção, reunindo esforços e recursos que, de forma isolada, provavelmente, as MPEs, em especial, não teriam condições de mobilizar.

4 Inovação

De forma mais geral, entende-se inovação, conforme Lemos (2001), como a introdução de qualquer tipo de mudança ou melhoria realizada em um produto ou tipo de organização da produção dentro de uma empresa, que refere-se, ainda, a

alterações de tal ordem que geram um novo produto, processo ou forma de organização da produção, considerada como radicais.³ Muitos são os exemplos de inovações, muitas delas incrementais,⁴ que podem gerar crescimento da eficiência técnica, aumento da produtividade, redução de custos, aumento de qualidade e mudanças que possibilitem a ampliação das aplicações de um produto ou processo. Substituição de materiais mantendo as mesmas características no produto pode significar inovações desta ordem.

Schumpeter (1982) atribuiu às inovações a responsabilidade pela dinâmica econômica. As empresas produzem inovações gerando um diferencial que afeta toda a estrutura industrial e de mercado, a fim de obter maior lucratividade. A tipologia proposta pelo próprio Schumpeter, ainda em 1911, considerava como inovação: (a) a introdução de um novo bem ou de uma nova qualidade de bem; (b) a introdução de novo método de produção, incluindo a manipulação comercial da mercadoria; (c) a abertura de um novo mercado; (d) a conquista de uma nova fonte de matéria-prima; e (e) o estabelecimento de uma nova organização econômica.

Neste sentido, a crescente conscientização ecológica faz com que as empresas desenvolvam inovações que passam a ser chamadas inovações ambientais ou ecoinovações. A produção de ecoinovações requer um acúmulo de conhecimentos sobre mercado, tecnologias disponíveis e pesquisas científicas que permita o desenvolvimento de soluções ambientais que representem vantagens competitivas.

De acordo com Lemos (2001), tem sido crescente a ênfase no processo de inovação na literatura e na formulação de políticas que incrementam a competitividade das empresas e que levam ao crescimento econômico e a mudanças tecnológicas e organizacionais. Em consonância com Lustosa (2011) as maiores empresas consideraram que as questões ambientais influenciam na sua competitividade e que o meio ambiente é um fator de motivação para a inovação; as empresas mais inovadoras são mais motivadas a adotar inovações ambientais; a maioria das empresas de setores de alto potencial poluidor tende a considerar mais a influência das questões ambientais e sua competitividade do que aquelas de menor potencial poluidor. Ademais, questão ambiental ganhou espaço nas preocupações sociais das empresas, a partir da década de 1990.

Ao perceberem crescente interesse e preocupação da sociedade com o meio ambiente, as empresas buscaram inserir-se no contexto dos agentes participantes das mudanças em resposta aos anseios da sociedade, vistos a diminuição da capacidade financeira do Estado e o descrédito deste como ator de transformação capaz de solucionar problemas sociais relevantes.

Numa perspectiva que direciona o crescimento à sustentabilidade, Hall (1994) expõe-se que a mudança tecnológica na direção de tecnologias mais limpas passa pelo processo de inovação onde, evidenciando o processo de inovação corresponde a todas as atividades que geram mudanças tecnológicas e a interação dinâmica entre elas, e não precisam ser invenções primárias. Ao inovar, a empresa está buscando solução para um determinado problema, que é resolvido dentro de um paradigma tecnológico, isto é, dentro de determinados padrões de soluções amplamente aceitos baseados nos princípios das ciências naturais. Assim, uma vez estabelecido o paradigma tecnológico, as inovações tornam-se seletivas na capacidade de solucionar problemas, ao mesmo tempo em que encobrem outras soluções que estariam fora do paradigma tecnológico – caracterizando uma “cegueira” do paradigma tecnológico predominante. As tecnologias são eleitas no processo seletivo, que de acordo com as características predominantes do ambiente seletivo, escolhem determinadas tecnologias e não outras.

Nesse sentido, Ferreira e Faria (2005), expõem que o componente ambiental passa a ser um fator determinante no desenvolvimento e aperfeiçoamento de novas tecnologias. A busca da qualidade ambiental pode representar um incentivo ao desenvolvimento de inovações, que podem resultar em uma maior eficiência do processo produtivo, com redução de custos e agregação de valor ao produto, tornando-se ferramenta de competitividade para as empresas.

No trabalho “Toward a new conception of the environment-competitiveness relationship”, Porter e Linde (1995b) discutem explicitamente o papel da regulamentação ambiental na geração de inovação e duplo dividendo. Os autores defendem a necessidade de uma legislação ambiental rigorosa, mas ao mesmo tempo flexível, que permita as empresas encontrarem soluções inteligentes, isto é que agreguem ganhos ambientais e econômicos efetivos, tanto a montante como a jusante do

processo produtivo, a exemplo da redução dos custos associados com o uso eficiente da matéria prima e energia. A legislação deve então favorecer o aumento da produtividade dos recursos naturais e estimular as empresas a considerar a sua relação com o meio ambiente como uma fonte dinâmica de inspiração e, conseqüentemente de inovação. Assume-se que as empresas têm a capacidade de aprender a cumprir a legislação ambiental da forma mais eficiente possível do ponto de vista econômico. Trata-se da denominada curva ou processo de aprendizado.

Assim, em consonância com Lustosa (2011), uma vez que o padrão tecnológico vigente é um dos responsáveis pela degradação ambiental, a introdução e difusão de novas tecnologias ambientais podem aumentar a produtividade dos recursos naturais utilizados como insumos e minimizar a poluição. Essas novas tecnologias reduzem custos - devido ao aumento de produtividade ou pela conformidade -, podem aumentar o valor do produto e dão um diferencial em relação aos concorrentes, uma vez que padrões ambientais mais rígidos estão sendo demandados pela sociedade e adotados pelos organismos reguladores. Estes resultados reforçam a competitividade das firmas.

5 Conclusão

A gestão ambiental consiste em uma alternativa capaz de provocar externalidades positivas para o meio ambiente e para a empresa, por meio da incorporação do conceito de oportunidade, por proporcionar reconhecimento do mercado, vantagens competitivas e inovação dos processos produtivos, tornando-os menos poluentes e menos custosos. Ou seja, deve estar consoante a definição de desenvolvimento sustentável concebida pelo relatório “Nosso futuro comum” (CMMAD, 1991), ao buscar garantir o atendimento das necessidades da geração atual sem comprometer o atendimento das gerações futuras. Essa compreensão exprime o desenvolvimento sustentável como um processo de mudança, no qual a exploração dos recursos naturais, o destino dos investimentos, a inovação tecnológica e as metas organizacionais devem estar de acordo com as necessidades atuais e das futuras gerações.

Destaca-se, outrossim, que tal panorama é reflexo da concepção de Sachs (2009), de que o uso produtivo não necessariamente prejudica o meio ambiente ou destrói a diversidade, pois se

pode desempenhar atividades econômicas sem gerar externalidades negativas ambientais.

Ademais, esse cenário estimulou o surgimento do movimento deecoinovações ou inovações ambientais, o qual requer maior conhecimento do mercado, tecnologias disponíveis e pesquisas científicas para a solução de problemas empresariais e ambientais.

Por conseguinte, infere-se que o aprendizado pode não ocorrer de maneira codificável e formal. Depreende-se, então, que a inovação requer diversas formas de interação entre agentes econômicos e destes com instituições. Esta é a maneira pela qual o conjunto de capacitações de uma firma pode ser compartilhado e aperfeiçoado, sendo a abordagem de APL fundamental para o alcance de uma gestão ambiental inovativa ●

Notas:

(1) Consoante Cassiolato e Szapiro (2002, p. 10), “inovação é o processo pelo qual as empresas dominam e implementam o desenvolvimento e a produção de bens e serviços, sejam novos para elas, independentemente do fato de serem novos para seus concorrentes domésticos ou internacionais.”

(2) RedeSist é “Uma rede de pesquisa interdisciplinar, formalizada desde 1997, sediada no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e que conta com a participação de várias universidades e institutos de pesquisa no Brasil, além de manter parcerias com outras instituições da América Latina, Europa e Ásia.” (REDESIST, 2013, n.p.).

(3) Consoante Freeman (1988), inovações radicais consistem na introdução de um produto ou processo inteiramente novo e representam uma ruptura estrutural com o padrão tecnológico anterior; podem originar novas indústrias, setores de mercados e também significam redução de custos e aumento de qualidade em produtos já existentes; e envolvem inovações de produtos, de processos e de nível organizacional. Inovações incrementais, por seu turno, referem-se àquelas melhorias realizadas continuamente em produtos e processos sem alteração na estrutura industrial.

(4) Para Fontanini e Carvalho (apud OLIVEIRA; PINTO; MONTEIRO, 2013, p. 3), as inovações incrementais no processo assumem um papel importante na empresa, por suas “características inerentes, mercados e estratégias de atuação, sendo as mais recentes voltadas à automação de equipamentos, melhoria da qualidade e do desempenho dos processos, e gestão ambiental.”

Referências

ALBAGLI, S.; BRITTO, J. *Glossário de arranjos produtivos locais*. Rio de Janeiro: RedeSist, 2002. Disponível em: < <http://www.ie.ufrj.br/redesist/piloto/Textos/glossaio.PDF>>. Acesso em: 03 maio 2012.

BECATTINI, G. Distritos industriais na Itália. In: COCO, G.; URANI, A.; GALVÃO, A. P. (Org.). *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 45- 58.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Org.). *Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CASSIOLATO, J. E.; SZAPIRO, M. *Arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais no Brasil*. Proposição de Políticas para a Promoção de Sistemas Produtivos Locais de

Micro, Pequenas e Médias Empresas. Rio de Janeiro: UFRJ/ RedeSist, 2002.

COMISSAO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CMMAD. *Nosso futuro comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

FERREIRA, J. B.; FARIA, A. F. Gestão ambiental como um incentivo à implantação de inovações tecnológicas: um estudo para a cadeia produtiva do couro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 25., Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre, 2005.

FREEMAN, C. Japan: a new national system of innovation? In: DOSI, G. et al.(Ed.) *Technical change and economic theory*. Londres: Printer, 1988. p. 330-348.

HALL, P. *Innovation, economics and evolution: theoretical perspective sonchanging technology in economic systems*. New York: Harvester Wheatsheaf, 1994.

JABBOUR, C. J. C.; SANTOS, F. C. A. Evolução da gestão ambiental na empresa: uma taxonomia integrada à gestão de produção e de recursos humanos. *Gestão & Produção*, São Carlos, v. 13, n. 3, p. 435-448, set.-dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v13n3/06.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2012.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. (Coord.) Glossário de arranjos produtivos locais. In: REDESIST. Arranjos produtivos locais: uma nova estratégia de ação para o SEBRAE. dez. 2003. Disponível em: < <http://www.ie.ufrj.br/redesist/piloto/Textos/glossaio.PDF>>. Acesso em: 02 fev. 2014.

LE MOS, C. *Inovação em arranjos e sistemas de MPME*. Rio de Janeiro. Outubro, 2001.

LUSTOSA, M. C. J. Inovação e tecnologia para uma economia verde: questões fundamentais. *Desafios e Oportunidades*, Belo Horizonte, n. 8, p. 111-22, jun. 2011

MAITAL, S. *Economia para executivos*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC. *Termo de Referência para Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais*. Versão Final, 16 abr. 2004. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1289322946.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2013.

OLIVEIRA, R. J. S. P.; PINTO, R. L.; MONTEIRO, M. S. L. Inovação ambiental e a atividade sojeira em Bom Jesus-PI. In: SÓBER NORDESTE, 8., 2013, Parnaíba. *Anais...* Parnaíba, 2013.

PARADIZO, R. J. S. *Cooperação para o aprendizado inovativo no arranjo produtivo local de confecções em Campina Grande*. 2005. 114 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Centro de Ciência Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005.

PEREIRA, J. S. *Instrumentos para gestão ambiental*. 1999. Disponível em: <<http://jaildo.perso.libertysurf.fr/monog4.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2010.

PORTER, M.; LINDE, C. Green and competitive: ending the stalemate. *Harvard Business Review*, Boston, v. 73, n. 5, p. 120-134, Sep.-Oct. 1995a.

PORTER, M.; LINDE, C. Toward a new conception of the environment-competitiveness relationship. *The Journal of Economic Perspectives*, v. 9, n. 4, p. 97-118, 1995b.

REDE DE PESQUISA EM SISTEMAS E ARRANJOS PRODUTIVOS E INOVATIVOS LOCAIS - REDESIST. *Quem somos*. Disponível em: <<http://www.redesist.ie.ufrj.br/>>. acesso em: 24 set. 2013.

SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009

SANCHES, C. S. Gestão ambiental proativa. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 76-87, 2000.

SCHUMPETER, J. A. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção os Economistas.)

SEIFFERT, M. E. B. *Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental*. São Paulo: Atlas, 2007.

VARGAS, M. A.; CASSIOLATO, J. E. *Termo de referência para estratégia piloto centrada em arranjos produtivos locais*. Rio de Janeiro: RedeSist / UFRJ, 2002.

SALIM, C. A. As políticas econômica e tecnológica para o desenvolvimento agrário das áreas de cerrados no Brasil: avaliação e perspectivas. *Caderno de Difusão Tecnológica*, Brasília, v. 3, n. 2, maio/ago. 1986.

* **Profa. do Departamento de Economia-DECON, Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Rede PRODEMA.**

** **Profa. do DECON, Coordenadora do Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFPI).**

*** **Aluno do Curso de Ciências Econômicas da UFPI e bolsista de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq.**

ATORES SOCIAIS: o caso da saúde pública brasileira

Williams Silva de Paiva* e Antônia Jesuíta de Lima**

Resumo: o presente artigo objetiva analisar o fenômeno de resignificação da utilidade dos atores sociais no Brasil e sua relação com o subfinanciamento da saúde pública após a Constituição Federal de 1988. Parte-se do entendimento de que os recursos destinados à saúde pública pelo governo brasileiro, comparativamente, estão aquém da garantia constitucional de uma saúde universal e irrestrita. Paralelamente, ocorre uma alteração na identidade dos atores sociais que influenciam a conformação institucional das políticas públicas brasileiras, incluindo a política de saúde.

Palavras-chave: Sociedade Civil. Movimento pela reforma sanitária. Política de saúde. Organizações Sociais.

Abstract: this article aims to analyze the event of reframing on the utility of social actors in Brazil and its relation with the underfunding in the public health after the implementation of the Federal Constitution of 1988. This starts with the understanding that the resources allocated to public health care by the Brazilian government, in comparison, have been far from the minimum constitutional guarantee for an unrestricted and universal health care. In parallel, it has been occurring a change in the identity of social actors, which influences the institutional resignation of the Brazilian public policies, including the policy on health care.

Keywords: Civil society. Movement for a health care system reform. Health care policies. Social organizations.

1 Introdução

A modernidade - que, para Giddens (1991, p. 11), "refere-se a estilos, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais, em sua influência" - gerou a divisão funcional da vida coletiva em três setores; o primeiro deles é o Estado, seguido do mercado e mais tardiamente da criação da categoria sociedade civil; este último, intitulado terceiro setor, por ser uma criação mais recente, ganha resignificação conforme o contexto de sua análise.

Habermas (2003), na busca de conceituar sociedade civil, sustenta que a acepção atual do termo sociedade civil afasta-se da categoria sociedade burguesa defendida por Hegel, bem como se distancia da sociedade civil que incluía a economia da época de Marx. Segundo a teoria da ação comunicativa de Habermas (2003, p. 99), a

sociedade civil "é formada por associações livres, não estatais e não econômicas, as quais ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida."

A interação entre esses três setores não é estática. A depender do projeto político que fundamenta as decisões coletivas, surgem retrações e expansões sobre a preponderância do Estado, do mercado e da sociedade civil como ponto de referência que geram neles interferências entre si. Na América Latina, segundo Dagnino, Oliveira e Panfichi (2006), há, em constante competição, três projetos políticos que se digladiam: o projeto autoritário, o projeto democratizante-participativo e o projeto neoliberal. Assim, o protagonismo de cada um dos três setores funcionais da vida coletiva se altera conforme a preponderância do projeto político na sociedade analisada.

Não bastasse essa complexidade que denota uma dinâmica interação entre eles, na compreensão do primeiro, segundo e terceiro setor, a sua funcionalidade e utilização variam conforme o contexto de sua análise. A expressão sociedade civil, por exemplo, conforme o contexto e o tempo de sua utilização, é interpretada pelos diferentes projetos políticos com funcionalidades distintas. O presente artigo visa analisar a funcionalidade do conceito "sociedade civil" na política de saúde brasileira, sua criação institucional e o seu financiamento, em cotejo com o contexto histórico da utilização do dito conceito, desde o regime militar até os dias atuais, com base em estudos do tema como Simionatto (2010), Dagnino, Oliveira e Panfichi (2006) e Burity (2005).

2 A sociedade civil, sua significação, e o movimento democratizante na burocracia autoritária brasileira do regime militar

Desde 1964 até 1985, no período intitulado regime militar, o Brasil esteve sob o jugo de governos burocráticos autoritários (O'DONNELL, 1986). Mas não só o Brasil, na América Latina, submeteu-se a um projeto político autoritário, outros países, como a Argentina, Chile, Uruguai e Peru, também estiveram, durante as décadas de 1970 e 1980, sob o comando de um projeto político autoritário. Nesse contexto de autoritarismo, a categoria sociedade civil, que simbolizava o campo não estatal e, portanto, o espaço que não consubstanciava os governos ditatoriais, ganhou fundamental importância nos discursos da agenda democratizante.

Ademais, pela mesma razão, mas em um contexto distinto, nos países do Leste Europeu submetidos aos governos do socialismo real, durante as décadas de 1960 a 1980, de igual forma, a expressão sociedade civil ganhou força como categoria de libertação (democratização) em contraposição ao autoritarismo estatal. Dita categoria, no Leste Europeu e na América Latina, incorporou-se à militância da esquerda democratizante-participativa e passou a representar a face do bem/não estatal contraposta à face do mal/estatal (SIMIONATTO, 2010).

Além dos projetos políticos democratizante-participativo e autoritário, outro projeto, o neoliberal, tem tido marcante influência não só sobre a América Latina, incluindo o Brasil, mas também, e, sobretudo, sobre os países do capitalismo central (DAGNINO; OLIVEIRA; PANFICHI, 2006). Nestes, especialmente durante a década de 1980, a

orientação seguida era de contingenciamento dos direitos sociais. O Estado-Providência, como modelo de Estado adotado no mundo desenvolvido desde o final da Segunda Guerra Mundial, apresentou sinais de esgotamento no início da década de 1970, dando causa à crise do Estado de Bem Estar Social (ROSANVALLON, 1981). A partir de então, os países do capitalismo central, por influência do projeto neoliberal, passaram a empreender ajustes estruturais, com programas de austeridade, de natureza deflacionista, focados na garantia do mercado livre.

Todavia, no início dos anos de 1980, ainda sob a égide da burocracia autoritária, ocorreram, no Brasil, na contramão dos acontecimentos internacionais, vários movimentos da sociedade civil pelo reconhecimento de direitos de cidadania, como expressões do projeto democratizante. Assim, apropriando-se da acepção da expressão sociedade civil como polo da virtude contraposto ao mal/estatal, a militância de esquerda no Brasil, pautada nos ideais democratizantes, passou a utilizar, durante as décadas de 1970 e 1980, a categoria sociedade civil como uma realidade homogênea, destituída de contradições e corporificadora do bem.

Essa visão de uma sociedade civil homogênea, por outras motivações, também é defendida pela doutrina neoliberal. Para o projeto político neoliberal, a sociedade civil, ou seja, o não estatal é, por excelência, o campo produtivo capaz de corrigir a ineficiência do setor público. Portanto, desde a década de 1970, por motivos distintos, os projetos democratizante e neoliberal veem a sociedade civil como uma categoria homogênea, que representa o não estatal e, por isso, o bem, não obstante, até a década de 1990, com funcionalidades distintas. Para a esquerda democratizante-participativa, como contraposição ao Estado autoritário; para os neoliberais, por seu turno, como correção da ineficiência do Estado.

Em 1985, a burocracia autoritária instalada no governo brasileiro, desde 1964, ruiu. O projeto político democratizante afirmou-se, institucionalmente, como um "curto-circuito histórico" refletido na instalação normativa imediata de um Estado de Direito, do regime democrático e de amplas políticas sociais. Por outro lado, e ao mesmo tempo, a economia interna atingia índices absolutamente desfavoráveis à concretude desta última aspiração (promoção de direitos sociais), persistia no Brasil uma inflação descontrolada e

imperava a necessidade de investimentos estrangeiros, notadamente do capital privado.

3 A política de saúde brasileira na constituição federal de 1988, sua criação normativa e a influência do movimento sanitário composto de atores da sociedade civil

Entre os movimentos da sociedade civil que atuaram na abertura política brasileira de 1985, destaca-se o movimento pela reforma sanitária, pautado em uma teoria social da medicina, que encabeçou, juntamente com outros setores da sociedade, uma campanha por uma saúde pública como amplo direito social de cidadania (MELO, 1993). Segundo Escorel (2008), o movimento sanitário trata-se de um movimento de profissionais da saúde e de pessoas ligadas ao setor pautados no referencial médico-social na abordagem dos problemas da saúde, por meio de práticas políticas, ideológicas e teóricas, visando à melhoria das condições de saúde e de atenção à saúde da população brasileira na consecução do direito de cidadania.

A pretensão do movimento sanitário, composto de entidades da sociedade civil, de uma saúde como direito social de cidadania foi normatizado na Constituição Federal de 1988 (CF/88). A saúde passou a ser direito de todos e dever do Estado consagrado no texto constitucional. O direito à saúde, previsto na CF/88 é, ainda, integral e universal, de inspiração Beveridgiana. Em 1988, passou a ser norma constitucional a instituição do Sistema Único de Saúde (DRAIBE, 1990).

A expressão reforma sanitária foi usada pela primeira vez no Brasil em razão da reforma sanitária italiana e ganhou relevância nos debates prévios à 8ª Conferência Nacional de Saúde, ocorrida em março de 1986, usada para se referir ao conjunto de ideias relativas às mudanças e transformações necessárias na política sanitária brasileira, nas quais o resultado final era entendido como a melhoria das condições de vida da população. O movimento pela reforma sanitária, fruto do projeto democratizante-participativo, surgiu como contraposição ao autoritarismo do regime militar, momento histórico em que o inimigo comum - o autoritarismo - mantinha os atores da sociedade civil como entidades homogêneas (COHN, 1989).

A despeito das conquistas no campo da saúde na construção normativa de um sistema único e universal na CF/88, ainda na década de 1990, a expansão da lógica econômica globalizada (projeto

neoliberal), em marcha em todo o mundo, passou a (re)alinhar ao cenário internacional de restrição aos direitos sociais a posição inicialmente prevista na CF/88 de prioridade do direito e da política de saúde pública (SOARES, 2000). Somada ao cenário internacional de prioridade do sistema financeiro, a realidade econômica interna, simbolizada na inflação, que chegou a 217,9%, em 1985, e na dependência do capital estrangeiro, implicou a pouca realização prática da previsão sanitária Beveridgiana constitucional de 1988 (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

4 a transição de identidade dos atores da sociedade civil após a década de 1990 e a reforma do Estado: uma reflexão sobre o setor saúde

Durante as décadas de 1970 e 1980, a categoria sociedade civil, vista como polo da virtude, foi utilizada pela esquerda para confrontar o não estatal (identificado com a sociedade civil) com o estatal autoritário. Por outro lado, a partir da década de 1990, a sociedade civil, agora em um contexto de abertura política, é tida não mais como contraposição ao Estado, mas como espaço de cooperação, em um cenário em que fazer passou a ser de iniciativa da sociedade, que não pode mais esperar pelo Estado. Quem não faz é um crítico estéril, um imobilista, um atrasado.

Ao longo dos anos de 1990 e início dos anos de 2000, ocorreram mudanças no Brasil que mostram um descompasso entre as agendas de reformas institucionais e reestruturação da economia, de um lado, objeto de prioridade, e a agenda das reformas sociais colocada em segundo plano. Essas mudanças criaram retrações nas expectativas de democratização que deslegitimaram a política, inclusive a sanitária, e a democracia, fazendo surgir novas tendências: parcerias, redes, consórcios, câmaras de negociação etc.

Devido à prioridade da agenda de reforma estatal e da economia no cenário atual, tais tendências se inserem no circuito das políticas sociais como contrapartida à retração do Estado e dos recursos destinados ao custeio das políticas sociais. Esses desdobramentos impactaram a identidade dos atores sociais e as formas pelas quais se articulam as organizações da sociedade civil entre si, bem como com os governos e, ainda, com as empresas privadas, com ênfase para o ativismo da sociedade civil na abertura de espaços para atitudes e formatos organizativos e participa-

tivos, especialmente no período pós-1995 (reforma do Estado), a partir de quando o Estado brasileiro vem passando por reformas tendentes à instalação de um Estado Gerencial.

As transformações por que passam, desde os anos de 1990, a política e o Estado brasileiros têm impulso e reforço do associativismo e da mobilização da sociedade civil experimentadas durante e após a transição para a democracia, o que fornece um contraponto ao protagonismo do neoliberalismo como definidor das mudanças ocorridas e dos problemas enfrentados ao fazer referência à forte demanda por ampliação da democracia a partir da sociedade civil organizada, que reforça a formação discursiva do estado-menor-sociedade-maior (BURITY, 2005).

Como se vê, portanto, no Brasil, os atores da sociedade civil, a exemplo dos que compuseram o movimento pela reforma sanitária, tiveram, na abertura política, um papel de contraposição ao Estado, propondo reformas e combatendo o *status quo ante* em postura agonística; contudo, em tempos de normalidade liberal-democrática, a sociedade civil, incluindo os seus atores do setor saúde, buscam cooperação, formação de redes, fazendo e assumindo papéis que implicam a diminuição da proteção social dada pelo Estado.

Nesse contexto, compreendendo-se a sociedade civil como uma categoria homogênea, sem contradições e representante do “bem”, ganhou força a já referida formulação do Estado Gerencial. O terceiro setor, legitimado pela agenda democratizante pós-1988 e pela agenda neoliberal, desde a década de 1970, ganha espaço na construção do ordenamento jurídico brasileiro e na política nacional, incluindo a política pública de saúde.

Paralelamente à construção de uma sociedade civil parceira do Estado, o desfinanciamento das políticas públicas, normativamente configuradas no contexto democrático da CF/88, reforça a deslegitimação da política brasileira, afirmando um Estado que se retrai frente à marcha global neoliberal e à transformação, também em marcha, da identidade dos atores sociais. Esse cenário é sobremodo perceptível na atual conjuntura da política de saúde brasileira. Há um subfinanciamento da saúde pública no Brasil que reforça a instalação de alternativas de gestão da política sanitária pelo terceiro setor.

5 O subfinanciamento da saúde pública no Brasil e as alternativas de gestão pela sociedade civil (terceiro setor) como resposta à crise do Estado

A saúde pública brasileira, com previsão normativa de um modelo coletivista, no momento atual, em sintonia com o cenário internacional globalizado, padece de relativa escassez de recursos para o seu financiamento. Não se discute que, estando a saúde pública prevista na CF/88 como um direito prestacional universal e integral, sempre haverá escassez de recursos para o seu custeio. As demandas por ações multidimensionais no tratamento da saúde sempre serão ilimitadas; por outro lado, as finanças públicas serão sempre finitas. Essa escassez inevitável, no entanto, é uma escassez absoluta (não comparativa). A análise do financiamento da saúde pública deve, portanto, ser focada tendo por base um parâmetro de comparação, para que se evidencie uma escassez relativa de recursos para o seu custeio. Assim, para a constatação do subfinanciamento atual da saúde pública no Brasil, impõe-se um olhar pautado em padrões comparativos.

Carvalho (2010, p. 48), corroborando essa tese, afirma que

[...] os recursos hoje destinados à saúde são insuficientes para a tarefa de se executar um sistema universal de saúde. A comprovação dessa verdade será apresentada comparando-se o gasto *per capita* com Saúde Pública no Brasil ao de outros países do mundo, em moeda pareada segundo o poder de compra.

O subfinanciamento da saúde pública gera uma crise entre a facticidade e o direito, que consubstancia um paradoxo normativo: as disposições constitucionais definem um padrão próximo ao europeu ocidental, no entanto, na prática, no momento atual, a composição observada aproxima-se da configuração liberal norte-americana (BUSS; LABRA, 1995). Nesse sentido:

Nosso sistema de saúde, constitucionalmente definido como de acesso universal e integral, exhibe estrutura do gasto que em nada se assemelha à dos sistemas nacionais de saúde de cunho welfariano, mas se aproxima do padrão estadunidense, tido como sistema típico do modelo liberal de sistemas de saúde (UGÁ; PORTO, 2008, p. 483).

O subfinanciamento da saúde pública está evidenciado nos dados estatais relativos aos gastos públicos com saúde. Os gastos federais com saúde pública, apesar do crescimento nominal, em comparação com o produto interno bruto (PIB) nacional, conforme dados constantes do Datasus (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013), tiveram

diminuição do ano 2000 até o ano de 2010. Nesses 10 anos, a receita da União efetivamente gasta com saúde passou de 1,73% para 1,64% do PIB nacional; por outro lado, as despesas efetuadas pelos estados e municípios, se comparadas ao PIB brasileiro no mesmo período, aumentaram. Por esta razão, a despesa pública total com saúde, no Brasil, passou de 2,95% em 2000 para 3,67% do PIB em 2010. Este percentual, apesar do sistema universal e irrestrito da política sanitária brasileira, está ainda muito aquém do percentual médio do gasto público com saúde no mundo que, segundo a Organização Mundial da Saúde (2013), é de 5,5% do PIB.

Como demonstração da escassez relativa de recursos para custeio da saúde pública no Brasil, vê-se da leitura da lei n. 12.595, de 19 de janeiro de 2012 (Lei Orçamentária Anual de 2012), que, para custear a promessa constitucional de saúde universal e integral, apenas aproximadamente 3,98% (R\$ 91,7 bilhões) do Fundo Público federal foram previstos em 2012 para despesas com a política de saúde brasileira. Por outro lado, o governo fixou a previsão orçamentária no mesmo ano para o pagamento de juros, amortização da dívida pública e formação de superávit primário no percentual de 47,19% do orçamento federal. Deste percentual, que representa 1,087 trilhões de reais, R\$ 653,3 bilhões, conforme a Nota Técnica n.º 08/2011 da Comissão Mista do Orçamento do Congresso Nacional, constitui apenas uma previsão de despesas; ou seja, é a garantia para o pagamento da dívida pública interna, que não necessariamente ocorrerá nesse valor, já que nem todos os credores resgatam suas dívidas no ano da vigência da Lei Orçamentária (de 2012). A despeito disto, o pagamento unicamente de juros reais, não computando a amortização da dívida, nem a formação de superávit primário, chega a 4,4% do orçamento federal, ou seja, o pagamento apenas dos juros da dívida pública terá investimentos superiores aos da saúde pública (SIAFI, 2013).

Outra linha possível de demonstração da insuficiência financeira para custeio da saúde pública é a comparação das receitas orçamentárias do sistema único de saúde (SUS) com o faturamento dos seguros privados de saúde. Conforme dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) (2013), havia, em setembro de 2012, 48.660.705 beneficiários de planos privados de seguro de saúde, o que representa 25,1% da população brasileira. Ademais, a constatação de

que o percentual de beneficiários tem crescido nos últimos anos confirma o interesse de os brasileiros contratarem planos privados de seguro de saúde: de dezembro de 2003 a setembro de 2012, conforme dados da ANS (2013), o número de beneficiários de planos de saúde privados aumentou 34,08%, ou seja, passou de 17,9% para 25,1% da população brasileira em menos de 10 anos. Além disso, as operadoras de planos de saúde faturaram em 2011, segundo a ANS (2013), R\$ 82,4 bilhões, valor que supera o orçamento público federal destinado à saúde no mesmo ano, que foi fixado inicialmente como previsão de despesa na lei n. 12.381, de 9 de fevereiro de 2011 (Lei Orçamentária Anual de 2011) em R\$ 71,36 bilhões.

Considerando que em dezembro de 2010, com dados da ANS (2013), as operadoras de planos de saúde faturaram R\$ 72,9 bilhões e que 46.005.582 brasileiros eram beneficiários de planos privados de seguros de saúde, chega-se a um orçamento *per capita* com saúde privada suplementar, excluída a saúde privada por desembolso direto, pelos brasileiros de, pelo menos, R\$ 1.584,59 em 2010. Por outro lado, partindo de dados do Datasus (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013), o orçamento *per capita* para a saúde pública no Brasil (de todos os entes federativos), em 2010, foi de R\$ 725,91, o que dá uma diferença de R\$ 858,68 do gasto anual de um brasileiro com plano de saúde para um brasileiro com o SUS.

O subfinanciamento da saúde pública decorre da adoção, pelo governo brasileiro, do projeto político neoliberal, que está em marcha em nível global. Esse desfinanciamento propicia terreno fértil para a resignificação das identidades dos atores da sociedade civil, já que eles, antes contrapostos ao Estado, passam a ser executores/parceiros da implementação da política de saúde. A ineficiência dos serviços públicos de saúde, em grande parte causada pela falta de recursos financeiros, implica o imaginário social de que, estando a política sanitária a cargo de entidades do terceiro setor, haverá maior eficiência na implementação da política pública de saúde.

6 A gestão da política sanitária pelo terceiro setor, como alternativa/consequência do seu desfinanciamento: as organizações sociais (OS)

Desde a década de 1990, divergindo da previsão originária na CF/88, o Estado brasileiro tem passado por reformas tendentes à instalação de

um Estado Gerencial, sob a alegação de resposta à crise do Estado, de sua ineficiência e de sua incapacidade de resistir à tendência internacional de prioridade da economia em detrimento do financiamento das políticas públicas. No bojo dessas reformas, em 1998 foi promulgada a emenda constitucional (EC) n. 19, que, entre outras coisas, incorporou à CF/88 o princípio da eficiência na administração pública.

Essas alterações legislativas seguem a transição, ocorrida a partir da década de 1990, das identidades dos entes da sociedade civil organizada. Há uma inclusão de novos atores na formulação e implementação das políticas públicas, ouvindo-os, institucionalizando sua participação e legitimando parcialmente suas demandas. Na década de 1980, a sociedade civil, tendo um inimigo comum - o autoritarismo - agiu em oposição e confronto com a sociedade política, passando, na década seguinte, a uma bandeira de participação, de atuação conjunta, a uma postura de negociação e colaboração com o Estado (BURITY, 2005).

Há em curso, desde meados da década de 1990, uma redefinição do papel e estrutura do Estado em sintonia com a transformação das identidades dos atores sociais, notadamente na relação entre sociedade política e sociedade civil. Nesse sentido, com a reconquista da democracia nos anos de 1980, implantou-se uma disputa hegemônica em relação às tarefas prioritárias de reconstrução do Estado. De um lado, a agenda da remoção da cultura e procedimentos autoritários e ampliação da presença da sociedade nos espaços de deliberação e decisão do Estado; de outro, a agenda da reestruturação do Estado e suas funções decorrente de um diagnóstico sobre a crise no modelo de intervenção estatal na economia.

O atual modo como se cristalizam a formação e as identidades dos atores sociais se dá por meio de uma articulação particular das duas agendas. Assim, tem-se a influência da agenda da reestruturação do Estado e da economia (abertura de mercados, reestruturação produtiva, enfrentamento da inflação e da crise fiscal, privatizações, estabilização da moeda), mas também a influência da agenda que reclama espaços no processo de formação das políticas públicas, com demandas participativas e de ampliação da democracia que penetram na retórica do governo (conselhos, fóruns, instrumentos jurídicos etc.).

As duas agendas (democratizante-participativa e neoliberal) contribuem para a descentralização, a

agenda das reformas sociais com o intuito de reverter a forte tendência brasileira à centralização no poder central e ao fato de o poder local estar mais próximo das condições cotidianas da vida da população, associando à ideia de que no plano local se possibilita maior controle social (formação de conselhos, fóruns etc.); já a agenda da reforma estrutural, incorporada pelo governo federal no período pós-1995, contribui para a descentralização, especialmente por meio do financiamento direto de organizações sociais.

Em suma, à medida que avança o processo de democratização, *pari passu* com a crise econômica crônica instaurada ainda na década de 1980 (novos discursos sobre a abertura da economia, flexibilização das leis trabalhistas, reforma do Estado, globalização), emerge um crescente número de demandas e atores sociais em busca de atendimento e reconhecimento. Isso trouxe, para o cenário, dois feitos importantes: o alargamento da esfera pública (ou o surgimento de esferas públicas, no plural) e uma simultânea relativização do Estado enquanto definição exclusiva do público e engajamento com ele como responsável diante da sociedade.

Seguindo esta orientação, após a EC n. 19, ainda em 1998, foi editada a lei federal n. 9.637, pela qual entidades da sociedade civil organizada, intituladas organizações sociais (OS), após firmarem contrato de gestão (fixando metas) com o poder público federal, puderam passar a gerir políticas sociais. Estas entidades são pessoas jurídicas não estatais às quais a administração delega a gestão de políticas públicas sociais.

Vários estados da federação, adotando o modelo federal, passaram a regulamentar, em âmbito estadual, a delegação da gestão de políticas sociais às OS. Nesse cenário, ganha destaque a delegação da gestão de unidades de saúde para organizações sociais, em vários estados do Brasil, em especial no estado de São Paulo, mas também, no Rio de Janeiro, Espírito Santo, Santa Catarina, Bahia, entre outros (ABRUCIO; SANO, 2008).

7 Conclusão

A identidade dos atores da sociedade civil passa por uma transição no decorrer da história recente do Brasil, com a consequente ressignificação de categorias e legitimação social de funcionalidades diversas do terceiro setor em relação à sociedade política (de combativos atores a entidades parceiras). Constata-se, nessa seara

(funcionalidade dos atores da sociedade civil), a ocorrência de uma confluência nos discursos dos projetos políticos democrático-participativo e neoliberal, que propaga e toma por base o conceito de sociedade civil como polo da virtude, como um setor homogêneo, sem contradições, obscurecendo diferenças internas, o que sub-repticiamente favorece o avanço das concepções neoliberais de retração do Estado, de construção da solução “estado-menor-sociedade-maior”.

Nesse mesmo cenário, surgem outras manifestações dos projetos políticos em andamento na construção da vida coletiva brasileira; uma destas manifestações, igualmente arrimada na perspectiva neoliberal, é o atual subfinanciamento da política pública de saúde, o que vai ao encontro da referida retração do Estado, legitimando ainda mais as parcerias, redes, cooperações entre a sociedade civil e a sociedade política como alternativas para a propagada crise do Estado.

A visão de uma sociedade civil homogênea e virtuosa que, antes de 1988, serviu de base para o enfrentamento ao projeto autoritário instalado no governo, a exemplo do movimento pela reforma sanitária que culminou na promulgação do texto normativo para o setor saúde na CF/88; nos tempos atuais de normalidade liberal-democrática fundamenta uma “perversa confluência” entre os projetos democrático-participativo e neoliberal (DAGNINO; OLIVEIRA; PANFICHI, 2006) que impulsiona o imaginário social à aceitação da sociedade civil como “face do bem”, com melhores condições de gerir políticas públicas mediante cooperação, a exemplo das OS administradoras de unidades de saúde, ou seja, se o sistema público do setor saúde é tido como ineficiente, em um cenário de desfinanciamento da política de saúde, facilmente são instituídas pelos governos mediante atos legislativos infraconstitucionais, alternativas no campo privado gerencial para a gestão da saúde pública, notadamente por atores sociais parceiros do Estado ●

Referências

- ABRUCIO, F. L.; SANO, H. Promessas e resultados da nova gestão pública no Brasil: o caso das organizações sociais de saúde em São Paulo. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 48, n. 3, p. 64-80, 2008.
- AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS. *Banco de dados*. Disponível em: <<http://www.ans.gov.br>>. Acesso em: 13 maio 2013.
- BURITY, J. Identidades coletivas em transição e a ativação de uma esfera pública não-estatal. In: LUMBAGO, C.; COELHO, D. B.; MELO, M. A. *Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 63-107.

- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política social: fundamentos e história*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. v. 2.
- BUSS, P. M.; LABRA, M. E. (Org.). *Sistemas de saúde: continuidades e mudanças*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*, Brasília, 05 out. 1988.
- BRASIL. Lei n. 9.637, de 15 de maio de 1998. *Diário Oficial da União*, Brasília, 25 maio 1998.
- BRASIL. Lei n. 12.381, de 9 de fevereiro de 2011. *Diário Oficial da União*, Brasília, 10 fev. 2011, retificada em 15 ago. 2011.
- BRASIL. Lei n. 12.595, de 19 de janeiro de 2012. *Diário Oficial da União*, Brasília, 201 jan. 2012, retificada em 08 ago. 2012..
- CARVALHO, G. Avaliação do atual modelo da gestão pública do SUS quanto ao financiamento público na saúde. In: SANTOS, N. R.; AMARANTE, P. D. C. *Gestão pública e relação público privado na saúde*. Rio de Janeiro: Cebes, 2010. p. 48-67.
- COHN, A. Caminhos da reforma sanitária. *Lua Nova*, São Paulo, n. 19, p. 123-140, 1989.
- DAGNINO, E.; OLIVEIRA, A. J.; PANFICHI, A. (Org.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra; Unicamp, 2006.
- DRAIBE, S. *As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas para a década de 90*. In: INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Brasília, DF: Instituto de Planejamento Econômico e Social, 1990. p. 214-258.
- ESCOREL, S. História das políticas de saúde no Brasil de 1964 a 1990: do golpe militar à reforma sanitária. In: GIOVANELLA, L. et al (Org.). *Políticas e sistema de saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. p. 385-434.
- GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- HABERMAS, J. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. v. II.
- MELO, M. A. A anatomia do fracasso: intermediação de interesses e a reforma das políticas sociais na Nova República. *Revista de Ciências Sociais*, v. 36, n. 1, p. 119-163, 1993.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Datasus. *Informações de saúde*. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br>>. Acesso em: 13 maio 2013.
- O'DONNELL, G. *Autoritarismo e democratização: contrapontos*. São Paulo: Vértice, 1986.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE - OMS. *Banco de dados de saúde*. Disponível em: <<http://www.who.int/en/>>. Acesso em: 13 maio 2013.
- ROSANVALLON, P. *A crise do estado-providência*. Lisboa: Inquérito, 1981.
- SIMIONATTO, I. Razões para continuar utilizando a categoria sociedade civil. In: LUIZ, D. C. (Org.). *Sociedade civil e democracia: expressões contemporâneas*. São Paulo: Veras, 2010. 29-54.
- SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL - SIAFI. *Banco de dados*. Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/siafi>>. Acesso em: 13 maio 2013.
- SOARES, L. T. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. São Paulo: Cortez, 2000.
- UGÁ, M. A. D.; PORTO, S. M. *Financiamento e alocação de recursos em saúde no Brasil*. In: GIOVANELLA, L. et al. (Org.). *Políticas e sistema de saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. p. 473-505.

* Bacharel em Direito e mestrando em Políticas Públicas na Universidade Federal do Piauí (UFPI).
 ** Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1999) e professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI.

AS DIVERSAS FACES DA FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA: conceitos e novas configurações

Fabrina da Silva Meireles* e Solange Maria Teixeira**

Resumo: as transformações ocorridas na família, ao longo da história, demonstram sua suscetibilidade às influências de fatores culturais, econômicos, políticos e sociais, os quais não apenas incidem em diferentes contextos, mas também geram compreensões diferenciadas de conceitos, arranjos e papéis familiares. Assim, pretende-se analisar a plasticidade da formação e configuração da família contemporânea marcada por um constante processo de transformação.

Palavras-chave: Família. Contemporaneidade. Novos arranjos familiares.

Abstract: the changes occurring in the family, throughout history, demonstrate their susceptibility to the influences of cultural, economic, political and social factors, which not only address different contexts, but also generate different understandings of concepts, arrangements and family roles. Thus, we intend to analyze the plasticity of the formation and configuration of contemporary family marked by a constant process of transformation.

Keywords: Family. Contemporary. New Family Arrangements.

1 Introdução

Este artigo se propõe a refletir sobre as transformações ocorridas na família no processo de construção da chamada família contemporânea, marcada pela plasticidade de formação e configuração. Assim, torna-se apropriado referir-se ao termo no plural - famílias -, pois melhor representa a diversidade de modelos que a instituição tem adotado na contemporaneidade, a partir da influência de fatores internos (relações próprias entre seus membros: divórcios, recasamentos, uniões estáveis) e externos (econômicos, sociopolíticos e culturais).

O grupo familiar se forja pela convivência, sob o mesmo espaço, de indivíduos ligados por laços consanguíneos ou não, de forma que o modelo de organização, a função dos papéis individuais e as relações de afeto lhe determinam a configuração.

Ao se discutir o tema família, não se deve pensar apenas no modelo nuclear tradicional, mas numa variedade de novos modelos e relações engendradas a partir de transformações vivenciadas pela sociedade. Embora, na atualidade, seja evidente a multiplicidade de arranjos familiares, permanece imutável a importância da instituição na formação e cuidado de seus membros. Kaloustian e Ferrari (1994), por exemplo, defendem-na como espaço de garantia da proteção integral e da sobrevivência, independentemente do arranjo em que se baseie.

Zamberlam (2001) aponta a dificuldade de se conceituar família e seus papéis, haja vista o elevado número de subsistemas e a pluralidade de arranjos presentes na contemporaneidade. Nessa realidade, emergem e ganham visibilidade diferentes formas de família e distintas maneiras de se relacionar dentro dela, o que acarreta uma redefinição de papéis e uma redistribuição de responsabilidades a seus componentes.

Este artigo apresenta algumas contribuições teóricas em torno dos diversos conceitos, assim como discute a formação dos diferentes arranjos da família contemporânea, a fim de balizar as reflexões acerca da dinamicidade de seu processo de constituição. Para tanto, considera-se que a família contemporânea se revela em constante transformação e com diferentes faces que refletem os contextos sócio-histórico, cultural, econômico e político de uma dada sociedade.

2 Família ou famílias? Algumas aproximações conceituais

A família, como unidade dinâmica, tem passado, ao longo da história, por constantes modificações, o que impossibilita olhá-la sob um único viés. Conforme assinala Miotto (1997), ao falarmos de "famílias", devemos nos ater à sua especificidade, posto que diferem significativamente entre si nos diversos momentos da história humana, possuindo uma dinâmica própria,

construída na relação entre os membros. A reflexão sobre a temática família tem um pressuposto básico que é a sua inserção no processo de reprodução do cotidiano da vida social.

Nos últimos anos, observam-se, nos planos socioeconômico e cultural, várias mudanças ocorridas sob a égide do processo de globalização da economia capitalista que interferem na dinâmica e na estrutura familiar, provocando alterações no padrão tradicional de organização. Assim, na perspectiva de se contemplar a diversidade de relações de pessoas que convivem na sociedade, tornou-se mais apropriado falar em “famílias”.

As famílias devem ser reconhecidas como um espaço altamente complexo, que se constrói e reconstrói, histórica e cotidianamente, por meio das relações e negociações que se estabelecem entre seus membros e entre seus membros e outras esferas da sociedade (Estado, trabalho e mercado). Reconhece-se que, além de sua capacidade de produção de subjetividades, a família também é uma unidade de cuidado e de redistribuição interna de recursos, com papel importante na estruturação da sociedade em seus aspectos sociais, políticos e econômicos e, portanto, não apenas uma construção privada, mas também pública (MIOTO, 2010).

Com efeito, a compreensão dos conceitos de família, devido à sua diversidade de formas e arranjos, faz-se imprescindível para guiar as discussões que gravitam em torno da temática nos planos ideológico, político, social e cultural. Nessa perspectiva, apresentam-se os pensamentos de autores importantes que se dedicaram a estudar a temática “família” com o fito de balizar as análises sobre esta questão.

Segundo Miotto (1997), a diversidade atual de arranjos familiares na sociedade brasileira leva a definir a família como um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo, e se acham unidas (ou não) por laços consanguíneos, tendo, como tarefa primordial, o cuidado e a proteção de seus membros, e que se encontra dialeticamente articulada com a estrutura social na qual se insere.

Para Draibe (apud CARVALHO, 2005), a família é uma instituição social que, independentemente das variantes de desenhos e formatações da atualidade, constitui um canal de iniciação e aprendizado dos fatos e das relações sociais e uma unidade de renda e consumo. As famílias, como agregações sociais, ao longo dos tempos,

assumem ou renunciam a funções de proteção e socialização dos seus membros como resposta às necessidades da sociedade a que pertencem. Nessa perspectiva, essas funções se regem por dois objetivos, sendo um de nível interno, como a proteção psicossocial dos membros, e o outro de nível externo, como a acomodação a uma cultura e sua transmissão.

Kaloustian e Ferrari (1994) elegeram a família como espaço imprescindível para a garantia da assistência e da proteção integral de seus membros, independentemente da configuração familiar ou da forma como vem se estruturando. É a família que oferece os suportes afetivos e, sobretudo, materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel primordial na educação formal e informal, sendo no seu espaço que valores éticos e morais são introduzidos e incorporados e onde se fortalecem os laços de solidariedade.

Para Sarti (1996), a família não é apenas o elo afetivo mais forte dos pobres, o núcleo da sua sobrevivência material e espiritual, o instrumento pelo qual viabilizam seu modo de vida, mas o próprio substrato de sua identidade social; sua importância não é funcional e seu valor não é meramente instrumental, mas se refere à sua identidade de ser social e constitui o parâmetro simbólico que estrutura sua explicação do mundo.

De acordo com Petrini (2003), a família, no processo de evolução histórica, permanece como matriz civilizatória e condição para a humanização e a socialização das pessoas, pois a educação qualificada da criança que nela ocorre é que vai garantir o suporte necessário à sua criatividade e a um comportamento produtivo quando adulto. A família sempre foi e continuará a ser a influência mais poderosa no desenvolvimento da personalidade e do caráter de seus membros.

Na esteira das diversas conceituações da categoria família, é possível refletir também acerca da multiplicidade de seus arranjos contemporâneos. Assim, convém destacar que a família vem sofrendo modificações através da história que podem variar de uma cultura para outra, considerando o modelo societário, político e econômico de cada sociedade.

3 Os diferentes arranjos da família contemporânea

As conceituações da categoria família, aqui

apresentadas, revelam que a diversidade da constituição familiar não reflete apenas a esfera concreta (diferentes configurações), mas também está presente no campo teórico (diversos conceitos). Essa compreensão remete a uma aceção plural de família, considerando a variedade de conceitos e arranjos familiares possíveis.

As transformações ocorridas principalmente desde meados do século XX no que diz respeito à configuração e ao funcionamento familiar provocaram alterações na estrutura e na dinâmica de suas relações. Assim, as famílias sofreram (e sofrem) influências dessas mudanças, tanto numa dimensão geral como específica, a partir da formação, pertencimento social e história de cada sociedade.

As mudanças havidas nos planos político, social, econômico e cultural, notadamente no século XX, ao tempo em que interferiram nas formas de organização familiar, também refletiram essas novas configurações. Desse modo, a reflexão sobre família não deve recair apenas sobre o seu modelo hegemônico, mas também considerar que esse formato vem se modificando e construindo novas configurações a partir de transformações vivenciadas e de necessidades impostas pela sociedade, num processo constante de retroalimentação.

Em decorrência disso, a família contemporânea é dinâmica, caracterizada por redefinições de papéis, hierarquia e sociabilidade, permitindo diferentes configurações centradas na valorização da solidariedade, fraternidade, ajuda mútua, laços de afeto e amor (FONSECA, 2002; RIZZINI, 2002), em detrimento da exigência da consanguinidade. Essas várias configurações familiares refletem o modo como se dispõem e se inter-relacionam os membros de uma família, mantendo vínculos que excedem a relação consanguínea, mas que envolvem laços afetivos e simbólicos. Assim, a compreensão atual de família não está mais atrelada necessariamente à concepção de grupamento nuclear (composto de mãe, pai e filhos), porém, tem-se ampliado sua noção à medida que se procura incluir os diferentes arranjos e relações entre os seus membros.

É possível observar, na mesma sociedade, a coexistência de diferentes arranjos, incluindo modelos tradicionais (pai/provedor, mãe/cuidadora e filhos), e configurações mais contemporâneas (casais dividindo ou alternando os cuidados dos filhos e da organização familiar, mulheres e homens

assumindo sozinhos o sustento financeiro do grupo, pais e mães independentes/ monoparentalidade, famílias reconstituídas/ recasadas, casais sem filhos, casais homossexuais, casais com filhos adotivos ou com filhos “de criação”, entre outros. A família caracteriza-se, assim, por sua pluralidade de interpretações e de modos de organização e se constrói num processo de interação constante entre seus membros e os contextos sócio-histórico, cultural e político engendrados no curso da história. Independentemente da diversidade conceitual e de configuração, todas as concepções apresentadas convergem no sentido de reconhecer a importância da instituição familiar como célula *mater* da sociedade.

Silva (2012) diz que os atuais arranjos incitam novas responsabilidades para cada indivíduo que compõe a família, as quais deverão ser atribuídas segundo as particularidades e necessidades do grupo familiar e não sustentadas em funções predeterminadas ou práticas tradicionalmente delegadas às figuras masculinas e femininas. É que os papéis familiares se transformam com o tempo e seguem o curso de um processo que é caudatário da modificação constante da sociedade.

Com efeito, na contemporaneidade, embora a família seja reconhecida como espaço privilegiado de proteção e cuidado de seus membros e baseada não apenas em laços consanguíneos e de parentesco, mas também nas relações de afeto e cuidado, é preciso considerá-la como um campo de tensões e violências. A exemplo de sua multiplicidade de arranjos, a família reúne contradições próprias de qualquer relação social. Tal compreensão remete ao pensamento de Mioto (2000) a qual argumenta que, não obstante o reconhecimento protetivo da família, é preciso considerar também que “o terreno sobre o qual a família se movimenta não é o da estabilidade, mas o do conflito, o da contradição” (MIOTO, 2000, p. 219). Assim, a autora adverte que a família, embora seja prioritariamente espaço de cuidado, pode, em suas relações, abrigar o conflito e a instabilidade, sejam estes influenciados ou não por condições estruturais (social, econômica, cultural). Corroborando a posição de Mioto (2000), Pereira (2006) ressalta que a família deve ser compreendida como uma instituição social ao mesmo tempo forte e fraca.

Forte porque ela é de fato um *locus* privilegiado de solidariedade, no qual os indivíduos podem encontrar refúgio contra o desamparo e a

insegurança da existência. [...] Mas ela também é frágil, pelo fato de não estar livre de despotismo, violências, confinamentos, desencontros e rupturas (PEREIRA, 2006, p. 36).

Em meio a esse cenário, a família brasileira contemporânea vem se (re)desenhando, à guisa das profundas e inúmeras mudanças culturais, políticas, sociais, econômicas e jurídicas ocorridas no Brasil desde o final do século XIX. Sobre essas mudanças e sem a pretensão de exaurir uma questão vasta e densa como esta, destacam-se algumas ocorridas no campo jurídico, especificamente os dispositivos constitucionais, os quais norteiam, ao tempo em que refletem, a conduta social, política e cultural de uma sociedade. Assim, na positivação do direito de família, em síntese, destaca-se que a Constituição promulgada em 1934 conferiu uma grande importância jurídica à família, dedicando-lhe um capítulo exclusivo, que classificou a união através do casamento como processo de constituição da família legítima. Nesse documento, estabeleceram-se as regras de indissolubilidade do casamento, inauguradas com o Código Civil brasileiro de 1916 (BRASIL, 1916). Assim, a chamada família legítima passou, então, a gozar de alguma proteção estatal (BRASIL, 1934).

Convém destacar que as Cartas Magnas subsequentes (BRASIL, 1937, 1946, 1967) e a Emenda Constitucional n. 1, de 1969, mantiveram a noção de que a constituição da família só ocorreria pelo casamento civil indissolúvel. Não obstante a legislação apresentar as premissas da família legítima, outras formas de união conjugal nunca deixaram de ocorrer, mas se configuraram como famílias informais, não sendo reconhecidas legalmente e, por consequência, desprovidas da proteção do Estado.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, redefiniu-se, dentre outros aspectos, o direito entre os cônjuges, pelo estabelecimento da igualdade, perante a lei, entre o homem e a mulher. Esse texto constitucional privilegia a afetividade entre o casal na fundação do núcleo familiar, deixando o casamento civil de ser a única forma possível da formação familiar. A Carta Magna traz também o reconhecimento da legalidade da união estável, cuja característica principal está no fato de os cônjuges não necessariamente terem se submetido ao casamento civil. Nesses termos, refletindo o contexto sócio-histórico, cultural e político atual, a Constituição de 1988 reconhece juridicamente a pluralidade das organizações

familiares, como uma marca indelével da família contemporânea (BRASIL, 1988).

O Código Civil de 2002 reforça a pluralidade das constituições dos grupos familiares e a maior igualdade de direitos entre seus membros, além de reafirmar o reconhecimento legal da família formada com base na união estável. O novo código promove ainda um equilíbrio jurídico entre os diversos componentes da família, os quais passaram a ter direitos similares no interior do grupo, independentemente das diferenças sexuais ou etárias (BRASIL, 2002).

As mudanças ocorridas no cerne da família contemporânea também são abordadas por autoras como Coelho (2002), Kehl (2003) e Rosa (2003), as quais concordam que essas transformações estão ligadas, sobretudo, às alterações do papel feminino na sociedade decorrentes, principalmente, de mudanças engendradas no mercado de trabalho. Além disso, as modificações na relação de poder entre os gêneros masculino e feminino foram um importante passo na história da constituição da família contemporânea, já que colocaram em xeque as bases da secular família patriarcal. Conforme Kehl (2003, p. 164),

[...] a família "hierárquica", organizada em torno do poder patriarcal, começou a ceder lugar a um modelo de família onde o poder é distribuído de forma mais igualitária: entre o homem e a mulher, mas também, aos poucos, entre pai e filhos. Se o pátrio poder foi abalado, é de se supor que algum deslocamento tenha ocorrido do lado das mulheres – a começar pelo ingresso no mercado de trabalho, com a consequente emancipação financeira daquelas que durante tantas décadas foram tão dependentes do "chefe da família".

Outro aspecto restrito ao universo feminino que impactou profundamente a organização familiar contemporânea refere-se ao surgimento e disseminação do uso da pílula anticoncepcional. Esta conferiu à mulher maior autonomia sobre seu corpo e sexualidade e deu mais poder decisório ao seu papel familiar e social, possibilitando-lhe maior ingresso e permanência no mercado de trabalho. Tal comportamento também interferiu no perfil demográfico e influenciou novas configurações familiares.

É mister ponderar que as mudanças pelas quais a instituição familiar passou ao longo do tempo, além dos aspectos já apresentados (relacionados a questões sociais, culturais, de gênero, dentre outras), também estão associadas ao contexto econômico e político presente em dada sociedade e dado momento histórico. Assim, as transformações que se processaram no cerne da

família refletem alterações estruturais do capitalismo, da reestruturação produtiva e da reforma do Estado, posto que, presentes no cotidiano familiar, interferem diretamente nas suas condições objetivas de sobrevivência e reprodução.

Nesse sentido, compreende-se que as organizações familiares refletem também as motivações morais e financeiras dos indivíduos, que visam ao atendimento das demandas de cada membro. Assim, a sobrevivência material do grupo depende da manutenção de cada indivíduo, o que, por sua vez, se dá prioritariamente pelo mercado de trabalho, ficando sujeito às relações de trabalho, consumo e inserção social que permeiam a sociedade capitalista. Dessa forma, os movimentos de reestruturação do mundo do trabalho e a diversificação interna que isso implica, sobretudo com a introdução da automação e com a crescente participação da mulher no mercado, contribuem para a definição de novos estilos de vida e arranjos familiares.

Na esteira desse entendimento, destaca-se a repercussão do papel do Estado nas organizações familiares, posto que interfere nas relações que se engendram no âmbito familiar, entre seus membros e entre estes e a sociedade, sobretudo através de leis, políticas e ações interventivas. Estas, principalmente sob o signo da proteção social, muitas vezes primam pelo excesso de responsabilização da instituição familiar nos cuidados com seus membros, o que incide diretamente nos papéis e arranjos familiares.

No lastro das considerações acerca das novas configurações da família contemporânea, sublinha-se que a ruptura do modelo tradicional por novos arranjos tem levado alguns pesquisadores do tema a um entendimento equivocado sobre a questão, suscitando o discurso de crise da instituição familiar. Assim, o que alguns estudiosos definem como crise da família, na verdade refere-se às mudanças ocorridas nos modos de vida, valores, e nas condições de reprodução da população (GOLDANI, 1993). Acerca disso, Goldani (1993, p. 70-71) manifesta-se da seguinte forma:

No contexto das crescentes dificuldades de reprodução geral da sociedade brasileira, as especulações sobre a precariedade e instabilidade da instituição familiar ganham força e são reforçadas pela incapacidade do Estado em prestar os serviços sociais básicos às famílias carentes e seus dependentes. Legalmente, o Estado brasileiro deve oferecer suporte aos menores, aos idosos através de programas sociais, o que ajudaria a aliviar as pressões econômica e pessoal destas famílias. Entretanto, o que se observa atualmente é um crescente

retrocesso dos serviços públicos. O Estado trata de minimizar ao máximo sua contribuição e clama por mais ajuda da comunidade e da família para com seus dependentes.

Segundo a autora supracitada, outro fator que contribui para o entendimento equivocado sobre a crise da família refere-se às mudanças demográficas e seus efeitos sobre a estrutura etária e a longevidade da população, as quais se relacionam com a queda das taxas de fecundidade e com o aumento generalizado da expectativa de vida. Tais argumentos, embora utilizados para sinalizar uma crise da família, revelam, paradoxalmente, uma nova forma de organização familiar e de relacionamento entre seus membros, o que lhes possibilita um maior convívio (dada a longevidade) e uma maior participação nos cuidados com o grupo familiar como unidade doméstica (redefinição de papéis familiares).

Além desses aspectos, Goldani (1993) apresenta sumariamente três principais argumentos dos defensores da ideia do declínio da família, ao tempo em que os contrapõe. A autora destaca, como primeiro argumento, o fato de que “a família passa por uma desinstitucionalização interna” (GOLDANI, 1993, p. 89). Como reflexo de uma maior autonomia e independência dos indivíduos em face aos demais membros, os grupos familiares estão cada vez mais dispersos e pouco integrados.

Goldani (1993) reconhece que, na atualidade, as famílias são levadas a criar estratégias de enfrentamento das dificuldades econômicas e por isso os seus membros se obrigam a se inserir no mercado de trabalho (homens, mulheres, jovens e até crianças) para contribuir com a manutenção do grupo. Isso colabora com a ruptura do modelo tradicional e hierarquizado no qual à mulher caberiam as atividades domésticas e ao homem, o provento familiar. Atualmente, a função de provedor é compartilhada com os demais membros do grupo. Situação que, segundo a autora, não denota uma falência da instituição familiar, mas remete a uma redefinição de papéis e posição familiar, assim como a uma resignificação da autoridade parental, democratizando o modelo de família.

O segundo argumento utilizado para sustentar a crise da família defende que “o declínio do familismo como valor cultural é evidente e teria como origem o crescente individualismo e igualitarismo, características apontadas como marcas dos processos de modernidade pelo qual [sic] atravessa o país” (GOLDANI, 1993, p. 90).

Essa assertiva está relacionada à diminuição do tamanho das famílias (inexistência delas com três ou mais gerações) e a instabilidade das uniões que fragmenta os laços de parentesco (redução de parentes residindo com famílias conjugais).

Na contramão desse entendimento, Goldani (1993) sublinha que, em decorrência das estruturas familiares estarem associadas aos diferentes estágios de vida dos indivíduos que as compõem, não é possível fazer generalizações sobre os tipos de famílias (nuclear, ampliada etc.). Para isso, lança mão de informações de estudos históricos (SAMARA apud GOLDANI 1993) que apontam que, em diferentes momentos, houve, no Brasil, um predomínio da família conjugal ou nuclear, em detrimento de outros arranjos, demonstrando não ser possível a cristalização de qualquer modelo no decurso do processo histórico. Isso revela o caráter dinâmico e não excludente das diferentes configurações familiares numa dada sociedade e em certo momento histórico.

O terceiro argumento de apoio à tese da falência da família refere-se a evidências de que a “família está enfraquecida e debilitada para cumprir com muitas de suas tradicionais funções sociais, inclusive com a reprodução de seus membros e a sua própria como grupo.” (GOLDANI, 1993, p. 93). Segundo a autora, essa assertiva se sustenta no descenso das taxas de fecundidade, no surgimento da gravidez sem casamento, na “produção independente”, dentre outros fatores atinentes à reprodução biológica da família. A despeito disso, Goldani (1993) assinala que essa reprodução da família não perpassa apenas a filiação (procriação), mas também diz respeito à sobrevivência material dos membros e a novas formas de uniões entre os sexos, o que envolve o aumento da expectativa de vida, a mudança dos papéis sexuais e familiares de homens e mulheres e outras uniões familiares (homoafetivas, monoparentais etc.).

Goldani (1993, p. 100) assim sintetiza o seu posicionamento contrário à ideia de crise da instituição familiar:

As indicações são de que não haveria desagregação, nem tão pouco [sic] substituição da família por outras instituições. Haveria, isto sim, mudanças no sentido de um modelo mais informal ou mais democrático de relações nas famílias, onde a interdependência das trajetórias individuais substitui o conceito de dependência e os arranjos domésticos familiares brasileiros tomam novas formas, tamanhos e significados.

A par desse entendimento, Zamberlam (2001, p. 83) afirma que “a família, como forma de os homens se organizarem para sua sobrevivência,

tem passado por mudanças que correspondem às mudanças da sociedade.” Porém, para ele, tais modificações não representam um enfraquecimento da instituição familiar, mas o surgimento de novos arranjos familiares. De acordo com Szymanski (2002), apesar da existência de novos arranjos, a família nuclear, como ainda é a mais idealizada socialmente, leva ao equívoco de que as famílias que se encontram longe ou fora desse padrão tradicional devem ser consideradas como famílias desestruturadas,¹ sendo atribuídas a elas responsabilidades exclusivas por todos os cuidados ofertados a seus componentes. Fracassando, é delas a culpa por problemas diversos (emocionais, comportamentais, escolares, de conduta legal) de seus membros.

4 Conclusão

Nos séculos XX e XXI, ocorreram inúmeras transformações, que produziram reflexos nas relações familiares e intensificaram novos e variados arranjos, o que revela que a estrutura familiar não está isenta de influências econômicas, sociais, culturais e políticas que, de fato, interferem na sua organização e funcionamento.

Isso posto, infere-se não ser possível, na contemporaneidade, identificar um modelo ideal e único de família a ser seguido - haja vista as diferentes formas que ela vem assumindo - nem estabelecer papéis a serem exercidos nas diferentes configurações familiares. Nesse sentido, os atuais arranjos familiares apontam novas responsabilidades para o indivíduo que compõe a família, que será definida segundo as especificidades de cada grupo familiar e não baseadas em papéis predeterminados ou práticas tradicionalmente delegadas, especialmente quanto à questão de gênero. Assim, os papéis se modificarão com o tempo e se definirão dentro de um processo constante de transformações da sociedade.

As mudanças ocorridas na instituição familiar interditam a ideia de modelo único e sinalizam, como característica marcante da família, na atualidade, a diversidade de suas organizações, as quais refletem contingências sociais contemporâneas caudatárias de fatores socioculturais, econômicos e políticos. Tal contexto tem ensejado que alguns autores defendam a tese de uma crise da instituição familiar; porém, o que se observa, na verdade, não é uma crise da instituição familiar, mas sim mudanças nos modos

de vida, nos valores e nas condições de reprodução da população, as quais incidem diretamente nas configurações da família hodierna.

Nessa perspectiva, destaca-se que, apesar de todas as mudanças já ocorridas na família contemporânea, ela continua em permanente mutação, sofrendo e exercendo transformações sociais, sendo possível concluir que a sua constituição é um processo marcado por dinamicidade e plasticidade constantes. Assim, a família contemporânea pode ser adjetivada como heterogênea, plural e mutante, posto que não é uma instituição pronta e acabada, mas em constante modificações, as quais se retroalimentam e interagem, no curso da história, com as transformações gerais da sociedade ●

Nota:

(¹) Segundo Mioto (2000, p. 223), famílias desestruturadas podem ser entendidas como uma “categoria, ou melhor, um rótulo, que serve para designar aquelas famílias que falham nas suas funções institucionais. Ou seja, implica um processo de julgamento que geralmente é realizado a partir de um modelo de família (mais ou menos flexível, dependendo do avaliador) e que pode estar relacionado a determinados aspectos da vida familiar ou a um conjunto deles. Com o aumento do consenso em relação à diversidade de arranjos familiares, o rótulo geralmente é atribuído àquelas famílias que contrariam as expectativas sociais quanto aos papéis e funções familiares.”

Referências

- BRASIL. Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 05 jan. 1916.
- BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 16 jul. 1934.
- BRASIL. Constituição (1937). Constituição dos Estados Unidos do Brasil. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 10 nov. 1937.
- BRASIL. Constituição (1946). Constituição dos Estados Unidos do Brasil. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 19 set. 1946, republicado em 25 set. 1946 e 15 out. 1946.
- BRASIL. Constituição (1967). Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. *Diário Oficial da União*, Brasília, 20 out. 1967.
- BRASIL. Constituição (1967). Emenda Constitucional n. 1, de 17 de outubro de 1969. *Diário Oficial da União*, Brasília, 20 out. 1969, retificado em 21 out. 1969 e republicado em 30 out. 1969.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 40. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- BRASIL. *Código civil*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- CARVALHO, M. C. B. A priorização da família na agenda da política social. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). *Família brasileira: a base de tudo*. 7. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unicef, 2005. p. 93-108.
- COELHO, V. P. O trabalho da mulher, relações familiares e qualidade de vida. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v. 71, p. 63-79, set. 2002.
- FONSECA, C. *Caminhos da adoção*. 2. ed. São Paulo: Cortez; 2002.
- KALOUSTIAN, S. M.; FERRARI, M. Introdução. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). *Família brasileira: a base de tudo*. São Paulo: Cortez, 1994. p. 11-15.
- KEHL, M. R. Em defesa da família tentacular. In: GROENINGA, G. C.; PEREIRA, R. C. (Coord.). *Direito de família e psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 2003. p. 163-176.
- GOLDANI, A. M. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 1, p. 67-110, 1993
- MIOTO, C. R. T. Família e serviço social: contribuições para o debate. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 55, p. 114-130, 1997.
- MIOTO, C. R. T. Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis. In: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Cadernos capacitação em serviço social e política social*. Brasília: UnB, CEAD, 2000. mod. 4.
- MIOTO, C. R. T. Família e assistência social: subsídios para o debate do trabalho dos assistentes sociais. In: DUARTE, M. J. O.; ALENCAR, M. M.T. (Org.). *Famílias e famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2010.
- PEREIRA, P. A. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 23-41.
- PETRINI, J. C. *Pós-modernidade e família*. Bauru: Edusc, 2003.
- RIZZINI, I. Crianças, adolescentes e famílias: tendências e preocupações globais. *Interação em Psicologia*, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 45-47, 2002.
- ROSA, L. C. S. *Transtorno mental e o cuidado na família*. São Paulo: Cortez, 2003.
- SARTI, C. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Autores Associados, 1996.
- SILVA, F. M. *Antigos e novos arranjos familiares: um estudo das famílias atendidas pelo Serviço Social*. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/antigosenovosarranjosfamiliares.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2012.
- SZYMANSKI, H. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo de mudança. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, a. XXIII, n. 71, p. 9-25, 2002.
- ZAMBERLAM, C. O. *Os novos paradigmas da família contemporânea: uma perspectiva interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

*** Mestranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), especialista em Administração de Recursos Humanos e assistente social do Tribunal de Justiça do Maranhão.**

**** Pós-doutora em Serviço Social pela PUC/SP, professora do Departamento de Serviço Social (UFPI) e coordenadora do Mestrado em Políticas Públicas (UFPI).**

REFLEXÕES ECONÔMICAS: dinheiro, economia e sociedade

Francisco Prancacio Araújo de Carvalho*, João Batista Lopes** e Janaina Martins Vasconcelos***

A literatura econômica esclarece que as bases da Economia enquanto ciência surgiram do entendimento da economia como um sistema natural e orgânico (cf. HEILBRONER, 1996; BRUE, 2005). Quesnay (1983) explicava a circulação de riqueza através do organismo social, semelhante à circulação do sangue em um organismo vivo.

O termo economia originou-se do grego *oikonomos*, significando organização, administração da casa. Ele permite compreender como a vida econômica está organizada e quais os mecanismos capazes de promover a otimização de uso de recursos produtivos escassos para maximizar a satisfação das necessidades das pessoas, tanto em âmbito coletivo como individual.

Atualmente, a Economia é entendida como uma ciência social, pois estuda as atividades econômicas (produção, distribuição e consumo de bens e serviços) com base no comportamento racional do homem, buscando responder a quatro questões básicas: o que, quanto, como e para quem produzir.

Produção, distribuição e consumo são expressões integradas e, ao mesmo tempo, conflituosas no conhecimento econômico da organização social. A produção gera bens e serviços com um processo paralelo de criação de renda distribuída aos proprietários de fatores de produção, que realizarão o consumo final. O modo de produção tende a criar mecanismos para concentração da renda em nome da reprodução do capital e da eficiência econômica. Por outro lado, há conflitos distributivos que geram impactos no consumo e na qualidade de vida.

Para John Stuart Mill, em seu livro "Principles of political economy", o verdadeiro campo da lei econômica era a produção e não a distribuição. Produção e distribuição seriam dois processos distintos. A distribuição é executada pela sociedade, depende de suas leis e costumes. Já para Marx, há inter-relações entre o modo de produção e a distribuição de renda, portanto, não se poderiam separar; as diferentes sociedades organizam seus pagamentos como partes dos

modos de produção; e a sociedade não teria domínio sobre o processo de distribuição (HEILBRONER, 1996).

No entendimento de Mill (apud HEILBRONER, 1996, p. 124),

[...], não existe uma distribuição "correta" - pelo menos, nenhuma que a economia tenha declarado conhecer. Não existe apelo para "leis" que justifiquem como a sociedade partilha seus frutos: há apenas homens dividindo sua riqueza como acham melhor.

Nesse sentido, estudar Economia significa entender as relações sociais do comportamento econômico. A vida humana é, portanto, a condutora de um modo de produção; e suas relações criam um ambiente agregado de implicações econômicas, sociais e naturais. Qual seria, então, o melhor comportamento agregado para o conjunto da sociedade? Será possível conduzir os indivíduos? O distanciamento entre a produção e a distribuição cria impactos negativos sobre o conhecimento econômico? Este gera os problemas de ordem econômica, social e natural? Entender a economia como boa ou má exige um emaranhado de avaliações complexas e interdisciplinares que não podem necessariamente ser eximidas de juízos de valor.

Muitas vezes, a ciência econômica é entendida como promotora do bem-estar individual em detrimento do coletivo; e, de alguma maneira, como instrumento de ajuda na ampliação das disparidades sociais. Em parte, a sociedade, por exemplo, qualifica o dinheiro como algo que parece exógeno à vida e aos sistemas econômicos e sociais, como alguma coisa que tem uma dinâmica própria e independente. Assim, o dinheiro seria de natureza má? Seria símbolo de associação ao mau? Não se pode servir a Deus e ao dinheiro? Existe uma relação direta entre o dinheiro e o mau? O dinheiro serve para prática do bem? Ou, ainda, dinheiro cria felicidade? A busca pelo dinheiro exclui o espaço para a felicidade? Alguns fatos evidenciam o contraste de pessoas muito pobres e felizes e a angústia dos ricos infelizes? Existe, de fato, uma associação entre dinheiro e felicidade? Essas são questões complexas que exigem um

estudo profundo que escapa ao escopo dessa reflexão.

O termo dinheiro, é atribuído ao latim *moneta*, moeda; uma associação ao templo Juno Moneta, local onde se cunhavam moedas em Roma (HUGON, 1974).

A moeda surgiu naturalmente para atender às necessidades de trocas de mercadorias; é um instrumento aceito de forma generalizada pela sociedade e desenvolveu funções importantes ao longo da evolução econômica e social.

A literatura econômica explica que, inicialmente, não havia moeda, existia o escambo, troca direta de mercadorias; prática que foi se tornando inoperante com a evolução do modo de vida econômico, com a ampliação do volume de mercadorias e do próprio processo de trocas. Surgiram, assim, na Antiguidade, as primeiras moedas, chamadas de **moeda-mercadoria**, em que algumas mercadorias passaram a ser aceitas como dinheiro, tinham **aceitação geral** pelas pessoas e certo grau de **raridade** (cf. LOPES; ROSSETTI, 2002). O boi é um exemplo de moeda-mercadoria que foi utilizada na Grécia. Suponha que você tivesse arroz e desejasse adquirir 2 kg de carne, assim, você deveria encontrar alguém que quisesse arroz e tivesse carne, **coincidindo os desejos**. Porém, a **divisibilidade** da carne seria um problema, pois matar um boi para tirar 2 kg dependia do encontro de outras pessoas que desejassem carne, que é um produto perecível, e que tivesse algo desejado pelo dono do boi para realizar a troca.

A moeda deve refletir **o valor das mercadorias**; então, quantos quilos de arroz valeriam 2 kg de carne? Imagine agora você levar o boi para outra cidade para trocar por arroz, ou o arroz para trocar por carne. E o **custo de viagem/transporte**? E a perda de peso, seu trabalho e cansaço do boi? Então, a moeda deve ter **portabilidade**.

Imagine também o sal como moeda. Ocorrendo uma chuva, o “dinheiro” acabaria; por isso, a **durabilidade** também é uma característica importante para o dinheiro. Esses relatos mostram fatores que dificultavam as relações de troca; e a moeda seria um meio para facilitá-las.

A **manutenção do valor do dinheiro** por um período de tempo é outra questão relevante, pois permitia acumular a riqueza material em moeda, que tem alto grau de **liquidez**.

A moeda já foi representada por boi, sal e outras mercadorias, mas foi o uso de metais preciosos -

ouro e prata, principalmente - que equacionou bem a qualidade do dinheiro, pois estes metais tinham aceitação geral, eram fácil de fracionar, refletiam o valor de todas as mercadorias, além de serem duráveis, terem baixo custo de transporte e refletirem o valor de todos os outros bens e serviços (cf. LOPES; ROSSETTI, 2002).

No entanto, a acumulação de moeda criou um ambiente de insegurança para as pessoas, que passaram a depositar seu dinheiro nos primitivos bancos, os quais emitiam certificados de depósitos. Surgiu, assim, a **moeda-papel**, que tinha lastro integral, ou seja, os papéis emitidos pelas casas bancárias tinham lastros de 100% em metais preciosos depositados. Com o tempo, esse lastro foi sendo perdido, pois as pessoas nem sempre procuravam todo o dinheiro depositado nos bancos e estes passaram a emprestar um excedente de certificados de depósitos, surgindo o chamado **papel-moeda**. Dessa maneira, as emissões de papel pelos bancos perderam o lastro de 100% em depósitos bancários; foi criada a chamada **moeda fiduciária**, ou seja, que depende da confiança (LOPES; ROSSETTI, 2002).

Em função da desconfiança dos depositantes com a perda de lastro monetário, houve a quebra do sistema bancário; e o Estado, por lei, determinou o curso forçado do papel-moeda, tendo seu monopólio e controle sobre sua emissão. O Estado emite a moeda de aceitação geral que não tem mais lastro. Atualmente, existem a moeda escritural, o depósito à vista, a moeda e a quase moeda - títulos e poupança.

Ao longo de todo o processo evolutivo da moeda, suas funções se definiram como (a) **instrumento de troca** - intercâmbio das mercadorias -, (b) **reserva de valor** - **manutenção do valor** por determinado período de tempo - e (c) **unidade de conta** - referência de valor de troca de todas as mercadorias.

A produção cria um processo paralelo de renda que remunera os fatores de produção e possibilita o consumo, mantendo continuamente o fluxo circular da renda. Assim, não faz sentido elevar a renda das pessoas sem que ocorra produção, sem um lastro produtivo, pois isso pode apenas provocar inflação, caso a economia esteja em pleno emprego. Na economia clássica, esse processo é explicado pela equação quantitativa da moeda.

O aumento de moeda em circulação gera procura por bens e serviços; na falta destes, pode ocorrer inflação. A emissão de moeda maior que o

necessário para a troca de determinada quantidade de mercadorias e para que a moeda cumpra suas demais funções pode criar um processo inflacionário.

No mercantilismo ficou evidente que o acúmulo dos metais preciosos poderiam tornar as nações cada vez mais ricas, entretanto, as relações econômicas entre as nações evidenciaram que não basta acumular moeda, é necessário produzir bens e serviços.

Contudo, em uma economia com capacidade ociosa, a moeda pode elevar a produção e a renda sem necessariamente elevar a inflação.

Keynes(1996) apresentou o motivo de demanda por moeda para especulação e, nesse sentido, a moeda pode alterar variáveis reais. A expansão do gasto público em um cenário de crise, por exemplo, pode colaborar para elevar a produção, o emprego e a renda em uma economia com capacidade ociosa e de curto prazo.

A moeda é um instrumento para realização das transações e, na verdade, serve para as pessoas transacionarem a quantidade de bens e serviços que a sociedade dispõe para atender às suas necessidades. Para isso, o dinheiro é um instrumento necessário para a realização das trocas, para as pessoas conseguirem comprar e vender alimentos, eletrodomésticos, serviços e outros bens para manutenção da vida. Ademais, o dinheiro pode também ampliar o emprego e a renda.

Imaginar um cenário social sem o dinheiro exige reflexão do amplo grau de dificuldades complexas impostas para a sociedade. No sistema de relações que esta construiu, pode se aproximar do impossível a produção, a distribuição e o consumo sem o uso da moeda, pois esta é um instrumento fundamental para a vida em sociedade e para o funcionamento da economia.

Quando se fala em dinheiro, a conotação do mau está ligada à dinâmica humana que envolve o sistema de produção capitalista. Este sistema é um meio, um instrumento de conexões entre seres e uso do meio material, recursos produtivos, capaz de gerar a produção necessária e supérflua para atender aos desejos da sociedade. O problema da imagem negativa do dinheiro está ligada às pessoas, à natureza humana, acumulação e à concentração do capital e ao modo de organização econômica e social.

Max Weber (2004), em seu livro “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, explica que

o capitalismo dependeu de uma ética para se desenvolver. Essa mesma ética (ou falta de outras) conduziu o capitalismo para o ambiente atual?

O capitalismo ganhou identidade e formatou-se em um instrumento dinâmico de criação e distribuição desigual, que tem vida própria e que recruta os indivíduos em torno da vida material, esgotada e degradadora das relações sociais, naturais e humanas. O capitalismo desenvolveu-se sem a qualidade do humano, do bondoso, humanitário, tornando-se coisa; e os indivíduos tornaram-se matéria em volta da própria matéria. É o domínio do ter diante do ser?

E nas ideias de Marx (1888)? O capitalismo não se sustentaria pela concentração e acumulação do capital? Ocorreria a sua superprodução e falta de demanda? A especulação criaria um descompasso com a economia real? Para continuidade do processo de reprodução do capital, a acumulação e a concentração são determinantes para a construção da eficiência e competitividade, ou o contrário? Há concentração da massa cada vez maior de riquezas à disposição do capital e o aumento da miséria das massas trabalhadoras? Será que Tugan-Baranovski estaria certo em afirmar que o capitalismo poderia desenvolver-se a perder de vista se fossem cumpridos os requisitos da proporcionalidade da reprodução do capital? Quão social é o capital individual?

As verdades são temporalmente relativas e as respostas aos problemas são sazonalmente absolutas. Das organizações mais simples às mais complexas, os indivíduos devem se submeter a uma ordem social para sobreviverem. No ambiente familiar, por exemplo, existe um conjunto de regras que permitem uma família coexistir. Em ambientes mais complexos não é diferente. Uma sociedade se organiza em um conjunto de subsistemas de lógica econômica, cultural, política e social. Conhecer a estrutura dessa lógica e revertê-la é papel do indivíduo que se deixou levar em conjunto para um sistema unilateralmente individualizado. O simples é saber que pensar o social em detrimento do individual pode transformar nosso modo de produção capitalista em algo melhor para todos, inclusive para o próprio indivíduo. Uma maior distribuição de renda, não meramente assistencialista, poderia também ampliar o ganho do capital? Uma vida melhor para todos estagnaria o modo de produção capitalista?

Em fins do século XVIII, Adam Smith (1983), um dos precursores da ciência econômica, em seu

livro “A Riqueza das Nações”, defendia que a busca do interesse individual resulta em benefícios sociais, pois motiva a divisão social do trabalho e a acumulação de capital, causas do crescimento do bem-estar coletivo. Smith afirmou que não é da benevolência do açougueiro, por exemplo, que esperamos nosso jantar, mas considerando o seu próprio interesse. Para ele, o trabalho de todos é necessário para manter a humanidade; e os homens são motivados ao trabalho pelo interesse próprio e pelo amor à família. Nesse sentido, deve-se assegurar o fruto do trabalho ao homem, justificando, a motivação maior, as afeições mais íntimas que dedicamos aos nossos amigos e parentes, pois o amor genérico à espécie é geralmente muito mais fraco. Para Smith, o interesse individual seria capaz, no agregado, de criar um equilíbrio benéfico para o conjunto da sociedade. Uma mão invisível, guiada pelo mecanismo de preços, transformaria o aglomerado de bem-estar individual em um bem estar social.

Enquanto existia um certo equilíbrio de forças nas relações econômicas, esperava-se maior benefício agregado das ações humanas individuais, entretanto, a consolidação do modo de produção capitalista, que cria uma estrutura não distributiva por natureza, foi permitindo aglomerações produtivas que criaram desequilíbrios cada vez mais fortes na apropriação da renda.

Assim, nesse sistema, o Estado também foi se consolidando como agente de esperança; importante para ajudar a suavizar distorções e reduzir externalidades. O poder público, entretanto, ajuda direta ou indiretamente na ampliação da não distribuição da renda criada, apesar de exercer também o processo de agente distribuidor. Deve-se exemplificar economias como a do Brasil, que se encontra entre as maiores do mundo, mas com indicadores sociais de países muito pobres, pois é um país em que parte importante de sua renda é canalizada para pagamentos de juros e amortização do capital.

O interesse individual aplicado na atividade produtiva pode gerar benefícios sociais; porém, esse mesmo interesse desregulado e movido pela acumulação e concentração de indivíduos cria sérios problemas para a sociedade. Neste caso, o mau é um adjetivo ligado a esses indivíduos que podem dar essa conotação ao destino da sociedade, dos sistemas de produção, do meio ambiente e da vida e não exatamente é uma característica da economia, pois esta resulta do

comportamento dos indivíduos. Os indivíduos constroem o sistema, mas ao mesmo tempo esse constrói indivíduos.

A Economia enquanto ciência social tem na vida humana o elemento-chave de sua dinâmica e apenas ela permite a existência da economia e do dinheiro. A interação entre os indivíduos buscando a realização de seus desejos e necessidades determinam o modelo econômico prevalecente. Este tem a capacidade de retroagir e readaptar as pessoas, que também são agentes, em processo contínuo, reconstruindo ininterruptamente a forma econômica de agir.

A economia é uma ciência dinâmica e os economistas pensam também a melhor forma de, com o mínimo possível, ampliar a qualidade de vida e criar uma sociedade mais justa e igualitária. Infelizmente, decisões técnicas socialmente justas inexistem ou são desconsideradas em prol de interesses unilaterais e individuais. Seriam plenamente os interesses de nações e indivíduos antagonísticos, rivais, egoístas e concorrentes?

É fundamental o controle do interesse humano para construção de um equilíbrio social e econômico mais homogêneo e equitativo. Quais valores sustentam a sociedade? Democracia e liberdade são relatividades. Do que adianta ter liberdade sem condições de usufruí-la e democracia sem ter voz para participar?

Esse mesmo capitalismo é o instrumento econômico que temos para manter a sociedade e a vida. O homem, ao longo de sua história, estruturou o pensamento dito racional para a construção dos meios sociais que possibilitassem, a princípio, sobrevivência? Ao longo da trajetória, ele aprofundou as virtudes da egoísta natureza humana? Para Maquiavel (1972), os homens são ingratos, volúveis, simuladores e ávidos por lucro. O conflito e o caos são desdobramentos dessas paixões e o único meio de dominar as paixões humanas é o poder.

Diante da impossibilidade de sobrevivência do homem e da própria raça, surgiu a ideia do contratualismo (cf. HOBBS, 2006; ROUSSEAU, 2007) que compreende as doutrinas que veem a origem da sociedade e o fundamento do poder como resultado de um contrato entre as massas da população.

Para Hobbes (2006), existiria um estado de natureza, em que o homem era lobo do homem, não estava organizado politicamente, não havia direitos ou leis, reinariam as paixões humanas,

seria a guerra de todos contra todos e prevaleceria a lei do mais forte. Para sair dessa situação, era necessário o estabelecimento de um pacto, a celebração de um contrato entre os indivíduos, que concordariam em renunciar ao seu direito a tudo para entregá-lo a um poder soberano, o Estado, que seria encarregado de promover a paz. Existe certo grau de declínio teórico nessa discussão. A paz existe? Que tipo de paz é esta? Qual o ambiente social resultante? O Estado tem sido capaz de exercer plenamente suas funções?

Com a organização social, o homem vem construindo e é construído pela sociedade a pontos históricos irreversíveis. É ilusão imaginar o retrocesso desse processo. Crescimentos populacionais maiores, aumento da tecnologia, desenvolvimento das habilidades de comunicação, de sistemas políticos, sociais e econômicos, com intensificação da divisão do trabalho, levantaram o maior conhecimento e exploração do meio ambiente. Por um lado, elevou-se o crescimento econômico, mas, por outro, não se teve respostas com melhorias das condições de vida de forma generalizada, nem se garantiu a preservação do meio natural. Quebrou-se o ciclo natural entre homem e meio; um padrão de consumo acima dos suportes dos ecossistemas que existe nos países desenvolvidos e as condições dos países pobres podem indicar a impossibilidade da vida sustentável em suas dimensões política, econômica, cultural, social e ambiental. Estamos vivendo uma crise?

O modo de produção capitalista depende de demanda dos bens e serviços criados nos processos produtivos. O consumo efetivo dos bens finais e intermediários é importante para, além de satisfazer necessidades, realizar a remuneração dos fatores de produção, pagando o trabalhador com salário, remunerar o capital com o juro, os aluguéis e os lucros e fornecer tributos e outras receitas para o governo. Essa é uma condição necessária para que o processo de produção se realize continuamente. Sem consumo, as famílias não receberão renda *a posteriori* e toda a cadeia de produção estagnar-se-ia; haveria desemprego de fatores e a atividade econômica comprimir-se-ia. Não existindo venda, as empresas não pagariam aos fornecedores e funcionários e isso quebraria o ciclo de pagamentos.

Em economia, descobriram-se os meios de ampliar continuamente o emprego e a renda a partir dos investimentos que elevam a capacidade ou a

eficiência produtiva. Mas não há uma lógica mecânica e imediata; é necessário conhecimento dos sistemas econômicos e capacidade de interferir de maneira tal que os resultados sejam os melhores do ponto de vista econômico e social.

Reitera-se então: não seria um exercício importante imaginar que um capitalismo com maior grau de distribuição poderia elevar inclusive os ganhos do capital? Quais os benefícios sociais destes ganhos?

O capitalismo é apenas o reflexo de quem somos ao buscarmos os meios de coexistência. Isso não significa dizer que todos estamos condenados e que somos todos maus e/ou bons; por isso é que a solução dos problemas tem identidade. As pessoas, com suas ações e atitudes, devem melhorar esse instrumento, moldando-o em algo melhor. Devemos acreditar em soluções inteligentes que não neguem a prevalência do social em detrimento do individual. É uma equação complexa. É utopia?

De fato, precisamos conhecer, pensar e agir. Urge um planejamento econômico global integrado não segmentado e unilateral que respeite as particularidades das nações e dos indivíduos; ações e atitudes mais justas e igualitárias; socialização dos interesses individuais através de ações firmes e abrangentes dos agentes públicos, não expropriando a capacidade do sistema econômico manter as relações necessárias para sua perpetuação; a extinção da corrupção; educação de qualidade etc. Estas seriam algumas questões importantes a serem consideradas para amenizar os problemas?

Precisamos reconduzir a trajetória do capitalismo, da economia e da sociedade antes que o tempo seja suficiente apenas para condução da barbárie. Nesse sentido, é preciso ir para além do pensar, é necessária ação no sentido de conduzir coletivamente os indivíduos para um caminho melhor, mais social, justo, equilibrado e igualitário. Isso só será possível pelo redirecionamento da educação, da economia, da natureza, da cultura, da política e da sociedade. Nas organizações de indivíduos mais primitivas existia uma lógica coerente de uma vida em comunidade. Isso foi perdido para uma construção individualista. É necessário entender o coletivo acima do individual. Temos que viver em sociedade e não em um conjunto aglomerado de indivíduos sobre um ambiente natural incerto e um meio social degradado ●

Referências

- BRUE, S. L. *História do pensamento econômico*. São Paulo: Pioneira Thomson, 2005.
- HEILBRONER, R. L. *A história do pensamento econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- HOBBS, T. *Leviatã*. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- HUGON, P. *História das doutrinas econômicas*. São Paulo: Atlas, 1974.
- KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Economistas).
- LOPES, J. C.; ROSSETTI, J. P. *Economia monetária*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- MARX, K. *O capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Economistas).
- QUESNAY, F. *Quadro econômico dos fisiocratas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).
- ROUSSEAU, J. J. *Do contrato social*. São Paulo: Martin Claret, 2007.

SMITH, A. *A riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

* Professor do Departamento de Ciências Econômicas (Decon) da Universidade Federal do Piauí (UFPI), mestre e doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPI).

** Professor da Universidade Federal, doutor em Ciências (Energia Nuclear na Agricultura) pela Universidade de São Paulo (1998).

*** Professora do Decon/UFPI e mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPI).

O NASCIMENTO DA CIÊNCIA MODERNA

Gerson Albuquerque de Araújo Neto

O mundo contemporâneo é fortemente marcado pela ciência. No entanto, a ciência como se conhece hoje formou-se na modernidade. A ciência que se fazia na época antiga, por exemplo, na Grécia Antiga e em Roma, e a ciência que se fazia na época medieval não tinham as características exigidas para uma forma de conhecimento ser chamada hoje de ciência. Este texto tem o objetivo de discutir dois dos principais pensadores e suas ideias formadoras do empreendimento que hoje conhecemos como ciência.

O primeiro pensador a colaborar na ideia do que se chama ciência moderna foi o padre polonês, que depois se tornou bispo, chamado Nicolau Copérnico (1473-1543). Além dos estudos eclesiásticos, Copérnico se formou em medicina e estudou astronomia. Fazendo observações astronômicas, ele percebeu incoerência entre a posição de alguns astros no firmamento e o que era previsto na teoria ptolomaica-aristotélica. Numa atitude revolucionária, Copérnico (1984) propôs um modelo astronômico retirando a Terra do centro e imóvel e colocando o sol no centro. Com este modelo, as observações e previsões ficaram ajustadas.

É questionável se Copérnico pensava que esse seu ajuste correspondia à realidade ou se era apenas um artifício matemático. A grande maioria defende a primeira posição.

No prefácio da sua principal obra, "As revoluções das orbes celestes", Copérnico (1984, p. 1) escreveu: "Nem tampouco é necessário que estas hipóteses sejam verdadeiras nem até sequer verosímeis, mas bastará apenas que conduzam um cálculo conforme às observações."

Alguns historiadores e comentadores de Copérnico chegam a suspeitar que estas palavras não teriam sido escritas por ele, mas por seu assessor, Andreas Osiander, com receio de que seu mestre pudesse sofrer alguma punição em consequência das ideias heliocêntricas. Sendo de autoria ou não de Copérnico, este texto revela uma das principais questões da filosofia da ciência, que é o realismo.

Outro ponto interessante na teoria heliocêntrica de Copérnico é que enquanto o sistema ptolomaico-aristotélico estruturava o modelo das esferas e corpos celestes com 48 movimentos, o modelo copernicano reduzia esta quantidade de movimentos. O seu modelo era, portanto, mais

simples. Isto se coaduna com uma ideia que marcar a ciência moderna: a natureza é simples. Esta é uma ideia que vai ser questionada pelos teóricos da complexidade no final do século XX.

As ideias copernicanas do heliocentrismo provocaram mudanças no pensamento humano. A primeira foi que a Terra deixou de ser o centro do universo e, por consequência, o homem deixou de habitar o centro do mundo, com tudo girando ao seu redor. A segunda foi que a ciência podia afirmar proposições diferentes que até o momento a igreja defendia. O grande filósofo até aquele momento, Aristóteles, poderia estar equivocado. A ciência poderia afirmar algo que contrariasse a intuição, pois esta levava a pensar em uma Terra imóvel e o sol girando ao redor das nossas cabeças, pelo menos durante o dia.

Outro grande pensador que contribuiu para o aparecimento e solidificação da ciência moderna foi Galileu Galilei (1564-1642). Inicialmente Galileu estudou medicina, mas acabou desistindo e se formando em matemática. Ele demonstrou interesse por astronomia e uma posição favorável ao heliocentrismo de Copérnico. Durante a vida, Galileu desenvolveu uma correspondência muito ativa; escreveu para diversas pessoas. Esta correspondência de Galileu é rica em reflexões sobre a ciência (GALILEI, 1994).

A invenção da luneta na época de Galileu e o emprego desta por ele foi determinante para a derrocada do sistema geocêntrico. A luneta foi inventada pelos holandeses, embora alguns historiadores defendam que os inventores foram os ingleses, que, por questões militares, permaneceram com esta invenção em segredo (REALI; ANTISERI, 1990).

De qualquer forma, Galileu soube que alguém estava com um equipamento que aproximava e ampliava a visão dos objetos distantes. Ele, então, mandou comprar o equipamento; desmontou-o e fez outro com uma capacidade maior. Galileu foi o primeiro homem a apontar a luneta para observar os objetos astronômicos (REALI; ANTISERI, 1990).

Com este seu trabalho, Galileu acumulou uma quantidade razoável de novidades sobre os corpos celestes. Inicialmente, estas novidades foram apresentadas na obra intitulada "Siderius Nuncius", que pode ser traduzida como "Mensageiro dos Céus" (GALILEI, 1987).

A cosmologia aristotélica-ptolomaica estruturava o mundo em oito esferas, com a Terra no centro e imóvel. As esferas giravam ao redor da Terra. Na

primeira esfera, estava a lua. Esta separava o mundo em dois: o mundo sublunar e o mundo supralunar. No mundo supralunar não havia movimento qualitativo, ou seja, não havia mudança qualitativa nos seres. Com relação ao movimento quantitativo, no mundo supralunar, só havia o movimento circular uniforme; enquanto abaixo da lua o movimento quantitativo era retilíneo (COPÉRNICO, 1984).

Como só haveria movimento qualitativo abaixo da lua, os objetos celestes seriam esferas perfeitas. Assim, seriam a lua, o sol e os planetas. Porém, quando Galileu apontou a luneta para a lua, ele viu que esta não era uma esfera perfeita. As observações mostravam montanhas e crateras sobre a superfície lunar. Isto estaria em desacordo com a cosmologia aristotélica-ptolomaica (GALILEI, 1987).

Também quando a luneta foi apontada para o sol, Galileu observou que na superfície deste havia manchas. Ele apontou a luneta para Júpiter e viu aquilo que os homens somente com os olhos não veem, que são quatro luas ou satélites orbitando ao redor daquele planeta. Com isso, Galilei (1987) inferiu que existia outro planeta além da Terra que possui lua.

Galileu observou, ainda, estrelas que com os olhos, sem lunetas, não eram vistas. Isto mostrava que estas estavam mais distantes. Portanto, as estrelas não estavam fixas em uma esfera a uma distância uniforme da Terra. Acabou-se o limite do universo nas esferas das estrelas propostas na teoria aristotélica-ptolomaica. Ele observou, também com ajuda da luneta, que algumas estrelas que ao olho humano eram vistas como ponto formavam duas estrelas; eram, na realidade, um sistema binário, ou até três estrelas, formando um sistema terciário (GALILEI, 1987).

Com todas estas observações, terminava, então, a distinção entre a Terra e a lua, ou mundo sublunar e mundo supralunar.

Galilei (1987) também descobriu as fases de Vênus e estas não podiam ser explicadas pelo sistema geocêntrico.

Na discussão com a igreja católica, Galileu se manteve um adepto do catolicismo, mas mantendo suas ideias científicas. Ele foi duas vezes a julgamento. A primeira vez, em 1616, não sofreu condenação; mas, quando foi julgado a segunda vez, em 1632, foi acusado de descumprir um juramento feito por ocasião do primeiro julgamento de não ensinar o sistema heliocêntrico (VIDEIRA, 2009).

Apesar de um temperamento difícil, Galileu se relacionava com alguns membros importantes da igreja; entre eles, o cardeal Berllamino. Este se mostrava receptível a aceitar o heliocentrismo desde que Galileu apresentasse uma prova para isto. Quando seu amigo cardeal Mafeo Barberine foi eleito papa Urbano VIII, Galileu viajou até Roma e conversou bastante com o papa sobre suas ideias; pediu à Sua Santidade a permissão para publicar um livro com suas ideias. O papa permitiu, desde que Galileu não defendesse o heliocentrismo (REALI; ANTISERI, 1990).

Galileu então publicou o livro “Diálogo sobre os dois sistemas máximo do mundo.” O livro, escrito em forma de diálogo, apresenta três personagens: Sagredo, Simplicio e Salviati, sendo que um dos personagens, Salviati, assumia a defesa do heliocentrismo, Simplicio defendia o aristotelismo e o terceiro personagem, Sagredo, queria entender qual dos dois sistemas era melhor. No livro, lê-se claramente que o heliocentrismo leva vantagem sobre o geocentrismo (GALILEI, 2011).

Os adversários de Galileu convenceram ao papa de que o personagem Simplicio, que era ridicularizado no texto, representava o papa. Sentindo-se traído por Galileu, o papa Urbano VIII autorizou a Inquisição a abrir um novo processo contra Galileu. Neste processo, Galileu foi acusado de descumprir o que prometera no primeiro processo: de não fazer nenhuma defesa pública do sistema heliocêntrico. Galileu se defendeu dizendo não se lembrar deste juramento e argumentara que no seu livro não tinha intenção de defender que o melhor sistema era o heliocêntrico. De posse dos documentos do primeiro julgamento onde havia a citação no texto do juramento de Galileu de não ensinar ou defender o heliocentrismo e com base no fato de que claramente se percebia na leitura do livro de Galileu que ele assumia a posição heliocêntrica, os juízes não aceitaram os argumentos de Galileu e o condenaram (REALI; ANTISERI, 1990).

Pierre Redondi (1991), no livro “Galileu herético”, levantou a tese de que Galileu não foi condenado por questões ligadas ao heliocentrismo e sim por adotar um atomismo que ia de encontro à ideia de transubstanciação do pão e do vinho na eucaristia. Para Galileu, a bíblia não seria um livro de ciências e sim um livro de ensinamentos religiosos. É famosa sua frase escrita na carta à senhora Cristina de Lorena: A bíblia não é um livro que diz como é o Céu, mas que diz como se vai para o Céu (GALILEI, 1994).

Galileu afirmou também que se a questão da posição do sol fosse tão importante na questão da fé teria mais referências sobre o sol na bíblia; defendeu uma autonomia da ciência com relação à fé; e defendeu que não se deve fazer uma leitura literal da bíblia (REALI; ANTISERI, 1990).

Como mostra o sucesso da luneta, a experiência é fundamental na produção do conhecimento científico. Qualquer hipótese sem uma explicação racional ou experimental deve ser abandonada. É curioso que Galileu se equivocou ao recusar a explicação das marés pela atração da lua. Para ele, estas ocorreriam porque a Terra estava se movimentando.

Como se viu neste texto, tanto Nicolau Copérnico como Galileu Galileu elaboraram ideias que estão na base do que conhecemos como ciência moderna. Eles não foram os únicos. René Descartes, Francis Bacon, Isaac Newton, Johannes Kepler e outros também colaboraram na formação da ciência moderna ●

Referências

- COPÉRNICO, N. *As revoluções das orbes celestes*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1984.
- GALILEI, G. *Sidereus nuncius: o mensageiro das estrelas*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins/Salamandra, 1987.
- GALILEI, G. *Carta a Cristina de Lorena y otros textos sobre ciencia*. Madrid: Alianza, 1994.
- GALILEI, G. *Diálogo sobre os dois máximos sistemas do mundo ptolomaico e copernicanismo*. São Paulo: Editora 34, 2011.
- REALI, G.; ANTISERI, D. *História da filosofia: do humanismo a Kant*. São Paulo: Paulus, 1990. v. 2.
- REDONDI, P. *O Galileu herético*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- VIDEIRA, A. A. P. *As descobertas astronômicas de Galileu Galilei*. Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2009.

O INTEGRACIONISMO SUL-AMERICANO: considerações críticas à luz da teoria da dependência

Por Antonia Valtéria Melo Alvarenga* e João Batista Vale Júnior*

Resumo: o presente artigo procura estabelecer uma articulação entre pressupostos da Teoria da Dependência e o debate acerca da proposta e esforços de integração entre os Estados da América do Sul. Considerou-se, para efeito de discussão, a relevância da mencionada teoria para a compreensão acerca das possibilidades e limites sócio-históricos e políticos - imanentes à região - para a constituição de um bloco regional capaz de equacionar suas tensões e problemas internos para, com isso, apresentar-se como candidato confiável e ativo à participação na ordem sócio-econômica globalizada.

Palavras-chave: Integralismo. América do Sul. Dependência.

Abstract: this article seeks to establish a link between assumptions of Dependency Theory and the debate about the proposal and integration efforts between the states of South America. It was considered, for purposes of discussion, the relevance of that theory to the understanding of the possibilities boundaries and socio-historical and political - immanent to the region - for the establishment of a regional bloc capable of solving their internal tensions and problems with this, present itself as confident and flashy candidate for participation in the global socio-economic order.

Keywords: Integralism. South America. Dependency.

1 Introdução

O século XX foi um período de turbulências econômicas e institucionais para a América do Sul. Somaram-se às históricas contradições sociais internas, o fracasso de modelos de desenvolvimento econômicos e de utopias políticas, bem como o aprofundamento de uma espécie de estigma que, enraizado tanto nas relações assimétricas com os grandes centros capitalistas como em um mau gerenciamento das potencialidades regionais, tem contribuído insistentemente para o subaproveitamento, quando não, mesmo para o desperdício de recursos naturais e humanos indispensáveis ao desenvolvimento material e a uma maior integração cultural e política da região.

No geral, um balanço sobre mais de dois séculos de história revela um saldo histórico negativo, cujo lastro visível tem sido a incapacidade de se agregar valor expressivo à região, a ponto de torná-la realmente capaz de firmar uma presença expressiva no cenário internacional. Objetivamente, o fracasso na eliminação de formas primárias de desigualdade social, na adoção de modelos estáveis e contínuos de geração de riqueza, emprego e renda com crescimento produtivo, assim como de remoção do entulho político do caudilhismo populista, associados a erráticas

formas de se explicar as causas do subdesenvolvimento, tem condenado a América do Sul a uma experiência na qual dependência econômica, instabilidade política e sofrimento social articulam-se.

O objetivo deste artigo é percorrer, de maneira sucinta, esse terreno adotando uma perspectiva de abordagem teórica inspirada na Teoria da Dependência de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto (2004). Discute-se a contemporaneidade dos pressupostos contidos no pensamento destes dois conceituados cientistas sociais, demonstrando a sua utilidade para uma discussão acadêmica sobre o lugar e as possibilidades da perspectiva integracionista na promoção de modelos de desenvolvimento econômico compatíveis com as necessidades e potencialidades sul-americanas.

Ao mesmo tempo, procura-se repensar certas perspectivas de aplicação da citada teoria, de maneira a rever erros e lapsos de julgamento sobre o que vem a ser de fato a condição de economia dependente em um contexto internacional cada vez mais influenciado pelo processo de globalização. Foi concedida ênfase especial à discussão em torno da necessidade tanto de uma problematização mais cuidadosa acerca dos limites históricos resultantes da própria realidade

interna da região como do destaque à necessidade de um novo pacto entre os Estados sul-americanos, livre de preconceitos, desconfianças e arrivismos políticos.

2 Teoria da dependência: contribuição para a compreensão das singularidades sócio-históricas da América do Sul

Dois séculos de reflexões acadêmicas têm procurado entender e explicar o que torna a América do Sul uma região com características históricas específicas, diferentes das demais áreas geograficamente coextensivas ao seu território. Ao mesmo tempo, busca-se também avaliar diferenças intraterritoriais e de que maneira as mesmas possibilitam explicar sensíveis variações quanto aos modos de composição histórica das instituições e relações políticas e de inserção na dinâmica da globalização capitalista.

Nos marcos desses estudos, merece destaque a abordagem realizada por Cardoso e Faletto (2004). A despeito de propor um problema geral para o debate em torno da questão das condições de desenvolvimento do capitalismo na América do Sul, os autores não se furtam a considerar, nas entrelinhas de sua análise, o subcontinente uma unidade conceitual sem correspondente histórico. Assim, para ambos,

Há que se distinguir a situação dos países "subdesenvolvidos" com respeito aos "sem desenvolvimento", e em seguida diferenciar os diversos modos de subdesenvolvimento segundo as relações particulares que esses países mantêm com os centros econômica e politicamente hegemônicos (CARDOSO; FALETTO, 2004, p. 506).

A condição de subdesenvolvimento, em diferentes nuances, representa a característica principal dos Estados sul-americanos. Tendo sido palco de um processo de formação histórica emoldurado pela lógica da colonização mercantilista, as diferenças regionais demonstram uma coexistência entre sociedades modernas e sociedades tradicionais, cujas variações ocorrem em função do maior ou menor grau, bem como do modo, de inserção no contexto da globalização econômica. Em comum aos dois tipos de realidades: a dependência em relação aos centros hegemônicos do capitalismo. Como característica distintiva, por sua vez, observa-se as possibilidades de desenvolvimento nos termos prescritos pela situação específica de dependência que marca cada Estado em particular (CARDOSO; FALETTO, 2004).

A noção de certo dualismo estrutural, originalmente aplicada por Lambert (apud

BIELSCHOWSKY, 2000) para caracterizar as clivagens regionais que marcam um país de dimensões continentais, como é o caso do Brasil, bem se aplica ao contexto sócio-econômico geral da América do Sul. Torna-se possível, assim, apontar a existência de duas realidades distintas: uma marcada por certo potencial de desenvolvimento de relações econômicas capitalistas e instituições políticas liberais (as sociedades modernas), e outra ainda afetada pelo ranço de formas pré-capitalistas de organização, calcada em hierarquias sociais decorrentes de privilégios conseqüente do *status* ou da riqueza (as sociedades tradicionais).

Essa realidade, heterogênea em sua natureza, parece não ter sido negligenciada por Cardoso e Faletto (2004) ao elaborarem a sua interpretação sobre as possibilidades de desenvolvimento integrado da América do Sul. De natureza sociológica, tal abordagem procurou valorizar o continente não em termos apenas de sua situação de subdesenvolvimento, mas do potencial de desenvolvimento em situação de dependência. Os autores, porém, buscaram superar o conceito de dualismo estrutural, submetendo-o a uma crítica.

A crítica decorreu do fato de eles não considerarem as noções de tradicional e moderno amplas o suficiente para aplicar-se a todas as realidades sociais que caracterizam a América do Sul, além de não permitir perceber quais fatores estruturais e condições particulares estruturais contribuíram para definir o modo de ser e as condições de funcionamento de cada sociedade. O importante, para efeito de análise, seria evidenciar as conexões minimamente lógicas entre as estruturas sociais que pressupõem o tradicional e o moderno e as diferentes etapas do processo de desenvolvimento econômico de cada país.

Dentro dessa perspectiva, e negando a ideia de que a dinâmica das sociedades subdesenvolvidas eram inteiramente determinadas e derivadas de fatores externos - e que, portanto, tanto os elementos estruturais como as ações de grupos sociais dos países subdesenvolvidos não eram mais que desvios em relação aos países centrais - Cardoso e Faletto (2004) procuraram formular uma análise focada no tipo de integração social das classes e grupos sociais, considerando este um dos fatores centrais condicionantes do processo de desenvolvimento. Fatores histórico-estruturais, portanto, condicionados por uma mistura de condicionamentos internos são mobilizados para a

compreensão dos processos de modernização, superando assim a obsessão exclusivista com o peso exercido pelo impacto das variáveis exógenas e sobre as estruturas social e econômica das diversas regiões sul-americanas.

O desenvolvimento econômico por região, nesses termos, passa então a figurar como dimensão de um processo social complexo e integrado. Sua análise somente pode ocorrer numa perspectiva global, na qual se somam aos fatores estruturais herdados da experiência colonial os fatores sociais característicos da experiência histórica recente; ambos interpretados em suas relações de determinação recíproca. Dessa variedade de formas históricas de evolução, resultaria também outra variedade de integração de economias nacionais ao mercado internacional:

O tipo de vinculação das economias nacionais periféricas às distintas fases do processo capitalista [...] implica que a integração à nova fase se realiza através de uma estrutura econômica que, apesar de modificada, procede da situação anterior. Serão distintos o modo e as possibilidades de desenvolvimento de uma nação que se vincula ao setor exportador internacional com um produto de alto consumo [...]. Da mesma forma serão distintas as possibilidades de integração nacional e de formação de um mercado interno naqueles países cuja economia nacional se organizou mais como "colônias de população" (CARDOSO; FALLETO, 2004, p. 49).

O desenvolvimento seria resultado de um processo histórico no qual a forma de interação dos grupos e classes, bem como de cada área, interfere no sistema socioeconômico. Na medida em que, internamente, os diferentes grupos e classes conseguem negociar interesses, a estrutura política e social passa por ajustamentos que influenciam em seu maior ou menor grau de interação com o mercado externo. O sistema econômico nacional mantém, assim, uma relação simbiótica com as formas através das quais se verifica oposição, conciliação ou superação dos interesses de distintas classes. Possibilidades de integração espontânea a blocos políticos e/ou econômicos transnacionais seriam diretamente condicionadas por essa complexa dinâmica da disputa interna pelo poder, na qual o papel quantitativo e qualitativo da classe média figura como um elemento de grande importância. Cardoso e Falleto (2004) apresentam, inclusive, uma tipologia dessa presença e grau de influência econômica variável da classe média em alguns países da América do Sul. Dependendo da forma e de integração dos setores médios da população à dinâmica da economia, dividem os países da

América Latina em sociedades com produção controlada nacionalmente e economias de enclave.

As economias de enclave se caracterizam pela quase total dependência em relação ao capital e à tecnologia externos, atraídos pela concessão de largas vantagens competitivas - especialmente incentivos fiscais - em que se observa incontrolável sangria de lucros para as economias matrículas, exportadoras do capital. Já nas sociedades com produção controlada nacionalmente observa-se a existência de uma burguesia nacional consolidada que, na maioria das vezes em associação com setor estatal, exerce relativo controle sobre o setor produtivo exportador (BIELSCHOWSKY, 2000)

Fica evidente, na tipologia apresentada, que no segundo tipo - sociedades com produção controlada nacionalmente - a possibilidade de inserção em um contexto econômico internacional (continental ou transcontinental) com preservação da autonomia econômica, ou mesmo da capacidade de influenciar nas decisões e acordos, revela-se mais promissora. Nesse caso, assim se apresenta a classificação de alguns países e regiões da América Latina.

a) sociedades com produção controlada nacionalmente:

- Argentina: caracterizada pela incorporação dos setores médios ao setor de exportação pela via burocrática. Observa-se o desenvolvimento de indústrias e serviços orientados para o mercado interno, além da subordinação das atividades econômicas preexistentes ao setor agro-exportador;

- Brasil: caracterizado pela incorporação dos setores médios com gradual crise da dominação oligárquico-burguesa, especialmente a partir da década de 1930, quando se aplicou tanto o projeto nacional-estatista como o nacional-desenvolvimentista de substituição de importações e ampliação do mercado consumidor interno;

- Uruguai: a principal característica deste país seria a incorporação da classe média a uma aliança de poder da qual participam os pecuaristas, controladores do setor produtivo, e os comerciantes, mais diretamente vinculados à exportação. Tal aliança permitiu o desenvolvimento de uma política econômica estatal de tipo conservadora;

b) sociedade com economia de enclave:

- Paraguai: caracterizado pela incorporação da classe média pelo enfraquecimento do predomínio oligárquico, devido ao grande impacto exercido pelos interesses associados ao externo, diluidor de

qualquer possibilidade de promoção de uma política de substituição de importações; representa, nesse quadro, o modelo mais frágil de organização econômica. A abordagem fundada na Teoria da Dependência rompeu, assim, com vícios ou determinismos fundados sobre as noções de dependência ou subdesenvolvimento. A finalidade, ao invés disso, era a de buscar compreender processos de evolução sócio-econômicos de uma maneira em que a política e as relações de classe se apresentassem na condição de parte constituinte da dimensão econômica.

Do ponto de vista da tipificação da realidade sul-americana, a classificação acima permite, por outro lado, perceber que sob o manto do subdesenvolvimento revela-se uma multiplicidade de experiências específicas, subordinadas à maneira como se deu a experiência histórica colonial da região em particular. Revela-se, assim, um mosaico de tendências no processo de formação e incorporação de setores médios às instâncias decisórias dos setores de produção e circulação de bens. A forma como ocorreu a incorporação de tais setores representa um importante termômetro tanto da capacidade de desenvolvimento de um mercado interno suficientemente apto à retroalimentação com acumulação e reprodução ampliada do capital como também à integração no circuito internacional de comércio (DONGHI, 2010).

O desdobramento previsível e inevitável dessa abordagem é a valorização das possibilidades de um desenvolvimento integrado ou em relação direta com outros mercados, sincrônicos ou não, no que diz respeito tanto à relevância externa como ao nível da relação direta entre as condições de desenvolvimento e os tais fatores políticos e sociais supracitados. Inevitavelmente, diferenciados de país para país, principalmente quando se trata de realidades marcadas pelo subdesenvolvimento. Para os dois estudiosos, a dependência aparece como um componente inevitável do capitalismo, ainda que se evidencie com maior impacto nos países periféricos do sistema, devido às próprias vicissitudes e incertezas que marcam a dinâmica de sua economia. A existência de uma contraditória estrutura social interna, além de uma associação entre os fatores internos e externos, representa fonte causadora de problemas de adequação às relações de troca em condições de igualdade com Estados economicamente mais fortes, na medida em que são portadores de uma economia mais

diversificada, com tecnologia mais desenvolvida e industrialização consolidada (LANDES, 2002).

Já nos países subdesenvolvidos, o conflito ocorre entre as classes e frações de classe que integram o tecido social; representa um elemento fundamental para a conformação do ambiente de investimento na produção para consumo interno e exportação. Nesse sentido, na maioria das vezes, nesses países, a forma como são discutidas e solucionadas as questões políticas definem de maneira direta o rumo que se dará à expansão ou diminuição da distância da periferia em relação ao centro. É como se, em tal abordagem, a um modo de produção capitalista universal correspondesse uma multiplicidade de modos de produção locais, essenciais à preservação de sua lógica da acumulação. Cardoso e Falleto (2004), então, teriam proposto um método de estudo dos modos de produção dentro de cada economia, cuja conceituação é de tipo endógeno, na medida em que evidencia as condições em que ocorrem as variadas formas de desenvolvimento econômico nos países que mantêm relações de subordinação aos centros hegemônicos do sistema capitalista. O raciocínio adotado, nesse caso, preserva uma lógica dialética uma vez que considera que no mercado internacional toda relação entre Estados, mesmo as diacrônicas, são relações de caráter bilateral.

O fato de os autores priorizarem o enfoque de suas análises nos conflitos e negociações entre os diferentes grupos sociais que muitas vezes se antagonizam dentro do plano, além de afirmarem que são justamente tais relações que interferem no desenvolvimento dos países latino-americanos, não significa dizer que não considerem as influências exercidas tanto pela economia como também pelos processos internacionais. O pensamento dependentista, nesses termos, incorporou-se à boa parte do patrimônio teórico acadêmico dos países de capitalismo tardio, especialmente na América Latina, possibilitando assim a emergência de novas perspectivas e abordagens econômicas e políticas da participação desses países na configuração do sistema econômico e político internacional, cuja dimensão analítica foi incorporada por um elevado número de teóricos de tais países, os quais muitas vezes reformularam e aperfeiçoaram seus preceitos, permitindo importantes avanços na problematização da realidade de seus respectivos países e na apresentação de diretrizes para o seu desenvolvimento.

3 O integracionismo sul-americano nos marcos da dependência

É correto reconhecer que as transformações resultantes do aprofundamento do processo de globalização reclamam um esforço teórico de releitura da teoria da dependência. Tal esforço não deve ocorrer, porém, com prejuízo do caráter histórico-dialético presente naquela perspectiva e fundamental para uma análise atual da problemática abordada. Em especial, cabe refletir sobre a funcionalidade da teoria da dependência, devidamente revista, para uma compreensão crítica acerca da viabilidade do Mercado Comum do Sul (Mercosul), não apenas enquanto bloco econômico, mas também como via de integração e fortalecimento de regimes políticos democráticos no Cone Sul, ampliando inclusive o alcance geográfico do projeto de integração.

O Mercosul por enquanto é o Cone Sul, mas acho que pode ser o pivô, ou pilotis, da organização de toda a América Latina. Acho que devemos fazer tudo para ter a Venezuela ao nosso lado, por exemplo [...]. Não podemos perder isso de vista porque, na minha cabeça, e isso eu digo desde que assumi o Ministério das Relações Exteriores, o Mercosul é o pólo com base no qual vamos organizar o espaço da América do Sul (CARDOSO, 1998, p. 127).

A noção de organização do espaço através do Mercosul, do ponto de vista estratégico, implica, necessariamente, promover diretrizes de relacionamento entre os Estados as quais possibilitem um equacionamento, ainda que parcial, das distâncias sócio-econômicas e culturais entre os países membros do bloco. Essa redução de distâncias não seria necessariamente uma extinção das desigualdades e diferenças culturais, mas o estabelecimento de uma situação de equidade ideal na qual certas concessões da parte dos Estados com economias mais forte do bloco contribuiria para uma diluição da situação de desequilíbrio em relação aos outros membros. O papel de sustentáculos e promotores da política de redução de desequilíbrios, nesse caso, caberia especialmente a Brasil e Argentina. Tal fato implica, todavia, a superação de arestas que, historicamente, têm impedido uma maior integração entre os dois países.

Sempre achei que o Brasil e a Argentina tinha que ter uma relação bem próxima [...] Ainda temos alguns problemas porque alguns setores da opinião pública e da imprensa argentina ainda mantêm desconfiança em relação ao Brasil. Criaram até um termo que é muito ruim, *Brasil-dependência* (CARDOSO, 1998, p. 119, grifo do autor).

A superação do sentimento de Brasil-dependência representa, no caso, um fator central para a fluidez das relações no Mercosul. A intensificação da troca não apenas de mercadorias, mas também de gente e informação entre os dois países apresenta-se como uma via imperativa para a superação de preconceitos que dificultam o diálogo. A solução para tal questão passa também pela própria redefinição do sentido aplicado à noção de dependência na supracitada expressão. “A Argentina está ganhando com o Mercosul. Ela exporta para o Brasil 30% a 40% de sua produção. Ganha dinheiro aqui. Qual é então a dependência?”. (CARDOSO, 1998, p. 124).

Outro aspecto a ser considerado como via de equacionamento das tensões entre os dois Estados-chave do Mercosul vem a ser o aprofundamento do intercâmbio cultural na medida em que, em pleno século XXI, ainda se observa um incipiente circuito de trocas culturais entre países fronteiriços. É bem verdade que se pode considerar que grande parte da responsabilidade por essa distância cultural, a despeito da proximidade geográfica, pode ser atribuída à esmagadora influência da cultura estadunidense sobre os dois países.

O efeito dessa influência sobre ambos é, no mínimo, marcado por certa estranheza. Nos dois países, do ponto de vista cultural, consome-se e discute-se praticamente as mesmas coisas, mas o que se discute em ambos os países não tem possibilitado aos argentinos conhecer melhor a cultura e a sociedade brasileira e vice-versa. Isso porque o que se discute em comum nos dois países revela muito mais acerca da literatura, arte, teatro e cinema estadunidense e europeu do que dos cenários culturais brasileiro e argentino (CARDOSO, 1998)

Em um processo de globalização que se faz sob a batuta de uma hegemonia estadunidense e europeia, chega-se, ainda no que se refere à questão cultural, ao extremo de se necessitar da chancela ou certificação de qualidade de produtos culturais de qualquer país latino-americano para que ele possa vir a receber a devida atenção em outro país latino-americano. Constatando-se esse fato, torna-se possível reconhecer a evidência de que, no que diz respeito a certas questões, a globalização tem contribuído para aprofundar as distâncias entre Brasil e Argentina.

A discussão acerca das possibilidades de aprofundar a integração entre os países do

Mercosul para também uma posterior integração latino-americana não pode prescindir, portanto, da remoção de um entulho ideológico e cultural que, sendo produto de uma atribulada história de rivalidades e desconfiança, não tem permitido romper a situação de dependência que condiciona a região. Nos marcos do desenvolvimento capitalista, a ausência de uma predisposição ao diálogo e a uma real cooperação entre países semelhantes, ao menos no que diz respeito à sua matriz histórica, tem-se revelado um central e negligenciado entrave ao reconhecimento e fortalecimento de interesses comuns a todos os países da região. O caminho para a mudança de quadro, inevitavelmente, implica na promoção da substituição de paradigmas políticos que, tradicionalmente, incorporam-se ao âmago da própria identidade latino-americana. Uma alteração primeira, por exemplo, reporta à questão do próprio conceito de nacionalidade na forma concebida pelas elites políticas de cada país. Para Cardoso (1998, p. 131), “Se houver uma patriotada, quer dizer, uma exploração daquele nacionalismo que não é sadio, vai atrapalhar. Os discursos da direita e da esquerda, quando se radicalizam, são quase sempre patriotadas.”

A observação de Cardoso (1988) permite pensar a realidade vivenciada pela América do Sul e pelo próprio Mercosul no atual momento, em especial no que se refere à cultura e ao comportamento das elites do subcontinente. Uma análise atenta permite afirmar a ocorrência de certo retorno a um ciclo populista em que, a um estado de euforia ideológica e bravatas políticas, segue-se uma série de medidas potencialmente fomentadoras de um sério risco de depressão econômica e catástrofes institucionais. Vem à tona, mais uma vez, o temor de que as democracias da região revelem uma fragilidade maior do que se supõe.

Em maior ou menor grau, por exemplo, o que se observa na maioria dos países que integram o Mercosul, bem como em outros países que não integram o bloco mas que mantêm relações de afinidade com um ou mais países do mesmo, como é o caso de Bolívia e Equador, são indícios desse novo ciclo maníaco-depressivo populista. É verdade que, ao menos pela primeira vez na história, todos os governos sul-americanos foram eleitos democraticamente, mas também não é menos verdade que, de diferentes modos, a maioria desses governos tem promovido esforços para solapar suas respectivas democracias, seja pelo

desrespeito a preceitos constitucionais, seja pela adoção de medidas econômicas temerárias ou pelo hipertrofiamento de políticas assistencialistas contraproducentes tanto do ponto de vista político como econômico (MONTANER, 2002).

Assim sendo, Venezuela, Argentina e Brasil representam, nesta ordem, exemplos desse lento, porém, cada vez mais, eficiente processo de dilapidação, seja da estabilidade política, seja da estabilidade econômica, seja de ambas. Esse é um aspecto que aproxima, em essência, as experiências do chavismo na Venezuela, do kirschinerismo na Argentina e do lulismo no Brasil. Cada um desses fenômenos, ao seu modo, traz em seu âmago o “DNA” do populismo e tem cada vez mais inflado essa dimensão no que concerne à gestão das questões econômicas, políticas e sociais .

O coronel Hugo Chavez, por exemplo, que tentou tomar o poder pela força na Venezuela em 1992, já governava o país há mais de uma década com forte apoio popular e, ao mesmo tempo, com escandaloso desprezo pelas regras que definem o jogo político da sucessão democrática. O mesmo apoio popular, por sua vez, é que tem permitido ao clã dos Kirschiner também governar a Argentina por período semelhante e, recentemente, arroubos chauvinistas - tanto em matéria de política externa como de economia interna. No Brasil, a fidelidade popular ao lulismo tem sido mantida à custa de uma centralização e inflacionamento de projetos assistencialistas, bem como do sacrifício fiscal da classe média. Soma-se ainda, em todos os casos, o crescente esgarçamento do tecido político pela corrupção epidêmica.

Concebida originalmente como produto da profunda desigualdade que emerge entre o contraste da capacidade produtiva e de consumo entre países periféricos e países centrais, a Teoria da Dependência necessita da inclusão de novas referências a fim de explicar as razões da persistência dos fatores de crise nos países periféricos. A questão a ser incluída na discussão tem a ver com as razões intrarregionais que explicam as causas do fracasso da América do Sul face ao sucesso de países como os Estados Unidos. Urge, nesse caso, remexer em aspectos relacionados à própria dinâmica interna da região, evitando-se as ideologizações, vitimizadoras e autocomplacentes, as quais apontam sempre o outro como o agente responsável pelo estigma do subdesenvolvimento.

Sem dúvida, alguma responsabilidade pode ser atribuída a um duro golpe que a América Latina sofreu no início da década de 1990. A adesão dos países da região às diretrizes propostas pelo Consenso de Washington contribuiu sobremaneira para o estímulo à diluição de um projeto de América Latina unida e mais independente. A opção, quando da adesão ao referido Consenso, foi principalmente pelo pragmatismo econômico guiado pela necessidade de achar resolutividade às questões econômicas mais urgentes, como a inflação, bem como a modernização tecnológica, a redução dos níveis de desemprego e da baixa liquidez resultantes dos excessivos gastos públicos.

Ao Consenso de Washington coube definir o desenho das medidas imediatamente necessárias à conversão dos Estados aderentes em economias dotadas dos requisitos mínimos necessários ao seu reconhecimento confiáveis no mercado externo, já que capazes de assegurar aos investidores a estabilidade macroeconômica. Naquele contexto, a palavra de ordem aos Estados periféricos era o estabelecimento das condições necessárias à sua inserção no processo de globalização ditado pela mundialização do capital. Tais iniciativas, em sua lógica, atendiam a preceitos definidos segundo pressupostos contidos na Teoria da Dependência, a qual assumiu uma perspectiva relacional, vinculativa, ao considerar o binômio mercado interno-mercado externo. Nesse viés, o fortalecimento do regionalismo ainda não seria possível a não ser em uma etapa posterior em que a constituição de blocos econômicos passou a representar importante ferramenta de expansão das potencialidades dos países-membros. Essa expansão das potencialidades de Estados associados em bloco, por seu turno, possibilitaria a inserção competitiva na economia mundial globalizada (CARDOSO, 2010).

No caso latino-americano, entidades como a Comunidade Andina de Nações, a União das Nações do Sul e a Aliança bolivariana para os povos da nossa América representam exemplos históricos que se somam à experiência do Mercosul. Conscientes ou inconscientes, pautaram-se tanto nos princípios dependentistas herdados do pensamento econômico que marcou o mundo subdesenvolvido durante os anos 1970 como na necessidade de prevenir-se da forte concorrência e das exigências cada vez mais ampliadas da globalização. Entretanto, as

mencionadas organizações encontram-se em estágio embrionário e ressentem-se de políticas institucionais mais eficientes e concretas. Na verdade, manifestam explicitamente pretensões de promover uma integração regional que possa servir de alicerce para o rompimento da condição periférica no circuito internacional de comércio. O fato, porém, é que simples declarações de intenções não são suficientes para se redefinir a ordem das coisas. Objetivamente, essa redefinição depende em muito da maneira como flui e refluem os investimentos em função de atrativos e prioridades do capital (FUKUYAMA, 2010).

4 Mercosul e integracionismo

O contexto histórico de criação do Mercosul - março de 1991 - era de um otimismo político marcado pela derrocada dos regimes militares e pela redemocratização de Brasil e Argentina. Os presidentes José Sarney e Raul Alfonsín assinaram, em 30 de novembro de 1985, a Declaração de Iguazu, na qual foi enfatizada a necessidade tanto de consolidação da democracia como da conjugação de esforços para a defesa de interesses comuns no âmbito internacional (LEME, 2006).

Em 1988, na esteira do incremento do intercâmbio comercial entre Brasil e Argentina, promoveu-se a assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento. No documento, estabeleceu-se um prazo de 10 anos para que os dois países promovessem a formação de um espaço econômico comum, eliminando barreiras tarifárias e elaborando políticas conjuntas (LEME, 2006).

Já nos anos 1990, no contexto da adesão às diretrizes econômicas do Consenso de Washington, oficializou-se o Mercosul. Verificava-se, na ocasião, a aceleração da estratégia de reformas econômicas neoliberais com base na liberalização comercial. Ao esforço de integração, uniram-se o Paraguai e o Uruguai, formulando-se, a partir de então, o projeto de criação do Mercosul. A assinatura do Tratado de Assunção, em 26 de março de 1991, consolidou o processo ao estabelecer, como uma das principais metas, a ampliação das dimensões dos mercados nacionais dos países-membros do tratado, destacando-se a integração como premissa fundamental para acelerar o processo de desenvolvimento econômico e social da região (FUKUYAMA, 2010).

A influência de preceitos do Consenso de

Washington foi inevitável devido ao momento histórico. Porém, a postura integracionista do bloco reporta de alguma forma a pressupostos da Teoria da Dependência. Dificuldades de ordem operacional para o avanço do Mercosul podem estar relacionadas a dois aspectos estruturais da realidade sul-americana: por um lado, os já mencionados ciclos de instabilidade econômica e política que, de uma maneira crônica, afetam a região como um todo ou alguns países com diferentes formatos e que, na maioria das vezes, são combatidos com intervenções paliativas, insuficientes e, num extremo, equivocadas; por outro lado, as iniciativas de implementação de projetos de integração econômica, que são alvo de idealizações desde os movimentos de independência, com frequência esbarram em tradições políticas de tipo exclusivista e intervencionista, as quais, em geral, banalizam medidas casuísticas (FUKUYAMA, 2010).

São esses dilemas característicos dos países sul-americanos que, a rigor, interferem na efetivação da experiência de integração proposta pelo Mercosul. Observa-se, na atual conjuntura, por exemplo, um sensível enfraquecimento da proposta de liberalização comercial recíproca em favor de uma ênfase em aspectos puramente políticos de uma integração de caráter casuístico. Faz-se referência, no caso, aos três recentes episódios que, no seu conjunto, contribuíram sobremaneira para comprometer o lastro de legalidade e a própria credibilidade do bloco:

a) a suspensão açodada do Paraguai, em decorrência da remoção do presidente Fernando Lugo, menos com a intenção de debater a legalidade do ato promovido pelo Congresso Paraguai e muito mais para favorecer o ingresso da Venezuela no bloco, removendo-se convenientemente o único voto contrário;

b) a complacência dos países-membros do bloco com o claro desrespeito do regime chavista à Constituição venezuelana no atual episódio da sucessão presidencial. Não só o bloco não agiu com o mesmo rigor como, no caso do Paraguai, mesmo observando-se que no caso venezuelano o desrespeito à legalidade é ainda mais acintoso, como as lideranças políticas dos dois principais países-membros - Brasil e Argentina - tem manifestado solidariedade com a manobra chavista, atendendo a imperativos ideológicos.

Quaisquer que sejam os pesos relativos desses dois conjuntos de fatores e seus efeitos concretos

sobre as intenções proclamadas e as ações efetivas dos países-membros do Mercosul, o fato é que o impacto varia bastante de país para país. Pode-se reconhecer, entretanto, que o prejuízo maior ocorre para o projeto de constituição de um bloco integrado e forte. Compromete-se, com isso, as possibilidades de boa aceitação do mesmo no mercado global dada a crise de confiança resultante de posições assumidas com base em convicções puramente ideológicas e afinidades políticas. Na prática, observa-se um perigoso distanciamento do projeto original de se caminhar para instituições orgânicas mais consentâneas com o formato de um mercado comum, em favor de instâncias seletivas de cooperação política setorial, associada a posicionamentos ideologicamente com antigas práticas oligárquico-populistas. Tais práticas é o que vem moldando atualmente o perfil do Mercosul, com gradual envolvimento de seus membros em áreas não delineadas no mandato econômico-comercial original. Essas circunstâncias revelam uma persistência no quadro político sul-americano.

5 Conclusão

Pelo que foi apresentado até o momento, no presente artigo, conclui-se que o debate e iniciativas para criação de uma comunidade de Estados e de um mercado comum na América Latina não pode prescindir de considerações a respeito dos condicionamentos resultantes da situação de dependência do Cone Sul em relação à dinâmica da sociedade globalizada. Assim sendo, nenhum programa de liberação comercial intrazona e implantação de uma tarifa externa sem que se leve em consideração tanto as assincronias econômicas, políticas e culturais existentes entre os países da região, como também o histórico de instabilidades políticas e econômicas que tem sido uma marca permanente ao longo de todo o século XX e início do século XXI.

Em observância às assimetrias dos Estados-membros, buscou-se destacar a importância que, para qualquer tentativa de explicação teórica para as mesmas, assume os pressupostos presentes na teoria da dependência, segundo a fórmula elaborada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto (2004) um regionalismo aberto para as relações entre os Estados que integram o subcontinente se, por um lado, muitas vezes é apresentado como a solução para o subdesenvolvimento e a dependência, por outro, inevitavelmente, deve ocorrer sob o peso dos

limites impostos por esse subdesenvolvimento e dependência precedente.

Ocorre, todavia, que somente nos marcos da Teoria da Dependência é que se pode também vislumbrar, realisticamente e sem voluntarismos, as possibilidades de desenvolvimento para a região. Essa possibilidade, porém - e justamente nesse ponto reside a dimensão realística do raciocínio derivado da aplicação da mencionada teoria -, em nenhum momento implicará a superação da assincronia ente os próprios Estados sul-americanos e, dificilmente, os alçará à condição de economias reconhecidas como paritárias às economias que integram os centros hegemônicos do capitalismo. A integração, assim sendo, de imediato deve vislumbrar no máximo uma redefinição de diretrizes no desenho das relações intraregionais de forma a pelo menos favorecer um conjunto de medidas e meios os quais possam favorecer a satisfação de necessidades e aspirações das sociedades da região ●

Referências

- BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000. 2 v.
- CARDOSO, F. H. *O presidente segundo o sociólogo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- CARDOSO, F. H. *Xadrez internacional e social-democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010

CARDOSO, F. H.; FALLETO, E. *Dependência e subdesenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

DONGHI, Tulio Halperin. Dois séculos de reflexões sul-americanas sobre a lacuna de desenvolvimento entre os Estados Unidos e a América Latina. In: FUKUYAMA, F. (Ed.). *Ficando para trás*. Rio de Janeiro: Rocco, 2010. p. 25-64.

FUKUYAMA, F. (Ed.). *Ficando para trás*. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

LANDES, David. Quase toda a diferença está na cultura. In: HARRISSON, L.; HUNTINGTON, S. (Org.). *A cultura importa*. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 39-52.

LEME, A. A. S. P. *A declaração de Iguazu (1985): a nova cooperação argentino-brasileira*. 2006. 195 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MONTANER, C. A. Cultura e comportamento das elites na América Latina. In: HARRISSON, L.; HUNTINGTON, S. (Org.). *A cultura importa*. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 56-63.

*** Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), doutoranda em Direito pela Universidade Nacional Lomas de Zamora (Buenos Aires, AR) e professora da Universidade Estadual do Piauí/Uespi e da Universidade Estadual do Maranhão/Uema.**

**** Doutor em História Social (UFF), professor/Uespi e do Instituto Dom Barreto (IDB).**

PESQUISA E INOVAÇÃO: expansão da soja no Piauí

Por Maykon Daniel Gonçalves Silva*, Maria Jessyca Barros Soares**, Maria Madalena de Sousa do N. Neta*** e Edivane Lima****

Resumo: O artigo tem por objetivo analisar a importância da tecnologia e da pesquisa como estratégias essenciais ao aumento e à melhoria dos ganhos de produtividade e da produção de soja no Nordeste e, especialmente, no Piauí. A metodologia baseia-se no método descritivo e na coleta de informações através de revisão de literatura e dados secundários obtidos em fontes oficiais.

Palavras-chave: Pesquisa. Inovação. Soja. Piauí.

Abstract - The study aims to analyze the importance of technology and research as important strategy for the increase and improving productivity gains and soy production in the Northeast and especially Piauí. The methodology is based on the deductive method and gathering information through bibliographic sources and secondary data.

Keywords: Search. Innovation. Soy. Piauí.

1 Introdução

O cultivo de soja no mundo começou com o aparecimento de plantas oriundas de cruzamentos naturais entre duas espécies de soja selvagens domesticadas e melhoradas por cientistas da China, mas sua produção em escala comercial começou no Ocidente, depois da segunda década do século XX, nos Estados Unidos; inicialmente, como forrageira; depois, como *commodity*. No Brasil, sua produção em escala comercial só teve início a partir da década de 1960, por meio dos subsídios dados ao trigo, o que lhe permitiu estabelecer-se como uma cultura importante do ponto de vista econômico (EMBRAPA, 2004).

A produção brasileira de soja começou na região Sul e, posteriormente, foi alastrando-se para as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Esse deslocamento foi possível devido ao uso de pesquisas, tecnologia e inovações voltadas ao crescimento da produtividade e ao aumento da área plantada com soja na região do Cerrado, uma vez que as sementes foram adaptadas ao clima e ao solo dessa região, importante papel desempenhado pela Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa). Entre os fatores que possibilitaram maior produtividade no Nordeste estão, por exemplo, expansão do cultivo nas áreas de cerrado, pesquisas das cultivares adaptadas ao solo do cerrado e aumento dos financiamentos de custeio e investimento para a atividade.

O crescimento econômico se faz notar pelas

mudanças nessas áreas de produção. As regiões produtoras de grãos vêm apresentando transformações significativas como: estradas sendo asfaltadas para o escoamento da produção, as fazendas sendo estruturadas, além disso, pode-se observar a ampliação dos serviços de hotelaria, restaurantes, postos de combustíveis, hospitais etc., em alguns municípios; também são verificadas melhorias na distribuição urbana, em áreas planejadas, com a construção de habitações mais confortáveis, dispondo de redes de esgoto e energia elétrica (VALENTE JUNIOR, 2011).

Objetiva-se, com este artigo, analisar a importância do uso da tecnologia e da pesquisa científica como estratégia importante na produção de soja, evidenciando a expansão dessa cultura no Nordeste e, especialmente, no Piauí.

O artigo está dividido em cinco seções: a primeira refere-se à introdução, a segunda consiste da metodologia; na seção 3, discute-se o conceito de estratégias de inovação nas visões de alguns autores citando Schumpeter, Kon, Hayami e Ruttan e sua importância no processo produtivo; a seção 4 mostra a importância da pesquisa e da inovação na expansão da soja no cerrado nordestino, bem como a contribuição do sistema de plantio direto (SPD); a seção 5 trata da expansão da soja nas microrregiões do Piauí; e, na conclusão, apontam-se os motivos da expansão da soja no Piauí, dando ênfase especial à inovação.

2 Metodologia

O procedimento metodológico baseia-se no método descritivo, sendo a coleta de informações feita através de revisão bibliográfica e de instituições oficiais de pesquisa. Segundo Barros e Lehfeld (2007), a pesquisa bibliográfica é a que se efetua tentando-se resolver um problema ou adquirir conhecimentos a partir do emprego predominante de informações advindas de material gráfico, sonoro e informatizado. Assim, para alcançar o objetivo proposto, o trabalho assentou-se no levantamento de literatura sobre o tema, dados estatísticos secundários obtidos em instituições oficiais de pesquisa, tais como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Embrapa, Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Fundo de Apoio à Cultura da Soja (Facs), entre outros. A pesquisa trabalha com o levantamento das seguintes fontes de informação: documentos oficiais, artigos publicados em jornais, revistas, comunicações em seminários etc.

3 Estratégia de inovação tecnológica

Dentre as principais correntes teóricas que estudam a questão da inovação tecnológica, a principal é a institucionalista - shumpeteriana. Essa corrente focaliza a sua análise nas empresas, nos setores industriais e nas relações em rede com outros agentes econômicos.

Segundo essa escola, as inovações tecnológicas radicais que são acompanhadas por inovações organizacionais e institucionais são caracterizadas como sistêmicas. O principal agente é a empresa, um organismo vivo que realiza a inovação. Dessa forma, introduz variedades na estrutura industrial existente e criam novas estruturas (HASENCLEVER; TIGRE, 2002).

No momento em que uma empresa introduz uma tecnologia nova, ela fica sujeita a duas situações (KON, 1999): por um lado, sujeita aos objetivos próprios de desenvolvimento dos recursos de que dispõem, à natureza do mercado em que operam, ao conhecimento das opções tecnológicas disponíveis e à situação político-econômica do país em que são sediadas; por outro lado, a escolha da tecnologia apropriada a essas condições e do ritmo das inovações prendem-se também à capacidade da força de trabalho existente de ajustar-se aos novos requisitos de capacitação advinda da introdução de técnicas inovadoras. Kon (1999) menciona, ainda, que a inovação tecnológica deve ser entendida através dos conceitos de invenção,

inovação, imitação, mudanças induzidas, progresso técnico, oportunidades tecnológicas, avaliação de resultados, economias e deseconomias de escala.

Os processos de inovação e capacitação tecnológica atuam diretamente no sistema produtivo, exigindo uma ampla capacidade de geração autônoma e disseminação de conhecimento, além da criação de um ambiente de aprendizagem contínua para que as inovações sejam compreendidas e nele inseridas.

Para Matesco e Hasenclever (1998), o desenvolvimento econômico de uma nação e a ampliação da competitividade sistêmica das empresas relacionam-se com a capacidade de realização de inovações tecnológicas que tem essa nação.

Autores como Hayami e Ruttan (1971) apresentam o modelo de inovação induzida para o desenvolvimento da agricultura. Eles tomam como base teórica o modelo de progresso econômico de Hicks, que passa a considerar o progresso técnico como uma variável endógena. Nesse modelo de inovação induzida, o processo de inovação é obtido através das instituições públicas de pesquisa e indústrias produtoras de insumos e equipamentos agrícolas. A hipótese do modelo defende que a geração de tecnologia depende da interação de fatores de produção, na qual a mudança técnica é guiada com eficiência, através dos sinais emitidos ao mercado por meio dos preços desses fatores. Assim, quando o custo da mão de obra rural aumenta, os agricultores pressionam as instituições de pesquisas e as indústrias para que elas forneçam tecnologia e os insumos agrícolas para poupar trabalho.

4 A pesquisa agrícola, a inovação e a expansão da soja no cerrado nordestino

De acordo com as informações do Fundo de Apoio à Cultura da Soja (2011), a evolução inicial da soja no Brasil foi fortemente amparada pelo desenvolvimento de tecnologias que possibilitaram o aumento da área de cultivo, mantendo-se a produtividade estabilizada ou com relativo aumento. Além de cultivares adaptadas às diversas regiões produtoras, tecnologias geradas por diversas instituições de pesquisa têm contribuído para que essas cultivares mostrem seu potencial produtivo. As tecnologias geradas para a cultura da soja tiveram contribuições diferentes nos diversos momentos da evolução dessa cultura no Brasil. Pode-se dividir essa evolução em três fases:

primeira fase, adaptação de tecnologias; segunda fase, geração de tecnologias ou independência tecnológica; e terceira fase, tecnologias para expansão da fronteira agrícola.

Com isto, apresenta-se, nesta seção, a expansão da soja no Nordeste, considerada por vários analistas uma área potencial ao cultivo da soja. A expansão da soja na região dos cerrados só foi possível devido aos avanços das pesquisas científicas que possibilitaram o seu cultivo. Dessa forma, interessa a explicação da terceira fase da tecnologia, mostrando como foi a contribuição da pesquisa para a cadeia produtiva da soja e os diversos fatores que permitiram essa expansão nos cerrados.

Durante as décadas de 1980 e 1990, houve uma grande expansão dessa cultura na região dos cerrados, principalmente na região Centro-Oeste, precisamente no estado de Mato Grosso, expandindo-se, posteriormente, para os estados do Nordeste: Maranhão, Piauí e Bahia. De acordo com dados da Conab (2012), nas áreas de cerrado do Nordeste, a quantidade produzida da soja em grãos na safra de 2011/2012 foi de 6.096,3 toneladas, correspondendo a um crescimento de 57% em relação à safra 2006/07.

Destacam-se dois aspectos favoráveis à expansão: a estabilidade climática da região dos cerrados e as condições topográficas favoráveis, que contribuíram de forma importante para a expansão, não somente da soja, mas também da agricultura do país. Contudo, o solo dessa região é pobre, sendo possível surgir, a partir daí, as pesquisas de cultivares desenvolvidas pela Embrapa Cerrados - Centro de Pesquisas Agropecuário dos Cerrados - viabilizando, em parte, a produção sustentável de grãos (FACS, 2011).

Essas tecnologias são desenvolvidas para aumentar a potencialidade da região, especialmente daquelas situadas no sul do Maranhão e sudoeste do Piauí, incluindo também o norte de Tocantins e o oeste do Pará. A obtenção de cultivares adaptadas e estudos de sistemas produtivos direcionados à região começaram a vigorar a partir da criação do Centro Nacional de Pesquisa de Soja, na metade dos anos 1980.

Essa iniciativa foi amparada através de parcerias feitas com o Banco do Nordeste e com a Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária (Emapa) e culminou com a instalação do Campo Experimental de Balsas (CE Balsas). A sequência dos trabalhos experimentais no CE Balsas teve

amparo decisivo da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), que, através de parceria, viabilizou o desenvolvimento de tecnologias mais modernas, o que contribuiu para significativos aumentos da área de cultivo (FACS, 2011).

Conforme Valente Junior (2011), um conjunto de fatores contribuiu para o crescimento do cultivo da soja no Nordeste, citam-se, por exemplo:

- a) a expansão do cultivo nas áreas de cerrado;
- b) as pesquisas sobre novas cultivares adaptadas para os cerrados, o que levou ao incremento da produtividade;
- c) o aumento dos financiamentos de custeio e investimentos para a atividade;
- d) o investimento e a melhoria na infraestrutura de armazenamento e escoamento da produção.

Outro motivo que explica a expansão do cultivo tem sido a elevação do nível de preços da soja no mercado internacional ao longo dos anos. Com relação às pesquisas e ao crédito, destaca-se o papel do Banco do Nordeste no apoio à sojicultura na região, a partir da criação do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci), que apoia as pesquisas tecnológicas. Associado às políticas públicas e a outros investimentos, o crédito constitui importante instrumento para proporcionar a expansão da soja (VALENTE JUNIOR, 2011).

De maneira geral, as pesquisas representam o elemento principal para a expansão da soja no País e, principalmente, no Nordeste. O desenvolvimento tecnológico está possibilitando a definitiva incorporação dos cerrados à agricultura brasileira, transformando a região no principal polo de crescimento de produção do Brasil. Com as pesquisas científicas, a agricultura nos cerrados ganhou tecnologias mais modernas, o que tem permitido, em parte, melhorar a competitividade da soja no mercado internacional. Existem duas direções desse desenvolvimento tecnológico; a primeira tem sido o aprofundamento do conhecimento dos ecossistemas que compõem a região a segunda, a construção do solo agrícola. (MAROUELLI, 2003).

De acordo com Marouelli (2003), o resultado de todos os desenvolvimentos tecnológicos tem sido a criação de novos produtos, de sementes, de químicos e de implementos mecânicos que são produzidos em escala industrial e estão disponíveis no mercado.

Neste contexto, é notável a importância das pesquisas para o desenvolvimento tecnológico e,

consequentemente, como fonte de explicação para a expansão da sojicultura no Nordeste, especialmente aquelas desenvolvidas pela Embrapa.

A expansão da soja no cerrado nordestino tem contribuído para impulsionar, também, o desenvolvimento local. Algumas cidades já vislumbram essas mudanças, a exemplo de Luís Eduardo Magalhães e Barreiras, na Bahia; Balsas, no Maranhão; e Uruçuí, no Piauí. Por fim, o trabalho de Vicente Junior (2011) confirma a contribuição do Banco do Nordeste para a expansão do segmento de soja nos cerrados, pois o mesmo vem atuando por meio de financiamento à produção, tanto para investimentos como para o custeio, além do aporte de recursos em ciência e tecnologia.

Com base na Figura 1, observa-se a evolução da produção e da produtividade da soja no Nordeste ao longo das safras de 2001/02 a 2009/2010. A evolução da produção de soja por tonelada mostra um período de ascensão que vai da safra 2001/02 até 2004/05, quando atinge 3.953,1 toneladas, correspondendo a um crescimento de 86%. Na safra 2008/09 houve uma queda na produção de 14% em relação ao ano safra 2007/08; um dos principais motivos está relacionado a problemas climáticos que prejudicaram a safra, especificamente a seca. Após esse declínio houve uma recuperação de 27% na safra 2009/10. Por fim, observa-se em todo o período analisado um crescimento total de 186,93% sendo esse crescimento proveniente, em parte, da inovação tecnológica para essa cultura.

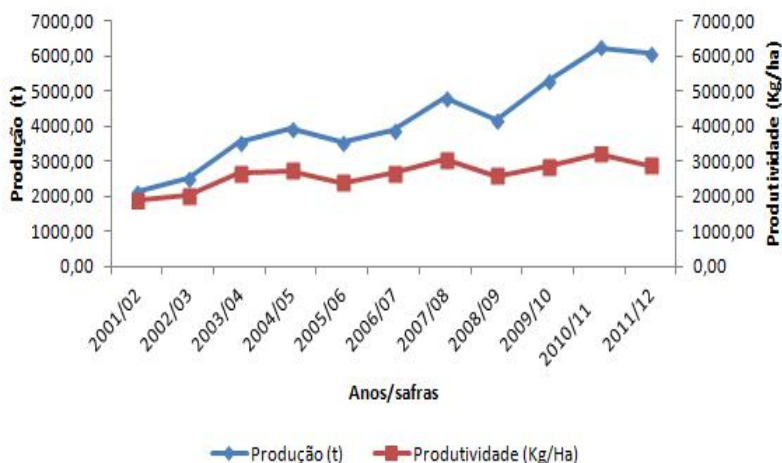


Figura 1 - Evolução da produção de soja (em toneladas) e da produtividade (Kg/ha). Nordeste. Safras 2001/02-2009/10.
Fonte: Conab (2012).

4.1 Sistema de plantio direto

O SPD tem sido uma técnica produtiva importante para a condução da expansão da soja no Brasil, de maneira especial no Piauí, o que tem formado a produção de uma lavoura mais viável do ponto de vista ambiental. O plantio direto é uma técnica de cultivo conservacionista na qual se procura manter o solo sempre coberto por plantas em desenvolvimento e por resíduos vegetais. Essa cobertura tem por finalidade protegê-lo do impacto das gotas de chuva, do escoamento superficial e das erosões hídrica e eólica. Existem diversos sinônimos ou termos equivalentes para plantio direto: plantio direto na palha, cultivo zero, sem preparo (*"no-tillage"*), cultivo reduzido, entre outros (CRUZ et al., 2006).

O Brasil possui a segunda maior área plantada no mundo sob SPD. Esse fato representa uma grande conquista para a sociedade brasileira em termos de preservação do meio ambiente, uma vez que, em área sob SPD, a perda de solo por erosão é reduzida e o estoque de matéria orgânica, aumentado (LOPES et al., 2004).

Assim, as práticas com o SPD podem minimizar os impactos no solo causados pela sojicultura. Conforme Alvim e Oliveira Junior (2005), esse sistema tem demonstrado sua eficácia na solução dos problemas de solo, principalmente com a introdução de práticas de cobertura de solo no inverno e a rotação de culturas; além de contribuição decisiva para uma agricultura sustentável em termos ambientais, economicamente competitiva e socialmente equitativa, tem sido o foco das atenções de pesquisadores e produtores, dentro do que se pode denominar cadeia de sustentabilidade da agricultura brasileira. Para os autores, o cultivo da soja, especificamente, no Mato Grosso do Sul, que utilizou o SPD, apresenta custos menores e lucratividade maior em comparação ao sistema de plantio convencional, além de ser um sistema preservacionista.

Logo, depois de estabelecido o SPD, os seus benefícios vão além da proteção do solo; incluindo também o rendimento das culturas e a competitividade dos sistemas agropecuários. Com o uso do SPD, o agricultor tem maior garantia de renda e estabilidade da produção, em comparação com os métodos tradicionais de manejo do solo (CRUZ et al., 2006).

De acordo com Rodrigues; Barbosa; Almeida (2009), o uso do plantio direto no município de

Pedro Afonso, no estado de Tocantins, apresenta custos de produção com 13,4% menor que o plantio tradicional. Com base em indicadores de eficiência econômica, eles demonstram uma nítida vantagem econômica com o uso do SPD em relação ao plantio convencional.

Diante disso, acredita-se que o uso de tecnologias modernas e do SPD tenha sido importante para elevar os ganhos de eficiência econômica da soja no Nordeste.

5 A expansão da soja nas microrregiões produtoras do Piauí: uma contribuição da pesquisa agrícola

O Piauí ocupa a terceira posição entre os maiores produtores de grãos do Nordeste, com 2.439,0 toneladas na safra 2010/2011. A Bahia continua sendo o maior produtor, com 7.331,5 toneladas. O Maranhão vem em segundo lugar, produzindo 3.373,1 toneladas, sendo a soja um dos principais produtos exportados (EMBRAPA, 2011).

A Unidade de Beneficiamento de Sementes (UBS) atende cinco culturas distintas: soja, milho, feijão, arroz e vigna (feijão de corda). No entanto, um dos seus grandes diferenciais é estar instalada próxima aos produtores de sementes de soja do sul do Maranhão, no sul do Piauí e Tocantins. Segundo o chefe geral da Embrapa Soja, Alexandre Cattelan, a UBS tem como objetivo aumentar a eficiência dos produtores de sementes que comercializam as cultivares de soja da Embrapa nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (EMBRAPA, 2010).

No Piauí, o cultivo de soja teve início em 1972, com o programa de pesquisa voltado para essa cultura através da Estação Experimental "Apolônio Sales", do Ministério de Agricultura, com o apoio de vários órgãos, sendo um deles a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural do Piauí. A criação da Embrapa veio a fortalecer o programa que teve continuidade a partir de 1977/1978, com a cooperação do Centro Nacional de Pesquisa de Soja e do Banco do Nordeste do Brasil (NEVES, 2011).

Conforme Pinazza (2007), o crescimento projetado para a produção de soja no Piauí tem sido condicionado a vários fatores, destacando-se alguns:

- a) consolidação das zonas produtivas no sudoeste, onde está concentrada a produção;
- b) fortalecimento do parque processador de soja;
- c) melhoria da estrutura de logística e distribuição

da produção em direção ao porto de Itaqui para o mercado externo e, por intermédio da Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN), visando atender ao mercado interno da região Nordeste.

A soja é produzida em maior quantidade nas microrregiões do sul do Piauí. Essa produção vem se desenvolvendo com a expansão da área plantada e com o aumento da produtividade. De acordo com a Tabela 1, nos cerrados do Piauí, a produtividade média da soja foi 2.566 kg/ha de 2006 a 2010. O valor médio da área plantada no mesmo período foi de 13252,76, sendo que em 2010 as maiores áreas plantadas ocorreram no município de Uruçuí, com 95.592 hectares, o que correspondeu a uma taxa de crescimento de 24,64%; em seguida, Baixa Grande do Ribeiro, com 73.761 (116%), e Bom Jesus, com 34.635 (27,26%).

Um dos projetos da Embrapa Meio-Norte (EMBRAPA, 2005) é aumentar de forma sustentável em pelo menos 20% a produção de soja nos cerrados do Piauí e do Maranhão; projeto que começou a ser executado nos municípios de Baixa Grande do Ribeiro (PI) e Balsas (MA). Em dois anos, foram estabelecidos sistemas de preparo e de culturas de coberturas vegetais às condições das áreas exploradas. O projeto teve como objetivo maior, segundo o pesquisador Luiz Fernando Carvalho Leite (da Embrapa), conduzir os trabalhos, caracterizar a dinâmica da matéria orgânica do solo em sistemas de preparo e de culturas (EMBRAPA, 2005) para definição das estratégias de manejo, buscando a melhoria da qualidade do solo e do ambiente, dando estabilidade à produção de soja.

De acordo com a Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (Cepro), em 2009, dentre os municípios que apresentaram maior produto interno bruto (PIB) *per capita* no Piauí destacam-se: Uruçuí, o maior produtor; Baixa Grande do Ribeiro e Ribeiro Gonçalves que figuram como municípios de elevados PIBs *per capita* em função do peso que a agropecuária tem nessas economias, com principal destaque para a produção de soja; e Santa Filomena tem na agropecuária a maior força de sua economia, sendo o 5º maior produtor de soja no Piauí (CEPRO, 2011).

6 Conclusão

Os processos de inovação e capacitação tecnológica atuam diretamente no sistema produtivo, exigindo uma ampla capacidade de

Tabela 1 - Evolução da área plantada de soja (em hectares) e da produtividade (Kg/ha) nos municípios piauienses. 2006-2010

Municípios	Área plantada (hectare)					Produtividade (Kg/ha)				
	2006	2007	2008	2009	2010	2006	2007	2008	2009	2010
Alvorada do Gurguéia	2350	3500	3800	3950	2530	2516	1995	3161	2827	2580
Antônio Almeida	2600	3450	3067	3059	3400	2372	2140	3229	2400	2400
Baixa Grande do Ribeiro	34.143	34346	41408	66715	73761	2613	2716	3299	2841	2730
Bom Jesus	27.215	24994	28022	28387	34635	2535	2421	3273	3023	2003
Corrente	0	0	75	80	1547	0	0	3000	2400	2230
Cristalândia do Piauí	0	0	80	240	580	0	0	3000	3000	2200
Currais	13.564	11374	10776	15818	21194	2065	1896	3180	2260	1997
Gilbués	6.689	7290	11660	8820	13175	2419	2599	3238	3060	2480
Landri Sales	0	0	1745	4866	5000	0	0	3480	2969	3100
Manoel Emídio	0	600	1375	400	0	0	960	3179	3000	0
Monte Alegre do Piauí	5.208	6785	8408	6265	10791	2824	2369	3174	2810	2572
Piracuruca	150	90	140	0	0	2640	1977	1321	0	0
Palmeira do Piauí	5005	5870	7199	8726	10460	1635	1794	3180	2812	2372
Porto Alegre do Piauí	0	1000	1000	1200	1400	0	600	2880	2640	2580
Redenção do Gurguéia	0	0	0	480	0	0	0	0	3000	2155
Regeneração	0	0	0	500	600	0	0	0	3300	2800
Ribeiro Gonçalves	34111	35274	40856	28940	34133	2533	2531	3179	3000	2977
Santa Filomena	13629	12330	15915	19692	25405	2298	2247	3094	2603	2521
Sebastião Leal	10650	6300	5240	10282	7907	2602	1633	3493	3411	3056
Uruçuí	76695	66657	72800	69311	95592	2096	1911	3240	2727	2489

Fonte: IBGE (2013).

geração autônoma e disseminação de conhecimentos, além da criação de um ambiente de aprendizagem contínua para que as inovações sejam compreendidas e neles inseridas.

A expansão da soja na região dos cerrados, especialmente no Nordeste, torna-se evidente com o uso de pesquisas e tecnologias que têm possibilitado as inovações no setor. A consequência tem sido, sem dúvida, maior produção e ganhos de produtividade, principalmente no Piauí, no Maranhão e na Bahia, considerados as novas fronteiras agrícolas do Brasil.

A Embrapa tem papel fundamental na realização de pesquisas voltadas ao melhoramento das sementes de soja, no combate a pragas e doenças, no aperfeiçoamento do plantio e nos novos modos de adaptação das cultivares ao clima e solos na região dos cerrados, garantindo qualidade às sementes genéticas de suas cultivares. O aumento da produtividade cria oportunidades de emprego e de renda para a população das cidades e do campo. Essa expansão está possibilitando o desenvolvimento das regiões produtoras.

Por fim, observa-se que a soja é produzida em vários municípios no sul do Piauí, nos quais a expansão da área plantada de soja tem sido possível, em parte, por meio da pesquisa e da inovação tecnológica, o que tem garantido elevados ganhos de produtividade a cada safra agrícola ●

Referências

- ALVIM, M. I. S. A.; OLIVEIRA JUNIOR, L. B. Análise da competitividade da produção de soja no sistema de plantio direto no estado do Mato Grosso do Sul. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 505-528, jul.-set. 2005.
- BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. A. S. Fundamentos de metodologia científica. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB. *Séries históricas*. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1252&t=2&Pagina_objetosconteudos=3#A_objetosconteudos>. Acesso em: 15 nov. 2012.
- CRUZ, J. C., et al. *Manejo de solos: plantio direto e rotação de culturas*. 2006. Disponível em: <<http://www.embrapa.com.br/plantiodireto>>. Acesso em: 31 jan. 2012.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. *Tecnologias de produção de soja região central do Brasil 2004: a soja no Brasil*. 2004. Disponível em: <<http://www.cnpso.embrapa.br/producao soja/SojanoBrasil.htm>>. Acesso em: 19 de nov. 2011.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. *Projeto aumentará produção sustentável de soja no Piauí*. 10 out. 2005. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/imprensa/noticias/2005/folder.2005-08-15.0415022412/foldernoticia.2005-09-26.0930612798/noticia.2005-10-10.4121855184/>>. Acesso em: 19 nov. 2011.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. *Unidade de beneficiamento irá incrementar produção de sementes*. 19 abr. 2010. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/imprensa/noticias/2010/>> Acesso em: 16 abr. 2012.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. *Produção de soja no Piauí é destaque*. 27 set. 2011. Disponível em: <<http://www.cpamn.embrapa.br/noticias/noticia.php?id=245>>. Acesso em: 18 de nov. 2011.

FUNDO DE APOIO À CULTURA DA SOJA - FACS. *Sobre soja*. Disponível em: <<http://www.facsmt.com.br/home/soja/>>. Acesso em: 19 nov. 2011.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ - CEPRO. *Produto interno bruto dos municípios: 2005-2009*. Avaliação do PIB municipal, Piauí - 2009. Teresina, dez. 2011. Disponível em: <http://www.cepro.pi.gov.br/download/201201/CEPRO02_b1fce814ef.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2011.

HASENCLEVER, L.; TIGRE, P. Estratégia de Inovação. In: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. (Org.). *Economia Industrial*. Fundamentos teóricos e práticos no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

HAYAMI, Y.; RUTTAN, V. *Agricultural development an international perspective*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1971.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Sistema IBGE de recuperação automática (Sidra)*. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1612&z=p&o=18>> Acesso em: 21 jan. 2013.

KON, A. *Economia industrial*. São Paulo: Nobel, 1999.

LOPES, A. S. et al. *Sistema de plantio direto*. 2004. Disponível em: <<http://www.anda.org.br/livrostecnicos/pdf>> Acesso em: 01 jan. 2012.

MARQUELLI, R. P. *O desenvolvimento sustentável da agricultura no cerrado brasileiro*. 2003. 64 f. Monografia (Especialização em Gestão Sustentável da Agricultura Irrigada) - Instituto Superior de Administração e Economia, Fundação Getúlio Vargas, Brasília, 2003.

MATESCO, V. R.; HASENCLEVER, I. Indicadores de esforço tecnológico. *Texto para Discussão*, Rio de Janeiro, n. 442. p. 1-24, 1998. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0442.pdf>. Acesso em 15 de nov. de 2011.

NEVES, J. A. *Desempenho agrônomo de genótipos de soja sob condições de baixa latitude em Teresina - PI*. 2011. 94 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.

PINAZZA, L. A. (Coord.). *Cadeia produtiva da soja*. Brasília: IICA: MAPA/SPA, 2007.

RODRIGUES, W.; BARBOSA, G. F.; ALMEIDA, A. *Análise custo/benefício ambiental da produção de soja em áreas de expansão recente nos cerrados brasileiros: custos e agronegócios*. V. 5, n. 2, maio-ago. 2009. [online]. Disponível em: <<http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero2v5/custo%20beneficio%20soja.pdf>> Acesso em: 31 jan. 2012.

VALENTE JUNIOR, A. S. *A expansão do cultivo de soja nos cerrados do Nordeste*. Disponível em: <<http://agenciaprodetec.com.br/prosa-a-verbo/44-a-expansao-do-cultivo-de-soja-nos-cerrados-do-nordeste.html>>. Acesso em: 18 nov. 2011.

*** Graduando em Ciências Econômicas na Universidade Federal do Piauí (UFPI).**

**** Graduanda em Ciências Econômicas na UFPI.**

***** Graduanda em Ciências Econômicas na UFPI.**

****** Professora Adjunta do Curso de Ciências Econômicas da UFPI.**

PEQUENOS MUNICÍPIOS E AGRONEGÓCIO: dinâmicas e impactos em Sebastião Leal (PI)

Valéria Silva*

Resumo: este artigo, originário de pesquisa de campo realizada em Sebastião Leal (PI), município que compõe o território conhecido como última fronteira agrícola do Brasil, tematiza a realidade instalada localmente a partir da chegada do agronegócio, traçando a caracterização sócio-econômico-cultural da cidade, localizada no cerrado do sudoeste piauiense, trazendo a agricultura em escala para consideração quanto aos processos em curso e impactos que desencadeia localmente sobre a agricultura camponesa tradicional e seus modos de vida. Utilizou-se, para tanto, da etnografia, da observação direta, da entrevista semiestruturada e da análise documental.

Palavras-chave: Pequenos municípios. Piauí. Agronegócio.

Abstract: this article from field research conducted in Sebastian Leal (PI), county that composes the territory known as the last agricultural frontier of Brazil. Focuses the reality installed locally from the arrival of agribusiness tracing the socio-economic-cultural setting of the city located in the Piauí southwest, bringing agriculture scale for consideration as those processes and impacts that triggers locally on the traditional peasant agriculture and their livelihoods. The methodology used is ethnography, direct observation, semi-structured interviews and documentary analysis.

Keywords: Small municipalities. Piauí. Agribusiness.

1 Introdução

Com a escassez de terras e o conseqüente alto custo das mesmas, o agronegócio desencadeou uma diáspora pelo Brasil, fazendo-o migrar do sul do País ao Sudeste, Centro-Oeste e depois Norte. Seguindo em busca de terras e mão de obra de baixo preço, o agronegócio aportou nos derradeiros estados brasileiros ainda com grandes áreas de terra não cultivadas em escala, como o Maranhão, o Tocantins, a Bahia e o Piauí. Neste último, as terras do cerrado, ao sul e sudoeste deste Estado, levaram-no a ser considerado o mais promissor dos produtores de soja do Nordeste, tendo ocupado o segundo lugar na produção da safra de 2010, com 63,4 mil hectares plantados. Ancorado nesse ambiente, o presente trabalho enfoca como tema central a presença da agricultura em escala em pequenos municípios, objetivando configurar a caracterização local, a performance econômica municipal, as dinâmicas e impactos da produção sobre a ocupação e o uso da terra, o meio ambiente e os modos de vida locais. Para tanto, utilizou-se da etnografia, da observação direta, da entrevista semiestruturada e da análise documental.

A pesquisa foi realizada, no período 2010-2013, na localidade rural Roça Nova, em Sebastião Leal,

cidade situada a 435 km da capital, Teresina, tendo por sujeitos os moradores e moradoras da localidade, envolvidos direta e/ou indiretamente com a agricultura de provisão (GODOI, 1999) e com o trabalho nas fazendas de soja. Todos os participantes são apresentados com nomes fictícios, a fim de que suas identidades sejam preservadas.

O artigo está organizado em cinco seções. Em seqüência a esta Introdução, a segunda seção apresenta a configuração geral do pequeno município estudado; a terceira, trata do processo de ocupação das terras do sudoeste e do município estudado; a quarta, do perfil de produção e renda municipais no ambiente do agronegócio, para concluir, na seção 5, apontando os desdobramentos encontrados.

2 Um pequeno município do sudoeste piauiense: caracterização geral

Sebastião Leal está situada na mesorregião do sudoeste piauiense, na microrregião de Bertolínia,¹ tendo por fronteiras, ao norte, Landri Sales e Canaveira; ao sul, Manoel Emídio e Uruçuí; ao oeste, Uruçuí e Landri Sales e, ao leste, Manoel Emídio, Bertolínia e Canaveira. De acordo com a lei complementar n. 87/2007-PI, Sebastião Leal faz

parte do Aglomerado 25, do Território de Desenvolvimento Tabuleiros do Alto Parnaíba. Conforme Aguiar e Gomes (2004, p. 2), “a sede municipal tem as coordenadas geográficas de 70° 33’ 56” de latitude sul, e 44° 03’ 50” oeste de Greenwich [...]”. O clima do município é quente e semiúmido, por volta de 30° durante o ano, com chuvas ocorrendo de novembro a maio, concentradas nos meses de janeiro, fevereiro e março.

A cidade foi formada a partir de áreas territoriais antes pertencentes aos municípios de Bertolínia e Uruçuí, sendo emancipada em 1994, por meio da lei estadual 4.680, de 26 de janeiro de 1994 (IBGE CIDADES, 2011a), no esteio de uma política de desmembramento de territórios levada a cabo pelas elites políticas brasileiras e piauienses, no esteio de um movimento de geração de fontes de recursos fiscais e de novas bases políticas para os grupos que atuavam nas regiões atingidas.

A pesquisa de campo revelou que a emancipação do município não goza de legitimidade unânime dentre os moradores de Roça Nova. Seu Armando assim se manifestou sobre esta questão (grifo nosso): “Ói, moça, o Irapuá foi aí emancipado, mas eu mesmo não dou **quarentena** por isso, não”. Na simplicidade de sua narrativa, Seu Armando quis dizer que a emancipação não implicou em alterações substanciais para o município; e o modo como permanece denominando a cidade - Irapuá - denota que sequer legitima a nova designação e possivelmente também não reconheça Sebastião Leal como cidade. Cidade, para ele, é Bertolínia, Uruçuí, Floriano e demais municípios de maior porte e de maior complexidade urbana.

Floriano, como o maior centro urbano mais próximo, situado a 160 km de Sebastião Leal, com população de 57.690 habitantes e densidade demográfica de 16,92 hab/km² (IBGE CIDADES, 2011b), também deste ponto de vista, ancora as referências citadinas adotadas por Seu Armando e os demais. A propósito, é em Bertolínia, e mais especialmente em Floriano, que a população de Sebastião Leal busca “serviços bancários, assistência médico-hospitalar, assistência educacional complementar [...] vestuários, calçados e produtos industrializados diversos.” (SOUSA, [s.d.], p. 14). O sistema de transporte alternativo das vans, que pratica preços e condições mais vantajosos do que o ônibus, facilita a movimentação dos moradores, fazendo desses

municípios as referências maiores de urbanidade para os residentes em Sebastião Leal.

Outros dados populacionais de Sebastião Leal auxiliam no dimensionamento local. A população informada (4.116 mil habitantes) está distribuída em uma área territorial de 3.111,103 km², consolidando a densidade populacional apontada de 1,31 hab./km². Da população encontrada, 2.151 pessoas são homens e 1.965 mulheres,² sendo que 1.922 habitantes residem no núcleo urbano e 2.194, na área rural. Do total de habitantes, 1.124 estão na faixa etária de 15 a 29 anos, os quais representam 27,3% da população e constituem o potencial populacional para a reprodução da agricultura tradicional e/ou avanço da agricultura em escala no município (IBGE CIDADES, 2011c).

A população de Sebastião Leal encontra-se instalada em 1.131 domicílios particulares permanentes e a quantidade de habitantes por domicílio particular permanente é de quatro pessoas residentes em cada domicílio, sendo este o total mais expressivo. Nos estratos superiores, encontramos 165 domicílios onde habitam cinco pessoas e 80 onde habitam seis pessoas. Nos estratos acima de seis pessoas, a quantidade de domicílios segue diminuindo. Nos estratos inferiores, está registrado que em 254 domicílios residem três pessoas e em 224, apenas duas pessoas (IBGE, 2011). É possível observar que as famílias pequenas são mais expressivas, embora se trate de uma realidade onde a maioria da população ainda reside no meio rural, apontando que o próprio rural vem sofrendo influências do padrão urbano também no tocante à constituição familiar.

Quanto ao acesso aos serviços sociais, dos domicílios estabelecidos, 755 possuem abastecimento de água em rede geral e apenas 983 casas possuem energia elétrica fornecida pela companhia distribuidora local. 650 domicílios contam com banheiro de uso exclusivo e 731 domicílios queimam o lixo produzido (IBGE, 2011). O município de Sebastião Leal dispõe de um posto de saúde com duas equipes de saúde da família, porém, com restrita possibilidade de internação,³ o que é oferecido mais apropriadamente na cidade vizinha de Bertolínia, situada a 18 km, em um único estabelecimento, ou nas cidades de Uruçuí e Floriano, que possuem uma rede de serviços de saúde mais ampla e de maior complexidade. Em situações que requerem intervenção de alta complexidade, o atendimento é buscado em Teresina.

No que se refere à situação educacional, o levantamento do IBGE (2004) apontou que, em 2001, havia 544 pessoas de 10 anos ou mais que **não possuíam qualquer instrução ou que tinham menos de um ano de estudo** e 1.411 pessoas da mesma faixa etária que tinham cursado apenas de um a três anos de estudo. Isso significa que, naquela data, praticamente a metade da população se encontrava nas condições de exclusão educacional apontadas. Por outro lado, os dados do Censo de 2010 (IBGE, 2011) informam que o quadro geral tem melhorado, mas ainda persistem 27,7% de pessoas analfabetas, contra 2.733 pessoas alfabetizadas. Destas últimas, 1.394 delas residem no meio urbano e 1.339, no meio rural. Considerando a diferença populacional para mais no meio rural, encontramos que 72,5% da população urbana estão alfabetizados, contra 63,5% da rural, o que evidencia a permanência da desvantagem rural quanto ao acesso à educação.

A rede escolar disponível na cidade conta com 16 estabelecimentos pré-escolares, 17 do ensino fundamental, urbanos e rurais (IBGE, 2011), e, de acordo com as informações locais, duas escolas de ensino médio, uma municipal e outra estadual, estão instaladas na sede do município, ambas com acesso a *internet*. Nesta última também funciona a Universidade Aberta do Brasil (UAB), operada através da Universidade Federal do Piauí (UFPI) em convênio com o Governo do Estado, o qual instituiu a Universidade Aberta do Piauí (UAPI). Em 2009, o município contava com 758 matrículas no ensino fundamental e 92 no ensino médio.

Quanto à religião, não obstante o catolicismo mostrar-se forte, com a participação inclusive dos jovens, quase um terço da população da cidade é de evangélicos, o que merece destaque. De acordo com IBGE Cidades (2011d), da população residente em Sebastião Leal, 3.441 declaram-se católicos apostólicos romanos, 1.429 declararam-se evangélicos, vinculados a igrejas diversas, 3 se disseram espíritas e 69 informaram não ter religião. No levantamento não foi registrada nenhuma resposta para umbanda e candomblé. Por meio da etnografia, localizamos dois templos protestantes na sede do município - Igreja Batista e Assembleia de Deus - e um templo católico, tendo São João Batista como seu padroeiro.

Ainda conforme nossa pesquisa, o peso populacional e comercial da sede do município de Sebastião Leal encontra-se ao longo da avenida central da cidade, de nome Ulisses Guimarães,

congregando para esse espaço os interesses dos habitantes, tanto da sede como das localidades rurais. Um cenário característico dessa avenida é o profuso trânsito de carretas que operam o transporte de equipamentos, insumos, soja, milho e derivados. Além dessa importante via, existem as pequenas ruas transversais e a praça João Veloso - segundo maior espaço das sociabilidades locais -, perto da qual está localizada a prefeitura e a igreja católica.

As casas da cidade ainda não possuem a numeração feita pela prefeitura, entretanto, isso não impede o trabalho dos Correios, visto que o carteiro conhece todos os moradores, posto que partilha das relações de interconhecimento locais. Para quem mora nas localidades rurais, o mais comum é o uso do endereço de conhecido ou parente residente na cidade.

Do ponto de vista institucional, além da prefeitura, também observamos que a cidade conta com a Câmara de Vereadores, o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Centro de Referência da Assistência Social, uma biblioteca municipal e uma delegacia de polícia. Existem ainda na cidade uma agência dos Correios, um caixa eletrônico da Caixa Econômica Federal, um posto do banco Bradesco, um posto telefônico, telefonia celular de duas operadoras, uma *lan house*, três pequenos hotéis, dois clubes, duas lojas de departamentos de pequeno porte, pequenas lojas de produtos diversos, vários mercadinhos, duas lanchonetes e pequenos bares diversos. Dentre as lojas existentes, algumas comercializam roupas de grife originais, que, segundo os moradores da localidade rural Roça Nova, são todas vendidas com celeridade e a preço alto. Para o transporte de passageiros entre a cidade e demais municípios vizinhos, bem como a capital, Teresina, os moradores contam com o ônibus da Viação Princesa do Sul.

Por último, registramos a polêmica em torno da denominação recebida pela cidade quando da sua emancipação. A história local registra que o lugar recebeu o nome de Irapuá dos pioneiros portugueses que chegaram à região, em uma menção às abelhas ali encontradas. Posteriormente, Eugênio Borges Leal foi quem primeiro fixou moradia no local, estimulando outras pessoas a segui-lo (SOUSA, [s.d.]). Com a emancipação, o município passou a ser denominado Sebastião Leal, em homenagem a um deputado do Piauí, falecido em 1993, reforçando a

interpretação de que os interesses políticos orientaram a escolha. Assim, alguns munícipes, como Dona Eva, disseram que “[...] se fosse pra gente escolher, eu acredito que não ia ser este nome. Podia ser Irapuá ou outro nome.” Na localidade Roça Nova, a cidade aparece na fala das pessoas como Irapuá, mesmo dentre aquelas mais jovens, já nascidas após a emancipação.

Traçados os marcos gerais, resta, então, situar o município no novo contexto produtivo da região do sudoeste piauiense, alinhando alguns impactos do fenômeno para a sociedade local.

3 Dos agricultores locais aos fazendeiros da soja: a ocupação das terras

Discutindo o processo da ocupação do cerrado, Moraes (2006), apoiando-se no argumento de diversos autores, propõe que o imaginário partilhado por aqui configura um sudoeste ermo, embrenhado nas chapadas e tabuleiros e vivendo em torno das práticas rudimentares de subsistência. Assim os ocupantes se comportaram, porque, separados por grandes distâncias dos núcleos urbanos, e também um dos outros, sem acesso aos serviços públicos básicos (estradas, financiamentos, tecnologias, educação etc.), permaneciam sem possibilidades de imprimir dinâmica mais arrojada à interação que mantinham com o que lhes oferecia a natureza.

Por outro lado, o ideário de que as terras de constituição areno-argilosa, predominantes no local, eram pouco apropriadas à agricultura (SOUSA, [s.d.]),⁴ determinavam certo desinteresse dos governos e eventuais exploradores pelo local, constituindo uma representação do sudoeste como vazio (MORAES, 2006) a exemplo do que Heredia, Palmeira e Leite (2009, p. 24, grifo nosso) encontraram também em relação a outras regiões exploradas pela monocultura:

Com efeito, até os anos 70 do século passado, as terras dos estados do Centro-Oeste, **hoje cobertas pela soja, eram consideradas inadequadas para agricultura** e eram ocupadas por populações indígenas e pequenos posseiros, além de algumas fazendas de pecuária extensiva dispersas ao longo de um vasto território.

Orientando práticas e discursos, esse entendimento sofreu profunda alteração a partir da década de 1970, consolidando também no Piauí outra narrativa acerca dos cerrados. De acordo com Moraes (2006, p. 174), os anos 1990

[...] rompiam definitivamente, com o imperativo do destino pastoril e assumiam a idéia da vocação agrícola como mais uma feição da economia piauiense [...]. Sem, dúvida, isto se vincula ao processo de incorporação dos cerrados

piauienses, que, a partir do final dos anos de 1980, ganharia visibilidade como uma nova frente de expansão do agronegócio do complexo carnes/grãos, mais tarde largamente tratada como uma nova fronteira agrícola.

Foi nessa vaga de reorientação produtiva dos cerrados que Sebastião Leal, e municípios vizinhos, teve o seu cenário reconstruído a partir da ostensiva presença das propriedades monocultoras graníferas instaladas na região, com o apoio material e a parceria política do Estado.

Historicamente com produção centrada na agricultura de aprovisionamento, cultivada em terra sem cerca, livre, a partir da década de 1970, o município experimentou uma importante mudança na sua estrutura fundiária, no processo, no tipo e na quantidade de produção gerada. Com aqueles que os moradores denominam de “projeteiros”, chegou também significativo montante de recursos provenientes da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Segundo os habitantes locais, os projeteiros foram os primeiros grandes produtores adeptos da moderna agropecuária que ali chegaram na década de 1970, inicialmente, no município de Uruçuí (Diário de Campo, 2011). Estimulados pelos incentivos provenientes dos governos federal e estadual, o propósito era investir na produção de caju e na pecuária, entretanto, a iniciativa “[...] na realidade não resultou em produção agrícola, mas em ocupação especulativa de terras” (MONTEIRO; AGUIAR, 2006, p. 173).

A interpretação de Seu Vicente corrobora o afirmado pelas pesquisadoras supra:

[...] os projeteiros chegaram e tomaram tudo [...]. E ainda hoje a gente sofre... sofre essa consequência grande da questão fundiária mesmo [...]. Aqui havia a ideia de quem marcasse um aceiro [limite] de terra, garantia aquela terra. Aí, foi quando eles [os projeteiros] chegaram e encostaram em nós.

Assim começava a demarcação de grandes extensões de terra que serviriam inicialmente aos projetos de modernização agrícola e onde posteriormente se instalaria o agronegócio por meio da monocultura de soja no município de Sebastião Leal. Anos depois, a maior parte dos projeteiros abandonou a região, sendo sucedidos, a partir de década de 1990, por grandes produtores do sul e do sudeste brasileiros; estes, assim como os projeteiros, também recebendo estímulos estatais - aspecto que tem marcado as mudanças por que passa a agricultura no Brasil.

Tratando da questão da presença estatal nas recentes modificações sofridas pelo campo brasileiro, Heredia, Palmeira e Leite

(2009, p. 14, grifo nosso) afirmam que

[...] são os enormes investimentos que põem em evidência o fato de que não se pode falar do agronegócio sem pensar no Estado e nas políticas públicas, que não só viabilizam sua origem, mas também sua expansão. No início essa presença se traduziu na política de terras (assentamentos), mas logo se manifesta na política de inovações tecnológicas e de pesquisa, naquilo que alguns autores denominaram como “recriação dos solos”, por intermédio da correção da acidez das áreas de cerrados, ou ainda pelo melhoramento genético de sementes, na implantação de infraestrutura local, etc. [...]. A presença do Estado não elimina, por certo, aquela dos grandes grupos empresariais, que se somaram aos fazendeiros tradicionais, aos colonos também presentes [...], ou ainda, a atuação *in loco* das empresas multinacionais (*tradings*), etc. Mas, **a leitura corrente desse processo deixa – em maior ou menor grau – explícita a ideia de que as transformações operadas nessas áreas a partir do final dos anos 1980 e durante todo período seguinte foram tributárias exclusivamente da iniciativa privada**, reforçando a construção do mito do pioneiro externo (“gaúcho”) que, desembarcando nessas terras “vazias”, dedicaram-se ao trazer o processo civilizatório (e sua correspondente variante tecnológica agropecuária) para uma região supostamente desprovida de investimentos públicos e de atividades à cargo de grupos locais.

Embora apreciem realidades do agronegócio presente em outros estados do Brasil, a análise feita pelos pesquisadores supracitados poderia ser perfeitamente referente ao que acontece no Piauí. Aqui, a ocupação do cerrado piauiense, a despeito de ter ocorrido tardiamente, não se fez corrigindo os problemas já experimentados em outros estados brasileiros. Os estudiosos do assunto advertem que o fenômeno deveu-se ao fato de que o

Governo do estado do Piauí, com o objetivo de tornar a região um significativo polo de agricultura comercial, a exemplo do que acontecia em Barreiras (Bahia) e em Balsas (Maranhão), incentiva o uso de mecanismos estatais de financiamento à agropecuária e institui políticas de favorecimento à obtenção de terras, uma vez que o Estado detinha vastas áreas de terras disponibilizadas através da Companhia de Desenvolvimento do Piauí (COMDEPI) a preços ditos “simbólicos.” (MONTEIRO; AGUIAR, 2006, p. 3, grifo das autoras).

Mas também aqui a autoria do feito é obliterada.

A ostensiva presença estatal oferecendo suporte aos campos de soja não se popularizou naquela região. A voz corrente no sudoeste piauiense é de que os grandes realizadores da transformação do campo piauiense são os gaúchos ou “os home do Sul”, como dizem os locais.

4 As fazendas de soja e os impactos socioeconômicos na cidade

No período da pesquisa já estavam instaladas em Sebastião Leal diversas propriedades voltadas para a produção de soja e milho, além de duas

grandes empresas do agronegócio, produtoras de grãos, mais conhecidas como fazendas de soja: a Progresso e a Chapada do Céu/Girassol. No entorno do município, especialmente no município vizinho de Uruçuí, existem, dentre outras, Trento, Buzzato, Cruzeiro do Sul, Graúna, Canel, Ouro Fino, Campo Verde e Bunge, as quais concentram suas produções nos grãos de soja, milho e algodão, com produção menor de milheto, algum girassol, feijão e arroz e, por vezes, alguma atividade de pecuária.

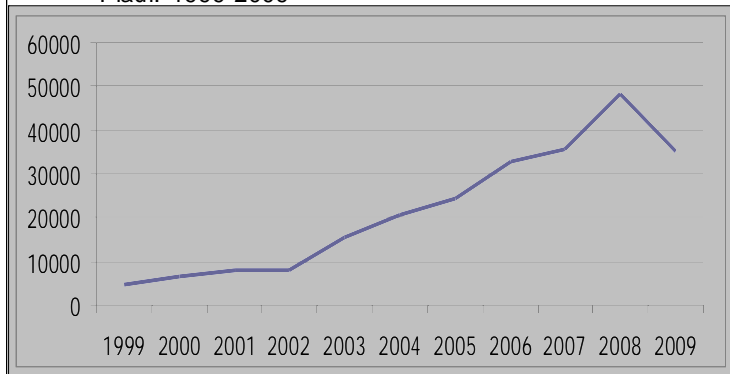
Do ponto de vista da produção alcançada nesse período no sudoeste piauiense, encontramos em Dantas e Monteiro (2010, p. 1) que

A ocupação do cerrado piauiense alicerçado no cultivo de soja, apesar de intensificar-se a partir da década de 1990, integrou o mesmo modelo de modernização agrícola, iniciado e capitaneado pelo governo brasileiro duas décadas antes. A ocupação agrícola da região assentada na monocultura da soja e no tripé grandes extensões de terras, mecanização e adubação química, provocou impactos ambientais, como o desmatamento, o aumento de emissões de gases de efeito estufa, a perda de patrimônio genético e de *habitat* de espécies nativas, a contaminação dos solos e das águas com resíduos de fertilizantes e agrotóxicos e, principalmente, a aceleração das taxas de erosão.

Como se pode ver, as realidades de produção e circulação dos bens produzidos pelas fazendas de soja guardam semelhanças, desde o seu nascedouro, com as condições hoje presentes no agronegócio brasileiro como um todo. Além das características citadas, também ali se pode encontrar a concentração de renda, o trabalho temporário precarizado, a evasão de capital para os grandes centros etc. Entretanto, somam-se às condições explicitadas também as oportunidades de assalariamento, com a consequente capitalização de parte dos camponeses, incidindo sobre a independência financeira, o rompimento com a hierarquia paterna, a inserção no mercado, enquanto consumidores, e a diferença de *status* diante dos demais. São essas as razões apontadas para a busca do emprego como safrista da soja, especialmente pelos jovens locais. Durante a pesquisa, observamos que é recorrente a alegação de que o trabalho na roça “é muito sofrido”; “não recebe apoio”; “não dá para nada, só para o básico mesmo [para alimentação]” e de que a soja é a alternativa para todos. Desse modo, asfixiada pela presença da monocultura, pela escassez decorrente da falta de oportunidades e pela ausência de políticas públicas de apoio aos locais, a agricultura tradicional enfrenta sérias dificuldades à sua reprodução.

Cabe analisar, então, como o agronegócio impacta o perfil econômico do município em geral. De acordo com o IBGE Cidades (2011c), enfocando o PIB ali encontrado em um período de 11 anos, de 1999 a 2009, exatamente correspondente ao período de consolidação da soja no município, a linha que encontramos é ascendente (Gráfico 1):

Gráfico 1 - Produto interno bruto. Sebastião Leal. Piauí. 1999-2009



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados brutos do IBGE Cidades (2011c).

Com o PIB crescente até 2008 e, em 2007, exibindo PIB *per capita* da ordem de R\$ 8.676,00 - o maior da microrregião e superior ao do estado do Piauí, o qual no mesmo período era de R\$ 4.661,00 -, as novas condições do município não têm alterado o alto índice de pobreza da sua população. Naquele mesmo período o IBGE (2002, IBGE 2003) registrava que 52,72% dos municípios eram pobres e destes 38,77% se encontravam abaixo da linha de pobreza. Por outro lado, as estatísticas de 2010 mostram discreto aumento de pobres, subindo para 52,77% da população (IBGE, 2011). Segundo a mesma fonte, a população ainda apresenta pobreza subjetiva da ordem 64,31 e Índice de Gini correspondente a 0,33 (IBGE, 2011c). Ainda operando com os dados do Censo 2010, do IBGE, ao abordar os níveis de renda domiciliar, os mesmos se comportam de maneira a ratificar considerável quadro de empobrecimento quando apresentam que 35,5% dos domicílios se encontram com renda que varia de 0 a ½ salário mínimo (Tabela 1). Tendo por referência que a média de habitantes por domicílio é de quatro pessoas, teremos que em 401 domicílios da cidade as pessoas sobrevivem com renda *per capita* mensal de, no máximo, de R\$ 68,13.

Tabela 1 - Rendimento mensal em salários mínimos (SM) distribuído pelos domicílios particulares permanentes. Sebastião Leal. Piauí. 2010

Sem rendimento	Até ½ SM	Mais de ½ a 1 SM	Mais de 1 a 2 SM	Mais de 2 a 5 SM	Mais de 5 a 10 SM	Mais de 10 a 20 SM	Mais de 20 SM
221	180	244	302	160	20	2	2

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados brutos do IBGE, 2010.

A Tabela 2 oferece um comparativo da situação de pobreza dentro da microrregião, tanto da relação entre os dois importantes índices (PIB *per capita* e índice de pobreza) como da configuração apresentada em cada município em relação a um aspecto considerado de urgente prioridade em qualquer gestão pública: a erradicação do analfabetismo, problema diretamente relacionado com os níveis de pobreza e com a pouca efetividade e/ou inexistência de políticas públicas quanto-qualitativamente suficientes e adequadas.

Tabela 2 - PIB *per capita*, índice de pobreza e índice de analfabetismo da microrregião de Bertolândia. Piauí. 2003/2010

Municípios	PIB <i>per capita</i> (R\$) (2007)	Índice de pobreza-(%) (2003)	Pessoas de 15 a 24 anos que não sabem ler e escrever-(%) (2010)
Sebastião Leal	8.676,00	52,72	27,7
Antônio Almeida	5.018,00	66,04	24,08
Porto Alegre do Piauí	3.749,00	54,97	27,60
Bertolândia	3.110,00	59,83	24,09
Manoel Emídio	2.753,00	54,04	24,2
Landri Sales	2.697,00	59,58	26,60
Eliseu Martins	2.718,00	64,72	3,2
Colônia do Gurguéia	2.498,00	70,62	22,00
Marcos Parente	2.497,00	59,14	25,2

Fontes: Elaboração própria a partir dos dados brutos do IBGE Cidades (2011e).

No geral, a receita municipal e o rendimento a que os moradores tinham e têm acesso provêm especialmente das fazendas de soja. Entretanto, com uma ou outra discrepância, em toda a microrregião, o PIB *per capita*, mesmo quando expressivo, está combinado com altos índices de pobreza. Isso pode indicar a existência de concentração de renda e, por outro lado, da pouca influência das fazendas de soja para a mudança dos índices de inclusão social na cidade.

Além dos rendimentos auferidos na sojicultura, também contribuem nesse aspecto o pequeno comércio varejista, o emprego público e o trabalho diarista na agricultura de aprovisionamento, conforme explicitou o entrevistado Paulo: “um servicinho aqui, outro ali quando um vizinho

precisa. Aqui, não tem serviço, não. A gente dá graças a Deus quando aparece uma coisa. É difícil, aqui.” Em agosto de 2010, o valor pago pela diária de trabalho era de R\$ 25,00.

Sobre o quadro de empresas locais, as quais estariam gerando os postos de trabalho e emprego para a população, tanto no campo como na cidade, o IBGE Cidades (2011c) notifica que no município existem 18 empresas registradas, as quais empregam 147 pessoas, pagando o salário médio de 1,8 salários mínimos.

Para um município onde se encontram instaladas duas grandes fazendas de soja e uma série de outras de pequeno porte, esse total de empregados parece diminuto; porém, a realidade de emprego na soja permite esclarecer a situação. Em entrevista realizada com o gerente da Fazenda Progresso - a maior do entorno do município, com área plantada de 22.800 ha e um faturamento da ordem de R\$ 30.000.000,00 para 2010 - tomamos conhecimento, durante a pesquisa de campo, de que a mesma empregava apenas 123 pessoas, lotadas no campo (em serviços especializados ou não) ou no escritório. Os empregados vêm de Bertolínia, Landri Sales, Uruçuí, no Piauí, e de Balsas (MA), sendo apenas seis deles de Sebastião Leal. A empresa reclama da resistência dos trabalhadores do município-sede em aceitar as condições, horários e demais exigências do trabalho, o que a levou a deixar de contratá-los. A pequena distância física (17 km) fazia com que, por exemplo, os empregados resistissem em permanecer na fazenda ao fim do expediente, retornando apenas no final da semana. Com os trabalhadores de fora, não enfrentavam tal “dificuldade”, dentre outras similares, conforme reclamadas.

No caso da Fazenda Chapada do Céu/Girassol, havia 37 trabalhadores para atuação no escritório, tratamento de 2.500 ha de agricultura e 2.500 ha de pecuária. Apenas quatro empregados eram de Floriano; os demais, procedentes de Bertolínia e Sebastião Leal. A Fazenda não objetiva contratar empregados do município-sede.

Muito embora o trabalho nas fazendas seja mecanizado, o resultado do cruzamento **extensão da terra X posto de trabalho gerado** impressiona pela magnitude. Por meio de uma simples operação aritmética, chegamos à conclusão de que na Fazenda Progresso são necessários 185,4 ha de terra explorada para gerar cada um dos postos de trabalho, enquanto que na Fazenda Chapada do Céu/Girassol são

necessários 135,1 ha.

Conforme os dados demonstram, a grande plantação do agronegócio não vem gerando os tantos empregos que o discurso hegemônico em torno da soja tem prometido, justificando os massivos investimentos governamentais. Além disso, os empregos gerados se dão sob condições precárias. Os trabalhadores têm contratos temporários de apenas três meses, enquanto serviços gerais, sendo obrigados a cumprir jornadas exaustivas de 12 horas ininterruptas de trabalho, alternadas em turnos diurno e noturno, conforme informaram patrões e empregados, embora a carteira de trabalho esteja assinada com a jornada legal de 8 horas. O restante, contabilizado como hora extra, sequer fica plenamente esclarecido, calculado e remunerado, conforme as palavras de Paulo:⁵ [...] mas nunca é oito, não. Essa é a obrigação, mas lá você sempre faz extra. Sai R\$ 1,00 e pouquinho. [...] Também, no fim, a gente não sabe direito o tanto...”

De um modo geral, consolida-se a insegurança de trabalho e de renda e a dependência do trabalhador em relação à monocultura, o que pode estar fechando e reproduzindo o ciclo **necessidade - ida à fazenda - necessidade**. Essa realidade vai de encontro às dinâmicas da agricultura tradicional local, tanto em relação ao calendário agrícola camponês e às sistemáticas de trabalho como à possibilidade de permanência dos mais jovens nas pequenas propriedades e reprodução dos modos de vida.

Quanto aos estabelecimentos produtivos rurais, no geral, encontramos em Sebastião Leal 549 unidades produtivas, distribuídas, conforme a natureza da propriedade e a área ocupada (cf. Tabela 3).

Tabela 3 - Unidades produtivas: quantidade e área. Sebastião Leal. Piauí. 2006

Natureza da propriedade	Quant. de unid. produtivas	Área ocupada (ha)	
		Por unid. prod.	Total
Propriedade individual	443	103,76	45.965
Soc. anônima ou por cotas	2	9.675,00	19.350
Condomínio, consórcio ou sociedade de pessoas	1	37.000,00	37.000
Assentado s/ titulação definitiva	20	27,10	542
Arrendatário	02	-	-
Parceiro	15	102,47	1.537
Ocupante	13	9,00	117
Produtor sem área	53	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados brutos do Censo Agrapecuário 2006 (IBGE, 2009).

Ainda conforme o levantamento do Censo Agropecuário 2006, apenas 27 estabelecimentos do município se ocupavam de lavouras permanentes, com área de 790 ha, enquanto que as terras ocupadas com lavoura temporária somavam 22.349 ha, distribuídos por 308 estabelecimentos rurais (IBGE, 2009). A produção daquele ano ficou configurada conforme ilustrado na Tabela 4.

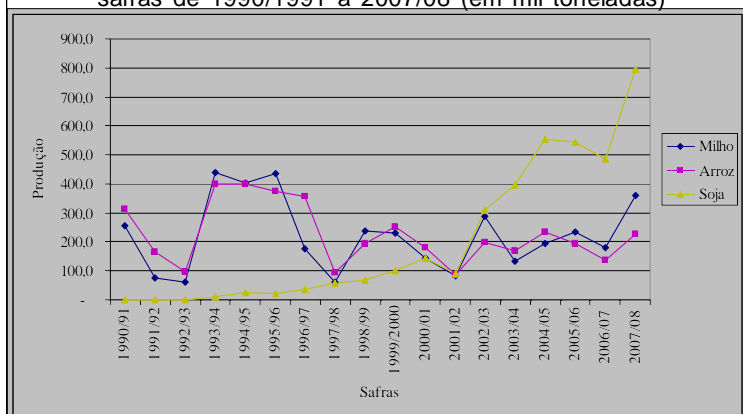
Tabela 4 - Produção da lavoura temporária. Sebastião Leal. Piauí. 2006

Produto	Quant. de unid. produtivas	Produção (ton)	
		Por unid. prod.	Total
Feijão de corda	25	0,24	6
Feijão fradinho	209	0,22	45
Milho	144	36,7	5.286
Soja	4	8.961,0	35.844

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados brutos do Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009)

As tabelas permitem depreender que no município abordado vige uma estrutura concentradora de terras quanto às unidades produtivas e ao tipo de produção efetivado. Fica sugerido também que, no período estudado, a produção de milho e feijão pode advir especialmente dos pequenos estabelecimentos, reafirmando, já naquela época, a escolha da soja como produto principal do agronegócio, como ratificam os achados de Dantas e Monteiro (2010), ilustrados no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Produção de milho, arroz e soja no Piauí safras de 1990/1991 a 2007/08 (em mil toneladas)



Fonte: Dantas e Monteiro (2010).

A produção referente ao ano de 2010 (Tabela 5) vem reafirmar a prioridade da soja nos campos do agronegócio, evidenciando, entretanto, uma mudança em relação à produção do milho e do algodão, oleaginosas bem cotadas no mercado interno e externo, foco da intermediação comercial de *commodities* realizada pelas *trades* do

agronegócio que operam na região, especialmente após as iniciativas brasileiras quanto à produção do biodiesel. Os produtos que poderiam abastecer o mercado local, barateando o custo de vida - como o feijão e o arroz -, não despertam o interesse dos produtores que hoje exploram o cerrado piauiense.

Tabela 5 - Produção da lavoura temporária. Sebastião Leal. Piauí. 2010. (em ton.)

Soja	Milho	Algodão	Arroz	Feijão
24.168	24.030	13.500	1.998	155

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados brutos do IBGE Cidades (2011f).

Não obstante o perfil produtivo do município, a literatura especializada e os próprios sujeitos participantes da pesquisa têm apontado que a escolha política do modelo agroindustrial ora em ofensiva distancia-se da orientação social da produção e, desse modo, não enfrenta os problemas mais cruciais das populações locais, como ampliação de renda, acesso a direitos sociais e consequente usufruto dos bens e riquezas sociais (FUNAGUAS, 2010). Além disso, a questão premente da ameaça ao ecossistema dos cerrados, de perda de patrimônio genético, contaminação de solos e águas, conforme assinalado por Dantas e Monteiro (2010), sedimentam a ideia de que a ocupação dos cerrados piauienses, nos termos em que vem ocorrendo, encerra um grave problema social para as populações locais, como apontam alguns, como, por exemplo, Seu Vicente, de Roça Nova:

Quando a soja se instalou veio a promessa do emprego, mas hoje a gente é mais prejudicado, do que beneficiado. Eles fazem contrato de 30, 40 dias [...] e pior é o desmatamento. [...] Até doença que não tinha aqui, era raro ouvir falar de câncer, agora tem e muito. [...] A produção deles não serve para a comunidade. Eles não interessam em negócio pequeno. Eles não têm nenhum interesse. Eles vendem é de mil toneladas pra fora.

Como se pode ver na magistral síntese do agricultor, uma grave e complexa situação se engendra localmente. Quando da pesquisa, pudemos presenciar que seus rebatimentos têm sido deixados para resolução por cada pequeno produtor, em nível individual e de acordo com suas restritas margens de gestão de cada problema enfrentado (SILVA, 2011).

5 Conclusão

A atual expressão do campo em Sebastião Leal, como evidenciado, é fruto direto do processo algo recente de aquisição de terras e ocupação produtiva a partir da ação de agricultores oriundos das regiões sul e sudeste do Brasil ou por estrangeiros - em menor proporção - estabelecidos nos cerrados piauienses, mais intensamente a partir dos anos 1990. Embora estabelecidos, inclusive no que respeita à propriedade e ao uso da terra, com fartos incentivos público-estatais recebidos através de iniciativas e programas governamentais, o resultado final do processo produtivo pouco resulta em benefícios para os agricultores locais, seja em emprego direto, em melhoria real do capital injetado no município, seja em possibilidade de se produzir ou consumir um alimento saudável a preço mais baixo e sob condições laborais não precarizadas.

Por outro lado, os processos engendrados pela realidade de produção e circulação dos bens advindos das fazendas de soja, ambientados na contemporânea expressão do capitalismo mundial, guardam semelhanças - desde o seu nascedouro até aos desdobramentos atuais - com as condições presentes no agronegócio brasileiro como um todo. Como tal, as repercussões da realidade posta não se resumem ao ambiente natural, às relações com a terra e às condições objetivas de produção, circulação e consumo dos produtos; indubitavelmente, suscita importantes mudanças também para as culturas locais em geral, implicando na alteração dos modos de vida, das pautas orientadoras da convivência social, das práticas e trocas intergeracionais, com impactos diretos sobre as condições gerais de produção e reprodução da agricultura de abastecimento conforme existente até então nos cerrados do Piauí ●

Notas:

- (1) A mesorregião do sudoeste piauiense abrange 62 municípios. Destes, compõem a microrregião de Bertolândia: Antônio Almeida, Bertolândia, Colônia do Gurgueia, Eliseu Martins, Landri Sales, Manoel Emídio, Marcos Parente, Porto Alegre do Piauí e Sebastião Leal.
- (2) Dos nove municípios da microrregião de Bertolândia, seis têm população masculina maior que a feminina, contrariando a estatística que encontramos no estado do Piauí, bem como em todos os outros estados do Nordeste e no próprio Brasil, onde as mulheres são maioria. Careceria de maior investigação no sentido de se entender se a **reorientação da agricultura** que, de algum modo,

envolve todos esses municípios em relação a este fenômeno (IBGE CIDADES, 2011e).

(3) Na pesquisa de campo, pudemos apurar *in loco* que o médico da cidade, residente em Teresina, permanece no município de Sebastião Leal de quarta-feira a sábado.

(4) Os moradores também se orientavam por esta interpretação: "Só por volta de 1985 a gente deu conta de que no cerrado produzia arroz!", disse Seu Vicente, lembrando que apenas os baixões eram aproveitados pelos agricultores locais. Essa ideia é corroborada por Sousa ([s.d.], p. 49), ao apontar que no município "Existem também os solos tipo aluvião e massapé, predominantes nos brejos e baixões, onde é explorada a cultura de arroz pelos pequenos produtores."

(5) Embora esse seja o padrão geral encontrado quanto aos trabalhos realizados e às jornadas cumpridas, entre os trabalhadores da soja de Sebastião Leal persiste a opinião de que a Fazenda Chapada do Céu/Girassol oferece melhores condições de trabalho no que se refere a alojamento, alimentação e relação com os proprietários.

Referências

- AGUIAR, R. B.; GOMES, J. R. C. *Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea*. Estado do Piauí. Diagnóstico do município de Sebastião Leal. Fortaleza: CPRM, 2004. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/rehi/atlas/piaui/relatorios/205.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2010.
- DANTAS, K. P.; MONTEIRO, M. S. L. Custos dos efeitos internos da produção de soja no cerrado piauiense. *Revista Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 48, n. 4, p. 619-633, out./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v48n4/a06v48n4.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2011.
- FUNDAÇÃO ÁGUAS DO PIAUÍ - FUNAGUAS. *Diagnóstico sobre a exploração dos cerrados piauienses*. Disponível em: <<http://www.funaguas.org.br/trabalhos/t3.htm>>. Acesso em: 18.mai.2010.
- GODOI, Emília Pietrafesa de. *O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas: UNICAMP, 1999.
- HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e economia do "agronegócio" no Brasil. In. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 33., 2009. Caxambu. *Anais...* Caxambu, 2009.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002*. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. 2003.
- IBGE 2004
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo agropecuário 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/calendario.shtm>>. Acesso em: 10 mar. 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. CIDADES. *Piauí*. Sebastião Leal. Infográficos: histórico. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=221063&search=piaui|sebastiao-leal|infograficos:-historico>>. Acesso em: 26 ago. 2011a.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. CIDADES. *Piauí*. Floriano. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=220390&search=piaui|floriano>>. Acesso em: 26 ago. 2011b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. CIDADES. *Piauí*. Sebastião Leal. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=221063&search=pialui|sebastiao-leal>>. Acesso em: 26 ago. 2011c.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. CIDADES. *Piauí*. Sebastião Leal: síntese das informações. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=221063&idtema=16&search=pialui|sebastiao-leal|sintese-das-informacoes>>. Acesso em: 26 ago. 2011d.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. CIDADES. *Piauí*. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=22&search=pialui>>. Acesso em 26 ago. 2011e.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. CIDADES. *Piauí*. Sebastião Leal. produção agrícola municipal: lavoura temporária - 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=221063&idtema=74&search=pialui%7Csebastiao-leal%7Clavoura-temporaria-2010>>. Acesso em: 28 ago. 2011f.

MONTEIRO, M. S. L.; AGUIAR, T. J. A. Ocupação do cerrado piauiense: valorização fundiária e consequências ambientais. In: ELIAS, D.; PEQUENO, R. (Org.). *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas sócio-espaciais*. Fortaleza: BNB, 2006. p. 173-209.

MORAES, M. D. C. Do destino pastoril à vocação agrícola: modernização agrícola dos cerrados e inflexões discursivas nas narrativas mestras do Piauí. In: ELIAS, D.; PEQUENO, R. (Org.). *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas sócio-espaciais*. Fortaleza: BNB, 2006. p. 173-209.

SOUSA, I. A. S. *História de Sebastião Leal*. Sebastião Leal: [s.n.], [s.d.]. (manuscrito).

SILVA, M. V. *Pisando em terra firme(?)*: identidades juvenis e reprodução social na localidade rural Roça Nova, Sebastião Leal - PI. 2011. 175 f. Relatório (Pós-doutorado) Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

*** Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí. Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina.**

IMPRENSA E SINDICALISMO: as representações dos empregados do comércio de Teresina através dos jornais (1943-1983)

Eliane Aparecida Silva* e Solimar Oliveira Lima**

Resumo: este artigo, cuja ênfase recai sobre o sindicalismo comerciário teresinense, tem como objetivo central analisar o processo de organização nos primeiros 40 anos de sua trajetória, a partir dos discursos publicados na imprensa escrita de Teresina.

Palavras-chave: Sindicalismo. Comerciário. Teresina. Imprensa.

Abstract: this article, whose emphasis is on unionism Teresina in commerce, is mainly aimed to analyze the process of organizing the first 40 years of his career, from the speeches published in the written press in Teresina.

Keywords: Unionism. Comerciaro. Teresina. Press.

1 Introdução

Inicialmente, a fim de melhor caracterizar o processo de organização sindical dos empregados no comércio de Teresina, há que se traçar um paralelo com o movimento sindical brasileiro destacando os seus principais acontecimentos. Embora a ênfase recaia na trajetória sindical dos empregados do comércio de Teresina, faz-se uma relação com a situação sócio-econômica a fim de entender o modo como esta situação interferiu no processo de organização dos comerciários. Segundo Weffort (1973), a análise da conjuntura é relevante justamente por trazer ao nível do conhecimento estas encruzilhadas da história em que as orientações ideológicas e a capacidade de ação assumem uma importância decisiva.

Destacando a linha do discurso oficial que foi construído em torno da categoria comerciária, neste artigo abordam-se as ações e representações que marcaram a trajetória do Sindicato dos Empregados no Comércio de Teresina (S.E.C.T., na sua sigla original) nos seus primeiros 40 anos, suas formas de organização, principais reivindicações por melhores condições de trabalho e salariais, bem como as suas conquistas.

No que diz respeito à periodização, a temporalidade escolhida é colocada em termos de importância para o Sindicato dos Empregados do Comércio. O início do recorte em 1943 foi marcado por seu reconhecimento como Sindicato pelo

Ministério do Trabalho, o que trouxe para a categoria maior possibilidade de recebimento dos direitos sancionados pela legislação social. O recorte final, 1983, porque foi quando ocorreu a retomada desta entidade com a primeira vitória nas eleições do grupo de oposição à então diretoria vigente.

Na análise do contexto teresinense, observou-se que o sindicalismo se apresentou como uma temática recorrente nos jornais de circulação local. Por isso, fez-se uma análise das ações e representações do sindicalismo comerciário teresinense a partir dos discursos publicados nos jornais impressos. Para tal, o conceito de representação por Roger Chartier (1990) é de grande relevância. Este traz como proposta teórico-metodológica o conceito de representação, buscando percebê-lo como construções que os grupos fazem sobre suas práticas. Dessa forma, as representações dizem respeito ao modo como em diferentes lugares e tempos a realidade social é construída, pensada e dada a ler por diferentes grupos sociais. Ademais, as representações do mundo social são determinadas pelas relações de poder e pelos conflitos de interesses dos grupos sociais.

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um novo projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.

Por isso essa investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação (CHARTIER, 1990, p. 17).

Então, o conceito de representação se apresenta como alternativa à compreensão do social e cultural da realidade, portanto, contribui para a análise das representações do sindicalismo comerciário de Teresina entre os anos de 1943 e 1983.

É inquestionável a importância do uso dos jornais como fonte de pesquisa no estudo histórico; através da imprensa, compreende-se melhor as atividades que marcaram a trajetória dos comerciários; afinal, os periódicos se tornaram fontes fundamentais para os estudos de temáticas diversas, como a própria história do movimento operário:

Dados acerca das formas de associação e composição do operariado, correntes ideológicas e cisões internas, greves, mobilizações e conflitos, condições de vida e trabalho, repressão e relacionamento com empregadores e poderes estabelecidos, intercâmbios entre lideranças nacionais e internacionais, enfim, respostas para as mais diversas questões acerca dos segmentos militantes puderam ser encontradas nas páginas de jornais, panfletos e revistas, que se constituíam em instrumento essencial de politização e arregimentação (LUCA, 2005, p. 119).

Neste estudo destacam-se as fontes hemerográficas, notadamente os jornais escritos de circulação local (Diário Oficial, Jornal do Comércio, Jornal do Piauí, jornal O Dia) localizados no Arquivo Público do Piauí, Casa Anísio Brito.

Inicialmente, trabalhou-se com o Diário Oficial, órgão noticioso que trazia principalmente as notícias do governo, servia à própria estrutura de poder durante o período estado novista. Neste periódico as notícias sobre o S.E.C.T. abordavam: convocação para assembleias, alteração de cargos, participação em homenagens aos poderes públicos em solenidades cívicas, cartas/telegramas enviados pela entidade ao presidente Vargas como forma de reivindicação e também de apoio ao seu governo.

O Jornal do Comércio, que teve como proprietário Bento Clarindo Bastos - filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) -, abordava notícias relacionadas ao sindicalismo no geral. Nas notícias editadas por esse jornal, destacam-se as críticas aos empregadores por não respeitarem as leis trabalhistas.

O jornal O Dia, fundado por Leão Monteiro em 1951, de viés opinativo, também era simpaticante do PTB. Em 1962, este periódico divulgou nas suas

páginas a “Coluna Sindical” escrita pelo então presidente do S.E.C.T., Deusdedit Sousa, mostrando que a entidade tinha espaço em um importante órgão do estado.

O presente estudo sofreu algumas limitações, ao analisar os primeiros anos do S.E.C.T., em virtude da dificuldade de encontrar fontes documentais, visto que poucos jornais circulavam a partir dos anos 1940; deste período, a maioria está lacrada. Ao investir junto ao Sindicato, a informação obtida foi a de que não dispunham sequer de ata/ estatuto de fundação ou de outros documentos dos primeiros 40 anos da entidade. Alegou-se que muitos documentos foram perdidos ou queimados propositadamente nas gestões anteriores. Buscou-se o estatuto de fundação nos cartórios mais antigos da cidade, porém, sem êxito.

A destruição do patrimônio documental desta entidade sindical é mais notória levando em conta as turbulências dos meios de comunicação controlados pelo regime militar. Constatou-se que as notícias sobre o S.E.C.T. pouco apareceram nos jornais, dificultando o levantamento dos prejuízos causados aos empregados no comércio teresinense e à sua entidade pelo regime militar para reparação moral, política e material.

2 Reflexões acerca do movimento sindical brasileiro e piauiense

Quando o Brasil passou a ser um país industrial, a classe trabalhadora ganhou uma importância maior. Por isso, durante o governo Getúlio Vargas implantou-se uma legislação trabalhista, sendo os sindicatos a principal via de organização dos assalariados urbanos. Em virtude das intensas reivindicações, a partir dos anos 1930 e 1940 teve início a elaboração de uma política voltada para o cidadão-trabalhador brasileiro:

É a partir desse momento, demarcado pela Revolução de 30, que podemos identificar de forma incisiva toda uma política de ordenação do mercado de trabalho, materializada na legislação trabalhista, previdenciária, sindical e também na instituição da Justiça do Trabalho. É a partir daí que podemos igualmente detectar – em especial durante o Estado Novo (1937-1945) – toda uma estratégia político-ideológica de combate à pobreza que estaria centrada justamente na promoção do valor do trabalho [...] (GOMES, 1999, p. 55).

Dessa forma, era imprescindível a intervenção do Estado, cujo imobilismo em anos anteriores foi apontado como as razões das inúmeras deficiências no setor trabalhista. Predominava, então, o discurso que procurava aproximar o Estado, na figura de Vargas, dos trabalhadores.

Todavia, o governo mostrava-se repressivo mediante qualquer reivindicação dos trabalhadores, reprimindo os que não se enquadravam às suas normas. Por esse motivo, o sindicato passou a ser controlado pelo Ministério do Trabalho, o qual determinava as condições de trabalho e salários.

Antunes (1988) afirma que, para que haja o entendimento da atuação do Estado varguista e do seu relacionamento com a classe operária, é preciso destacar que sua face repressiva manifesta-se inicialmente na formulação de uma política sindical controladora e que visou sujeitar politicamente a classe operária à dominação do capital através da dissolução de suas organizações independentes e, em função da resposta operária, do desencadeamento da repressão policial, que em determinados momentos foi incontrolável.

O modelo de estrutura sindical oficial ou corporativista foi difundido a partir dos anos 1930 e tinha como características principais o regime de sindicato único (por categoria e região), além da vigência do imposto sindical - uma contribuição anual obrigatória de todos os trabalhadores aos sindicatos. Estes passaram a ser órgãos de colaboração com o Estado e qualquer manifestação política ou ideológica ficava proibida.

No Piauí, os sindicatos são marcados por um sindicalismo voltado mais para o recebimento dos benefícios sociais do Estado do que para a reivindicação salarial. Em Teresina, de acordo com Medeiros (1995), foram criados sindicatos que seguiam o modelo corporativista, destacam-se: Sindicato dos Criadores Piauienses (patronal), Sindicato dos Operários Sapateiros, Sindicato dos Operários em Construção Civil, Sindicato dos Operários Carpinteiros e Marceneiros, **Sindicato dos Empregados no Comércio de Teresina**, Sindicato dos Operários Pedreiros, Sindicato dos Operários Metalúrgicos e Mecânicos, Sindicato dos Engenheiros do Piauí, Sindicato dos Operários Panificadores Teresinenses.

Em 1943, foi sancionada pelo governo Vargas a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), principal instrumento para regulamentar as relações de trabalho e proteger os trabalhadores com o objetivo de unificar a legislação trabalhista. Os seus principais assuntos eram sobre o registro do trabalhador, jornada de trabalho, férias, medicina do trabalho, organização sindical e convenções coletivas.

A partir de 1945, a representação sindical passou a ser reconhecida na forma da lei, haja

vista a função importante dos sindicatos de beneficiar as classes operárias de cada setor trabalhista. Ademais, a modificação na organização sindical permitiu que os operários se sindicalizassem, já que antes estavam subordinados à onipotência do Ministério do Trabalho e da vontade governamental.

No Brasil, como consequência da debilidade do Estado Novo, houve o ressurgimento das lutas sindicais. Neste contexto, o número de greves dos trabalhadores cresceu e se estendeu por todo o Brasil, inclusive para o setor rural. Além disso, as mudanças ocorridas na legislação do trabalho fizeram com que aumentasse a quantidade de sindicatos no País. Portanto, a busca cada vez maior por melhores condições de trabalho incentivou a sindicalização da classe trabalhadora:

Ao findar do ano de 1954, havia atingido 2.172 o número de sindicatos no Brasil, contra 2.082, existentes em 1953. No ano passado, portanto, foram cadastradas pelo Serviço de Estatística da Previdência do Trabalho mais de 90 associações de gênero em todo o país, dos quais 58 eram formados de empregados, 28 de empregadores e 4 de profissionais liberais [...] (2.172..., 1956, p. 10).

O aumento considerável no número de sindicatos no Brasil na década de 1950 ocorreu devido à influência da ideologia trabalhista adotada pelo governo Vargas, que, com a aprovação e exaltação da legislação trabalhista, buscou incentivar a sindicalização; e o próprio Getúlio Vargas fazia questão de mencionar os benefícios alcançados pela classe trabalhadora, quando esteve em Teresina pela segunda vez em agosto de 1950. Outra conquista foi o aumento do salário dos comerciários a pedido do Sindicato dos Empregados no Comércio:

Como se vê, estão adiantadas as dermaches para o entendimento das justas pretensões dos comerciários desta capital, e poderemos admitir que a classe patronal concordou com uma boa parte da solicitação que lhe foi endereçada pelos empregados, sendo de esperar-se que tudo se harmonize sem deflagração de dissídio coletivo. [...] (AUMENTA..., 1952, p. 1).

Os trabalhadores piauienses tiveram outras reivindicações atendidas, dentre elas, a aprovação de um anteprojeto que regulamentava o direito de greve, porém, deviam obedecer aos dispositivos da lei, onde constava que a greve deveria ter um motivo convincente e pertinente às relações do trabalho.

A partir de 1964, quando o País esteve sob o controle restrito dos militares, foram frequentes as intervenções no movimento sindical. De acordo com Armando Boito Junior (1991, p. 46), "toda vida

interna dos sindicatos oficiais era rigidamente controlada. Havia o estatuto padrão detalhado e impositivo, regulando até os mínimos detalhes da vida de cada sindicato." A ação reivindicativa através dos sindicatos oficiais praticamente inexistia; e os que tentavam confrontar o governo sofreram forte repressão.

No Piauí, o movimento sindical persistiu com a legislação sindical corporativista. Na maioria dos sindicatos urbanos, houve intervenção, porém, a maioria foi reativada por diretorias pelegas. Medeiros (1995, p. 177) destaca que "de 1965 a 1980, foram criados 131 novos sindicatos - 46 patronais e 85 de trabalhadores."

No final da década de 1970 e início de 1980, quando houve um progressivo afrouxamento do controle governamental, o sindicalismo brasileiro viveu sua fase áurea com o ressurgimento do movimento sindical de massa. Marcava-se uma nova etapa da atuação sindical através da criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Naquela época, em substituição ao sindicalismo corporativista, foi inaugurado o novo sindicalismo - estrutura sindical caracterizada por sua atuação reivindicatória e que adotou como estratégia a vinculação mais efetiva entre o sindicato e os trabalhadores, estimulando o surgimento de novas lideranças sindicais. Os sindicatos procuraram organizar seus trabalhadores por local de trabalho, houve a ampliação do direito de greve e os trabalhadores começaram a ocupar um espaço no cenário político.

O movimento dos trabalhadores piauienses, por sua vez, integrou-se a esse esforço de renovação no âmbito nacional, através de um discurso de prática sindical que propôs o rompimento com as gestões sindicais tradicionais e participando do processo de criação da CUT no Piauí.

3 O processo de organização sindical dos empregados do comércio de Teresina

Os empregados no comércio começaram a se organizar, primeiramente, na forma de associação, fundada em outubro de 1928. Dentre os seus principais objetivos, zelar pelos interesses da classe, confederar-se com as demais existentes nos diversos estados da União, prestar aos seus associados auxílios médicos, publicar um periódico e representar os comerciários perante os governos sobre questões de interesses comerciais, agindo em seu benefício e justas pretensões.

A Associação dos Empregados do Comércio

de Teresina era constituída por sócios que exerciam funções do comércio, compondo-se de três categorias: fundadores, efetivos e voluntários (pagavam uma taxa fixa e contribuições estabelecidas). As admissões dos sócios eram feitas mediante requerimento do candidato aos três órgãos responsáveis pela direção da associação.

No decorrer da década de 1930, a entidade passou a ser denominada nos jornais de Sindicato dos Empregados no Comércio de Teresina. Os jornais impressos de circulação local noticiavam as convocações para assembleias gerais realizadas na sede da entidade, onde eram discutidos assuntos gerais do seu interesse: eleições para cargos sindicais, aprovação e reforma dos estatutos, discussão e aprovação de orçamentos, apresentação de relatório pela diretoria e pedido de reajustamento salarial com a classe empregadora.

No que se refere ao movimento sindical em Teresina, verificou-se uma forte influência da doutrina trabalhista ditada por Vargas. Nascimento (2002) observa que no período compreendido entre 1935 e 1945 não se encontram em registros nenhuma alusão a manifestações relacionadas a melhores condições de trabalho, salariais ou outras reivindicações trabalhistas. As notícias mais comuns eram referentes à participação em solenidades, destacando-se as que homenageavam autoridades políticas.

Criou-se uma espécie de **tempo festivo** com o objetivo de envolver a população em torno de comemorações que resumiam a imagem do regime. Para GOMES (2005) cada uma dessas festas assumiu o mesmo ritual: o presidente em pessoa falava para a multidão e, acentuando o momento mítico, grandes desfiles e músicas construíam a grandiosidade do espetáculo. Em Teresina, de acordo com informações publicadas no Diário Oficial, as comemorações seguiam esse mesmo ritual.

Em maio de 1942, o Diário Oficial (ASSOCIAÇÃO..., 1942) noticiava que a Associação Profissional dos Empregados no Comércio de Teresina convocou os seus associados para uma assembleia geral, com a finalidade de discutir e aprovar o projeto de novos estatutos elaborados de acordo com o modelo oficial. Contudo, o principal objetivo da assembleia era deliberar sobre o pedido de reconhecimento da referida associação profissional como sindicato da respectiva categoria (empregados do comércio), tendo por base alguns decretos-leis e as instruções das portarias ministeriais.

No ano seguinte, o Diário Oficial (SINDICATO..., 1943) congratulou a categoria informando o deferimento do pedido de reconhecimento como sindicato (o S.E.C.T.) pelo Ministro do Trabalho Marcondes Filho, ocorrido em 13 de abril de 1943:

Do Presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de Teresina, recebemos participação que muito agradecemos, de haver o exmo. Sr. Ministro Marcondes Filho, da pasta do Trabalho, deferido o pedido de reconhecimento daquela associação. Como sindicato, por despacho de 13 de abril transacto. Fazendo esse registro, enviamos ao S. E. C. T. os nossos melhores votos de prosperidade (SINDICATO..., 1943, p. 1).

Desse modo, o reconhecimento pelo Ministério do Trabalho deu aos empregados do comércio de Teresina maiores possibilidades de pleitear os benefícios decorrentes da legislação trabalhista de Vargas, contribuindo para efeito de reivindicações, negociações e acordos; também, para o recebimento de recursos provenientes de contribuições obrigatórias como o imposto sindical, por exemplo. Ainda no ano de 1943, de acordo com a imprensa escrita, passou a circular entre a categoria o Boletim do S. E. C. T., cuja finalidade era tratar dos interesses da classe.

Outra conquista significativa para a categoria foi o feriado no dia do empregado do comércio. As solenidades de comemoração da data consagrada à classe eram marcadas por palestras versando sobre as finalidades, direitos e vantagens da sindicalização, em face da legislação trabalhista vigente.

Como sempre vem sucedendo anualmente, os empregados no comércio têm hoje a feliz oportunidade de comemorar, em todos os quadrantes do nosso território, o 30 de Outubro. Classe antigamente destituída de prerrogativas e direitos que asseguram a estabilidade, em sentido amplo, de todo servidor da Nação, os comerciários, graças à sábia legislação social introduzida pelo nosso ínclito presidente Vargas, estão atualmente colocados em plano não menos superior. Data eminentemente consagrada aos que desenvolvem sua atividade exclusiva no comércio, é ela digna, por todos os títulos, da veneration e acatamento de todos os brasileiros. Como de praxe e para maior brilho das manifestações de regozijo pelo auspicioso evento, o comércio local permaneceu com as suas portas cerradas, hoje à tarde (DIA..., 1944, p. 8).

A citação acima, embora seja longa, evidencia que a participação nas comemorações era uma tentativa de legitimar o discurso oficial em relação que aos trabalhadores comerciários de Teresina. Porém, se a categoria estava satisfeita com a política varguista, é difícil saber, pois o órgão oficial defendia os interesses da classe patronal.

Na conjuntura sócio-econômica vivenciada nos anos 1940 e 1950, Teresina emergiu como centro da economia piauiense e os recursos originavam-se

principalmente da atividade comercial. Com isso, houve o aumento do número de estabelecimentos comerciais e, conseqüentemente, de trabalhadores empregados. Daí, a importância dos sindicatos como forma de organizar e representar esses trabalhadores, à medida que crescia a pressão por reformas econômicas e sociais, embora naquele período as mobilizações sociais fossem muito ocasionais.

No que se refere à representatividade das atividades comerciais, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários (IAPC) e a Academia Comercial Piauiense (ACP) eram órgãos que tratavam dos interesses relacionados aos comerciários, dos empregadores e empregados. No primeiro caso, tratava-se de uma organização de previdência que beneficiava os comerciários segurados com pagamentos de pensões (por óbito) e aposentadoria (por invalidez), também resolvia problemas de habitação e assistência médica. A imprensa escrita noticiava com frequência as atividades ligadas ao IAPC.

Em uma carta endereçada a Getúlio Vargas, em 1944, publicada no Diário Oficial (APELO..., 1944) na íntegra, o então presidente do S.E.C.T., Leucipo Veiga de Almeida, enumerava algumas reivindicações: aumento salarial, dilatação do período de férias, estabilidade no emprego após cinco anos de serviço, participação nos lucros da empresa, casa própria e o pagamento integral do salário ao associado durante o período de enfermidade; além disso, enfatizava a importância da sindicalização obrigatória pelos seus benefícios, ao reunir os trabalhadores para o fortalecimento da estrutura sindical.

O Sindicato dos Empregados no Comércio também apresentou à ACP, órgão representativo dos empregadores que oferecia cursos de aperfeiçoamento aos comerciários, um memorando pleiteando a adoção da Semana Inglesa (expressão utilizada pelos empregados no comércio, assim como por outros movimentos sindicais, para identificar a proibição do trabalho nos sábados à tarde, domingos e feriados, a exemplo do que ocorria em vários países europeus) no comércio teresinense. A justificativa era que traria mais benefícios não só ao empregado como também ao empregador, visto que teria mais disposição para trabalhar durante a semana, caso tivesse o descanso nos fins de semana.

Percebe-se que a principal reivindicação da categoria foi o aumento de salário, considerado

pelo comerciante desproporcional ao custo de vida. Em outra matéria publicada no Diário Oficial (SINDICATO..., 1945, p. 5) para justificar o pedido de aumento, a entidade expôs a tabela demonstrativa da alta de preços das principais utilidades, bem como a tabela de elevação dos salários. Portanto, o descontentamento com os salários baixos foi o principal fator de mobilização da categoria comerciária na década de 1950, e repercutiu bastante nos jornais de circulação local.

O Jornal do Comércio (OS EMPREGADORES..., 1952), o qual atuou como órgão informativo das atividades ligadas ao trabalho e sindicalismo, fez uma crítica aos empregadores que não davam o aumento salarial aos seus empregados; inclusive chegando a criticar o sindicato da categoria comerciária e pedir a sua colaboração no sentido de fiscalizar a classe empregadora:

Certos empregadores do comércio de Teresina, até o momento, não pagaram aos seus modestos empregados (que passam horribles privações) o insignificante aumento de salário, desrespeitando sem qualquer punição, a Lei já publicada no "Diário Oficial", em edição de [30] trinta de março do corrente ano. E os empregados, como todos nós sabemos, não recebem os benefícios que a lei lhes concede visto como vem acontecendo em nosso país e de um modo especial em nossa Teresina, isto porque a fiscalização é ineficiente de um modo por demais escandaloso, não podendo o empregado fazer as suas justas reclamações, em virtude da inutilidade (na maioria) dos fiscais do sindicato que não se prestam para tal administração, pois levam o tempo tomando "Chica Bôa" com limão em todos os botequins da cidade num verdadeiro bate-papo com os seus amigos proprietários e gerentes das principais firmas da cidade (OS EMPREGADORES..., 1952, p. 5)

Como se vê, os sindicalistas comerciários colocaram como maior fator de mobilização, além do comparecimento às assembleias, as discussões sobre as questões salariais e por ocasião da eleição para renovação das diretorias. Porém, o que chama atenção na citação acima é a denúncia de corrupção contra os dirigentes sindicais feita por um órgão noticioso que tratava das questões sindicais.

No ano de 1958, somente no mês de julho, por exemplo, foram realizadas cerca de seis assembleias pelo S.E.C.T. convocadas pelo então presidente Paravecini Viana de Sousa (SINDICATO..., 1958) - logo, as principais pautas discutidas pelos comerciários nos ajudam a entender como a categoria se movimentava: leitura de relatório referente ao exercício do ano anterior, discussão e aprovação da proposta orçamentária para o ano de 1959, discussão para a aprovação do

plano para a instituição de uma caixa de empréstimos ou fundação de cooperativa de crédito e efetuar operação imobiliária com o instituto dos comerciários destinada à aquisição da sede própria. Neste mesmo ano, ainda foi realizada eleição de novos cargos dentro da entidade.

Vale destacar que na década de 1960 o sindicalismo foi tema recorrente nas páginas do jornal O Dia, este dedicou uma coluna especial para os sindicalistas piauienses, denominada "Coluna Sindical", que trazia vários informativos sobre a legislação trabalhista, notícias dos sindicatos teresinenses e piauienses, suas reivindicações e conquistas, decisões das assembleias gerais, avisos e convocações para reuniões de candidatos indicados pelos líderes sindicais. Nesta coluna, constantemente, publicava-se notícias sobre o S.E.C.T.; afinal, o seu redator era o então presidente da entidade, Deusdedit Sousa.

Em uma nota de agradecimento, em 17 de julho de 1962, a "Coluna Sindical" (1962a) noticiou que a Câmara Municipal de Teresina aprovou o projeto de lei concedendo isenção de impostos e taxas relativas à transmissão de terreno adquirido pelo S.E.C.T. para construir sua sede própria, uma das maiores aspirações da entidade:

O Sindicato dos Empregados no Comércio de Teresina acaba de adquirir um terreno de 9 x 14 metros na travessura David Caldas, na zona central da cidade, para edificar sua sede social. Os serviços de construção devem começar ainda este ano, mas para isso o Sindicato, emitiu o bônus, com os quais vendidos a comerciários, comerciantes e amigos outros, pretende deixar senão concluídos pelo menos em vias de conclusão a sede própria - que será um edifício de dois pavimentos (COLUNA..., 1962a, p. 3).

Com o objetivo de ajudar o sindicato a construir a sede própria (COLUNA..., 1962b), foi emitido e distribuído entre os comerciários o chamado bônus pré-aquisição da sede própria. Estes eram encontrados nos principais estabelecimentos comerciais da capital, na Casa Inglesa e na Casa Marc Jacob. Ainda, na Coluna Sindical foi divulgado que uma única chapa foi registrada na secretaria do S.E.C.T. para concorrer à eleição em 1962, encabeçada pelo Sr. José Maria Silva de Carvalho.

Além disso, foi criada pelo governo Chagas Rodrigues (1959-1962) a sede do Conselho Sindical - que promoveu cursos de orientação/aperfeiçoamento sindical compostos das seguintes matérias: legislação sindical, legislação do trabalho, segurança e higiene do trabalho, cooperativismo e previdência social, os quais funcionavam nos horários noturnos. O referido

Conselho reunia-se para discutir assuntos políticos, situação econômica do País, indicação para cargos políticos ou na área do trabalho e sindical. Em uma nota da Coluna Sindical (1962b), o redator Deusdedit Sousa lamentava a renúncia do governador Chagas Rodrigues para candidatar-se a outro cargo, enfatizando sua boa relação com a classe sindical piauiense e os benefícios que trouxe para os trabalhadores em geral.

Em janeiro de 1964, o pedido de aumento salarial pelos comerciários gerou dissídio coletivo. O jornal Folha da Manhã (SINDICATO..., 1964) publicou a Ata de Audiência de Instrução e Conciliação no Dissídio Coletivo suscitado pelo S.E.C.T. contra a classe patronal. Na ocasião, o presidente da entidade, José Mário Silva de Carvalho, apresentou as condições para o acordo. Dentre as propostas da classe patronal aceitas pela categoria, destacou-se que as obrigações atingiriam aos empregados das categorias profissionais do grupo dos empregados do comércio, e que o aumento deveria atingir a todos os empregados do comércio e não apenas os sindicalizados.

No que se refere ao aspecto sócio-econômico e político:

[...] a cidade de Teresina, no período compreendido entre 1950 e 1970, viveu um processo de transformações econômicas e sociais ligadas diretamente ao modelo econômico proposto pelos governos populistas e militares. Nessa época o governador do estado Helvídio Nunes de Barros afirma, por exemplo, que a cidade é pequena, pessimamente iluminada, possui um deficiente e precário serviço de abastecimento d'água e não dispõe de asfalto, esgoto sanitário ou sistema de comunicação. Teresina era, assim, o retrato da pobreza e do atraso do Piauí, denunciando a imprensa escrita local até a falta de produtos de primeira necessidade, como a carne e o café [...] (NASCIMENTO, 2007, p. 197).

Teresina, como centro urbano mais desenvolvido do estado, constituiu-se polo de atração de intenso fluxo migratório nas décadas de 1960, 1970 e 1980, contribuindo para o processo de urbanização em todo o estado piauiense. Logo, criou-se uma periferia urbana com uma massa de desempregados. Embora a situação fosse de insatisfação, não se constituiu um movimento social mais ativo, pois o movimento sindical ainda se encontrava tutelado. Segundo Medeiros (1995, p. 177) “na maioria dos sindicatos houve intervenção, sendo a maioria reativada por diretorias pelegas.”

O comércio se expandiu pela implantação de filiais de grandes firmas, tanto regionais como

nacionais, na capital, contribuindo para o processo de terceirização na economia urbana. De acordo com Tajra (1995, p. 151) “no decorrer dos anos 1970, ganhou destaque o crescimento do comércio lojista com a chegada de algumas lojas de alto padrão na capital, como a Lojas Brasileiras (Lobrás), Casas Pernambucanas, Lojas Jet e o magazine do grupo Pintos.”

Desse modo, a base de representação sindical foi ampliada. Além dos trabalhadores do comércio, os dos setores de serviços passaram a ser representados nos anos 1980. Tal fato repercutiu nas formas de organização do capital e do trabalho de Teresina, observando-se uma movimentação organizativa do segmento sindical de trabalhadores urbanos em busca de melhores condições de cidadania, a destacar os empregados do comércio.

Paralelamente ao processo de revitalização do movimento sindical ocorrido no Brasil nos anos 1980, em Teresina, um grupo de sindicalistas conduziu o processo de filiação do sindicato dos comerciários. Nesse período, ocorreu a primeira vitória nas eleições sindicais dos empregados no comércio teresinense, originando uma nova forma de condução da luta dos trabalhadores desse setor; também foi deflagrada a primeira greve da categoria, em virtude da disposição dos dirigentes e dos trabalhadores de conquistarem melhores condições de trabalho.

Estratégia para uma virada sindical urbana do Piauí foi a renovação do Sindicato dos Comerciários. Pilar da estrutura sindical tradicional, pela liderança que sua diretoria exercia sobre praticamente todo o movimento sindical urbano piauiense, sua mudança de rumo foi decisiva, com repercussões em outros sindicatos e na consolidação da CUT no Piauí. Nessa perspectiva, num momento posterior, pode-se situar a renovação do Sindicato dos Bancários. Por sua capacidade de intervenção e por sua articulação nacional, a nova orientação desse sindicato em muito fortaleceu o processo de afirmação dos sindicatos como interlocutores representativos e legítimos, ante os empregadores, o governo e a sociedade. Bancários, comerciários, servidores e empregados do setor público e trabalhadores são hoje a base da CUT (MEDEIROS, 1995, p. 181).

No ano de 1983, iniciou-se uma nova etapa na trajetória da organização dos comerciários em Teresina, quando se formou um grupo de oposição à diretoria vigente por iniciativa de alguns associados com experiência de militância. No ano seguinte, o grupo de oposição conseguiu articular a primeira chapa para concorrer às eleições daquele ano, contrapondo-se à chapa da diretoria presidida por José Noronha Teixeira, que, por cinco gestões consecutivas, controlou a entidade. O registro das

chapas concorrentes ocorreu num clima de tensão e hostilidade; porém, a chapa de oposição conseguiu sair vitoriosa.

4 Conclusão

A discussão feita até aqui permite algumas conclusões sobre o movimento sindical organizado pelos empregados do comércio de Teresina nas primeiras décadas de sua trajetória. Este não se desenvolveu como um movimento sindical autônomo, em virtude do seu atrelamento ao chamado sindicalismo oficial ou corporativista. Além disso, na construção de sua representação através dos jornais impressos, observou-se que o principal fator de mobilização da categoria foram as discussões sobre as questões salariais e o comparecimento às assembleias, onde eram discutidos os diversos interesses da classe ●

Referências

- 2.172 sindicatos em 1954. *Jornal do Piauí*, Teresina, a. V, n. 389, p. 10, 25 mar.1956.
- ANTUNES, R. *Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. 2. ed. São Paulo: Cortez; Ensaio, 1988.
- AUMENTA o salário dos comerciários. *O Piauí*. Teresina, a. LXII, n. 767, p. 1, 13 mar. 1952.
- APELO dos Comerciários de todo o Brasil a S. Excia. o Sr. Presidente da República. *Diário Oficial*, Teresina, a. XIV, n. 147, p. 13, 30 nov. 1944.
- ASSOCIAÇÃO Profissional dos Empregados no Comércio de Teresina. *Diário Oficial*, Teresina, a. XII, n. 110, p. 8, 21 maio 1942.
- BOITO JUNIOR, A. et al. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Diefel, 1990.
- COLUNA sindical. *O Dia*, Teresina, a. XII, n. 995, p. 3, 01 jul. 1962a.
- COLUNA sindical. *O Dia*, Teresina, a. XII, n. 998, p. 3, 08 jul. 1962b.
- DIA do empregado no comércio. *Diário Oficial*, Teresina, a. XIV, n. 133, p. 8, 30 out. 1944.
- GOMES, A. C. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, D. C. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 53-72.
- GOMES, A. C. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- LUCA, T. R. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.
- MEDEIROS, A. J. Movimentos sociais no Piauí. In: SANTANA, R. N. M. (Org.). *Piauí: formação, desenvolvimento e perspectivas*. Teresina: Halley, 1995. p. 159-184.
- NASCIMENTO, F. A. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina - (1937- 1945)*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2002.
- NASCIMENTO, F. A. Cajuína e cristalina: as transformações espaciais vista pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1950 e 1970. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 195-214, 2007. [on-line]. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0102-01882007000100009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 29 jun. 2009.
- OS EMPREGADORES e suas promessas. *Jornal do Comércio*, Teresina, a. 5, n. 956, p. 5, 20 jun. 1952.
- SINDICATO dos empregados no comércio de teresina. *Diário Oficial*, Teresina, a. XIII, n. 64, p. 1, 10 maio 1943.
- SINDICATO dos empregados no comércio de teresina. *Diário Oficial*, Teresina, a. XV, n. 104, p. 5, 25 ago. 1945.
- SINDICATO dos Empregados no Comércio de Teresina. *Jornal do Comércio*, Teresina, a. 11, n. 1.402, p. 4-6, 27 jul. 1958.
- SINDICATO dos empregados no comércio de Teresina. *Folha da Manhã*, Teresina, a. 1.690, p. 7, 11 jan. 1964.
- TAJRA, J. E. O comércio e a indústria no Piauí. In: SANTANA, R. N. M. (Org.). *Piauí: Formação, desenvolvimento e perspectivas*. Teresina: Halley, 1995. p. 133-158.
- WEFFORT, F. C. Origens do sindicalismo populista no Brasil: a conjuntura do após-guerra. *Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 4, p. 65-105, 1973.

*** Mestranda em História do Brasil na Universidade Federal do Piauí (UFPI), desenvolvendo pesquisa intitulada "Trabalho e organização sindical: história e memória do Sindicato dos Comerciários de Teresina (1984-2000)", orientada pelo prof. Dr. Solimar Oliveira Lima (UFPI) – Linha de Pesquisa: História, Cidade, Memória e Trabalho, e graduada em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI) / Bolsista Capes. (e-mail: elianegemea@yahoo.com.br).**

**** Doutor em História do Brasil (PUC- RS); professor do Departamento de Ciências Econômicas e do Mestrado de História do Brasil (UFPI). (e-mail: s.olima@bol.com.br).**

O PIAUÍ NA ROTA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL: a presença dos comerciantes ingleses no Piauí oitocentista

Junia Motta Antonaccio Napoleão do Rego*

Resumo: o objetivo deste artigo é explicar de que forma comerciantes ingleses, estabelecidos em Parnaíba (PI), porto exportador e importador, articularam a integração da economia do Piauí a partir do século XVIII; e explicar como a economia do Piauí se articulava, por intermédio desses comerciantes, notadamente a Casa Inglesa, ao mercado nacional e à economia internacional.

Palavras-chave: Comércio. Comerciantes. Ingleses.

Abstract: The purpose of Thaís article is to explain how English merchants, established in Parnaíba, export. and import port, articulated the integration of Piauí from the eighteen century; explain how the economy of Piauí was articulated by these traders, notable the Casa Inglesa, at national and international trade.

Keywords: trade, merchants, englismen

1 Introdução

Gilberto Freyre (2000), em sua obra “Ingleses no Brasil”, traça um panorama do comércio realizado entre a Inglaterra e o Brasil, demonstrando o predomínio econômico¹ e cultural dos britânicos, desde os primeiros dias de D. João VI, acentuando-se de 1835 a 1912, quando a influência inglesa começou a declinar vagarosamente, vencida pela expansão comercial norte-americana e alemã.

Ao discorrer sobre este assunto, Freyre (2000) informa que, a princípio, o comércio britânico dominou as praças do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, mas aos poucos conquistou todo o mercado brasileiro, deixando pouco espaço para os artigos franceses e americanos. Freyre acrescenta que, ao tempo da chegada de D. João VI, os negociantes britânicos transacionavam com artigos caracteristicamente ingleses: artigos de ferro, aço, cobre, bronze, vidro, couro, chá, cerveja, relógios, munição, pregos, pedras de amolar, foices, folhas de flandres, tintas, papel, genebra, ladrilho, chapéus de sol, carvão, selas, arreios, baetas, lãs, bacalhau, móveis, pianos e até tintura para barbas ou suíças; além de mesas, cadeiras, óculos, binóculos, martelos, alfinetes, agulhas, barômetros, utensílios de jardim e de lavoura; artigos - salienta Freyre - mais de natureza masculina do que feminina, também pelo seu porte e peso.

Por sua vez, Volpi (2007) registrou que o grande produto da Inglaterra era o tecido de algodão; prova

disso são os anúncios de jornais brasileiros da primeira metade do século XIX, pesquisados por Freyre, que demonstram que os ingleses eram os donos dos melhores armazéns de fazendas nas principais cidades da colônia, e depois do Império. Freyre (2000) registrou a diversidade das fazendas comercializadas, bem como de suas cores: era o irlandês de algodão, baetões de cores e escarlates, baetas (tecido felpudo feito de lã ou algodão) estreitas e largas também de cores, panos azuis ordinários e extrafinos. Quanto à cartela de cores, esclareceu Freyre que os ingleses davam preferência às cores sóbrias - azuis, pretas, cinzentas e brancas -, raramente alguma cor mais viva. Na análise de Freyre, a Inglaterra expulsou do mercado brasileiro os arcaicos tecidos orientais de cores rutilantes (cores vivas e brilhantes), vermelhos, amarelos, azuis-claros - mais ao gosto da gente luso-americana. Nas palavras de Freyre (2000, p. 159): “Tudo isso foi ficando plebeu, matuto ou fora de moda.” Ainda discorrendo sobre o comércio inglês, ele acrescenta que era:

Raro, desde 1808, o brigue inglês que chegasse a porto brasileiro de importância - o Rio de Janeiro, a Bahia, Pernambuco - sem seus fardos, não só de louça inglesa, de vidro, de pano, de cobre, de ferro, como de ferragem inglesa, em parte considerável destinada às casas, às residências, às cozinhas (FREYRE, 2000, p. 159).

Com a introdução dos produtos ingleses, grandes modificações se operaram no Brasil. Essa situação é descrita por Volpi (2007, p. 39):

A face do consumo no Brasil foi transformada. As ruas ficaram repletas de produtos como algodão estampado, panos largos, louças e ferragens de Birmingham, que, sem a necessidade de passar por Portugal, aqui chegavam a preços baixos.

Freyre já havia assinalado a importância desse comércio para o processo de modernização do Brasil:

É quase impossível ao brasileiro ouvir falar em máquina, em motor, em ferramenta, em estrada de ferro, em rebocador, em draga, em cabo submarino, em telégrafo, em artigos de aço e de ferro, em brinquedo mecânico, em cadeira de mola, em louça doméstica, em bicicleta, em paim, em aparelho sanitário, em navio de guerra, em vapor, em lancha, em fogão a gás ou a carvão, sem pensar em ingleses. Os ingleses estão ligados como nenhum outro povo aos começos de modernização das condições materiais de vida do brasileiro: das condições de produção, habitação, transporte, recreação, comunicação, iluminação, alimentação e repouso entre nós (FREYRE, 2000, p.159).

O comércio analisado por Freyre e Volpi não se dava em mão única. O Brasil, por sua vez, exportava para os britânicos ouro, diamantes, pedras preciosas, açúcar, algodão, peles, fumo, aguardente, pau-brasil e, mais tarde, borracha e café. Para dar uma ideia da influência da economia inglesa, Freyre aponta algumas das iniciativas do capital britânico que ficaram célebres no Brasil:

As companhias de mineração em Minas Gerais, como a de Gongo Soco, o calçado Clark, os tecidos Coats, em São Paulo, e Carioca, no Rio, a Fundição de Harrington & Starr e a Bowmann, no Recife (onde também se guarda a tradição dos De Mornay), as velhas firmas Stevenson e Duder, da Bahia, especializadas em negócios de cacau e óleo de baleia, Boxwell, em Pernambuco, especializada em algodão, Clark, no Piauí e Maranhão, especializado em cera de carnaúba com o fervor de um pioneiro lúcido, Wilson e Cory com seus depósitos de carvão, seus estaleiros e seus rebocados célebres no Brasil inteiro, o British Bank, o London and Brazilian, o River Plate, o Hotel Bennett, a Casa Inglesa de Mrs. Brack, do Recife, Proudfoot & Comp., do Rio Grande do Sul, a Casa Inglesa do Ceará, fundada pelo irlandês Willian Wara [...] (FREYRE, 2000, p. 83).

Além de um número significativo de comerciantes de sucesso que se estabeleceu no Brasil, outro dado que merece atenção neste trabalho é aquele que se refere aos portos ingleses que lideraram o comércio; no caso, o porto a considerar é o da cidade de Liverpool.

Durante a primeira metade do século XIX, a Inglaterra foi a potência industrial e comercial dominante do mundo. A cidade de Liverpool foi o centro distribuidor da indústria do país. O progresso de Liverpool é explicado por Muir (apud PENNINGTON, 2009, p. 52):

É numa confluência de grandes movimentos que se encontram explicações para o estuendo desenvolvimento de Liverpool no período de 1760 a 1835. A invenção da maquinaria têxtil; o uso do

carvão para a fundição de ferro, a aplicação do vapor às máquinas, a concentração da grande indústria inglesa num raio de uns 200 km em volta do rio Mersey; a abertura dos mercados da Índia e América Espanhola; o vasto e rápido crescimento da América do Norte; a concentração de seu comércio no porto de Nova Iorque; a abertura à Inglaterra, como nunca antes, por estradas, canais e mais canais, ferrovias: estes são os segredos do majestoso progresso de Liverpool.

Os navios a vapor que chegavam e partiam de Liverpool atravessavam o Atlântico, fazendo escalas em Santos, Salvador, Recife, Belém, Manaus e Iquitos (no Peru), trazendo, como narra Pennington (2009, p. 52):

Toda sorte de mercadorias como lastro: objetos de ferro fundido, cimento, tijolos, até pedras para construção; insumos para a caça e a pesca, bebidas e alimentos e toda sorte de novidades que pudessem arregimentar compradores. Voltavam com a cobiçada borracha, principalmente, mas também com castanha-do-pará, óleos essenciais como, por exemplo, o pau-rosa, a andiroba, fibras como a piaçava, peles de animais.

Além das mercadorias assinaladas acima, a Inglaterra foi a grande compradora de toda a cotonicultura brasileira no decorrer do século XIX (TAKEYA, 1994), principalmente após o fim do ciclo do ouro. O professor Manchester (apud FREYRE, 2000) lembra que Liverpool chegou, com efeito, a absorver grande parte do algodão da Bahia e do Ceará, e a Grã-Bretanha inteira, $\frac{3}{4}$ do algodão exportado por Pernambuco.

2 Comerciantes ingleses no Piauí

O comércio de algodão do Brasil com Liverpool não se deu somente com a Bahia, o Ceará e o Maranhão,² deu-se também com o Porto de Parnaíba através dos comerciantes ingleses lá estabelecidos, conforme será visto.

Em princípios do século XIX, a pecuária, embora estivesse em crise, persistia como a principal fonte de riqueza do Piauí, porém, por volta de 1815, o cultivo de algodão - que desde o início do século XVIII vinha sendo feito no Piauí, cuja produção era utilizada na fabricação de tecidos grosseiros³ - tomou impulso e começou a adquirir caráter comercial, cotado no mercado internacional. O interesse do mercado europeu pelo algodão se deu quando a Guerra da Independência americana (1775-1783) provocou a queda dramática da produção de algodão dos Estados Unidos. No Piauí, houve, então, o interesse pelo algodão, em razão da alta extraordinária do preço, devido à excessiva procura desse produto pelas fábricas inglesas (SANTANA, 1964).

A produção do algodão, mesmo usando essas técnicas primárias, foi incentivada pela crescente

demanda comercial, o que é atestado por fontes de informação datadas de 1790. Elas registram a fundação, em Parnaíba, de uma Alfândega do Algodão e de uma Inspeção de Algodão, “simples entreposto de ensacamento e verificação do produto” (REGO, 2010, p. 168).

Os portos de exportação da carne das charqueadas e couros atraíram o escoamento da produção do algodão pela mesma via de transporte do gado, sendo que as exportações regulares do algodão fizeram sua presença em 1815 com a marca de 30.000 quilos de algodão em rama. Em 1846, no Piauí, o volume da exportação desse produto chegou a provocar sua alta de preço. Os agricultores da região da Vila do Poti, União e São Gonçalo responderam a essa alta com mais produção, o que motivou a construção de barcos em Teresina, em grande parte para seu transporte. Apesar de todo esse aparato comercial e do interesse crescente dos agricultores em aumentar a produção do algodão, cujo cultivo exigia pouco capital, as técnicas de plantio, de colheita e de tratamento do produto eram rudimentares. No regime de plantação em terreno de derrubada de floresta, em que pouco se providenciava a adubação do solo, as colheitas tendiam, em geral, a declinar após três anos de consecutiva exploração do terreno.

Em termos econômicos, os lucros obtidos pelo comércio de exportação não eram capitalizados sob forma de investimentos em geral, pois os exportadores os absorviam na importação de apreciados bens europeus (SANTANA, 1964). Dessa maneira, o comércio tornou-se vulnerável e exposto a fatores instáveis, como uma queda na colheita ou uma alteração no mercado externo. Prova disto foi a crise de 1872, motivada pela má colheita do algodão, que levou muitas casas comerciais à falência (SANTANA, 1964). No caso da oscilação do mercado externo, a volta da concorrência da produção americana no mercado europeu foi agravada pela evasão dos escravos para o sul, portanto, pela diminuição da chegada do algodão aos portos e pelo declínio da demanda pelo mercado europeu.

O comércio do algodão do Nordeste levou à instalação de casas comerciais estrangeiras no Ceará,⁴ no Maranhão e no Piauí, mais especificamente em Parnaíba. A instalação de casas comerciais inglesas e francesas serviu para estreitar a articulação da região ao comércio internacional. Essa expansão agroexportadora teve como base a produção algodoeira e, em segundo lugar, o couro.

A expansão comercial significava para os interesses comerciais ingleses e franceses a possibilidade de atuarem tanto no ramo da exportação de matérias-primas (algodão e couro) para a Europa como no ramo da importação de manufaturados (TAKEYA, 1994), a exemplo do algodão: exportado para a Inglaterra, cujas atividades têxteis produziam tecidos sofisticados, voltava a Parnaíba via importação dos comerciantes estrangeiros. A cadeia comercial, baseada, a princípio, no consórcio algodão-couro, estendeu-se progressivamente durante a década de 1970 dentro dos limites das províncias do Nordeste e, depois, para fora delas (TAKEYA, 1995).

Para demonstrar a importância do comércio inglês de tecidos, mais uma vez recorre-se à Denise Takeya, que, ao escrever sobre o comércio da província do Ceará, registra as palavras do cônsul francês em Pernambuco. Analisando a situação do comércio francês frente à concorrência inglesa no tocante a tecidos, ele dizia em 1883: Os tecidos de algodão (cotons écrus, madrapolans, indiennes, coutils, drap's) têm uma grande venda nesta província porque estes artigos são usados pela população do campo e são de proveniência inglesa. Todo pequeno negociante do interior possui na sua loja algumas centenas de peças de “indiennes” ou de “madrapolans” e todo pequeno fazendeiro que vem vender seu açúcar ou seu algodão leva algumas peças de algodão cru, de “madrapolans” ou “indiennes” TAKEYA, 1995, p. 120).

Takeya (1995) aponta que as atividades comerciais de algumas casas comerciais estrangeiras que atuavam no Brasil estavam baseadas em uma estrutura matriz-filial. As casas comerciais assim estruturadas atuavam em dois mercados-polo simultaneamente: o nacional e o internacional. Para Takeya a existência dessa estrutura (intercâmbio matriz - no Exterior - e filial - no Brasil) garantia, para esses comerciantes, uma posição privilegiada frente aos demais.

3 A Casa Inglesa

A Casa Inglesa tem sua origem na R. Singlehurts & Co, de Liverpool, Inglaterra. Localizada no Pará, Ceará, e Parnaíba, não conseguimos estabelecer uma relação mais direta entre elas.⁵

Escrevendo sobre a origem da Casa Inglesa, do Ceará, Takeya (1994, p.115) indicou que:

Remonta a 1811, quando o irlandês William Wara chegou ao Ceará, criando em 1835 uma filial da R. Singlehurst & Co, de Liverpool. A filial ficou popularmente conhecida como Casa Inglesa e sobreviveria, por todo o século XIX, como principal distribuidora das mercadorias vindas da Inglaterra, além de compradora dos produtos cearenses para o mercado europeu. A Singlehurst & Co era proprietária da Red Cross Line of Mail Steamers, uma das duas companhias de

navegação a vapor que estabeleceram as primeiras linhas regulares ligando o Ceará à Europa, na década de 1870.

Conforme Raimundo Girão (apud REGO, 2010, p. 170), no comércio cearense, a Casa Inglesa se notabilizou “pela sua prestança e longevidade” [...], continuando a tradição da escuna *Mayflower*, pela qual, em dias ainda remotos, os cearenses receberam de Liverpool ‘chitas, louças, meias de seda e paninhos.’

Em Parnaíba, a Casa Inglesa instalou-se em 15 de março de 1849, com razão social Andrew Miller & Cia, à qual sucederam-se várias outras, como Singlehurst e Brocklehurts, Singlehurst Nicholson e Co (NUNES, 2007), depois Singlehurst e Co. Ao longo do Império, alterações havidas nas tarifas alfandegárias tornaram-nas menos favoráveis aos ingleses, o que levou Paul Robert Singlehurst & Co. a venderem suas cotas ao sócio minoritário em Parnaíba, James Frederick Clark, em 1º de janeiro de 1900.

Se não é possível estabelecer uma ligação mais direta entre a Casa Inglesa de Parnaíba e as demais, também não é possível pensar em seu sucesso comercial e do comércio parnaibano sem estabelecer uma articulação mais ampla com o comércio das demais províncias do Norte e do Nordeste e suas ligações com o exterior, no caso: Amazonas, Pará, Ceará, Maranhão e Piauí com a Inglaterra, a França e a América do Norte. Essa articulação deslanchou e se fortaleceu em 1866, ano em que um vapor da Booth Line partiu pela primeira vez de Liverpool para o Porto do Pará. A partir daí, o fluxo de comércio regular entre esses portos ficou estabelecido (PENNINGTON, 2009, p. 159).

A grande vantagem comercial da Casa Inglesa tanto do Ceará e do Pará como de Parnaíba, era que, além de contar com a estrutura matriz-filial, contavam com uma companhia de navegação a vapor (TAKEYA, 1994); “a Red Cross Line, a mesma companhia de navegação que fazia o serviço direto de Liverpool com Manaus, a partir de 1877, de propriedade da Singlehurst, Broklehurts e Cia.” (REGO, 2010, p. 171).

4 Singlehurst e Clark: “respectable merchants” em Parnaíba

Em 1810, com a Corte portuguesa exilada no Rio de Janeiro, a Inglaterra obteve o *status* de nação mais favorecida no comércio com o reino. Com a abertura dos portos, começou uma crescente onda de imigrantes ingleses para o

Brasil,⁶ de diversas profissões: cientistas,⁷ viajantes,⁸ artesãos, missionários, comerciantes⁹ e, como distingue Freyre (2000, p. 77), “respectable merchants”.

Os *respectable merchants* e não apenas *tradesmen* (comerciantes) seriam os ingleses que se arriscaram “a vir residir com as famílias nas cidades ou nos ermos de um país tão diferente da Inglaterra como o Brasil colonial”. Eles despertaram a confiança nos brasileiros como homens de negócios, “sólidos” e “pontuais”, como apontou Freyre (2000, p. 163), e comercializavam produtos que inspiravam “confiança”, por serem “mais modernos” (PENNINGTON, 2009, p. 92).

Entre os negociantes que chegaram ao Brasil e aqui ficaram, alguns casaram-se com moças ricas da terra e constituíram família. Freyre cita os Dodsworth, Thom, Grey, Street, Boxwell, Studart, Cox, Ayres, Taylor, Lynch, Brotherhood, Ellis, Comber e os Clark (FREYRE, 2000) - família estabelecida em Parnaíba. Podem ser citados outros ingleses que antecederam os Clark em Parnaíba: Andrew Miller, Robert Brocklehurst e Paul Robert Singlehurst,¹⁰ da Singlehurst, Broklehurts e Cia., proprietários da Red Cross Line [...] e proprietários da Casa Inglesa, que residia em Parnaíba com a mulher e cinco filhos ingleses. Paul Robert Singlehurst era conhecido em Parnaíba como “Paul Inglês” [...] ou “velho Paul Inglês” (REGO, 2010, p. 172).

Instalando-se em Parnaíba, Robert Brocklehurst deu preferência à compra de um sobrado (FREYRE, 2000), o de número 25, na Rua Grande, apesar da disponibilidade de terrenos ou lotes, que poderia adquirir para construir seu estabelecimento comercial. O sobrado comprado devia satisfazer a expectativa ou a mentalidade do comerciante inglês que buscava instalações adequadas ao material que comerciava. Como um grossista, necessitava de um prédio grande, com armazéns e depósito que se adaptassem à estocagem de mercadorias pesadas. Além de buscar uma boa localização, caso da Rua Grande, o sobrado ficava nas proximidades do rio Parnaíba, do porto Salgado, da alfândega e do consulado inglês.¹¹

O inglês James Frederick Clark nasceu em Keswick, no condado de Cumberland, Inglaterra, no dia 14 de março de 1855 e faleceu em Parnaíba, no dia 2 de setembro de 1928. Aos 14 anos de idade, deixou sua pátria para trabalhar como aprendiz¹² na Casa Inglesa de Parnaíba. Chegou à Parnaíba, desembarcando do navio *Enterprise*, da Red Cross Line, no Porto do Ceará. Em 27 de maio de 1889, ele deu início à comercialização regular da cera de carnaúba,¹³ exportando-a para praças europeias e norte-americanas e transformando-a no principal produto de exportação da região. Paralelamente,

ele próprio e seus familiares também auferiram grandes lucros.

A Casa Inglesa de Parnaíba foi comprada por James Frederick Clark em 1900, quando se tornou único proprietário também dos imóveis que a sediavam: o sobrado da Rua Grande (atual Getúlio Vargas), compreendendo o estabelecimento comercial e mais os grandes armazéns e dique seco existente no Porto das Barcas - espaço hoje integrado à área cultural e de lazer ali instalada.

A Casa Inglesa começou seus negócios em Parnaíba tendo como base o envio para a Inglaterra de algodão e couros e recebendo as mercadorias mencionadas por Freyre (2000) como produtos tipicamente ingleses. O Diário da Casa, datado de fevereiro de 1875, registra, como seria de se esperar, uma grande variedade de tecidos: madapolão, chita larga, morim, algodãozinho, musseline, marroquim, bretanha, cambraia, riscado xadrez e brim liso, entre outros, além de linhas em novelo; artigos masculinos, como chapéu do Chile, camisas e meias de homem; objetos em ferro, como facas e garfos, vergalhões, barras, panelas e bacias e, ainda, ferros de engomar, tesouras, canivetes, facas de charquear, barris de pregos, tintas e brochas.

Com o passar do tempo, as mercadorias comercializadas foram se modificando. Nunes (2006) lembra Parnaíba no início do século XX, quando as lojas ofertavam produtos europeus vindos principalmente de Liverpool e Amsterdã: eram sedas, casimiras, linhos, perfumes, espelhos, chapéus, sapatos, relógios de parede, cristais, porcelanas, bebidas que atendiam aos consumidores de Parnaíba e das cidades vizinhas (REGO, 2010, p. 173).

Coube à Casa Inglesa introduzir no Piauí, em 1915, os produtos do petróleo, caso do carbureto, do querosene Jacaré e da gasolina, a máquina de costura, o primeiro automóvel e o primeiro motor a *diesel*, dentre outras inovações que sinalizavam as mudanças de hábitos e costumes, bem como a modernização da cidade.

Importa ressaltar algumas colocações de Marc Theophile sobre a importância que o comércio realizado entre Parnaíba e o mercado estrangeiro exercia sobre o cotidiano de Parnaíba. Era através dessas embarcações que o luxo e os costumes refinados chegavam ao Piauí:

Durante o tempo em que os navios da Europa entravam em Amaração, a população da pequena vila e a de Parnaíba usavam o linho escocês, o perfume francês, o cimento em barricas vindo da Bélgica, de onde também viria o arame farpado e o prego recozido usado – este último, na construção dos currais para o aprisionamento de peixes; o ferro e os instrumentos de trabalho vinham da Alemanha ou da Inglaterra, machados,

facões, enxadas etc.; as louças eram alemãs, francesas, inglesas e até japonesas; as mulheres usavam sedas francesas, sombrinhas da moda e tudo quanto lhes era dado a consumir (JACOB apud REGO, 2010, p. 174).

Ocorreu, como se nota, um aburguesamento da elite piauiense, que, além de adquirir instrumentos de trabalho e desenvolver hábitos vindos das grandes metrópoles estrangeiras, passou a consumir utensílios domésticos que trouxeram facilidade e *glamour* ao dia a dia

5 Conclusão

O litoral do Piauí, mais precisamente o delta do rio Parnaíba, já era um ponto de atração comercial. O período de desenvolvimento econômico do Piauí se deu quando os criadores de gado das regiões mais longínquas do litoral mudaram a via de escoamento das reses pelos caminhos terrestres, penosa e onerosa para adotar a via fluvial pelo rio Parnaíba; foi o início da trajetória do sertão ao mar, abrangendo, além dos portos brasileiros, outros mais distantes, através da comercialização dos produtos da atividade pastoril.

A estrutura do comércio de exportação fundada pelas charqueadas permitiu a comercialização de outros produtos oriundos da agricultura e da atividade extrativista que passaram a ser requisitados no mercado internacional, mais precisamente para a indústria europeia em plena revolução.

A intensidade da exportação levou à instalação de comerciantes ingleses e suas famílias, criando uma camada social economicamente situada no topo da sociedade.

Para compreender a atuação e a integração dos comerciantes estrangeiros ao mercado internacional, recorreu-se à leitura de Gilberto Freyre (2000) e Denise Monteiro Takeya (1995). Ambos publicaram trabalhos que tratam das relações comerciais internacionais e explicam a forma de atuação dos comerciantes estrangeiros no Brasil ●

Notas:

(1) Volpi (apud REGO, 2010, p. 164) “apontou os tratados firmados em 1810 e 1827, que confirmam a posição privilegiada dos ingleses no ‘livre’ comércio brasileiro.”

(2) “Responsável por 75% das exportações de algodão, o Maranhão despontou como o maior produtor brasileiro.” (REGO, 2010, p. 167).

(3) “Escrevendo sobre esse tema, Brandão [...] observou que surgiu, nesta época, um novo sistema agrícola, tendo por base o consórcio algodão-gado.” (REGO, 2010, p. 168).

(4) Denise Monteiro Takeya (1994) estuda as casas de comércio francesas instaladas no Ceará.

(5) “No âmbito dessa pesquisa, não foi possível conseguir responder várias perguntas a respeito das *Casas Inglesas* do Pará, Ceará e Maranhão: - Seriam todas propriedades da Singlehurst e Brockehurst? Seriam todas filiais da matriz inglesa? Seriam unidas por alguma sociedade? Quem as administrava: no Ceará, Girão menciona Wara; em Parnaíba Andrew Miller – eles seriam proprietários, socioproprietários ou apenas administradores?” (REGO, 2010, p. 170).

(6) “Séculos antes da abertura dos portos, o Brasil já era visitado por estrangeiros, inclusive ingleses: *sea dogs*, piratas e aventureiros. Lopes (2007, p. 14) define o termo *sea dog* ou “cão do mar” como o grupo de corsários protestantes que serviram à rainha Elizabeth I da Inglaterra, nas suas disputas com a Espanha. Estavam voltados para o lucro fácil por meio de pilhagem sistemática.” (REGO, 2010, p. 171).

(7) “A exemplo do mineralogista John Mawe.” (REGO, 2010, p. 171).

(8) “A exemplo de Henry Koster, que chegou a Pernambuco em 1809, foi o primeiro inglês a percorrer e a descrever o sertão nordestino.” (REGO, 2010, p. 171).

(9) “Na primeira onda de ingleses a desembarcar no Rio de Janeiro veio o comerciante de tecidos John Lucccock.” (REGO, 2010, p. 171).

(10) “Não se sabe em que ano Paul Robert Singlehurst chegou a Parnaíba, mas sabe-se que outros membros da família Singlehurst circulavam pelo Ceará. Para esta pesquisa, conseguiu-se localizar, no arquivo público do Ceará, entre os títulos de residência de estrangeiros, datado de agosto de 1842, o título de José Singlehurst, inglês, natural de Liverpool, com idade de 30 anos, casado, profissão de comerciante, que, vindo para o mesmo fim, chegou a Fortaleza no dia 27 de julho de 1842, do porto de Liverpool. Infelizmente, não é possível esclarecer que parentesco e que relação comercial ele mantinha com Paul Robert. José, certamente Joseph, é descrito no documento como sendo alto, branco, de cabelos castanhos, olhos azuis, nariz alto, rosto oval e bastante barba.” (REGO, 2010, p. 172).

(11) “É interessante comparar a escolha de Broklehurst com as informações de Freyre (2000, p.172-173), assim pode-se constatar a coincidência das escolhas por parte dos comerciantes ingleses no Rio de Janeiro e outras cidades, de imóveis com as mesmas características.” (REGO, 2010, p. 172).

(12) “Na Inglaterra, um comerciante normalmente começava sua carreira como aprendiz, aprendendo e trabalhando com um mestre, sendo, após alguns anos, libertado dele. Esse foi o caso de James Frederick Clark.” (REGO, 2010, p. 173).

(13) “O navio utilizado no carregamento da primeira remessa comercial da cera de carnaúba foi o Grangense, e a arroba da cera em 1900 valia doze mil réis.” (REGO, 2010, p. 173).

Referências

FREYRE, G. *Ingleses no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

NUNES, O. *Pesquisa para a história do Piauí: lutas partidárias e a situação da Província*. Teresina: Fundapi, 2007. v. IV.

PENNINGTON, D. *Manaus e Liverpool: uma ponte marítima centenária – anos finais do Império – meados do século XX*. Manaus: EDUA/Uninorte, 2009.

REGO, J. M. A. N. *Dos sertões aos mares: história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950)*. 2010. 290 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2010.

SANTANA, R. N. M. *Evolução histórica da economia piauiense*. Teresina: Cultura, 1964.

TAKEYA, Denise Monteiro. O capital mercantil estrangeiro no Brasil do século XIX: a atuação da Casa Boris Freres no Ceará. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. XXV, n. 1-2, 1994.

TAKEYA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil*. Natal: EDUFRN, 1995.

VOLPI, Alexandre. *A história do consumo no Brasil: do mercantilismo à era do foco no cliente*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

* Professora do Departamento de Ciências Sociais/UFPI. Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

AS SINGULARES “RECORDAÇÕES DA CAMPANHA DO PARAGUAY” DE JOSÉ LUIZ RODRIGUES DA SILVA

Mário Maestri*

Resumo: meio século após o fim do conflito, general de brigada honorário José Luiz Rodrigues da Silva publicou o ensaio “Recordações da campanha do Paraguay”, apoiado sobretudo em sua memória. Ele participou do início do confronto, quando da invasão do Uruguai, em 12 de outubro de 1864, até praticamente o seu fim, com a morte de Solano López, em 1º de março de 1870. Com inúmeros *flashbacks*, o fio condutor da narrativa é a progressão do jovem oficial através do Uruguai, Corrientes e Paraguai. Seu trabalho destaca-se na importante produção memorialística de ex-participantes nas forças imperiais por afastar-se de muitas explicações da historiografia apologética e pela referência a múltiplos aspectos do cotidiano enfrentado sobretudo por oficiais, mas também por *praças de pret*, naqueles anos.

Palavras-chave: Bacia do Prata. Guerra do Paraguai. Historiografia

Abstract: half a century after the end of conflict, the honorary Brigadier General José Luiz Rodrigues da Silva published the essay *Memories of Paraguay Campaign*, supported mainly in his memory. He attended the beginning of the confrontation, when the invasion of Uruguay, on October 12, 1864, until almost its end with the death of Solano López, on 1st March 1870. With numerous flashbacks, the thread of the narrative is the progression of the young officer by Uruguay, Paraguay and Corrientes. His work stands on important production memoirs of former participants in the imperial forces by moving away from many apologetic explanations of historiography and by reference to many aspects of daily life faced by particular officers, but also by courts *pret* those years.

Keywords: River Plate Basin. The Paraguay War. Historiography.

As memórias tardias de um militar de carreira

Meio século após o fim do grande conflito da bacia do rio da Prata [1864-70], José Luiz Rodrigues da Silva (1924) publicou livro com suas “Recordações da campanha do Paraguay”. O oficial superior reformado do Exército participou naquele conflito, do início dos combates, quando da invasão do Estado Oriental do Uruguai, em 12 de outubro de 1864, pelas tropas imperiais, em intervenção em favor do caudilho Venancio Flores e contra o governo constitucional *blanco*, até praticamente o fim da longa guerra, ocorrida quando da morte em combate de Francisco Solano López, em 1º de março de 1870, em Cerro Corá (CASCUDO, 1927).

Respeitando literalmente o título do livro, o general de brigada honorário do Exército nacional apoiou-se essencialmente nas suas recordações para a produção do ensaio, de 128 páginas, lançado pela Companhia Melhoramentos de São Paulo, em 1924. Não são portanto de se estranhar os pequenos lapsos de datas, de nomes, de locais etc. que jamais comprometem a excelência do texto. Com inúmeros *flashbacks*, a narrativa tem como fio condutor geral a progressão do então jovem oficial através do Uruguai, da província de Corrientes e do Paraguai, ainda que o narrador refira-se raramente à sua trajetória e experiência na guerra.

O livro registra a escassa informação sobre as razões profundas da guerra que possuíam os próprios oficiais combatentes, realidade que pouco mudaria passadas décadas da conclusão do confronto. Meio século após o silêncio das armas, Silva (1924) reproduzia as explicações simplistas, apologéticas e fantasiosas do Estado imperial e, a seguir, da historiografia nacional-patriótica sobre as causas do conflito, com destaque para o uso como “pretexto”, por Solano López, da “invasão das forças brasileiras” do “Estado Oriental do Uruguai”, para “agredir-nos de modo descomunal, traiçoeiramente, covardemente [...]”.

Segundo o autor, tal ação teria sido planejada, “muito tempos antes, ressentido [Solano López], dizem, por não haver o Imperador Dom Pedro 2º, o aceitado para genro ao acorrer-lhe a estulta e descabelada pretensão.” (SILVA, 1924, p. 9). Destaque-se que a verdadeira lenda do pedido da mão de uma de suas filhas, negado pelo Imperador do Brasil, não possui qualquer base histórica, apesar de seguir sendo citado, aqui e ali, em trabalhos contemporâneos.

“Recordações da campanha do Paraguay” participa igualmente da execração habitual de Solano López pela historiografia brasileira de então e, não raro, recente, própria ao *lopizmo* historiográfico negativo, que se serve do *mariscal*

para personificar literalmente aqueles complexos sucessos históricos. No mesmo sentido, o autor abraça o elogio desbragado dos oficiais superiores imperiais, nesse caso sem exceções - Osório, Caxias, Mena Barreto etc. Destaca-se avaliação positiva do comando do conde d'Eu por este oficial ferreamente republicano. Apesar dessas concordâncias com a retórica nacional-patriótica, o breve relato constitui obra singular na verdadeira "historiografia de trincheira" sobre o grande conflito sul-americano (MAESTRI, 2013a).

Historiografia de trincheira

As primeiras obras brasileiras sobre a referida Guerra, em geral de forte cunho memorialista, foram realizadas durante e imediatamente após o conflito (DIAS, 1870; MADUREIRA, 1982). Trataram-se, sobretudo, de narrativas sobre o heroísmo e a abnegação das forças armadas - identificadas essencialmente à oficialidade - "em defesa do Brasil e da 'civilização', agredidos por 'barbárie' corporificada pelo *ditador* paraguaio". "Comumente produto de ex-combatentes, registrou leitura apologética dos fatos desde a *trincheira*" imperial, centrada sobretudo nos combates e despreocupada com as razões profundas do conflito. (MAESTRI, 2009, n.p.)

Ao contrário do habitual nessa produção, Silva (1924) não abraça as explicações tradicionais das dificuldades do Império de vencer a guerra, devido ao pretenso melhor aparelhamento e maior número das tropas paraguaias; à inclemência exclusivamente para as tropas imperiais do clima e do relevo do teatro dos combates; ao fanatismo e misticismo do exército inimigo etc. Explicações que serviram tradicionalmente para justificar a dificuldade do poderoso Império a impor-se à pequena nação hispano-americana, em aliança com a Argentina mitrista e com o Uruguai florista. Em 1864, o Império possuiria em torno a 10.250.000 habitantes. O Paraguai, talvez, vinte vezes menos! (CONRAD, 1975; WHITE, 1989).

Silva (1924) destaca o caráter sempre imprevidente do governo imperial e a incompetência de parte da oficialidade, com destaque para os oficiais dos corpos dos Voluntários da Pátria, guindados aos cargos devido às injunções políticas ou como recompensa ao agenciamento de pessoal fardado à sua custa. Seu trabalho se apresenta como espécie de corroboração da ácida narrativa do cônego francês naturalizado brasileiro João Pedro Gay (1980) sobre a invasão paraguaia do Rio

Grande do Sul, escrita no calor dos acontecimentos, ou do diário do conde d'Eu sobre sua viagem em busca de seu sogro e da vila de Uruguaiana, então ocupada pelas tropas inimigas, publicado, pela primeira vez, em 1920, quatro anos antes do relato de Silva vir a lume (GAY, 1980; EU, 1981; MAESTRI, 2012).

A avaliação dura e sincera do militar experiente, já há muito tempo em retiro, não deixa dúvidas sobre as enormes deficiências estruturais das forças armadas do Império no grande conflito. Escreveu o general: "Se resplandeu a nosso lado a vitória no Paraguai" foi porque "éramos em número superior, armados e municiados com mais vantagem, primando pela educação militar; enfrentamos, por último, inimigo mais atrasado, pois em valor individual nada deixava a desejar [...]" (SILVA, 1924, p. 56, 124).

Afirmção sobre a escassa capacidade bélica das tropas imperiais que o próprio comandante máximo das mesmas, o então marquês de Caxias, reconheceria, em correspondência privada, em 13 de dezembro de 1868, sem ser capaz de aferrar as razões últimas do fenômeno que descrevia: "[...] todas as vitórias alcançadas [...] têm sido em grande parte devida ao cuidado com que nunca consenti que forças nossas [...] se batessem com as do inimigo sem se acharem muito superiores em número." (DORATIOTO, 1996, p. 70).

Um exército classista

Na década de 1990, estudos acadêmicos passaram a ler as forças armadas imperiais surgidas da guerra do Paraguai como espécie de cadinho de um mundo novo. A convivência da oficialidade com a tropa, formada por libertos e livres pobres de todas as cores, teria infundido na primeira, proveniente em grande número das classes médias *de então*, verdadeiro espírito democrático e igualitário que teria contribuído para a abolição da escravatura, para a proclamação da República, para a gênese de nova sociedade apoiada na ordem capitalista.

"A guerra do Paraguai", de Ricardo Salles (1990), é indiscutivelmente a mais bem realizada e conhecida expressão dessa vertente interpretativa revisionista. Nela, o autor propõe (SALLES, 1990, p. 110): "A guerra mostrou a esses oficiais o lado podre da laranja; colocou-os em contato e proximidade com o soldado enquanto expressão do povo [sic]." Nesse processo teria se constituído exército nacional profissional, reformista,

descontente com a classe dominante e com as elites dirigentes do Império. O novo exército surgido da longa convivência entre oficiais e soldados na luta no Uruguai, no Rio Grande do Sul e, finalmente, no Paraguai abraçaria um conceito mais amplo de cidadania, identificar-se-ia com os “interesses gerais da nação”; tornar-se-ia o porta-voz das “camadas médias” “de populares e escravos e mesmo fazendeiros não escravistas”; desempenharia “papel de peso no início do processo de transição para uma economia capitalista” (SALLES, 1990, p. 15, 110, 108).

Entretanto, não há comprovação histórica dessa metamorfose, de forças armadas aristocráticas em abolicionistas, populares e progressistas, que teriam dado origem a um novo exército surgido da guerra contra o Paraguai. Silva (1924) contribui para iluminar a real dinâmica interna dessa corporação durante aquele conflito. Uma importante contribuição do relato de Silva (1924), escrito e publicado quando já escasseavam os sobreviventes da guerra, é o registro de cenas quotidianas exemplares do conflito vividas em primeira pessoa, fundamentais para a avaliação dos impasses que contribuíram para que o exército imperial “patinasse” diante de inimigo ao qual ultrapassava substancialmente em homens e em meios, como assinalado por aquele e outros autores.

Um dos maiores *handicaps* negativos das forças armadas imperiais foi o caráter pré-nacional e elitista do exército imperial, produto da inevitável reprodução nas forças armadas das relações de classe da sociedade escravista do Brasil, que separavam oficiais ricos e oficiais pobres e aqueles e estes dos suboficiais e praças de pré, em grande parte negros, mulatos, mestiços, caboclos e índios - realidade referida por Silva (1924) e corroborada por rica informação, em geral fornecida em forma obliqua e indireta, por relatos e documentos sobre aqueles fatos.

Carne, charque, sal

Silva (1924) descreveu uma força armada imperial essencialmente desqualificada para enfrentar frontalmente o esforço de uma população nacional, como a paraguaia, mesmo de poucos recursos, unida em torno da autonomia de seu país, quando da defesa do território nacional; ou seja, após ter-se concluído a desastrosa expedição lopizta ao exterior (MAESTRI, 2013b). Apesar de se deter sobretudo nas dificuldades materiais encontradas pelos oficiais desprovidos de recursos

próprios, como era seu caso, sua narrativa permite entrever as condições desumanas a que foram comumente submetidas as tropas ditas inferiores das forças armadas imperiais.

Segundo apontava e sugeria aquele autor, as praças de pré do exército, da política civil, da guarda nacional, dos voluntários da pátria morreram ou inutilizaram-se às dezenas de milhares apenas devido às deficiências de alimentação, de vestuário, de alojamento, de cuidados militares e à despreocupação relativa do alto mando com as baixas nos combates - realidade nascida do descaso das classes dominantes para com os subalternizados e do atraso da formação social brasileira. A alta valoração militar da valentia pessoal e o desprezo pela vida dos soldados por parte do alto comando imperial, associados à falta de preparo técnico dos mesmos, causaram milhares de mortes de infantes, “levados a atacarem as posições inimigas frontalmente e em linhas cerradas, mesmo quando podiam contorná-las, envolvê-las, cercá-las com menor exposição, como registrou Taunay perplexo”. Esse autor, ainda jovem oficial, anotava perdas de 62 homens em assalto a uma trincheira, “sem dúvida pelo péssimo sistema de se atacarem esses obstáculos de frente e não os torneando [...]”. (MAESTRI, 2009, p. 8; TAUNAY, 2008, p. 76).

Em “Recordações de guerra e de viagem”, referindo-se aos momentos finais da guerra, que presenciara como espécie de escriba do príncipe regente, o futuro visconde de Taunay registrou atônito a divergência de visão entre o célebre general Osório e o conde d’Eu. O primeiro queria atacar “logo de frente desfazendo os meios de resistência do inimigo”. Propunha: “Leva-se tudo [...] a cachações [*pescoçadas*] num instante.” Visão da qual divergiria o então chefe máximo das tropas imperiais, que servida em exércitos europeus: “Mas por que perder inutilmente gente?” (TAUNAY, 2008, p. 52).

Em defesa da pátria nacional

Ao lembrar que a “coluna cerrada” era a “disposição mais predileta” das tropas imperiais “para atacar os pontos fortificados” inimigos, o que levava a que as tropas avançassem sob “bocas de fogo que vomitam bombas, granadas, cachos de uvas, lanternetas”, com enorme mortandade entre os atacantes, Benjamin Constant não deixou de recriminar os combatentes paraguaios por protegerem-se sem pejo na “mata atrás dos paus”,

“zombando da bravura com que” os imperiais eram atacados “a peito descoberto”. E irritava-se com a ordem de os oficiais não usarem “suas divisas em dias de combate”, para não serem alvejados preferencialmente pelos atirados inimigos, e com “oficiais que” se escondiam “atrás dos paus e até fazem buracos no chão para esconder-se nos dias de combates e bombardeios!” (LEMOS, 1999, p. 91).

Na sua célebre descrição da retirada da Laguna, Taunay registrou igualmente seu estranhamento com a tática militar utilizada pelos paraguaios de dispararem fora de forma, em posições que lhe permitissem melhor proteção individual, quase como se estivessem caçando. “Usavam [...] de uma manobra nova: deitavam-se por trás dos acidentes do terreno e daí nos faziam fogo, deixando ver apenas as cabeças; depois, [...] furtavam-se à nossa vista.” (TAUNAY, [s.d.]a, p. 131). Ele se referiria elogiosamente ao “ditador paraguaio” que se esforçava que suas tropas aproveitassem “todos os acidentes do terreno” para se protegerem, não dando as “provas de tamanhas inépcias” fornecidas pelas tropas imperiais (TAUNAY, [s.d.]a, p. 52).

Destaque-se que o eventual uso maleável e disperso tático do soldado, em vez das tradicionais linhas cerradas e rígidas, foi celebrizado quando da Grande Revolução, em 1789. Nos exércitos do *Anciën Regime*, de mercenários e soldados arrolados à força e desinteressados nas razões e nos resultados da luta, as tropas avançavam em formações rígidas, o que facilitava o controle das deserções pelos oficiais. As novas formas de luta nasceram e foram possíveis devido ao interesse dos combatentes franceses na defesa da nação e da revolução.

Distanciado dos sucessos que relatava, o velho oficial assustava-se ainda com o assinalado desperdício da soldadesca enviada à morte em assaltos frontais, sem conveniente ação da artilharia, que o exército imperial possuía em abundância, o que levava a “prejuízos em pessoal e material sem razão de ser”. “Tivéssemos mais preparo guerreiro e a campanha não teria perdurado extraordinariamente com tamanho sacrifício de vidas e dinheiro” - propunha, sintetizando seu desconforto, passadas já décadas daquela hecatombe humana. (SILVA, 1924, p. 17, 124).

Disciplinando homens livres

Admirador da disciplina consciente e

moralizadora, que não se servia do “vitupério” do castigado, Silva (1924) lembrava desgostoso que ele, oficial, por perder pistola antiquada, talvez durante cavalgada, teve desconto pleno no seu soldo e anotação disciplinar na sua “fé de ofício”, para sempre. Assinala que, naqueles “desumanos tempos de antanho, o extravio de qualquer peça de fardamento por parte das praças do Exército, além do desconto de quinta parte do soldo, importava em pancadas de espada de prancha.” (SILVA, 1924, p. 128) - ou seja, as famosas pranchadas que eram distribuídas aos soldados em forma regular e extrarregular. O castigo físico era prescrito pelos temidos Artigos de Guerra do Conde Lippe, de 1763, que o exército imperial herdara das forças armadas lusitanas. Mas o código militar imperial exigia, explicitamente, conselho peremptório, com direito de defesa, para que um soldado fosse condenado a ele (AVISOS, 1859, p. 298.). Entretanto, o castigo físico era utilizado habitualmente por oficiais, não raro proprietários de cativos, que distribuía pranchadas de espada para disciplinarem as praças de pré, o que causaria graves e imprevisíveis reações.

Francisco Marques Xavier, Chicuta, era tenente no 5º Corpo da Cavalaria da Guarda Nacional, convocado para a defesa do Rio Grande diante do provável ataque paraguaio. Conhecemos parte da correspondência familiar do jovem estancieiro durante a guerra. Em 24 de junho de 1865, escrevendo ao cunhado, contava que, quatro dias antes, tivera a “ocasião de ver dar 300 bordoadas em um soldado por ter desistido da trincheira [desertado]. Hoje já temos soldados no 5º [castigo] porque eles estão vendo que cá não é o que se quer, é o que se pode ser.” (FERNANDES, 1997, p. 45-46). Ou seja, antes mesmo de iniciarem-se os combates, o laço corria solto nas tropas imperiais.

Além do próprio castigo físico, as praças de pré encontravam-se sob a permanente ameaça de execução, como a relatada por Taunay (2008), no caso referente a dois soldados argentinos fuzilados sem mais processo por terem, levados pela fome, matado para comer, a montaria de um oficial sul-rio-grandense. Ou seja, duas vidas por um cavalo! O caso relatado pelo futuro visconde registrava a situação de maior ou menor penúria, no relativo à alimentação, vestuário, abrigo, etc., conhecida comumente por subalternos durante períodos dos combates. Entretanto, toda pena máxima ditada por conselho de guerra, em primeira instância, e confirmada, pela junta militar de justiça, em

segunda, devia ser examinada pela 4ª Secção do Conselho de Estado e aprovada pelo imperador.

Quem tem direito ao soldo?

Silva (1924) reafirma fenômeno em geral pouco explorado mesmo pelos trabalhos recentes sobre o grande conflito na bacia do rio da Prata. Se os oficiais recebiam o soldo a cada mês, o pagamento das praças podia atrasar até um ano! Arrolado de maio de 1865 a junho de 1866 como engenheiro-militar, André Rebouças (1973) referiu-se a oficiais comandantes com três meses, oficiais de tropa com até seis meses e soldados com um ano de soldos atrasados!

Um atraso literalmente dramático já que, na época, nos exércitos aliancistas, à exceção da ração fornecida diariamente, a *etapa*, restrita, no melhor dos casos, à carne verde [comumente substituída pelo charque], ao sal e à farinha, os combatentes deviam comprar tudo o mais de comerciantes e provedores particulares, verdadeiros assaltantes, que seguiam as tropas em carretas, cargueiros, a pé (FIGUEIRA, 2001). “Os parcos vencimentos, recebidos a 1º do mês, sempre, pontualmente, o que não acontecia entretanto, com as praças de pret, pagas às vezes com atraso próximo de um ano, com dificuldade cobriam as despesas urgentes.” Tal prática ensejava “privações injustas, mal cabidas, tanto mais que o comércio reputava os gêneros de primeira necessidade por preços exageradíssimo, só acessíveis aos oficiais empregados nos estados maiores, cujas gratificações reforçavam o soldo.” (SILVA, 1924, p. 109).

Oficial de escassos recursos, com importante família a cargo, Benjamin Constant desdobrou-se para obter comissão quando no *front* paraguaio, a fim de poder fazer frente às suas obrigações e necessidades, impossíveis de serem cobertas apenas com o soldo simples (LEMOS, 1999). O futuro general honorário assinalou em suas memórias que os oficiais que enviavam parte do soldo para a família no Brasil deviam submeter-se ao “regime dietético do *macaco* assado com farinha na ponta da faca e chá sem açúcar, das folhas da laranjeira!”. O símio assado era o eufemismo malvado com que os combatentes designavam o churrasco de “xarque” “magro como o de cão vagabundo, estendido ao espeto sobre as brasas.” (SILVA, 1924, p. 68).

Espécie de porta-voz tardio dos oficiais sem maiores recursos, José Luiz Rodrigues da Silva

lembra que os mesmos deviam financiar igualmente os custosos fardamentos com o escasso soldo. Devido a isso, aqueles que não possuíam fortuna familiar, portavam comumente “peças de uniformes dos soldados, e na falta, roupa, à paisana, já velha, mais semelhantes a andrajos, tendo por distintivos a espada e os galões do braço tão somente.” (SILVA, 1924, p. 68). Entretanto, para os soldados paraguaios, as tropas aliancistas possuíam cobiçado fardamento, que era trocado pelos andrajos que vestiam, sempre que possível (THOMPSON, 2010, p. 159-169).

A golpes de moedas de ouro

Silva (1924) enfatiza o que tantos outros contemporâneos seus apenas se referiam, quando se referiram. Enquanto as praças de pré viviam na quase miséria e os oficiais desprovidos de recursos apertavam o cinto para manterem-se com seus magros soldos, os oficiais endinheirados, do Estado Maior e comissionados arranjavam-se para viver com quase conforto, servidos por seus ordenanças/camaradas e abastecidos de tudo que se desejasse junto aos comerciantes e fornecedores.

O velho general relata sobre os diversos acampamentos onde as tropas lagarteavam, não raro, meses a fio, antes de reiniciar o ataque, como o estabelecido nas proximidades da vila de Corrientes, antes de se cruzar o rio Paraná, em Tuyuty, em Asunción etc. “Se a soldadesca continuou de barracas armadas, a oficialidade instalava-se em cômodos ranchos, cobertos de palha e paredes de torrão”, com “curiosas mobílias que cobriam com fazenda, aparentando trabalhos de arte”, realizada por soldados habilidosos, para os oficiais que serviam (SILVA, 1924, p. 33). Sobretudo os oficiais provenientes de famílias abastadas, acostumados a serem em tudo servidos pela criadagem negra, arranjam-se para porem aos seus serviços ordenanças capazes de prestarem os serviços que estavam habituados, quando à refeição, aos cuidados das vestes, das montarias etc. Na falta de alimentos, os “soldados ao serviço particular dos oficiais [...] esforçavam-se por descobrir qualquer cousa” para que *seus* oficiais pudessem comer. Não raro, caçavam, pescavam e plantavam para tal (SILVA, 1924, p. 84).

Ser ordenança/camarada de um oficial bem colocado ou endinheirado era oportunidade certamente buscada por um soldado. Benjamin Constant propunha, sobre essa realidade:

“[...] excetuando aqueles poucos que são camaradas de oficiais ou empregados, a maior parte desta pobre gente não tem uma barraca que lhe sirva de abrigo, dormem ao relento expostos ao sereno e às chuvas, muitos sem mantas, sem capotes”, sujeitos às doenças “com muito maior intensidade” (LEMOS, 1999, p. 155).

A golpes de moeda de ouro, os oficiais argentados garantiam-se condições excepcionais de existência. Nos momentos finais da guerra, Taunay (2008) juntara-se a um grupo de oficiais sul-rio-grandenses igualmente abonados para garantirem, com uma mesada de até doze libras mensais, um excelente cozinheiro que providenciava os almoços e os jantares dignos de suas pessoas.

A guerra é uma festa

Silva (1924) lembra quase saudoso da vida desbragada dos oficiais, com destaque para os com as algibeiras plenas de patacões, nos teatros e nos salões de bailes, de banquete, de jogos, de concertos, que foram rapidamente erguidos por empreendedores comerciantes durante os longos anos de combate, nas longas e pachorrentas interrupções do lento avanço das tropas imperiais; realidade que espera uma exploração mais sistemática por nossa historiografia. Silva (1924, p. 44) confessa que o acampamento dos comerciantes constituía verdadeiro “boulevard”, onde se “palestrava com amigos”, “saboreava-se o bom café, os doces finos, os melhores vinhos e cervejas [...] cavaqueava-se, fugitivamente embora, com as hetairas [prostitutas] de alto coturno, de origem platina ou européia”. Damas que lembrava serem “acessíveis apenas aos argentários, aos elevados chefes de gola bordada, calça de galão e chapéu de penacho [...]”.

Já velho general, Silva (1924) lembra-se dos tempos em que sonhava com as mundanas apenas ao alcance dos oficiais superiores e endinheirados. Mas, certamente, ao lado das hetairas de algo coturno, haveria igualmente as acessíveis aos oficiais de guaiacas menos poderosas! Sem dar o nome ao boi, o autor fala de distinto general que se fazia acompanhar de sua querida particular, em cavalo garboso, bem apeirado, nas próprias excursões difíceis, até fazerem-se soar os primeiros tiros.

Em suas “Memórias”, publicadas por sua expressa vontade apenas 100 anos após seu nascimento, em 1946, Taunay refere-se à morte do

general rio-grandense João Manuel Mena Barreto, em 12 de agosto de 1869, atingido por uma bala na virilha, quando do ataque de Piribebuy, terceira capital paraguaia: “Caiu do cavalo nos braços de valente *china*, que o acompanhava sempre, até no meio dos mais rijos combates, o que de certo não era nada regular mas tem grandeza.” (TAUNAY, [s.d.]b, p. 346). Segundo Benjamin Constant (apud LEMOS, 1999), oficiais mandavam seus ordenanças servirem de domésticos a suas amadas de ocasião na vila de Corrientes.

As ruas do comércio desses acampamentos, em cada seção dos acampamentos, possuíam de tudo, a elevado preço, inclusive o que havia de mais moderno, como os estúdios fotográficos, onde os oficiais faziam-se retratar, em uniforme, sozinhos ou em grupos. Os pequenos retratos do tamanho de uma carta de visita [*carte-de-visites*], mais econômicos, eram distribuídos aos parentes, amigos, conhecidos. Em sua “História da guerra do Paraguai”, o major prussiano Max von Versen (1976) relata o constrangimento que sofreu quando o coronel argentino Susini propôs que permutássemos nossos retratos, que ele não dispunha. Temos milhares de fotografias de oficiais imperiais, argentinos, orientais e paraguaios - as de soldados isolados são raríssimas (cf. TORAL, 2001; VERSEN, 1976).

Após a ocupação, a cidade de Asunción teria se transformado igualmente em uma verdadeira micro-Paris, no contexto de um país ainda avassalado pela guerra, pela destruição, pela fome, pela miséria, pela dor: “Hotéis, cafés, bilhares, teatros, casas de bailes, festas de igrejas [...], o convívio confortante de muitas famílias de oficiais chegados do Brasil [...] roçava pelas fronteiras da verdadeira delícia.” (SILVA, 1924, p. 68-69). A jogatina correria também em forma desenfreada, fazendo que passassem para mãos sobretudo dos jogadores profissionais espertos chegados do Brasil “soberanos, a onça de ouro, o mexicano, o dólar”, a libra esterlina. (SILVA, 1924, p. 79).

Definitivamente, a guerra não tratava a todos do mesmo modo, mesmo nas fileiras dos vencedores! Ao contrário, ela teria continuado a ser uma grande festa, ao menos para os que já estavam socialmente habilitados para ela, ou se arranjavam para serem financiados pela cada vez mais exauridas burras imperiais; porque aquela guerra foi, também, um enorme e rendoso negócio, para muitos cidadãos imperiais e sobretudo para o grande comércio e contratadores argentinos e

comerciantes e banqueiros inglês! (FIGUEIRA, 2001).

O preço da vida e da morte

A diferença entre as chances dos feridos de morrerem ou de viverem devia-se igualmente em forma substancial à situação na hierarquia militar e às libras e patações que os oficiais dispunham. Benjamin Constant escrevia tranquilizando sua esposa que não se assustasse com a “notícia” da epidemia de cólera. Ele não estaria, ou estaria pouco exposto ao mal, já que ele “só tem atacado aos desgraçados soldados que dormem a maior parte [do tempo] ao relento sem roupa para se agasalharem, sem uma alimentação regular” (LE MOS, 1999, p. 145). Entretanto, a epidemia golpearia também oficiais superiores, em bom número.

Em 26 de março de 1867, o cólera eclodira no Paso de la Patria, trazido por passageiros e soldados dos transportes que chegavam amiúde da Corte. Do Paso de la Pátria, a enfermidade alcançaria o acampamento de Tuyuty. Em Curuzu, onde havia enorme concentração de soldados, a enfermidade produziu verdadeira hecatombe. No acampamento, a seguir abandonado, os mortos se contavam por milhares (THOMPSON, 2010; CENTURIÓN, 2010). Em maio de 1867, o cólera golpearia as tropas paraguaias a partir de Paso Gómez, atacando oficiais e praças de pré. O próprio *mariscal* Solano López teria ficado doente. A seguir, a enfermidade se espalharia por parte do Paraguai que jamais a conhecera como epidemia (THOMPSON, 2010).

Silva (1924) lembra que era enorme o descalabro, a sujeira, a falta de recursos e a improvisação dos hospitais militares, onde estudantes do 1º ano das escolas de medicina desempenhavam trabalhos peculiares à alta cirurgia, empunhando os instrumentos cirúrgicos com a maior sem-cerimônia; fala de hospitais sem aparelhos necessários e sem enfermeiros preparados, com instrumentos cirúrgicos sem a exigida assepsia, verdadeiro horror dos feridos; descreve soldados doentes deitados em puro e frio chão, em barraquinhas mal armadas, no hospital central do Exército. Em 1865, em sua viagem em busca de Uruguaiana ocupada, o conde d’Eu assinalara a precariedade do serviço militar na própria província do Rio Grande do Sul (cf. SILVA, 1924; EU, 1981).

Em época em que a medicina praticamente não

dispunha de recursos contra as infecções, o tétano, a gangrena, além da improvável limpeza profilática, nos campos de batalha, médicos e aprendizes de médicos serviam-se normalmente das amputações. Em junho de 1869, o jovem poeta Castro Alves teve perna amputada abaixo do joelho, em operação que não se demorou mais do que dois minutos, por cirurgião que se especializara na prática cirúrgica extremada nos campos do Paraguai. A intervenção foi feita a frio, sem o uso de clorofórmio, devido à fraqueza geral do enfermo (MAESTRI, 2011). Segundo Silva (1924, p. 113), devido ao descalabro dos hospitais militares do Paraguai, muito “raramente escapava das garras da morte quem se via na obrigação de amputar um braço ou uma perna [...].

Antes da invasão do Paraguai, para contornar o perigo de terminarem nos infectos hospitais de sangue do exército imperial, os oficiais argentados meteram igualmente a mão nas algibeiras e fundaram espécie de seguro privado de saúde. A sociedade Saudades do Brasil teria sido inaugurada com banquete de 200 talheres, onde se serviram as “melhores iguarias, os capitosos vinhos e doces procedentes da próxima cidade de Corrientes”, para os generais, comandantes e oficiais presentes. Aos intermináveis discursos e os brindes, regados fartamente ao *champagne*, seguiu-se, à noite, um “baile esplendido”. A jóia de ingresso à sociedade era de três libras esterlinas, a mensalidade, de uma (SILVA, 1924, p. 115).

O Paraguai teria sido igualmente oportunidade de enriquecimento no mínimo pouco ortodoxo, sobretudo para altos oficiais e comerciantes espertos. Silva (1924, p. 66, 77) refere-se rápida e indiretamente ao conhecido saque geral efetuado pelas tropas imperiais da rica e deserta cidade de Asunción, com “prédios abertos [sic], mobiliados com luxo e apuro, armários cheios de roupas finas de homem, mulher e crianças, cristais e talheres de valor, instrumentos e objetivos de arte” que ali jaziam “num abandono incrível”. Silva (1924) descreve longamente o hábito dos paraguaios endinheirados de enterrarem em suas casas e jardins seus bens preciosos, antes de abandonarem a capital, e de oficiais e soldados imperiais e paisanos de cavarem por toda parte, à procura dos tesouros escondidos. Durante longos meses após a ocupação de Asunción, sobretudo os pátios, pisos e paredes das residências mais ricas assumiram a aparência de verdadeiros queijos suíços, de tão esburacados que ficaram, devido à

ávida atividade dos caçadores de tesouros.

Em 12 de agosto de 1869, após a conquista de Piribebuy, caiu nas mãos das tropas aliancistas o perseguido tesouro de guerra de Solano López. O conde d'Eu relatou ao governo imperial o rico achado: “[...] depósitos de farinha, erva mate, vinhos da Europa em grande quantidade, caixões com roupa, diferentes objetos de prata lavrada, numerário de diversos países, uma soma de papel moeda do Brasil” (ORDENS DO DIA, 1877, p. 518). Após o ataque, foi geral o saque das enormes riquezas por parte dos soldados, possivelmente também para substituir os soldos sempre atrasados.

A cor do oficial

Também é tradicional na historiografia brasileira assinalar a tendência à confraternização entre negros e brancos e o espírito emancipacionista e abolicionista que teriam se desenvolvido nas tropas através da convivência entre oficiais, no geral brancos, e soldados, comumente negros, mulatos, cafuzos, caboclos. Em 1865, na sua viagem para Uruguaiana, o conde d'Eu ressaltou o caráter mestiço dos batalhões de Voluntário da Pátria; afirmou sobre o 31º Batalhão da Corte: “[...] ao inverso de todos os outros batalhões de voluntários, é, na sua maioria, formado de brancos [...]”. Apontaria também a chegada da 1ª companhia dos Zuavos baianos, composta “exclusivamente de negros”, com oficiais “negros retintos”. O príncipe consorte se destacava por seu enorme racismo, que deixa registrado no livro que citamos (EU, 1981, p. 69, 89).

A proposta de democracia racial nas forças imperiais confronta-se com a visão habitual dos oficiais sobre a qualidade do soldado negro ou mestiço. O marquês de Caxias propôs, ao se referir, em correspondência privada, à baixa qualidade militar dos soldados imperiais libertos: “[...] homens que não compreendem o que é pátria, sociedade e família, que se consideram ainda escravos [...]”; visão abraçada igualmente pelo coronel e futuro general e marechal José Antonio Corrêa da Câmara, que explicou o insucesso de assalto à posição inimiga por “nossos soldados de infantaria” serem “os negros mais infames deste mundo, que chegam a ter medo até do inimigo que foge” (DORATIOTO, 2002, p. 274-275); teriam, com toda razão, medo de morrerem por luta que não era definitivamente suas.

Ao escrever aos seus familiares, Benjamin

Constant referiu-se também ao que via como baixa qualidade dos soldados imperiais, obtidos esvaziando “as cadeias” de “criminosos” e com “escravos libertados” por proprietários com o fim de obterem “honras, condecorações, títulos de nobreza, posições oficiais” mais úteis que os serviços prestados pelos “estúpidos e miseráveis cativos”. Uma escória que, segundo ele, indignado, era incumbida “de defender os brios e a honra da nação” (LEMOS, 1999, p. 118, 142).

Silva (1924) acena igualmente às relações raciais no exército, no seio do oficialato, ao lembrar-se do seu “distinto amigo, companheiro de Barraca e de companhia”, no 13º Batalhão de Infantaria, o alferes Teotônio Lopes Barros; anotava que “homem de cor” “jamais negava a sua condição [sic], e, se era convidado a comparecer a qualquer festa particular, furtava-se e respondia logo: ‘Negro não dá carreira certa. Não vou.’” Ou seja, durante a guerra contra o Paraguai, em festa de branco, negro não entrava, mesmo se oficial! Em possível referência à discriminação racial nas promoções, lembrava que, talvez devido à “sua exagerada independência de caráter”, o oficial negro não obtivera a progressão correspondente ao seu valor como oficial (SILVA, 1924, p. 94). Benjamin Constant (apud LEMOS, 1999, p. 135) desdizia em sua correspondência as notícias positivas do *front* enviadas por “um Dr. Dória, o homem (negro) mais adulator, mais imundo que conheço.”

Bebida, massacre, desordem

Abordando questão singularmente contemporânea, José Luiz Rodrigues da Silva refere-se igualmente ao estresse da guerra. Segundo ele (SILVA, 1924, p. 96), a dilaceração da vida sob as armas, em um combate que parecia não ter fim, teria levado “muitos rapazes distintos na campanha, e oficiais de meia idade”, a contraírem o “terrível vício da embriaguês”, superado por alguns após a guerra e jamais por outros, que “sacrificaram” assim “o futuro risonho que os aguardava.” Em suas célebres “Memórias o reminiscências históricas sobre la guerra del Paraguay”, Juan Crisóstomo Centurión (2010) assinala que o amplo uso da *caña* pelo exército paraguaio, para aplacar a fome e a dor, para curar enfermidades e afugentar as tristezas etc. teria contribuído ao alcoolismo, após a guerra.

Silva (1924) anota, pontualmente, a questão crítica dos crimes de guerra praticados por oficiais imperiais e aliancistas durante o conflito ao referir-

se a general tarimbeiro, ou seja, sem formação militar institucional, baronizado após a guerra, possivelmente sul-rio-grandense, de poucas luzes; e afirma que sua “feição militar” delinea “um personagem digno de imitação”, e até mesmo de “veneração”, se não lhe tivesse empanado “o brilho [militar] a ação repugnante de mandar trucidar cruelmente no Espinilho, 300 e tantos inimigos indefesos, ali refugiados, depois da batalha do Campo Grande”, em 16 de agosto de 1869 (SILVA, 1924, p. 103). Dias antes, no assalto à vila de Piribebuy, a degola de prisioneiros paraguaios, em boa parte adolescentes e crianças, teria sido praticada amplamente (cf. TAUNAY, [s.d.]; CERQUEIRA, 1929).

Silva (1924) assinala igualmente a deficiência do serviço de informações do Império. Em 1865, o cônego Gay (1980) denunciara no seu relato sobre a invasão paraguaia do Rio Grande o péssimo serviço de polícia na fronteira, com viagens de cidadãos correntinos, entrerrianos, orientais etc. entre Santo Tomé, na província de Corrientes, e São Borja, sem qualquer controle. O que permitiu aos paraguaios informações seguras sobre o que ocorria naquele ponto da fronteira. Segundo o padre João Pedro Gay (1980), espiões das tropas atacantes teriam ateadado fogo à casa do seu irmão, como sinal de que a ocasião era propícia a passagem do rio. Uma realidade que não teria se modificado até o fim da guerra, já que Silva (1924, p. 24) registrou igualmente que os “acampamentos [do exército Imperial] viviam à mercê de quem quisesse percorrê-los”. Segundo ele, penetrava “neles e saía, com franqueza ampla, qualquer indivíduo, sem que lhes fossem às mãos ou, ao menos, o advertissem da obrigação de apresentar-se à autoridade encarregada da identificação conveniente.”

O terror lopizta

Os momentos finais da guerra do Paraguai celebrizaram-se pela duríssima repressão ordenada por Francisco Solano López contra parte dos segmentos das classes dominantes e dignitários do Estado paraguaio, entre os quais se encontravam seus irmãos e irmãs e sua mãe. O lopizmo negativo tem se servido desses sucessos para consolidar as interpretações apologéticas da insanidade, despotismo, barbarismo, etc. do tirano, negando comumente a existência de movimento conspirativo contra o prosseguimento da resistência. Ao contrário, as leituras do lopizmo

positivo ensaiam justificativas ingênuas ou hipócritas sobre aqueles sucessos, em geral sem incorporar à análise o sentido político da repressão (O'LEARY, 1970; MAESTRI, 2013b).

A *operação* militar ofensiva paraguaia em direção ao Mato Grosso, ao Rio Grande do Sul e ao Prata, em apoio do Uruguai, contou com o consenso do bloco político-social dominante paraguaio, conformado sobretudo por estancieiros, plantadores, comerciantes, alto clero, alta oficialidade etc., que se fortalecera durante a era lopizta [1842-1865]. Esse grupo social dependia, no geral, da manutenção e ampliação da economia mercantil-exportadora empreendida pela administração lopista, que tinha sua sorte ligada a livre acesso ao comércio internacional através do Prata, ainda que, nesse momento, já subsistisse segmentos das classes proprietárias interessados no fim do lopizmo e gestão direta do poder.

As amplas classes camponesas do interior do país não foram consultadas sobre a oportunidade da intervenção exterior, apesar do esforço governamental de construção de consenso entre elas sobre aquela operação. A liberação por Solano López do saque no Rio Grande do Sul pode ser eventualmente compreendida como meio de obter o consenso de tropas conformadas essencialmente por segmentos sociais de extração camponesa, que não receberam soldos durante aquelas operações. A baixa belicosidade das tropas paraguaias durante essa ofensiva, com destaque para a rendição de Uruguaiana, sugere adesão superficial à operação no exterior (MAESTRI, 2013b).

A oposição à invasão aliancista do Paraguai, sobretudo após o conhecimento do tratado secreto da Tríplice Aliança, transformou-se em verdadeira guerra de defesa nacional, protagonizada essencialmente pelos segmentos camponeses proprietários, arrendatários e detentores do país, que defenderiam as conquistas que haviam consolidado, com destaque para a era francista. Durante a guerra defensiva, o bloco político-social dominante foi se separando gradualmente de Francisco Solano López, até então sua principal expressão política.

Após a ultrapassagem de Humaitá, quando já se mostrava inevitável a vitória das tropas do Império e impossível impor aos aliancistas paz negociada, o núcleo central do que restava do bloco político-social dominante, no qual a família López desempenhava papel central, tentou

destacar-se da resistência desesperada dos segmentos populares, realizada em torno do *mariscal* (TAUNAY, 2002).

O caráter extremamente duro da repressão aos conspiradores registraria a necessidade de neutralizar pelo terror qualquer prosseguimento de movimento pela rendição, a partir do núcleo central do antigo governo, que já tinha agora Solano López como seu antagonista. Utilizamos aqui a categoria terror em seu sentido político-sociológico, ou seja, a tentativa de imobilização de facções sociais pelo medo das represálias tomadas contra elas. Terror revolucionário e contra-revolucionário, na Revolução Francesa; terror vermelho e branco, na Revolução Russa; terror ditatorial, na Argentina, no Brasil, no Chile etc., durante os regimes militares etc.

Silva (1924) registra os paraguaios e paraguaias, de todas as idades, verdadeiros frangalhos humanos, com que as tropas imperiais depararam-se nos últimos momentos do combate, devido à falta de recursos e à repressão lopizta. “De Capivary em diante, começamos a encontrar pelo caminho gente de Lopez, degolada ou lanceada por sua ordem severa [...]” (SILVA, 1924, p. 91). O autor avança que, com a “exposição dos cadáveres recentes”, Solano López talvez procurasse pôr fim aos esforços de Caxias em “minar-lhe, com diplomacia” [sic], sua autoridade e governo. “Constava no Exército, realmente, à boca pequena, que o notável homem de guerra [Caxias], com as maiores cautelas, tentou um dia corresponder-se com os vultos proeminentes da primeira camada da Capital”. (SILVA, 1924, p. 91).

Silva (1924, p. 91) lembrava pertinentemente que o marquês “sabia manejar com destreza também a arma fina e humanizada que bem distinguiu a individualidade máscula de Talleyrand. Não seria, pois, de surpreender uma tentativa a tal respeito [...]” Nas revoltas regenciais, com o destaque para a farroupilha, após vencer os opositores no campo de batalha, o hábil político e militar imperial costumava obrigar seus oponentes à rendição final com poderosos golpes de centenas de contos de réis!

O fracasso dos esforços de suborno de Caxias foram igualmente registrados por Benjamin Constant, em sua correspondência (LEMONS, 1999, p. 119): “O López não é suscetível de suborno, não se vende. O Caxias supôs que [...] com os imensos recursos de que o governo o rodeia podia assombrar o Paraguai. [...] O exército de moedas com que pretendia, como sempre, vencer o inimigo

tem desaparecido esterilmente [...]”.

Enganava-se, porém, Benjamin Constant. Como sugerira Silva (apud CENTURIÓN, 2010), os eventuais destinatários das tentativas de aproximação de Caxias seriam os membros das classes dominantes dissidentes, entre eles a família López, que também parece ter se esforçado em contatar o inimigo, sobretudo quando do primeiro ataque naval a Asunción, sem sucesso ●

Referências

- AVISO de 13 de abril de 1859. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1859.
- CASCUDO, L. C. 1927. *López do Paraguay*. Natal: A República, 1927.
- CENTURIÓN, J. C. *Memórias o reminiscencias históricas sobre la guerra del Paraguay*. Asunción: El Lector, 2010.
- CERQUEIRA, D. *Reminiscências da campanha do Paraguai (1865-1870)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Briguier, 1929.
- CONRAD, R. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975.
- DIAS, S. O. *Duque de Caxias e a Guerra do Paraguai*. Salvador: Diários, 1870.
- DORATIOTO, F. *O conflito com o Paraguai*. São Paulo: Ática, 1996.
- DORATIOTO, F. *Maldita guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- EU, L. F. F. O. [Conde d']. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.
- FERNANDES, Ari Carlos. (Org.). *Coronel Chicuta*. Passo Fundo: UPF, 1997.
- FIGUEIRA, D. G. *Soldados e negociantes na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Edusp, 2001.
- GAY, J. P. *Invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai*. Porto Alegre: IEL-EST, 1980.
- LEMONS, R. (Org.). *Cartas da guerra: Benjamin Constant na Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: IPHAN; Museu Casa de Benjamin Constant, 1999.
- MADUREIRA, A. S. *Guerra do Paraguai*. Brasília: UnB, 1982.
- MAESTRI, M. *Cartas desde o front da guerra do Paraguai. Revista Territórios e Fronteiras*, v. 2, n. 1, jan./jun. 2009a. [online]. Disponível em: <<http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/34>>. Acesso em 09 abr. 2014.
- MAESTRI, M. *A Guerra contra o Paraguai: história e historiografia. Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, 27 mar. 2009b. [online]. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/55579>>. Acesso em 09 abr. 2014.
- MAESTRI, M. *A segunda morte de Castro Alves*. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2011.
- MAESTRI, M. O singular relato do cônego João Pedro Gay sobre a Invasão Paraguaia da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. *Estudios Historicos - CDHRP*, Rivera, a. IV, n. 9, Dic. 2012. [online]. Disponível em: <<http://www.estudioshistoricos.org/edicion9/eh0909.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2014.
- MAESTRI, M. *A guerra no papel*. Porto Alegre: LCM; Passo Fundo, PPGH UPF, 2013a.
- MAESTRI, M. De Yatay a Cerro-Corá: Consenso e dissenso na resistência militar paraguaia. *Estudios Historicos - CDHRPyB*, Rivera, a. V, n. 11, Dic. 2013b. [online]. Disponível em: <<http://www.estudioshistoricos.org/11/art.1%20de%20yatay%20a%20cerro%20cora%20-%20maestri.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2014.

O'LEARY, J. E. *El mariscal Solano López*. 3. ed. Asunción: Casa America, 1970.

ORDENS DO DIA. Exército em operações na Republica do Paraguay. Sob o comando em chefe de todas as forças, de sua alteza o senhor príncipe marechal do Exercito Luiz Felipe Fernando Gastão de Orleans, Conde d'Eu. Compreendendo as 1 a 47. 1869 a 1870. Re-impressa por ordem do Governo. Rio de Janeiro: Francisco Alves de Souza, 1877.

REBOUÇAS, A. *Diário da guerra do Paraguai (1866)*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiro, 1973.

SALLES, R. *A Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SILVA, J. L. R. *Recordações da campanha do Paraguay*. São Paulo: Melhoramentos, 1924.

TAUNAY, A. E. [Visconde de]. *A retirada da Laguna*. Rio de Janeiro: Garnier, [s.d.]a.

TAUNAY, A. E. [Visconde de]. *Memórias*. São Paulo: Melhoramentos, [s.d.]b.

TAUNAY, A. E. [Visconde de]. *Diário do exército, campanha do Paraguai (1869-1870)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

TAUNAY, A. E. [Visconde de]. *Recordações de guerra e de viagem*. Brasília: Senado Federal, 2008.

THOMPSON, G. *La guerra del Paraguay*. Asunción: Servilibro, 2010.

TORAL, A. *Imagens em desordem*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

VERSEN, M. *História da Guerra do Paraguai*. Belo Horizonte: Italiana, São Paulo, Edusp, 1986.

WHITE, R. A. *La primera revolución popular en America: Paraguay: 1810-1840*. Asunción: Carlos Schauman, 1986.

* Doutor em História pela UCL, Bélgica. Professor do Programa de Pós-Graduação da Universidade de Passo Fundo/RS. e-mail: maestri@via-rs.net

GRAMSCI, CLAUSEWITZ, GUERRA E POLÍTICA

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos*

Resumo: o objetivo do texto é esboçar uma resposta às seguintes questões: Qual a relação entre guerra e política no pensamento de Antonio Gramsci? Como relacionar guerra e política em Gramsci às teses sobre tais temas do general prussiano Carl Von Clausewitz? A hipótese central que orienta o raciocínio do artigo sustenta que a abordagem da guerra como metáfora da política - ponto predominante na abordagem da guerra no pensamento de Gramsci - tem sentido muito mais amplo do que a guerra no sentido de um conflito interestatal, conceito trabalhado por Clausewitz. Em que pese a conexão da guerra com a política em ambos os autores, o conflito interestatal se coloca predominantemente no sentido clausewitziano e o sentido mais amplo de guerra como política na abordagem gramsciana.

Palavras-chave: Gramsci. Guerra. Política.

Abstract: the aim of this text is to draft an answer to the following questions: What is the relationship between war and politics in Antonio Gramsci's thought? How is it possible to make a relationship of war and politics according to Gramsci with Prussian general Carl von Clausewitz's same themes? The main hypothesis of this article points to understand that war as a metaphor of politics approach – predominant point in Gramsci's approach of war – has a broader meaning that war as an interstate conflict, which is Clausewitz's concept. Although the war is connected with politics in both authors, interstate conflict has a stronger emphasis in clausewitzian sense and a wider sense of war as politics is found in gramscian approach.

Key-words: Gramsci. War. Politics.

1 Introdução

O objetivo deste texto é esboçar uma resposta às seguintes questões: Qual a relação entre guerra e política no pensamento de Antonio Gramsci? Como relacionar guerra e política em Gramsci às teses sobre tais temas do general prussiano Carl Von Clausewitz (1780-1831)?

Não se tem a pretensão de fazer uma abordagem eclética em que se justaponha ou confunda autores com sistemas teóricos, fontes e contextos históricos absolutamente distintos. O objetivo é iniciar uma reflexão sobre eventuais

relações entre ambos no que refere ao tema da guerra e da política.¹ Mesmo frisando tais diferenças, há pequenas coincidências na trajetória e legado intelectual de ambos.

Gramsci e Clausewitz tiveram o cativeiro como momento significativo de suas vidas. O primeiro, prisioneiro do fascismo italiano, redigiu a maior parte de sua obra nas precárias condições do confinamento ao qual foi relegado nos últimos anos de sua vida. As suas cartas e cadernos carcerários são o ponto alto de seu *opus*. O segundo foi

prisioneiro entre 1806 e 1808, na França e na Suíça, na condição de ajudante de campo do príncipe herdeiro Augusto da Prússia durante parte das guerras napoleônicas. Essa foi uma experiência na qual Clausewitz tomou contato com todo um universo intelectual que marcaria a elaboração de sua obra. O conhecimento de obras de autores como Montesquieu fez parte dessa experiência. Ressalve-se que sua experiência como prisioneiro foi confortável (ARON, 1986b), ao contrário daquela de Gramsci.

Ambos tiveram doenças nervosas em suas respectivas trajetórias (ARON, 1986b; FIORI, 1979).

Os dois viveram partes importantes de suas vidas na Rússia. Gramsci como dirigente e representante do Partido Comunista da Itália junto à Internacional Comunista na terra da revolução liderada pelos bolcheviques. Clausewitz renunciou à sua patente como oficial no exército prussiano por não aceitar a submissão de seu país à França, vitoriosa no campo de batalha; emigrou para a Rússia, onde se tornou oficial do exército para a luta contra o *Grand Armée* e tomou parte na campanha vitoriosa de 1812 e 1813 da coalizão antinapoleônica; foi readmitido no exército prussiano em 1814.

O comunista italiano e o general prussiano tencionavam revisões mais abrangentes em suas últimas obras, respectivamente: “Quaderni del carcere” (GRAMSCI, 1975) e “Vom Kriege” (CLAUSEWITZ, 1984).² Eles reescreveram limitadamente trechos das obras. Gramsci legou os textos que Valentino Gerratana classificou como textos “C”, textos reescritos com alterações ou não em relação a textos de primeira redação classificados pelo pesquisador italiano como textos “A”. Clausewitz deu como pronto e revisado o capítulo 1 do livro I de *Da guerra* e apontou esse trecho como referência para toda a reelaboração de seu tratado, tomando por base duas ideias centrais: a conexão da guerra com a política e as guerras de tipo real e absoluto. Ambos não sobreviveram para as reformulações de maior escopo. A publicação de ambas as obras também foi póstuma. Suas obras mencionadas foram apropriadas e reivindicadas por diferentes interpretações e tradições teóricas e intelectuais, algumas bastante excludentes entre si. As obras em questão foram mutiladas, seja em edições incompletas ou antologias, e tiveram boa parte de seu significado distorcido.

É sabido que são diversas as apropriações fora

de contexto ou compartimentalizadas do legado de Gramsci, nas mais diferentes perspectivas: culturalista, nacionalista, populista, liberal, populista, eurocomunista, stalinista, pós-moderna, social-democrata.

Clausewitz foi apresentado de diferentes formas; algumas delas serão resumidas. Entre elas, ele foi visto como o “profeta do morticínio e da destruição” da Primeira Guerra Mundial, como será abordado adiante. Toda uma tradição de historiadores militares legou de alguma forma essa perspectiva.³ Contudo, diferentes apropriações não tiveram tal tratamento depreciativo e buscaram inseri-lo em seu projeto intelectual de alguma maneira. Referências a Clausewitz por parte de Marx, Engels e alusões às batalhas, guerras de classes em suas obras já sugerem, ainda que vagamente, uma afinidade entre guerra e política.

A especial atenção dedicada a Clausewitz por Lenin (1979) e Trotsky (1977) e o uso dos raciocínios do general prussiano de modo mais explícito pelos líderes revolucionários bolcheviques reforçaram essa temática no âmbito do marxismo.⁴ Lenin vinculou-o a Hegel nas suas formulações. Outros autores marxistas, como Henri Lefebvre (1968, 1975, 1977) e Pierre Naville (1955), também exploraram o contato de Clausewitz com o pensamento de Hegel, bem como o estudo de sua obra e as menções ao general prussiano por Marx a ela.

Em outra perspectiva, Carl Schmitt (1992) avaliou a formulação de guerra como continuação da política de forma violenta do general prussiano como suporte à tensão especificamente política manifestada pela confrontação concreta amigo-inimigo e a consequente eliminação física do inimigo público. Hitler (apud RYBACK, 2009) transformou a política em arte e luta de guerra e em sua forma mais refinada, aquela pela vida do povo alemão, e costumava citar tal ideia antecedida pela formulação clausewitziana sobre a guerra como política com o uso da força. Raymond Aron apropriou-se de Clausewitz fazendo de sua concepção de política pacífica e violenta (como guerra), ponto central para caracterizar sua categoria de conduta diplomático-estratégica como política externa dos Estados; também repeliu o eventual vínculo intelectual com Hegel, buscando ligá-lo principalmente ao pioneirismo sociológico de Montesquieu, autor bastante influente sobre o general prussiano (ARON, 1986a, 1986b).

Clausewitz foi um autor vulgarizado a partir do momento de que teria sido supostamente a base

vitoriosa da doutrina militar prussiana vitoriosa na guerra franco-prussiana. O então chefe do Estado-Maior prussiano, Helmut von Moltke, deu ao pensamento de Clausewitz o crédito doutrinário de seu plano bem-sucedido em campo de batalha. A partir de então, uma deformação de seu pensamento figurou como base das doutrinas de emprego militar na Primeira Guerra Mundial. O ataque frontal sem manobra às fortificadíssimas trincheiras seria, segundo essa simplificação, um ponto central da formulação clausewitziana.⁵ Essa orientação gerou um gigantesco custo em vidas. Simplificação semelhante acompanha recentes edições de “Da guerra”. Um dos pontos que resume em tais edições e na Primeira Guerra a distorção de seu pensamento seria a ideia da superioridade do ataque sobre a defesa. Muitas edições mutiladas de “Da guerra” omitem justamente o livro VI, que aborda exatamente o contrário: a superioridade da defesa sobre o ataque.⁶

Por fim e mais importante, Gramsci e Clausewitz trataram da relação entre guerra e política. Não há no tratado sobre a guerra de Clausewitz uma abordagem sistemática sobre a política, ao passo que Gramsci, no todo do seu *opus* carcerário, tem uma elaboração também não sistemática sobre os vários temas tratados. Contudo, Gramsci fez da política a principal preocupação de sua *opera* carcerária.

Gramsci vê a política como mais complexa que a guerra; entende pontos comuns à arte política e à arte militar; e sublinha em sua obra carcerária a unidade entre as funções técnico-militares e a política. Clausewitz vê a guerra como parte da política e uma extensão desta com o aditivo dos meios violentos. Jamais a guerra pode ser divorciada da política. Mesmo quando há uma manifestação extrema da violência - a guerra absoluta, ponto aceitável apenas logicamente -, coloca-se como conceito ligado ao fenômeno bélico.

A tese a ser apresentada e esboçada nesse texto - a guerra como metáfora da política; ponto predominante na abordagem da guerra no pensamento de Gramsci - tem sentido muito mais amplo do que a guerra no sentido de um conflito interestatal, conceito trabalhado por Clausewitz. Em que pese a conexão da guerra com a política em ambos os autores, o conflito interestatal coloca-se predominantemente no sentido clausewitziano e o sentido mais amplo de guerra como política na abordagem gramsciana.

Neste artigo, o “teatro de operações” será apresentado; percorre um resumo da relação entre guerra e política na formulação clausewitziana de “Da guerra”; posteriormente, uma breve análise do contato indireto da obra de Gramsci com o general prussiano. Em seguida, um esboço da temática nos “Cadernos do cárcere”. Por fim, uma conclusão que resume e aponta os principais pontos em comum entre ambos, além de possibilidades investigativas futuras.

2 A política como o embrião da guerra conforme Clausewitz

Conforme o feliz comentário de Henri Lefebvre, é possível caracterizar a perspectiva de política de Clausewitz tomando por base o entendimento de que não há continuidade nem descontinuidade absoluta no que toca à manifestação da violência (quando se trata, por exemplo, da guerra) e dos meios pacíficos (tomando como exemplificação o recurso à diplomacia). A guerra e a diplomacia são ações políticas muito distintas entre si. Ao mesmo tempo, possuem semelhanças ao terem em comum a política configurando uma relação dialética entre ações pacíficas e ações violentas (LEFEBVRE, 1975). O ponto em comum entre a diplomacia e a guerra é a sua lógica política. A guerra como política acontece através de batalhas e a diplomacia como troca de notas entre os Estados (CLAUSEWITZ, 1984).

A violência é seu meio, o objetivo é impor a nossa vontade sobre o inimigo e desarmar esse mesmo inimigo é seu fim. Trata-se de um conflito que envolve necessariamente Estados.

Clausewitz classifica as guerras em reais e absolutas. As primeiras são aquelas que envolvem todo tipo de obstáculo, dificuldade, imprevisto e complexidade que marcam a manifestação histórica, concreta e social desse fenômeno. A violência se manifesta em erupções distintas e separadas. De modo diverso, a guerra absoluta é uma erupção única, extrema e decisiva da violência. Como tal, Clausewitz (1984) a entende como uma fantasia lógica, um fenômeno inexistente. A guerra absoluta é uma referência geral para o fenômeno bélico como um todo. Do ponto de vista da teoria, toda manifestação da guerra deve levar em consideração o tipo absoluto e, quando for o caso, deve ser-lhe aproximado. Clausewitz sugere que a manifestação extrema da violência seria uma espécie de peculiaridade da guerra em face dos outros fenômenos. Seria a

natureza específica da guerra, muito embora jamais se separe da política.⁷

No que concerne ainda aos pontos comuns entre guerra e política, há que se entender que o esforço para a consecução do objetivo político e para a superação da penalidade, do esforço colocado pelo oponente determina a natureza da luta (CLAUSEWITZ, 1984). A ação política e a guerra comportam tal perspectiva. A guerra demandou pioneiramente um esforço no âmbito de toda a sociedade a partir da sua condução por Napoleão Bonaparte e o esforço de seus oponentes teve que ser equiparado. Se uma ação política pode ser empreendida pacificamente com vistas a impor-se perante o oponente, tal será o teor do conflito. Uma perspectiva diversa de conflito demandará outra postura. Neste caso, uma ação política não demanda somente o Estado, mas qualquer outro ator político.

A guerra estaria menos afeita à condição de arte, de ciência ou de teoria. Isso porque na arte não há reciprocidade das ações na perspectiva da contemplação. De modo diverso, isso ocorre na guerra. Mesmo que o oponente se renda sem combate, é como se ele tivesse efetuado o cálculo do que seria se optasse pelo contrário. Portanto, a guerra pertence ao domínio das relações sociais, pois há reação perante a intenção de emprego e o efetivo uso da violência. Além do âmbito das relações sociais, a guerra insere-se mais ainda mais no campo da política. Uma vez que se trata da busca de imposição de uma vontade a outrem, ela pode ser comparada ao comércio em larga escala, diferindo pelo fato de empregar um meio violento. Ainda próximo dessa perspectiva, a guerra pode ser entendida metafórica e analogamente com a execução de uma promissória em espécie daquilo que foi contraído a crédito. Como diferença, ao invés de pagar-se em espécie, paga-se em sangue. Como pertencente ao domínio histórico e social, Clausewitz (1984) recorre à metáfora de que ela é um verdadeiro camaleão que se adapta sutilmente ao caso dado. Em outras palavras, a guerra se adapta às distintas conjunturas históricas. Para concluir com outra metáfora de Clausewitz, a guerra encontra na política as suas formas elementares do mesmo modo que os seres vivos encontram nos embriões as suas feições fundamentais.

3 Gramsci e Clausewitz

Gramsci não foi leitor direto de Clausewitz; seu

conhecimento do general prussiano se deu através de autores que citam o militar prussiano (GRAMSCI, 1975). Segundo Valentino Gerratana (apud GRAMSCI, 1975), não há indícios precisos das obras lidas e consultadas por Gramsci que citam Clausewitz, havendo inclusive a possibilidade de um dos contatos indiretos com a obra do general prussiano ter sido através da obra de Benedetto Croce.⁸ A ideia da direção política da guerra em conformidade com a assertiva clausewitziana lhe é clara (GRAMSCI, 1975).

Todavia, não há indícios mais claros numa primeira avaliação se Gramsci teve contato com as ideias de Clausewitz através de escritos e discursos de Lenin e Trotsky.

O fato relevante é a ampliação do sentido de guerra mais estrito para o sentido de política, uma “tradução” que talvez não remeta somente ao uso de Clausewitz como principal referência para a abordagem da relação da guerra e da política, como será abordado posteriormente. Entende-se “tradução” no sentido gramsciano como a adequação não mecânica de uma categoria a outro contexto cultural, histórico e social (GRAMSCI, 1975).

4 Gramsci e a guerra como política

É possível caracterizar no pensamento de Gramsci a unidade entre as funções técnico-militares e a política. Corrobora esse entendimento sua afirmação de que toda inovação orgânica na estrutura modifica organicamente as relações absolutas e relativas no campo internacional por meio de suas manifestações técnico-militares (GRAMSCI, 1975). Dito de outra forma, as questões bélico-militares estão ligadas às modificações estruturais e políticas ocorridas nas sociedades. Trata-se de ponto em que Gramsci e Clausewitz convergem, embora cheguem a essas conclusões em linhas de raciocínio bem distintas entre si.

Uma tipologia incompleta, não exaustiva, da guerra como metáfora da política na obra carcerária de Gramsci leva às noções de guerra de posição e guerra de movimento. A primeira é característica das democracias modernas, na qual a complexidade da sociedade civil. Por outras palavras, a estrutura produtiva e social complexa constitui, metaforicamente, trincheiras para assalto ao aparelho estatal, a sociedade política. A estrutura das sociedades “ocidentais” tem uma estrutura complexa e resistente às crises, depressões. A

análise gramsciana se insere em contexto mais amplo da discussão da tradução da revolução russa para o Ocidente. Por conseguinte, coloca-se um ponto central na reflexão de Gramsci sobre a natureza da luta política a ser empreendida com tal objetivo. É sugestivo que as relações de força sejam distintas na Rússia e no Ocidente com o objetivo da revolução. Ressalte-se que “Ocidente” e “Oriente”, parte de um todo separável somente metodologicamente por Gramsci, também são metáforas e não se baseiam em critérios geográficos. Eles se referem à complexidade da sociedade civil, na qual a oriental é menos complexa por oposição à ocidental.

Lutar na perspectiva da guerra de posição ou guerra de movimento - par conceitual também inseparável e pertencente a um todo - não é exatamente uma escolha e sim decorrência da análise de forças de um momento histórico. Somente a superioridade de forças de um oponente permite escolher a natureza da luta, se guerra de movimento ou guerra de posição. Conforme Galastri (2011), a avaliação histórica conjuntural de equilíbrio de forças das classes sociais na Europa levou Gramsci a tal avaliação na perspectiva da luta revolucionária.

A perspectiva mais ampla de guerra apresentada por Gramsci, não somente como metáfora da política, mas como guerra no sentido estrito, aparece em outro raciocínio sobre a guerra de posição. Mesmo tratando da guerra de posição como conflito interestatal, a característica do equilíbrio de forças e da complexidade para determinar a superioridade das forças referidas continua como ponto característico. Ela é definida como o avanço da técnica militar no contexto da Primeira Guerra Mundial - armas químicas, avião, submarino -, ponto que inviabiliza um cálculo preciso da potência de um Estado (GRAMSCI, 1975). Esse raciocínio justifica a transformação, também na política, de uma guerra de movimento a uma guerra de posição ou assédio. Em primeiro momento, a avaliação remete justamente ao ponto ressaltado no entendimento da guerra de posição como metáfora da política: um equilíbrio de forças como ponto que caracteriza tal tipo de conflito, uma definição não precisa das forças referidas no caso das classes sociais. No campo internacional, o avanço das forças produtivas incidiu na tecnologia militar e nas suas expressões técnico-militares trazendo o equilíbrio ou imprecisão no cálculo de potência para todos os lados da luta.

Voltando ao tema da guerra de posição como conflito no interior dos Estados e como metáfora da política, a vitória na guerra de posição é definitiva, pois exige uma extraordinária concentração de hegemonia, de coesão interna, mais recursos, intervenção, sacrifícios, espírito inventivo e paciência. Isso porque se trata da vitória depois de um relativo equilíbrio de forças e de destruição de complexa rede reforçada de trincheiras.

5 Conclusão

Foram esboçadas ao longo desse texto as possibilidades de entendimento da guerra no sentido estrito como conflito interestatal violento na acepção clausewitziana e como conflito interestatal violento e metáfora da política no veio gramsciano. Foi abordado que a guerra no sentido gramsciano comporta tanto o sentido estrito de conflito interestatal, mais próximo e relacionável a Clausewitz, como o de metáfora da política, distinto do general prussiano e que mostra uma abordagem particular do comunista sardo no tema em pauta.

Passar-se-á a elencar possibilidades investigativas futuras não abordadas neste artigo.

Uma hipótese a ser considerada para investigação futura é a tradução (no sentido gramsciano) da perspectiva maquiaveliana referente à guerra e à política. Refere-se àquilo que Gramsci (1975) chama de “arte militar” e “arte política”. O que ocorre em uma ocorre em outra para justificar nas sociedades civis complexas a transformação da guerra de movimento em guerra de posição. Uma hipótese a ser investigada sobre a melhor compreensão da relação entre guerra e política especificamente remeteria a uma terminologia comum a Maquiavel sobre tal arte da guerra. Conforme já escrito, não é a abordagem preferencial de Clausewitz entender a guerra como arte. Fica o indicativo de que Maquiavel seja a chave explicativa mais adequada.

Em que pese guerra e política serem inseparáveis na perspectiva clausewitziana, o general prussiano deixou indícios de que se poderia pensar uma essência da guerra na qual ela fosse concebida puramente, somente com a manifestação da violência. Isso aponta para outra hipótese a ser investigada futuramente: a especificidade epistemológica do conceito de guerra clausewitziano que comportaria - em tese - um isolamento da guerra em face da política ●

Notas:

(1) Dois autores discutem a relação entre Gramsci e Clausewitz: Ferreira (1986, 1994) e Coutinho (1987). O primeiro sugere uma validade da definição da guerra para a conceituação da política com vistas à compreensão das ações hegemônicas, mostrando pontos comuns dessas com as ações belicosas. O segundo critica brevemente a primeira interpretação. Em seu entender, trata-se de uma leitura que vê Gramsci como uma variante da ciência da guerra. Isso seria um mal-entendido, uma abstração politológica que prescinde do historicismo absoluto característico da obra do comunista sardo (COUTINHO, 1987).

(2) São usadas nesse trabalho a tradução de Vom Kriege tida como referência nos estudos clausewitzianos, aquela do alemão para o inglês elaborado por Michael Howard e Peter Paret (CLAUSEWITZ, 1984), e a edição crítica dos cadernos carcerários gramscianos organizada por Valentino Gerratana (GRAMSCI, 1975).

(3) O maior representante de tal tradição é o historiador militar britânico Henry Basil Liddell Hart (1991). Outro historiador que integra tal tradição é John Keegan (1995).

(4) Em outro momento foi esboçada a importância de Clausewitz no contexto da obra de Marx e Engels, bem como o forte parentesco intelectual de Lenin com as formulações do general prussiano desde o início do século XX (PASSOS, 2012).

(5) Curiosamente, Gramsci tomou por base para a metáfora da guerra de posição o fenômeno ocorrido a partir do fim da batalha do Marne em 1914 e que perduraria nos frentes orientais e ocidentais até quase o final da Primeira Guerra Mundial. Por outras palavras, foi um equilíbrio de forças em que nenhum dos lados se impôs de modo contundente e que as trincheiras permaneceram praticamente estáveis por longo período (GALASTRI, 2011).

(6) Consultar a respeito: Clausewitz (1982, 1986). Tais referências correspondem a edições nas características mencionadas; a primeira simplesmente contempla somente os cinco primeiros livros, portanto, ignora o sexto, o sétimo e o oitavo livros; a segunda omite os livros cinco, seis e sete, além disso, traz de modo incompleto o livro oito.

(7) Em outro momento foi demonstrado como a lógica da guerra é aquela da política e sua gramática, sua especificidade ou regras próprias concernem à violência (PASSOS, 2005).

(8) Consulte-se o aparato crítico de Valentino Gerratana aos "Quaderni del Carcere" à página 2976 (GRAMSCI, 1975).

Referências

- ARON, R. *Paz e guerra entre as nações*. 2. ed. Brasília: UnB, 1986a.
- ARON, R. *Pensar a guerra, Clausewitz: a era européia*. Brasília: UnB, 1986b.
- ARON, R. *Pensar a guerra, Clausewitz: a era planetária*. Brasília: UnB, 1986c.
- CLAUSEWITZ, C. *On war*. London: Penguin, 1982.
- CLAUSEWITZ, C. *On war*. Princeton: Princeton University Press, 1984.
- CLAUSEWITZ, C. *Da guerra*. Mira-Sintra: Europa-América, 1986.
- COUTINHO, C. Liberal vê a obra do comunista. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 abr. 1987, Ilustrada, p. 37.
- FERREIRA, O. *Os 45 cavaleiros húngaros: uma leitura dos cadernos de Antonio Gramsci*. Brasília: UnB; São Paulo: Hucitec, 1986.
- FERREIRA, O. Clausewitz e a política. *Lua Nova*, São Paulo, n. 34, p. 27-34, 1994.
- FIORI, G. *A vida de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. Torino: Einaudi, 1975.
- GALASTRI, L. *Revisionismo "latino" e marxismo: de Georges Sorel a Antonio Gramsci*, 2011. 287 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- KEEGAN, J. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LEFEBVRE, H. *Sociologia de Marx*. Rio de Janeiro: Forense, 1968.
- LEFEBVRE, H. *O pensamento de Lenine*. Lisboa: Moraes, 1975.
- LEFEBVRE, H. Estrutura social: a reprodução das relações sociais. In: MARTINS, J.; FORACCHI, M. (Org.) *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1977. p. 186-212.
- LENIN, V. Obras póstumas del general Carl Von Clausewitz acerca de la conduccion de la guerra. In: ARICÓ, J.; GÓMEZ, J. T.; SILBERBERG, M. I. (Org.): *Clausewitz en el pensamiento marxista - Lenin, Ancona, Braun, Razin, Stalin, Engelberg, Korfes*. *Quadernos de Pasado y Presente*, México, v. 75, p. 51-98, 1979.
- LIDDELL HART, B. *Strategy*, 2. ed. rev. New York: Meridian, 1991.
- NAVILLE, P. Carl von Clausewitz et la théorie de la guerre. In: CLAUSEWITZ, C. *De la guerre*. Paris: Les Editions de Minuit, 1955. p. 19-37.
- PASSOS, R. *Clausewitz e a política: uma leitura de Da Guerra*. 2005. 122 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- PASSOS, R. Uma leitura sobre Lenin, Clausewitz, a revolução e a guerra. *Outubro*, São Paulo, v. 20, p. 149-169, 2012.
- RYBACK, T. *A biblioteca esquecida de Hitler: os livros que moldaram a vida do Führer*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- SCHMITT, C. *O conceito do político*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- TROTSKY, L. *Problemas da guerra civil*. Lisboa: Antídoto, 1977.

*** Professor da Universidade Estadual Paulista de Marília (SP) e Professor Colaborador de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas; pesquisador e colíder do Grupo "Marxismo e Pensamento Político" do Centro de Estudos Marxistas da Universidade Estadual de Campinas.**

• Números anteriores das publicações do Curso de Economia - Informe Econômico e Texto de Discussão -, bem como informações sobre o referido Curso, encontram-se no site da UFPI, na página do DECON: www.ufpi.br/economia.

• Os artigos foram revisados, respeitando-se o estilo individual da linguagem literária dos autores, conforme a 5.ª edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP, 2009), aprovado pela Academia Brasileira de Letras.

• Esta publicação possui classificação *Qualis*, sistema de avaliação CAPES, nas áreas: Economia, Interdisciplinar, História, Serviço Social, Filosofia, Ciência Política e Relações Internacionais, Ciências Ambientais, Sociologia e Geografia. Mais informações: WebQualis.

